

CEBRAP

ESTUDOS DE POPULAÇÃO

ADOLPHO ALDUNATE · BOLIVAR LAMOUNIER · ELZA BERQUÓ

FERNANDO H. CARDOSO · LENIR JOSÉ · M. ANDREA LOYOLA · MARINA RUIZ MATOS

I – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTUDO DE CASO: DINÂMICA POPULACIONAL, TRANSFORMAÇÕES
SÓCIO-ECONÔMICAS, ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES.



CENTRO
BRASILEIRO
DE ANÁLISE

APRESENTAÇÃO

Esta publicação que inaugura a série de Estudos de População contém um conjunto de monografias referentes a São José dos Campos, primeira das nove áreas estudadas pela Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana. Neste sentido, as monografias devem ser vistas, nesta etapa como capítulos relativamente autônomos e que foram sendo produzidos em obediência às diferentes fases que caracterizam, por assim dizer, o próprio movimento metodológico da Pesquisa.

Condition	Control (%)	MCI (%)	AD (%)
A	~95	~85	~75
B	~90	~80	~70
C	~85	~75	~65
D	~95	~90	~85

I - INTRODUÇÃO

II - Algumas Considerações sobre a Dinâmica Populacional de São José dos Campos

Elza Berquó
com a colaboração
de Lenir José e
Marina Ruiz Matos

Introdução

A dinâmica e seus componentes

A população por idade e sexo

III - População e Crescimento E- conômico.

Fernando Henrique
Cardoso

Notas sobre a estrutura só-
cio-econômica de São José
dos Campos

Introdução

Produção, emprego e renda

IV - Industrialização, Imigração e Comportamento Reprodutivo.

Bolivar Lamounier

Notas para um modelo de
uma situação de mudança

Orientações Teóricas

Para uma Sociologia das
instituições.

Anomia Coletiva e Ane-
mia Institucional

Conclusão: algumas im-
plicações metodológicas
e empíricas

V - Instituições e Comportamento
Reprodutivo: o caso de São
José dos Campos

Maria Andrea
Rios Loyola

Introdução
As Instituições Religiosas
As Instituições e Agentes de
Atendimento de Saúde
As Instituições e Agentes
Educacionais
Os meios de Comunicação de
Massa
As Instituições Políticas
A Unidade de Produção Eco-
nômica
A Família
Os Grupos de Referência

Algumas Reflexões sobre as Re-
lações entre Industrialização
e Reprodução da População.
O caso de São José dos Campos

Adolfo Aldunate

Mudanças institucionais
Mudanças no sistema de
classes sociais

VI - ANEXO - A Pesquisa Nacional
sobre Reprodução Hu-
mana

Elza Berquó

Apresentação
Objetivos
Escolha das Áreas Estudadas
Os dois tipos de estudos de-
senvolvidos em cada área:
macro-estrutural e amostral

Memorandum for the President
Subject: [Illegible]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

INTRODUÇÃO

O "Programa de População" do CEBRAP vem realizando a Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana(*) que compreende uma série de estudos de caso e surveys para explorar as relações entre dinâmica populacional e formas de organização da produção. Este esforço visa a ampliar e, se possível, corrigir o quadro de referência analítica dos estudos de população. Neste sentido, embora o objeto direto do estudo seja o comportamento reprodutivo nos seus vários aspectos, a Pesquisa além de afastar-se decididamente dos padrões de pesquisa que caracterizam nesta área a preocupação imediata e simplista com "explosão demográfica", subdesenvolvimento e políticas de controle da natalidade, tão pouco quer limitar-se a qualquer dos dois extremos que o espectro da temática populacional recobre: de um lado, o da relação entre o comportamento individual (com suas dimensões psico-sociais) e as práticas reprodutivas (formas de família, estratégias de natalidade, formas de controle, número ideal de filhos etc.) e, de outro, a sobredeterminação mecânica destas mesmas práticas pela "lógica da base estrutural sócio-econômica".

O esforço interpretativo dos pesquisadores envolvidos na Pesquisa orienta-se no sentido de compreender a dinâmica populacional como parte do processo mais geral da dinâmica estrutural da sociedade. Nesta, o peso dos determinantes econômicos (necessidade de mão-de-obra, formas e graus de acumulação, padrões de propriedade etc.) é decisivo. Não obstante, o primado relativo - e óbvio - de condicionantes sociais e econômicos sobre a dinâmica populacional, nem é self-explaining, nem se dá de forma unívoca e imediata. Por isso mesmo, em vez de assumir esta relação como postulado, os pesquisadores estão procurando ver analítica e empiricamente como elas se estabelecem, suas formas diferenciais e as surpresas que a pesquisa pode oferecer para dificultar este relacionamento.

(*) Ver BERQUÓ, E. - A PESQUISA NACIONAL SOBRE REPRODUÇÃO HUMANA - CEBRAP - apresentado no final deste volume.

A série de pequenos estudos sobre São José dos Campos que ora se publica como documento de trabalho, consta de duas pequenas monografias relativas às bases estruturais de São José dos Campos - uma sócio-econômica, outra demográfica - e de três estudos, com base em entrevistas, abertas e focalizadas, sobre alguns aspectos e hipóteses sobre como se transpõe para o nível das instituições sociais locais e das representações da população a temática do comportamento reprodutivo. As monografias estruturais procuram situar as implicações da caracterização sócio-econômica da área para a interpretação que se fará posteriormente de um survey que se fez no local. Visou-se caracterizar a relevância do caso de São José para os estudos de população em conexão com a sociedade e com o tipo de crescimento capitalista que nela ocorre: área industrializada, "moderna", onde emergem padrões de consumo de sociedades de massa, que se caracteriza por uma oferta de empregos elástica e por um horizonte de oferta de mão-de-obra praticamente ilimitado. Esta última, entretanto, não se encontra nos reservatórios imediatos da cidade, mas numa ampla área, em sua maior parte rural, que sofre as influências dos efeitos de atração que o crescimento urbano-industrial de São José exerce.

A partir desta situação de base, colocam-se vários problemas de interesse para a pesquisa. O trânsito urbano brusco de uma situação "tradicional" (rural, de família extensa, caracterizada em grande parte por um sistema de produção simples de mercadorias) gera uma série de problemas sociais e culturais que provavelmente incidem sobre as concepções e padrões de família e reprodução humana. Os efeitos deste processo são ainda mais cêleres porque São José é uma cidade praticamente dominada, quanto ao sentido de sua função urbana, pela presença das grandes empresas oligopólicas (multinacionais e estatais).

Como categorizar estes problemas? Qual o peso relativo das novas expectativas sociais, do grau de consciência e das representações sobre família, da natalidade e de seu controle, sobre os padrões efetivos de comportamento? Que peso possuem as instituições básicas da sociedade local na redefinição das políticas populacionais?

Alguns esforços, fragmentários e não necessariamente coincidentes do ponto de vista teórico, foram feitos para encaminhar a discussão

destes problemas. Em cada uma das nove localidades que constituem o universo da PESQUISA projetada pelo Programa de População do CEBRAP, novos esforços serão feitos para tentar lançar um pouco mais de luz no debate destas intrincadas questões. Sua análise é crucial para entender-se a dinâmica concreta da população: se é certo que de alguma forma as estruturas condicionam o comportamento e se este só existe pela ação de indivíduos (com motivações, aspirações, formas de personalidade, cálculos individuais de interesse etc.), a mediação entre estrutura e ação é decisiva. Sem considerar as mediações é impossível evitar que a análise se torne estática e deduza de padrões estruturais prescrições rígidas de ação ou, no outro polo, dissolva os condicionantes sociais na subjetividade de atores individuais, cuja análise circunscrita aos limites da psicologia tornar-se-ia o único instrumento para compreender a reprodução humana. Nesta mediação parece ser crucial o papel das instituições sociais, (Igreja, Empresa, Sistema Educativo, de Saúde etc.) O encaminhamento de práticas e valores sobre população e a definição de políticas populacionais (implícitas e explícitas) dependem do modo como nas várias instituições sociais se percebe a temática populacional e como, em cada uma delas, articulam-se interesses e valores sobre família, número de filhos, procriação e controle da natalidade.

Convém, entretanto, evitar hipóteses simplistas sobre o papel das instituições e o modo como atuam. Especialmente numa cidade como São José, de crescimento rápido e recente, que se abre à influência da sociedade mais ampla, seria míope o ponto de vista que acreditasse na homogeneidade das políticas vigentes em cada uma das grandes instituições sociais e no interior de cada uma delas. Os estudos indicam que a relação entre os interesses organizados nas instituições (das Empresas ou das Igrejas, por exemplo), as políticas definidas por elas e a ação dos que estão sujeitos a suas influências em matéria de população (casamento, número de filhos, técnicas de controle da natalidade etc.) é complexa e não linear.

Convém, neste aspecto, chamar a atenção para alguns dos temas que se indicam nas monografias. A existência de pontos de vista divergentes em instituições que, de início, poderiam ser supostas como mais homogêneas, cónscias de seus objetivos e capazes de implementá-los - como a Igreja e a Empresa - dá à população certa margem de manobra, permitindo o

estabelecimento de estratégias que se definem a partir de interesses não necessariamente estruturados pelas instituições dominantes.

A afirmação acima não quer dizer que cada cidadão é consciente de seus interesses em matéria populacional e menos ainda que age conforme suas representações. As entrevistas mostram que em matéria de reprodução humana a representação mítica é acentuada e a racionalidade entre fins e meios deixa a desejar (o survey permitirá aprofundar estes aspectos). Tão pouco assevera aquela afirmação de que inexitem relações entre formas de organização da produção, interesses estabelecidos, aparatos ideológicos e comportamento efetivo. O que se afirma é que tais relações se dão de modo extremamente mediatizado. Assim, os departamentos de pessoal das fábricas não estruturam, em geral, nem implementam necessariamente (embora o façam indiretamente, através das políticas de salários e do tipo de tratamento que dão às operárias e funcionárias gestantes) políticas definidas de população. Antes são as assistentes sociais, como e enquanto profissionais e não como funcionárias das empresas, que parecem ser as portadoras mais ativas da ideologia favorável ao controle da natalidade. Fazem-no em nome da racionalização crescente da vida, do bem-estar familiar, da capacidade de educar os filhos etc. Ao lado das assistentes sociais, as agências de saúde, mais do que as Igrejas (estas dividem-se sobre o que fazer e mesmo cada padre, pastor ou líder oferece um modelo alternativo, possibilitando estratégias de escolha) são as agências decisivas para influir no comportamento reprodutivo.

Entretanto - de modo indireto - tanto a profissão "moderna" das assistentes sociais com seus valores, como a política de saúde e mesmo a quebra da unidade e do monopólio ideológico das religiões sobre o comportamento reprodutivo, seriam inexplicáveis, não fosse a emergência do mundo empresarial-industrial. As ideologias das assistentes sociais e a perda relativa de importância de uma visão unitária de base religiosa são, neste sentido, pressupostos do tipo de expansão industrial-capitalista que ocorre em São José dos Campos, embora tenham seu ponto de origem e de apoio na sociedade brasileira em sentido amplo e não localmente.

Sem que tais hipóteses estejam sempre explícitas, e sem pretender resolver com elas o problema das mediações entre pressões estrutu-

rais e comportamento individual (a margem de ambigüidade, contradições e mesmo liberdade não deve ser subsumida pelas anotações acima) os estudos a qui apresentados tentam encaminhar a análise nesta direção. A comparação de São José dos Campos com os estudos paralelos que estão sendo conduzidos nas demais localidades que fazem parte da Pesquisa juntamente com a análise dos questionários do survey que será feito em cada uma delas e em São José, talvez permita conclusões menos triviais em futuro próximo.

The following is a list of the names of the persons who have been
admitted to the membership of the Society since the last meeting.
The names are given in alphabetical order of the surnames.
The names of the persons who have been admitted to the membership
of the Society since the last meeting are given in alphabetical order
of the surnames. The names of the persons who have been admitted
to the membership of the Society since the last meeting are given
in alphabetical order of the surnames. The names of the persons
who have been admitted to the membership of the Society since the
last meeting are given in alphabetical order of the surnames.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA
POPULACIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Elza Berquó

Com Colaboração de

Lenir José

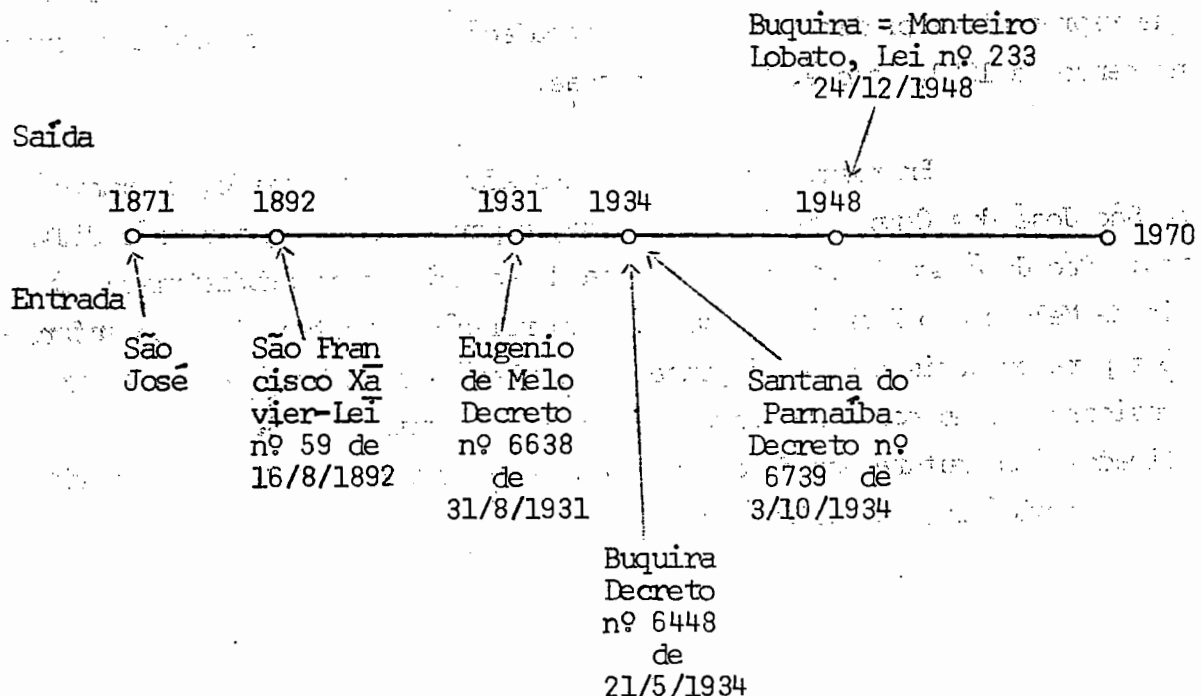
Marina Ruiz Matos

A DINÂMICA POPULACIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1. INTRODUÇÃO

Fundado pelo padre José de Anchieta na segunda metade do século XVI, o mais tarde denominado São José dos Campos era um antigo aldeamento de índios Guaianases(*). Para homenagear o Rei D. José I, o Capitão-General D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão elevou, em 27/7/1867, a aldeia à categoria de Vila de São José. A princípio Vila Nova de São José, passou a Vila de São José do Sul, depois Vila de São José do Parnaíba e em 1871 recebeu a denominação, que mantém até o presente, de São José dos Campos. Por força do decreto nº 7 007 de 12 de março de 1935 enquadrou-se na categoria de estância climatérica e de repouso.

O município de São José dos Campos sofreu inúmeras alterações territoriais ao longo do tempo como bem mostra o diagrama abaixo:



(*) Quadro Demonstrativo do Desmembramento dos Municípios-1949 a 1953 - 5a. Edição. DEESP

Portanto, a idéia inicial de se considerar, para efeito do estudo da evolução do crescimento populacional de São José dos Campos, os sete censos brasileiros, ficou prejudicado pelas incorporações e desmembramentos havidos ao longo dos cem anos considerados. De fato, assim estava São José dos Campos constituído, do ponto de vista territorial, nas datas dos censos:

	1872	1900	1920	1940	1950	1960	1970
São José (sede)	x	x	x	x	x	x	x
São Francisco Xavier		x	x	x	x	x	x
Eugenio de Melo				x	x	x	x
Santana do Parnaíba				x	x	x	x
Buquira				x			

Uma alternativa seria estudar esta evolução apenas a partir de 1950, mas com o intuito de se ganhar mais uma década nesta série histórica, resolveu-se tomar o censo de 1940 como ponto de partida, eliminando-se da população total de São José, naquela data, a de Buquira. Vale observar que o distrito de Buquira possuía em 1940 uma população de 3 955 habitantes que representava praticamente 11% da população total de São José dos Campos, no censo de 1940, isto é, 36 279 pessoas.

Em resumo, portanto, para efeito deste estudo, o município de São José dos Campos será constituído, a partir de 1940, por três distritos: São José dos Campos (com Santana do Parnaíba como subdistrito), Eugenio de Melo e São Francisco Xavier. Com relação a certos tipos de informações para os quais não se dispunha de tabulações para Buquira, em separado, considerou-se as correspondentes referentes a Monteiro Lobato, em 1950, aplicados à estrutura dos dados de 1940. Conseguiu-se, assim, reconstituir todo o município, sem alterações.

2. A DINÂMICA E SEUS COMPONENTES

Definido o município de São José dos Campos, vejamos como evoluiu no tempo sua população.

Como a tônica do município a partir de 1940 é sua transformação industrial, a estrutura de sua população, como se verá no decurso desta análise, sofrerá também transformações decorrentes desse processo econômico. Uma primeira característica deste fato é o aumento da população que passa de uma taxa anual de crescimento de 3,3% no período de 1940 a 1950 a 5,6% na década seguinte, acelerando-se bastante na última década, isto é, chegando a atingir a alta taxa de 6,8% ao ano (Tabela 1). Do crescimento absoluto verificado no decênio 1950/1960, isto é, 32 200 habitantes, 17 035, ou seja, 53,7% se deveu ao crescimento vegetativo, conforme se verá na Tabela 2. Quando se passa à década seguinte, apenas 51,8% do incremento total de 71 285 pessoas foi devido ao componente vegetativo, conforme Tabela 3. Portanto, embora em 1970 o crescimento vegetativo seja ainda o maior responsável pelo aumento populacional verificado, observa-se que sua participação na última década já é menor do que no período anterior. Este fato aliado aos estudos diretos realizados na área durante o ano de 1975 leva a supor que o crescimento migratório, após 1970, será o maior responsável pela alta taxa do crescimento total.

Quando se decompõe o crescimento vegetativo em seus dois componentes, isto é, a natalidade e a mortalidade, constata-se que a forte queda da mortalidade é a maior responsável por esta parte do incremento. De fato, a mortalidade caiu de 40% de 1940 a 1950, de 46% de 1950 a 1960 e de 35% de 1960 a 1970 enquanto que a natalidade cresceu de aproximadamente 3% e 8% nas duas primeiras décadas, respectivamente, vindo a cair de 19% de 1960 a 1970.

As taxas de mortalidade em 1940 e 1950 iguais a 41,9 e 25,8 por mil, respectivamente, são bastante altas quando comparadas com as do Estado de São Paulo (18,0 e 12,1) e mesmo com as do interior do Estado (19,2 e 12,8)(*). Elas devem estar inflacionadas pelo fato de serem baseadas em

(*) SÃO PAULO. Departamento de Estatística. Secretaria de Economia e Planejamento.

óbitos ocorrentes e não necessariamente de residentes no município. A invasão de óbitos em São José foi muito acentuada até pouco depois de 1950 quando grande número de pessoas procurou aquela região, considerada essencialmente uma estância climática, para tratamento de tuberculose, vindo a falecer no município. Por outro lado, a não evasão de óbitos de São José pode ser percebida, examinando-se as taxas de invasão de óbitos do município de São Paulo em 1940 e 1950, devidas a óbitos procedentes da região de São José dos Campos. Estas foram da ordem de 3,04% e 3,49% enquanto que as taxas para a região de Campinas chegaram a 13,24% e 4,64% e as da região de Sorocaba, ambas geograficamente próximas da capital como São José dos Campos, atingiram 8,59% e 7,92% na mesma época(*).

Apesar da queda, a mortalidade geral em 1960 e 1970 é ainda elevada se considerarmos a modificação na estrutura do município que passa a região industrial, assumindo, com isto, funções urbanas e absorvendo população nos setores de atividades vinculados à industrialização e aos serviços urbanos, identificados no setor terciário. Era de se esperar que esta modalidade urbano-industrial, em termos de assistência médico-hospitalar, tivesse possibilitado uma maior rede de atendimento médico, incluindo convênios com órgãos de saúde, públicos e privados, fazendo assim baixar as taxas de mortalidade. Mas se por um lado isto deve ser verdade, por outro, os complexos médico-hospitalares de bom nível, inicialmente especializados para o tratamento da tuberculose, que lá ficaram e foram adaptados para atendimento diversificado, continuaram a atrair populações de doentes de áreas vizinhas, cujos óbitos inflacionaram as taxas de mortalidade do município. Todos estes fenômenos explicam as altas taxas de mortalidade, principalmente em menores de um ano de idade, que foram de 195.8, 149.9 e 106.7 por mil habitantes em 1950, 1960 e 1970, respectivamente, e que determinaram valores tão baixos para as esperanças de vida ao nascer, nos mesmos períodos (ver Tabela 4). De fato, enquanto para o Estado de São Paulo em 1950 a vida média foi igual a 53,8 anos e para o interior do Estado foi de 53,5 anos(**), São José dos Campos nem em 1960 havia atingido estes níveis.

(*) BERQUÓ, E. e GONÇALVES, M.A.I. - "A Invasão de Óbitos no Município de São Paulo". CEBRAP - Caderno 19, 1975.

(**) SÃO PAULO. Departamento de Estatística. Tábuas de sobrevivência conforme a mortalidade no período 1949-1951, para o interior e o Estado de São Paulo. São Paulo, 1955.

Ainda mesmo em 1970, um nascido vivo em São José deveria viver em média, apenas 58,8 anos, valor muito baixo se considerarmos os sub-produtos deixados no setor assistencial materno-infantil pelo Serviço Obstétrico Domiciliar que funcionou no município de 1966 a 1969.

O aumento gradativo na natalidade até 1960 é explicado pelo aumento da fecundidade certamente até 1950 pois, como se vê pela Tabela 1, a taxa de fecundidade passa de 143,5 a 154,9 por mil enquanto que a proporção de mulheres em idade fértil até diminui no período. Infelizmente não se dispõe, para o censo de 1960, da informação sobre a população feminina de 15 a 49 anos, mas a se julgar pela tendência verificada quando se considera 1970, poder-se-ia pensar que ela continuou a declinar de 1950 a 1960. Este sendo o caso, o aumento da fecundidade responderia também pela elevação da taxa de natalidade de 1950 a 1960. Finalmente, a queda observada na natalidade após 1960 é, em parte, explicada pelo declínio na proporção de mulheres em idade fértil mas, principalmente, pelo descenso efetivo da taxa de fecundidade. O uso da pílula anticoncepcional, introduzido entre nós por volta de 1965, deve ter sido um dentre outros fatores que determinaram a queda verificada em 1970.

Voltando ao componente migratório na dinâmica de São José, as projeções populacionais permitem uma análise dos saldos migratórios nos diversos grupos etários para os dois períodos considerados. Assim, para 1960(*) observa-se um diferencial por idade na composição do saldo migratório global. Pela projeção dever-se-ia esperar em 1960 um total de 14.162 crianças menores de 5 anos e no entanto o censo de 1960 registrou 12.314, apresentando, portanto uma evasão de 1.848 crianças. Este saldo vegetativo representa 12,2% do total.

Em face do crescimento decenal apresentado pela população, isto é, igual a 5.521 crianças menores de 5 anos, deve ter havido um saldo vegetativo da ordem de 7.369 crianças. Em todas as demais idades, o saldo foi positivo, isto é, supondo-se um movimento de entrada e saída de pessoas,

(*) A projeção para 1960 foi feita em duas etapas, isto é, para 1955 utilizando fatores de sobrevivência de 1950 e depois a partir da população projetada para 1955 e usando os fatores de sobrevivência de 1960 chegou-se à população prevista para 1960 (Ver a Tabela 13 no Anexo

TABELA 1 - Dinâmica da População do Município de São José dos Campos de 1940 a 1970

ANO	População Total (1)	Taxa Geométrica de Crescimento Anual em %	Decomposição do Crescimento (em %) que é devida a		Decomposição do Crescimento Vegetativo		Decomposição da Natalidade	
			MIGRAÇÃO	VEGETATIVO	Taxa de Mortalidade Por Mil(2)	Taxa de Natalidade Por Mil(3)	Taxa Geral de Fecundidade por Mil	Proporção da População Feminina de 15 a 49 anos (em %)
1940	32 324	-	-	-	41,9	37,9	143,5	26,4
1950	44 804	3,3	-	-	25,8	39,4	154,9	25,4
1960	76 997	5,6	46,9	53,1	14,3	42,1	(4)	(4)
1970	148 332	6,8	48,2	51,8	9,4	34,5	141,8	24,4

(1) FONTE: Censo Demográfico

(2) Foram considerados os óbitos ocorrentes no Município.

(3) FONTE: Nascimentos fornecidos pelo DEESP.

(4) Os cálculos não puderam ser feitos por não existir, publicada, a estrutura etária e por sexo das populações no Censo de 1960.

a imigração para São José acabou superando a emigração. Coube ao grupo etário de 20 a 30 anos a maior parcela (29,6%) do saldo migratório total tendo sido este grupo também aquele onde a migração atuou como fator mais importante para explicar o aumento experimentado pela população na década; de fato, do aumento de 4 854 pessoas, 92,6% foi explicado por imigração.

Estas mesmas características aparecem quando se analisa a Tabela 3 que se refere à decomposição do crescimento apresentado durante o período 1960/1970(*), acentuando-se ainda mais a participação do grupo etário de 20 a 30 anos que passa a representar 32,4% do saldo migratório total.

O número de crianças menores de 5 anos que não se encontravam no município em 1970, segundo a projeção, foi igual a 2 469, em valor absoluto maior do que aquele verificado em 1960, mas que em termos relativos representa 26,1% do crescimento experimentado pela população de 1960 a 1970, menor portanto, do que o observado para 1960. Este saldo negativo representou 7,1% do saldo total. Em todos os demais grupos etários o balanço entre as entradas e saídas de pessoas no município, durante o decênio 1960/1970, privilegiou a imigração para São José à semelhança do que já havia ocorrido também no decênio anterior.

Concluindo, o aparecimento de saldos negativos apenas no grupo etário de menores de cinco anos nos levou a pensar que o contingente populacional de adultos, que saiu de São José nos últimos vinte anos - e que pelos resultados é muito menor do que o contingente que imigrou para o município - é de tipo familiar e o responsável pela evasão de crianças menores de 5 anos.

(*) As projeções encontram-se nas Tabelas 14 e 15 do Anexo.

TABELA 2 - Decomposição do Crescimento da População de São José dos Campos de 1950 a 1960

IDADE	População Recensea- mento 1960	População Recensea- mento 1970	Diferença = Cresci- mento Decenal	População Projetada 1970	DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA				
					Saldo Migratório			Saldo Vegetativo	
					Total	Porcenta- gem sobre o Saldo Total	Porcenta- gem sobre o Cresci- mento	Total	Porcenta- gem sobre o Cresci- mento
01 - 05	6 793	12 314	5 521	14 162	-1 848	-12,2	-33,5	7 369	133,5
05 - 15	10 388	19 568	9 180	15 444	4 124	27,2	44,9	5 056	55,1
15 - 20	4 597	7 601	3 004	5 452	2 149	14,2	71,5	855	28,5
20 - 30	8 467	13 321	4 859	8 825	4 496	29,6	92,6	358	7,4
30 - 40	5 873	10 182	4 309	7 353	2 829	18,6	65,6	1 480	34,4
40 - 50	4 162	6 705	2 543	4 837	1 868	12,3	73,5	675	26,5
50 - 60	2 526	3 892	1 366	3 316	576	3,8	42,2	790	57,8
60 e +	1 930	3 353	1 423	2 382	971	6,4	68,2	452	31,8
T O T A L	44 736	76 936	32 200	61 771	15 165	100,0	46,9	17 035	53,1

TABELA 3 - Decomposição do Crescimento da População de São José dos Campos de 1960 a 1970

IDADE	População Recensea- mento 1960	População Recensea- mento 1970	Diferença = Cresci- mento Decenal	População Projetada 1970	DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA				
					Saldo Migratório			Saldo Vegetativo	
					Total	Porcenta- gem sobre o Saldo Total	Porcenta- gem sobre o Cresci- mento	Total	Porcenta- gem sobre o Cresci- mento
01 - 05	12 314	21 760	9 446	24 229	-2 469	- 7,1	- 26,1	11 915	126,1
05 - 15	19 568	38 747	19 179	30 721	8 026	23,3	41,8	11 153	58,2
15 - 20	7 601	16 212	8 611	10 574	5 638	16,4	65,5	2 973	34,5
20 - 30	13 321	27 263	13 942	16 112	11 151	32,4	80,0	2 791	20,0
30 - 40	10 182	17 944	7 762	12 713	5 231	15,2	67,4	2 531	32,6
40 - 50	6 705	12 302	5 597	9 360	2 942	8,5	52,6	2 655	47,4
50 - 60	3 892	7 628	3 736	5 771	1 857	5,4	50,0	1 879	50,0
60 e +	3 353	6 365	3 012	4 327	2 038	5,9	67,7	974	32,3
T O T A L	76 936	148 221	71 285	113 807	34 414	100,0	48,1	36 871	51,9

TABELA 4 - Taxas de Mortalidade Específicas por Idade e Esperanças de Vida.
São José dos Campos, 1950, 1960 e 1970.

IDADE EM ANOS	Taxa Específica de Mortalidade por 1 000			Esperança de Vida		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
-1	195,8	149,9	106,7	35,3	49,8	58,8
1 - 4	31,4	13,7	6,3	41,3	56,4	64,1
5 - 9	4,6	2,0	1,1	42,6	55,5	61,7
10 - 14	4,2	1,4	1,1	38,5	51,0	57,1
15 - 19	6,7	2,1	1,5	34,3	46,3	52,4
20 - 24	15,6	3,7	1,3	30,4	41,8	47,8
25 - 29	22,0	5,3	2,9	27,6	37,5	43,1
30 - 34	21,7	8,5	3,8	25,6	33,5	38,7
35 - 39	32,2	10,0	4,7	23,2	29,8	34,3
40 - 44	21,4	11,5	7,9	21,9	26,2	30,1
45 - 49	22,4	15,2	7,3	19,0	22,6	26,2
50 - 54	28,1	21,1	15,7	16,0	19,2	22,1
55 - 59	46,2	33,5	22,1	13,0	16,1	18,7
60 - 64	44,0	38,8	30,6	10,8	13,6	15,6
65 - 69	86,8	56,5	55,1	7,9	10,9	12,8
70 e +	171,6	114,4	90,4	5,8	8,7	11,1
T O T A L	25,8	14,7	9,4			

3. A POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO

A distribuição da população de São José dos Campos por idade nos últimos quatro censos considerados, reflete bem essa dinâmica que acabamos de descrever. Isto pode ser apreciado quer pelo exame direto das Tabelas 5, 6, 7 e 8 quer pela observação das projeções gráficas dessas informações em pirâmides etárias.

Antes de se iniciar um exame mais detalhado dessas distribuições na época de cada um dos censos considerados, vale a pena observar que as pirâmides etárias, de 1940 a 1970, quanto ao aspecto geral, caracterizam populações típicas de áreas em desenvolvimento, ou seja, sujeitas a altas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, bem como elevada mortalidade específica nos demais grupos etários. Ou seja, a pirâmide é tipicamente triangular, bem distinta daquela comum às regiões em que a natalidade por estar em pleno declínio, acompanhada de baixa mortalidade infantil, acaba por determinar mais população na faixa de 10 a 14 anos do que nas anteriores. A população de São José dos Campos pode ser classificada como "progressiva" pelo fato de possuir uma estrutura etária muito próxima da classificação proposta por Sundbarg(*), isto é,

40% no grupo etário 0 a 14 anos

50% no grupo etário 15 a 49 anos

10% no grupo etário 50 e mais anos.

De fato, assim esteve distribuída a população de São José dos Campos, pelas três faixas etárias consideradas:

<u>1940</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>	<u>1970</u>
37,60	38,35	41,41	40,78
52,16	51,55	49,10	49,71
10,24	10,10	9,49	9,51

(*) Em BERQUÓ, E. e MILANESI, M.L. - "Estatística Vital" - 6a. Edição. Universidade de São Paulo, 1969.

TABELA 5 - São José dos Campos, População por Idade e Sexo, 1940

Idade \ Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 - 4	2 256	14,15	2 124	12,97	4 380	13,63
5 - 9	1 882	11,80	2 119	12,94	4 001	12,36
10 - 14	1 797	11,27	1 961	11,98	3 758	11,61
15 - 19	1 613	10,11	1 808	11,04	3 421	10,57
20 - 24	1 486	9,32	1 647	10,06	3 133	9,73
25 - 29	1 330	8,34	1 445	8,82	2 775	8,57
30 - 34	1 188	7,45	1 159	7,08	2 347	7,25
35 - 39	1 030	6,46	952	5,81	1 982	6,12
40 - 44	941	5,90	830	5,07	1 771	5,47
45 - 49	753	4,72	689	4,21	1 442	4,45
50 - 54	514	3,22	488	2,98	1 002	3,10
55 - 59	396	2,48	384	2,35	780	2,41
60 - 64	293	1,84	306	1,87	599	1,85
65 - 69	227	1,42	220	1,34	447	1,38
70 e +	219	1,37	215	1,31	434	1,34
Idade Ignorada	24	0,15	28	0,17	52	0,16
TOTAL	15 949	100,00	16 375	100,00	32 324	100,00

TABELA 6 - São José dos Campos, População por Idade e Sexo, 1950

Idade \ Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 - 4	3 415	15,13	3 378	15,19	6 793	15,16
5 - 9	2 851	12,63	2 771	12,46	5 622	12,55
10 - 14	2 307	12,22	2 459	11,06	4 766	10,64
15 - 19	2 225	9,86	2 372	10,67	4 597	10,26
20 - 24	2 226	9,86	2 198	9,89	4 424	9,87
25 - 29	2 007	8,89	2 036	9,16	4 043	9,02
30 - 34	1 647	7,30	1 526	6,86	3 173	7,08
35 - 39	1 398	6,19	1 302	5,86	2 700	6,03
40 - 44	1 166	5,17	1 078	4,85	2 244	5,01
45 - 49	1 031	4,57	887	3,99	1 918	4,28
50 - 54	807	3,58	724	3,26	1 531	3,42
55 - 59	517	2,29	478	2,15	995	2,22
60 - 64	457	2,02	429	1,93	886	1,98
65 - 69	208	0,92	230	1,03	438	0,98
70 e +	281	1,25	325	1,46	606	1,35
Idade Ignorada	26	0,12	42	0,19	68	0,15
TOTAL	22 569	100,00	22 235	100,00	44 804	100,00

TABELA 7 - São José dos Campos, População por Idade, 1960

IDADE	POPULAÇÃO	
	Número	%
0 - 4	12 314	15,99
5 - 9	10 732	13,94
10 - 14	8 836	11,48
15 - 19	7 601	9,87
20 - 24	7 051	9,16
25 - 29	6 270	8,14
30 - 34	5 504	7,15
35 - 39	4 678	6,08
40 - 44	3 745	4,86
45 - 49	2 960	3,84
50 - 54	2 222	2,89
55 - 59	1 670	2,17
60 - 64	1 366	1,77
65 - 69	921	1,20
70 e +	1 066	1,38
Idade Ignorada	61	0,08
T O T A L	76 997	100,00

FONTE: Sinopse Preliminar, Censo Demográfico, 1960

TABELA 8 - São José dos Campos, População Por Idade e Sexo, 1970

Idade \ Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
0 - 4	11 018	14,70	10 742	14,63	21 760	14,66
5 - 9	10 409	13,88	10 568	14,40	20 977	14,14
10 - 14	8 900	11,88	8 870	12,08	17 770	11,98
15 - 19	7 955	10,62	8 257	11,25	16 212	10,93
20 - 24	7 716	10,30	7 447	10,15	15 163	10,22
25 - 29	6 191	8,26	5 909	8,05	12 100	8,16
30 - 34	5 147	6,87	4 656	6,34	9 803	6,61
35 - 39	4 230	5,65	3 911	5,33	8 141	5,49
40 - 44	3 196	4,27	2 987	4,07	6 183	4,17
45 - 49	3 150	4,20	2 969	4,04	6 119	4,13
50 - 54	2 197	2,93	2 125	2,89	4 322	2,91
55 - 59	1 664	2,22	1 642	2,24	3 306	2,23
60 - 64	1 216	1,62	1 204	1,64	2 420	1,63
65 - 69	861	1,15	882	1,20	1 743	1,18
70 e +	1 022	1,36	1 180	1,61	2 202	1,48
Idade Ignorada	57	0,08	54	0,07	111	0,07
TOTAL	74 929	100,00	73 403	100,00	148 332	100,00

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

THE JOURNAL OF THE AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION
PUBLISHED WEEKLY
CHICAGO, ILL., U.S.A.

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance
Single Copies, Fifteen Cents
Entered as Second-Class Matter, May 2, 1912
Postpaid

Acceptance for mailing at special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917
Authorized by Act of October 3, 1917
Postage paid at Chicago, Ill.
Postmaster: This publication is entered as second-class matter under No. 100,000, and is authorized to mail at the special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917.
Copyright, 1934, by American Medical Association
Printed at the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.
Second-class postage paid at Chicago, Ill.
Postmaster: This publication is entered as second-class matter under No. 100,000, and is authorized to mail at the special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917.

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance
Single Copies, Fifteen Cents
Entered as Second-Class Matter, May 2, 1912
Postpaid

THE JOURNAL OF THE AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION
PUBLISHED WEEKLY
CHICAGO, ILL., U.S.A.

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance
Single Copies, Fifteen Cents
Entered as Second-Class Matter, May 2, 1912
Postpaid

Acceptance for mailing at special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917
Authorized by Act of October 3, 1917
Postage paid at Chicago, Ill.
Postmaster: This publication is entered as second-class matter under No. 100,000, and is authorized to mail at the special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917.

Copyright, 1934, by American Medical Association
Printed at the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.
Second-class postage paid at Chicago, Ill.
Postmaster: This publication is entered as second-class matter under No. 100,000, and is authorized to mail at the special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917.

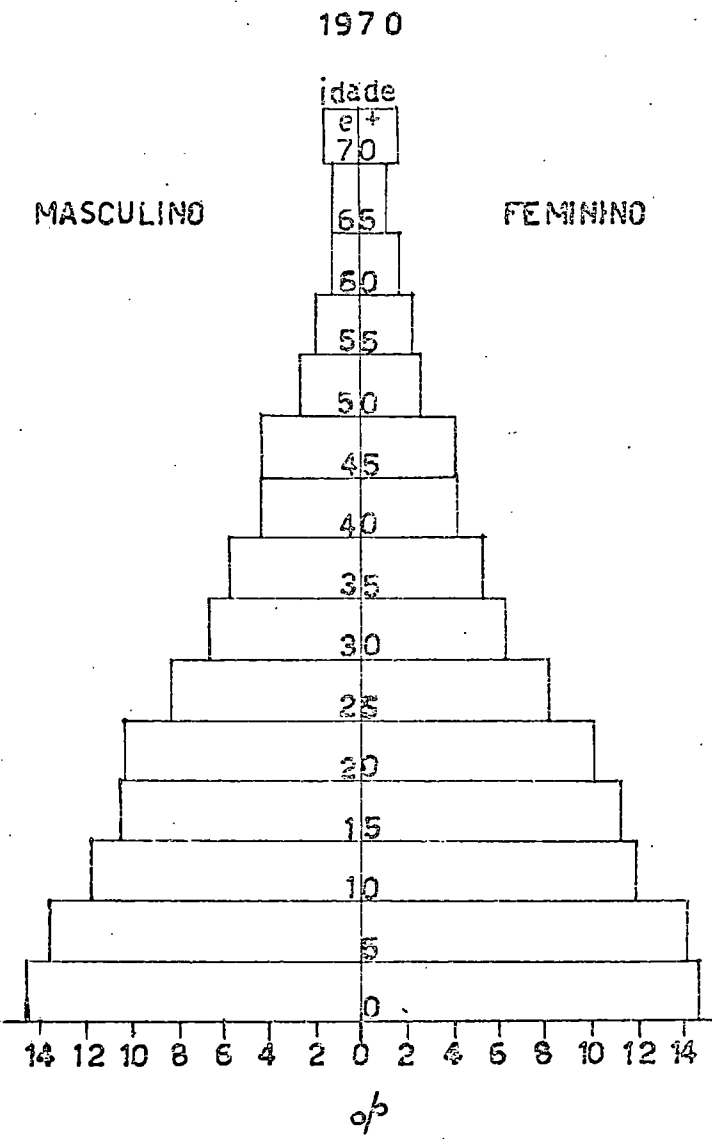
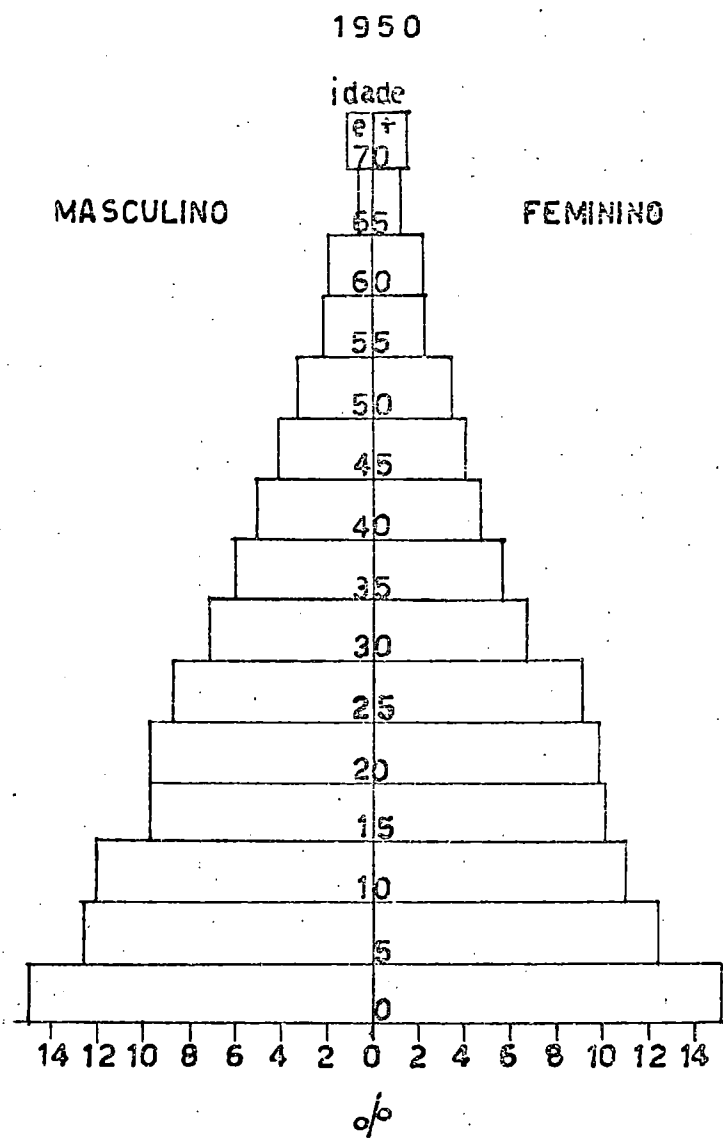
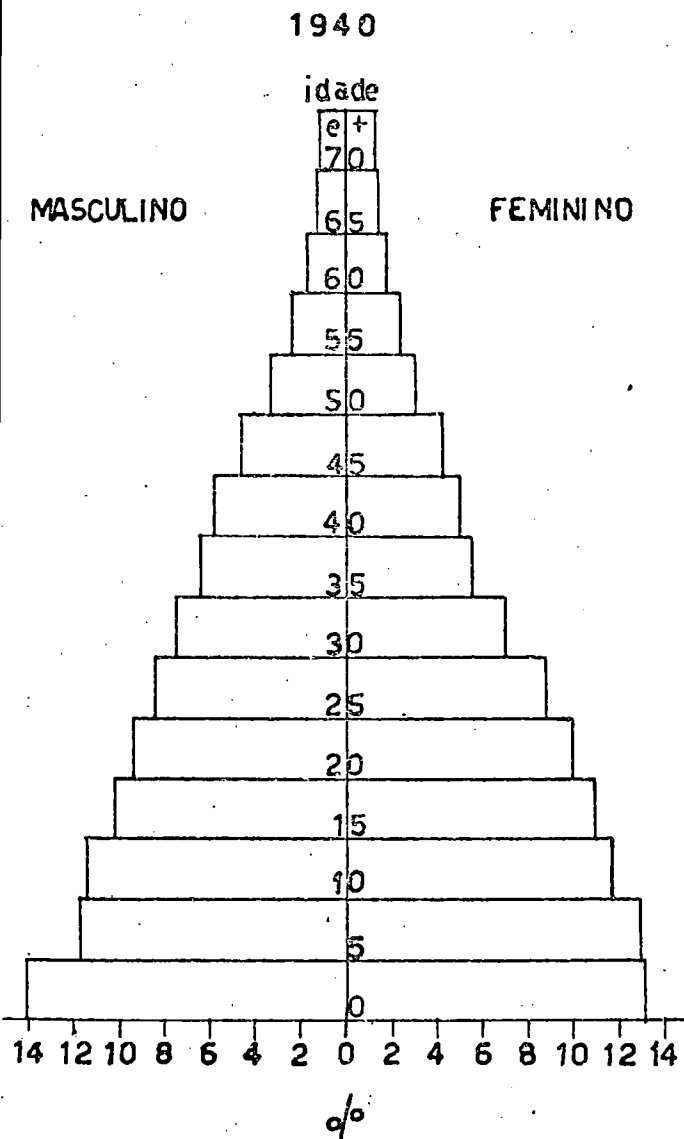
Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance
Single Copies, Fifteen Cents
Entered as Second-Class Matter, May 2, 1912
Postpaid

Acceptance for mailing at special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917
Authorized by Act of October 3, 1917
Postage paid at Chicago, Ill.
Postmaster: This publication is entered as second-class matter under No. 100,000, and is authorized to mail at the special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917.

Copyright, 1934, by American Medical Association
Printed at the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill.
Second-class postage paid at Chicago, Ill.
Postmaster: This publication is entered as second-class matter under No. 100,000, and is authorized to mail at the special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917.

Subscription price, Five Dollars Per Annum in Advance
Single Copies, Fifteen Cents
Entered as Second-Class Matter, May 2, 1912
Postpaid

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



Voltaremos a estes dados mais tarde para discutir as pequenas alterações sofridas na distribuição durante os trinta anos considerados.

Analiseemos em primeiro lugar, o grupo etário de 0 a 4 anos completos. As porcentagens da população nesta faixa etária acompanham perfeitamente a evolução das taxas de natalidade que, como vimos, sobem de 1940 a 1960 declinando em 1970. De fato, 13,63%, 15,16% e 15,99% da população estavam na faixa de 0 a 4 anos nos censos de 1940, 1950 e 1960, respectivamente, caindo a 14,66% em 1970. Refletindo este grupo etário as alterações demográficas havidas nos últimos cinco anos, pode-se dizer que a queda experimentada em 1970, corresponde a um descenso da natalidade a partir de 1965, o que encontra justificativa no fato já assinalado anteriormente de que este período corresponde ao momento em que a pílula começa a figurar na lista dos anticoncepcionais. O contingente de crianças de 0 a 4 anos sobreviventes nos referidos censos é o resultante ainda das taxas de mortalidade infantil a que estiveram expostos os nascidos vivos durante o quinquênio que se encerra em cada um dos anos censitários. Estas taxas foram de 163, 116 e 93 por mil nascidos vivos para 1950, 1960 e 1970, respectivamente. Tudo isto sem perder de vista a análise que foi feita sobre a emigração familiar refletida na evasão em 1960 e 1970 de crianças menores de 5 anos.

Passando, a seguir, a analisar as demais faixas etárias, tomemos os grupos etários de 5 a 9 anos e 10 a 14 anos que devem traduzir, em um ano calendário o efeito das taxas de natalidade verificadas nos últimos dez anos. De fato, em 1950, as proporções de população nos dois grupos etários foram de 12,55% e 10,64%, respectivamente, passando, em 1960, a 13,94% e 11,48%, para atingir, em 1970, os valores de 14,14% e 11,98%, perfeitamente coerentes com as taxas de natalidade verificadas em 1940 (37,9 por mil), 1950 (39,4 por mil) e 1960 (42,1 por mil). Por outro lado os percentuais nestes dois grupos etários fazem supor que na década de 30 as taxas de natalidade, em média, não foram muito diferentes daquela experimentada em 1940.

Continuando-se a analisar a anatomia das pirâmides etárias, que como é sabido retratam as marcas deixadas pelos componentes da dinâmica através do tempo, nota-se mais uma vez a coerência entre os contingentes populacionais nas faixas etárias 15 a 19 e 20 a 24 anos em 1960 e 1970 e as taxas de natalidade que operavam em 1940 e 1950. De fato, em 1960, 9,87% e 9,16% eram pessoas de 15 a 19 e 20 e 24 anos respectivamente, passando a

10,93% e 10,22% em 1970, quando a taxa de natalidade, como já se viu anteriormente, passou de 37,9 a 39,4 por mil de 1940 a 1950.

Infelizmente, não se pode prosseguir com este mesmo tipo de análise sobre a coerência entre o contingente de população encontrado em um certo grupo etário, em determinado censo, e a taxa de natalidade verificada no período em que a coorte de sobreviventes considerada deveria ter nascido, por não se dispor neste trabalho, de informações sobre estas taxas em períodos anteriores a 1940.

Voltando-se, então, a atenção para a população com 50 anos ou mais à época dos quatro últimos censos apresentada páginas atrás, verifica-se uma queda da ordem de 7% ao se passar de 1940 a 1970. Este achado surpreende se se considerar que a taxa de mortalidade para a população de 50 ou mais anos veio caindo, passando de 61 por mil em 1950, 46 por mil em 1960 e 36 por mil em 1970. A queda relativa da população mais velha deve estar, portanto, associada às alterações nos fluxos migratórios, diferencionalmente para os dois sexos, uma vez que os 7%, já mencionados para o conjunto dos dois sexos correspondem a 10% para os homens contrastados com apenas 3% de queda para as mulheres.

Focalizando o equilíbrio dos dois sexos na população, observa-se que a razão de masculinidade veio crescendo no período considerado atingindo os valores 973, 1015 e 1021 homens por mil mulheres, em 1940, 1950, e 1970, respectivamente. Acreditamos que este superavit de homens nas duas últimas décadas seja devido principalmente à migração diferencial ocorrida em São José dos Campos. Infelizmente não se dispõe da população por idade e sexo em 1960, mas o confronto dos valores tomados pela razão de masculinidade em 1950 e 1970 segundo as três faixas etárias (Tabela 9), mostra alguns fatos bastante interessantes à luz do fenômeno migratório. A composição da população por sexo na faixa de 0 a 14 anos é bastante semelhante nos dois períodos, isto é, está bem próxima do equilíbrio que era de se esperar uma vez que os menores, em geral, não emigram e nem imigram sozinhos mas sim acompanhando suas famílias. Na faixa de 15 a 49 anos o número de homens era maior do que o de mulheres para 1950, fato que se acentuou em 1970. Isto pode significar a entrada, no município, de um maior contingente de homens atraídos pelo mercado de trabalho nas indústrias, nem sempre igualmente aberto à mão de obra feminina ainda mais se se tratar de mulheres casadas e com

filhos menores, conforme se verificou no estudo baseado em entrevistas focalizadas, realizadas junto à população de São José dos Campos. Por outro lado, em 1970 modifica-se o panorama do equilíbrio dos sexos no grupo mais velho, isto é, de 50 ou mais anos, pela redução do número de homens ou aumento do de mulheres. Além da mortalidade diferencial por sexo poder-se-ia pensar ou na saída de aposentados que procurariam lugares mais tranquilos para morar ou na evasão de mão-de-obra que por ser menos qualificada encontraria chances muito reduzidas de trabalho, caso permanecessem na cidade, transformada que foi em centro industrial moderno.

TABELA 9 - Razão de Masculinidade por Mil Mulheres, Por Idade - São José dos Campos.

IDADES EM ANOS	1 940	1 950	1 970
0 - 15	1 021	996	1 004
15 - 50	977	1 026	1 040
50 ou +	1 022	1 038	989
TOTAL	973	1 015	1 021

A razão de dependência(*) foi calculada para o conjunto da população no período de 1940 a 1970. A comparação dos valores tomados pela razão torna evidente um aumento do número de dependentes. De fato, em 1940 para cada 1 000 pessoas que trabalhavam, 1 816 não eram economicamente ocupadas, 1 819 na década dos 50 e, finalmente, em 1970, para cada 1 000 pessoas trabalhando, 2 120 não exerciam nenhuma atividade remunerada. Estes valores apresentam a mesma tendência que para o Brasil, e uma das razões para este fato é a entrada cada vez mais tardia para o mercado de trabalho, em função do aumento da escolaridade e a saída antecipada por exigência deste mesmo mercado, de pessoas mais velhas, porém ainda em idade produtiva.

(*) Dada pelo quociente entre - o número de pessoas inativas e menores de zero a nove anos - e - o número de pessoas economicamente ativas.

Para 1940, a categoria referente a atividades domésticas não remuneradas estão agrupadas pessoas ligadas a ocupações classificadas como mal definidas. Por não haver possibilidades de extrair-las deste conjunto, a razão de dependência, neste ano, se torna menos precisa.

Para os demais anos esta informação constituía categoria isolada, e portanto, adicionada aos que possuíam algum tipo de ocupação.

4 - A POPULAÇÃO POR PROCEDÊNCIA E TEMPO DE RESIDÊNCIA.

A grande maioria da população que se encontrava em São José dos Campos em 1970, isto é, 89,3% era população urbana. Esta não foi sempre, entretanto, a situação vigente, pois em 1940, somente 43,5% encontravam-se nesta categoria. Foi por volta de 1950 que o contingente urbano ultrapassou o rural, correspondendo a 57,8% da população e daí por diante o município figurou sempre no conjunto dos predominantemente urbanos, como bem mostra a cifra relativa a 1960, isto é, 73,4% eram população urbana. Esta evolução traduzida em termos de taxa de crescimento médio anual corresponde, para a população urbana, às cifras 6,3% de 1940 a 1950, 8,2% de 1950 a 1960 e finalmente 8,8% de 1960 a 1970. Para a população rural tem-se 0,3%, 0,9% e 2,6% para as décadas correspondentes.

É interessante observar que da população que se encontrava em São José dos Campos em 1970, 50,2% não eram naturais de lá e esta imigração é notadamente recente, acentuando-se nos últimos dez anos, como mostra a tabela 10. De fato, 48,3% estão em São José, há 5 anos ou menos e 67,6% há no máximo 10 anos.

A maior proporção de homens verificada na população total de residentes em São José em 1970, que como já se viu páginas atrás, corresponde a uma razão de masculinidade de 1 021 homens para 1 000 mulheres, se deve a um maior contingente de homens entre os imigrantes. De fato, a razão de masculinidade foi de 1 006 para os naturais de São José contra 1 036 para os imigrantes. Para os imigrantes esta razão é tanto maior quanto mais recente a imigração, atingindo os valores de 1 050, 1 030 e 1 020, respectivamente para os chegados no máximo 5 anos, 10 anos e 11 anos e mais. Para os chegados há menos de 1 ano, a preponderância do sexo masculino é mais acentuada atingindo a razão de 1 106. Estes resultados mostram, portanto, uma imigração seletiva por sexo, que veio se acentuando cada vez mais nos últimos anos.

TABELA 10 - População Não Natural de São José dos Campos, Por Sexo, Segundo O Tempo De Residência No Município, 1970.

TEMPO DE PERMANÊNCIA (em anos)	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 1	5 674	15,0	5 131	14,0	10 806	14,5
1	2 926	7,7	2 835	7,8	5 761	7,8
2	3 085	8,1	3 068	8,4	6 154	8,3
3	3 121	8,2	2 847	7,8	5 968	8,0
4	1 966	5,2	1 977	5,4	3 943	5,3
5	1 629	4,3	1 672	4,6	3 301	4,4
6 a 10	7 289	19,2	7 079	19,4	14 368	19,3
11 ou mais	12 167	32,1	11 928	32,6	24 095	32,4
T O T A L	37 858	100,0	36 537	100,0	74 395	100,0

FONTE: Censo Demografico de 1970.

Quando se passa a considerar a procedência urbano-rural desses 74 395 não naturais de São José dos Campos, observa-se (Tabela 11) que 94,2% foram se localizar na área urbana enquanto que os 4 309 restantes optaram ou tiveram de aceitar a área rural. O movimento de imigração para São José se deu à custa de um maior contingente de população urbana (68,7%) do que rural (31,3%), proveniente em grande parte do próprio Estado de São Paulo (57,5%), seguindo-se Minas Gerais (29,5%), Rio de Janeiro (3,39%) e Paraná (2,7%). Os 70 086 imigrantes urbanos se localizaram em sua quase totalidade (98,3%) na área urbana enquanto que dos chegados de áreas rurais, 85,3% procuraram a cidade. (Ver Tabela já referida.)

TABELA 11 - População Residente Em São José dos Campos em 1970, Mas Não-Natural de São José, Segundo a Situação do Domicílio Rural-Urbana e Procedência

Situat�o Atual do Domicílio		URBANA		RURAL		TOTAL	
		N�	%	N�	%	N�	%
URBANA	N�	50 279	70,2	19 807	29,8	70 086	100,0
	%	98,3		85,3		94,2	
RURAL	N�	891	21,0	3 418	79,0	4 309	100,0
	%	1,7		14,7		5,8	
TOTAL	N�	51 170	68,7	23 225	31,3	74 395	100,0
	%	100,0		100,0		100,0	

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

Quando se junta a esta análise a considera o do sexo dos imigrantes vê-se que a situa o antes descrita se repete tanto para os homens quanto para as mulheres, como bem o mostra a Tabela 12. Ou seja, não se surpreende nenhum comportamento especial de um dos sexos no fluxo migratório rural-urbano e urbano-rural da origem para o destino. Infelizmente não se dispõe de um cruzamento que permitisse ainda classificar os imigrantes da Tabela 12 conforme o tempo de residência em São José. Esta tabela, se existisse, permitiria verificar se o deslocamento de contingentes urbanos (rurais) para São José veio ou não aumentando com o tempo e, em caso afirmativo, se este foi diferencial por sexo.

ANEXOS

17.

TABELA 12 - População Residente em São José dos Campos em 1970 mas Não Natural de São José, Segundo a Situação do Domicílio Rural-Urbana por Sexo e Procedência

PROCEDÊNCIA SITUAÇÃO ATUAL DO DOMICÍLIO		H O M E N S						M U L H E R E S					
		URBANA		RURAL		TOTAL		URBANA		RURAL		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
URBANA	Nº	25 438	71,6	10 042	28,4	35 480	100,0	24 841	71,9	9 765	28,1	34 606	100,0
	%	98,2		84,0		93,7		98,3		86,7		94,7	
RURAL	Nº	465	19,6	1 913	80,4	2 378	100,0	426	22,1	1 505	77,9	1 931	100,0
	%	1,8		16,0		6,3		1,7		13,3		5,3	
TOTAL	Nº	25 903	68,4	11 955	31,6	37 858	100,0	25 267	69,2	11 270	30,8	36 537	100,0
	%	100,0		100,0		100,0		100,0		100,0		100,0	

Tabela 13

Projeção da População Total do Município de São José dos Campos - 1950-1960

IDADE	População Recenseada em 1950	Fator de Sobrevivência 1950	Projeção da População de 1955	Fator de Sobrevivência 1960	Projeção da População de 1960	População Recenseada em 1960	Saldo Migratório
- 1	1 512	0,85734	1 909	0,88700	2 788	2 542	- 246
1- 4	5 281	0,76485	7 594	0,83500	11 374	9 772	- 1 602
5- 9	5 622	0,97818	6 309	0,99174	9 187	10 732	1 545
10-14	4 766	0,97310	5 499	0,99139	6 257	8 836	2 579
15-19	4 597	0,94625	4 638	0,98565	5 452	7 601	2 149
20-24	4 424	0,91088	4 350	0,97791	4 571	7 051	2 480
25-29	4 043	0,89624	4 030	0,96622	4 254	6 270	2 016
30-34	3 173	0,87514	3 623	0,95467	3 894	5 504	1 610
35-39	2 700	0,87277	2 777	0,94768	3 459	4 678	1 219
40-44	2 244	0,89629	2 356	0,93573	2 632	3 745	1 113
45-49	1 918	0,88202	2 011	0,91368	2 205	2 960	755
50-54	1 531	0,83346	1 692	0,87386	1 837	2 222	385
55-59	995	0,79674	1 276	0,83516	1 479	1 670	191
60-64	886	0,73133	793	0,79131	1 066	1 366	300
65-69	438	0,47717	648	0,60014	628	921	293
70 e +	606		498		688	1 066	378
TOTAL (*)	44 736		49 623		61 771	76 936	15 165

(*) Excluída idade ignorada.

Tabela 14

Projeção da População Total do Município de São José dos Campos - 1960-1970, Segundo o Fator de Sobre-
vivência dos Óbitos Ocorrentes

IDADE	População Recenseada em 1960	Fator de Sobrevivência de 1960	Projeção da População de 1965	Fator de Sobrevivência de 1970	Projeção da População de 1970	População Recenseada em 1970	Saldo Migratório
- 1	2 542	0,88700	3 701	0,91688	4 545	4 491	- 54
1- 4	9 772	0,83500	15 511	0,88654	19 684	17 269	- 2 415
5- 9	10 732	0,99174	11 904	0,99448	18 883	20 977	2 094
10-14	8 836	0,99139	10 643	0,99350	11 838	17 770	5 932
15-19	7 601	0,98565	8 760	0,99287	10 574	16 212	5 638
20-24	7 051	0,97791	7 492	0,98955	8 698	15 163	6 465
25-29	6 270	0,96622	6 895	0,98349	7 414	12 100	4 686
30-34	5 504	0,95467	6 058	0,97914	6 781	9 803	3 022
35-39	4 678	0,94768	5 255	0,96913	5 932	8 141	2 209
40-44	3 745	0,93573	4 433	0,96249	5 093	6 183	1 090
45-49	2 960	0,91368	3 504	0,94447	4 267	6 119	1 852
50-54	2 222	0,87386	2 704	0,91041	3 309	4 322	1 013
55-59	1 670	0,83516	1 942	0,87770	2 462	3 306	844
60-64	1 366	0,79131	1 395	0,81178	1 704	2 420	716
65-69	921	0,60014	1 081	0,65616	1 132	1 743	611
70 e +	1 066		1 192		1 491	2 202	711
TOTAL	76 936		92 470		113 807	148 221	34 414

Tabela 15

Projeção da População Total do Município de São José dos Campos - 1960-1970, Segundo o Fator de Sobre-
vivência dos Óbitos Residentes

IDADE	População Recenseada em 1960	Fator de Sobrevivência de 1960	Projeção da População de 1965	Fator de Sobrevivência de 1970	Projeção da População de 1970	População Recenseada em 1970	Saldo Migratório
0-1	2 542	0,88700	3 701	0,92007	4 561	4 491	- 70
1-4	9 772	0,83500	15 511	0,89237	19 813	17 269	- 2 544
5-9	10 732	0,99174	11 904	0,99490	18 915	20 977	2 062
10-14	8 836	0,99139	10 643	0,99438	11 843	17 770	5 927
15-19	7 601	0,98565	8 760	0,99219	10 583	16 212	5 629
20-21	7 051	0,97791	7 492	0,98860	8 692	15 163	6 471
25-29	6 270	0,96622	6 895	0,98519	7 407	12 100	4 693
30-34	5 504	0,95467	6 058	0,97887	6 793	9 803	3 010
35-39	4 678	0,94768	5 255	0,96732	5 930	8 141	2 211
40-44	3 745	0,93573	4 433	0,95712	5 083	6 183	1 100
45-49	2 960	0,91368	3 504	0,94422	4 243	6 119	1 876
50-54	2 222	0,87386	2 704	0,91918	3 309	4 322	1 013
55-59	1 670	0,83516	1 942	0,87953	2 485	3 306	821
60-64	1 366	0,79131	1 395	0,83307	1 708	2 420	712
65-69	921	0,60014	1 081	0,64890	1 162	1 743	581
70 e +	1 066		1 192		1 475	2 202	727
TOTAL	76 936		92 470		114 002	148 221	34 219

Tabela 16

Tábua de Sobrevivência para o Total da População do Município de São José dos Campos, 1950

Idade	População 1950	Óbitos (média de 49/51)	Coeficiente de Mortalidade	Probabilidade de Morte	De 100 000 Nascidos Vivos		Total de Anos Vividos Pela Geração de 100 000 Indivíduos		Esperança de Vida e_x^o
					Sobrevivem no Início do Gru po de Idade l_x	Morrem Durante o Grupo de Idade ndx	No Grupo de Idade nL_x	Do Grupo de Idade em Diante T_x	
	nPx	nDx	nMx	q_x					
- 11	1 512	296	0,195767	0,167839	100 000	16 784	85 734	3 526 183	35,26
1 - 4	5 281	166	0,031433	0,115563	83 216	9 617	305 938	3 440 449	41,34
5 - 9	5 622	26	0,004625	0,022859	73 599	1 682	363 791	3 134 511	42,59
10 - 14	4 766	20	0,004196	0,020764	71 917	1 493	355 852	2 770 720	38,53
15 - 19	4 597	31	0,006744	0,033159	70 424	2 335	346 281	2 414 868	34,29
20 - 24	4 424	69	0,015597	0,075057	68 089	5 111	327 667	2 068 587	30,38
25 - 29	4 043	89	0,022013	0,104325	62 978	6 570	298 465	1 740 920	27,64
30 - 34	3 173	69	0,021746	0,103124	56 408	5 817	267 497	1 442 455	25,57
35 - 39	2 700	87	0,032222	0,149100	50 591	7 543	234 097	1 174 958	23,22
40 - 44	2 244	48	0,021390	0,101523	43 048	4 371	204 313	940 861	21,86
45 - 49	1 918	43	0,022419	0,106147	38 677	4 105	183 123	736 548	19,04
50 - 54	1 531	43	0,028086	0,131218	34 572	4 536	161 519	553 425	16,01
55 - 59	995	46	0,046231	0,207207	30 036	6 224	134 619	391 906	13,05
60 - 64	886	39	0,044018	0,198271	23 812	4 721	107 257	257 287	10,80
65 - 69	438	38	0,086758	0,356473	19 091	6 805	78 440	150 030	7,86
70 e +	606	104	0,171617	1,000000	12 286	12 286	71 590	71 590	5,83
TOTAL*	44 736	1 214	0,027137						

(*) Exclui idade ignorada.

Tabela 17

Tábua de Sobrevida para o Total da População do Município de São José dos Campos, 1960

Idade	População 1960	Óbitos (média de 59/61)	Coeficiente de Mortalidade	Probabilidade de Morte	De 100 000 Nascidos Vivos		Total de Anos Vividos pela Geração de 100 000 Indivíduos		Esperança de Vida
					Sobrevivem no Início do Gru po de Idade	Morrem Durante o Grupo de Idade	No Grupo de Idade	Do Grupo de Idade em Diante	
	nPx	nDx	nMx	q _x	lx	ndx	nLx	T _x	e _x
- 1	2 542	381	0,149882	0,132945	100 000	13 294	88 700	4 979 815	49,80
1 - 4	9 772	134	0,013713	0,052822	86 706	4 580	333 998	4 891 115	56,41
5 - 9	10 732	21	0,001957	0,009736	82 126	800	408 629	4 557 117	55,49
10 - 14	8 836	12	0,001358	0,006767	81 326	550	405 254	4 148 488	51,01
15 - 19	7 601	16	0,002105	0,010470	80 776	846	401 764	3 743 234	46,34
20 - 24	7 051	26	0,003687	0,018269	79 930	1 460	395 999	3 341 470	41,80
25 - 29	6 270	33	0,005263	0,025974	78 470	2 038	387 253	2 945 471	37,54
30 - 34	5 504	47	0,008539	0,041804	76 432	3 196	374 170	2 558 218	33,47
35 - 39	4 678	47	0,010047	0,049004	73 236	3 589	357 209	2 184 048	29,82
40 - 44	3 745	43	0,011482	0,055808	69 647	3 887	338 520	1 826 839	26,23
45 - 49	2 960	45	0,015203	0,073230	65 760	4 815	316 764	1 488 319	22,63
50 - 54	2 222	47	0,021152	0,100449	60 945	6 122	289 420	1 171 555	19,22
55 - 59	1 670	56	0,033533	0,154696	54 823	8 481	252 913	882 135	16,09
60 - 64	1 366	53	0,038799	0,176844	46 342	8 195	211 222	629 222	13,58
65 - 69	921	52	0,056460	0,247383	38 147	9 437	167 142	418 000	10,96
70 e +	1 066	122	0,114447	1,000000	28 710	28 710	250 858	250 858	8,74
TOTAL*	76 936	1 135	0,014753						

(*) Exclui idade ignorada.

Tabela 1^a

Tábua de Sobrevivência para o Total da População do Município de São José dos Campos, Segundo Óbitos Ocorrentes, 1970

Idade	População 1970 nPx	Óbitos Ocorren- tes 1970 nDx	Coeficiente de Mortalidade nMx	Probabilidade de Morte nqx	De 100 000 Nascidos Vivos		Total de Anos Vividos pela Geração de 100 000 Indivíduos		Esperança de Vida e_x^o
					Sobrevivem no Início do Gru- po de Idade lx	Morrem Durante o Grupo de Idade ndx	No Grupo de Idade nLx	Do Grupo de Idade em Diante Tx	
- 1	4 491	479	0,106658	0,097792	100 000	9 779	91 688	5 879 687	58,80
1 - 4	17 269	109	0,006312	0,024809	90 221	2 238	354 616	5 787 999	64,15
5 - 9	20 977	24	0,001144	0,005704	87 983	502	438 658	5 433 383	61,75
10 - 14	17 770	19	0,001069	0,005332	87 481	467	436 237	4 994 725	57,09
15 - 19	16 212	25	0,001542	0,007681	87 014	668	433 400	4 558 488	52,39
20 - 24	15 163	20	0,001319	0,006573	86 346	568	430 310	4 125 088	47,77
25 - 29	12 100	35	0,002893	0,014359	85 778	1 232	425 812	3 694 778	43,07
30 - 34	9 803	37	0,003774	0,018695	84 546	1 580	418 781	3 268 966	38,66
35 - 39	8 141	38	0,004668	0,023069	82 966	1 914	410 045	2 850 185	34,35
40 - 44	6 183	49	0,007925	0,038855	81 052	3 149	397 387	2 440 140	30,11
45 - 49	6 119	45	0,007354	0,036107	77 903	2 813	382 482	2 042 753	26,22
50 - 54	4 322	68	0,015733	0,075690	75 090	5 684	361 241	1 660 271	22,11
55 - 59	3 306	73	0,022081	0,104629	69 406	7 262	328 877	1 299 030	18,72
60 - 64	2 420	74	0,030579	0,142035	62 144	8 826	288 655	970 153	15,61
65 - 69	1 743	96	0,055077	0,242057	53 318	12 906	234 324	681 498	12,78
70 e +	2 202	199	0,090372	1,000000	40 412	40 412	447 174	447 174	11,07
TOTAL*	148 221	1 390	0,009378						

(*) Exclui idade ignorada.

Tabela 19

Tábua de Sobrevivência para o Total da População de São José dos Campos, Segundo Óbitos Residentes no Município, 1970

Idade	População 1970 nPx	Óbitos Resi- dentes Média 70/71 nDx	Coeficiente de Mortalidade nMx	Probabilidade de Morte nqx	De 100 000 Nascidos Vivos		Total de Anos Vividos pela Geração de 100 000 Indivíduos		Esperança de Vida e _x
					Sobrevivem no Início do Gru- po de Idade lx	Morrem Durante o Grupo de Idade ndx	No Grupo de Idade nLx	Do Grupo de Idade em Diante Tx	
- 1	4 491	459	0,102204	0,094035	100 000	9 404	92 007	5 929 949	59,30
1 - 4	17 269	94	0,005443	0,021446	90 596	1 943	356 946	5 837 942	64,44
5 - 9	20 977	24	0,001144	0,005704	88 653	505	442 003	5 480 996	61,83
10 - 14	17 770	16	0,000900	0,004492	88 148	396	439 749	5 038 993	57,17
15 - 19	16 212	22	0,001357	0,006762	87 752	593	437 276	4 599 244	52,41
20 - 24	15 163	27	0,001781	0,008864	87 159	773	433 861	4 161 968	47,75
25 - 29	12 100	34	0,002810	0,013952	86 386	1 205	428 917	3 728 107	43,16
30 - 34	9 803	31	0,003162	0,015687	85 181	1 336	422 563	3 299 190	38,73
35 - 39	8 141	44	0,005405	0,026663	83 845	2 236	413 633	2 876 627	34,31
40 - 44	6 183	49	0,007925	0,038855	81 609	3 171	400 117	2 462 994	30,18
45 - 49	6 119	59	0,009642	0,047076	78 438	3 693	382 958	2 062 877	26,30
50 - 54	4 322	58	0,013420	0,064921	74 745	4 852	361 596	1 679 919	22,48
55 - 59	3 306	68	0,020569	0,097814	69 893	6 837	332 373	1 318 323	18,86
60 - 64	2 420	76	0,031405	0,145594	63 056	9 180	292 331	985 950	15,64
65 - 69	1 743	74	0,042456	0,191909	53 876	10 339	243 531	693 619	12,87
70 e +	2 202	213	0,096730	1,000000	43 537	43 537	450 088	450 088	10,34
TOTAL	148 221	1 348	0,009095						

POPULAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Notas sobre a estrutura sócio-econômica de
São José dos Campos

Fernando Henrique Cardoso

11/10/01 10:10:01

11/10/01 10:10:01

11/10/01 10:10:01

INTRODUÇÃO

O passado, tão vivo no Vale do Paraíba, não deixou sinais sensíveis de épocas mais gloriosas em São José. O vale dos barões do Império e dos morros carecas onde ainda hoje são perceptíveis as fileiras de café nos solos erodidos, tem outros centros mais importantes que São José para testemunhar a prosperidade do século XIX. Areias, Pindamonhangaba, Taubaté, Guaratinguetá, certamente produziram mais do que São José na época do auge do café e guardam resquícios deste esplendor.

Quando, no século XIX, foi aumentando a área ocupada pelos cafezais, as fazendas de café na geografia caprichosa, mas compreensível do seu roteiro, rumaram firme do norte paulista (onde se localiza o Vale do Paraíba) para o noroeste. São José, que se localiza quase no extremo sul do vale, também participou da produção cafeeira quando a marcha dos cafezais, antes de infletir para o oeste chegou à extremidade meridional da região. As estatísticas disponíveis registram que se na metade do século (em 1854) São José participava com apenas 2,16% da produção da zona norte (incluindo-se nela não só o altiplano onde está o vale, mas, Serra do Mar abaixo, a zona litorânea desde São Sebastião até Ubatuba), já em 1886 sua produção alcançava 12,79% do total da mesma área.

Este crescimento fez-se sem que a população de São José aumentasse significativamente sua participação no conjunto da área: passou a contar em 1886 com 5,59%, quando em 1854 contava com 5,03% dos habitantes. Não obstante, se em vez de compararmos São José com o resto da zona norte tomarmos apenas a evolução da população do município, vê-se que a taxa de crescimento geométrico anual da população foi de 3%, sendo maior que a média da região (que foi de 2,6% no mesmo período). Por-

tanto não pareceria descabido pensar que na fase da expansão do café, São José cresceu economicamente e teve sua população aumentada graças a esta atividade.

Fosse só esta a característica de São José - a de uma área que cresce com a expansão agrícola - e dificilmente se justificaria o porque de sua escolha para estudar a relação entre população e formas de organização da produção. As outras cidades já mencionadas do Vale do Paraíba se distinguiram mais do que São José no período do fastígio da produção agrícola escravista. Nos municípios do Oeste Paulista (1), por sua vez, a economia cafeeira cresceu utilizando a mão de obra livre e imigrante. Esta especificidade poderia tornar mais atraente seu estudo, bem como sua comparação com os municípios tradicionalmente grandes produtores de café.

Ocorre, entretanto, que São José continuou crescendo depois que o eixo da cafeicultura foi para o Oeste e as cidades tradicionais do Vale "morreram". O volume da população saltou 70% entre 1886 e 1920, numa taxa de incremento anual que se foi mais reduzida que a do período anteriormente mencionado, pois não ultrapassou 1,6%, ainda assim cresceu mais do que a média da região norte, que foi de 1,2%. E São José depois de 1920, enfrentando a crise de 1929, embora quase estagnasse do ponto de vista do crescimento da população (0,2% ao ano), ainda assim ganhava em comparação com a região, pois esta, no seu conjunto, perdia população, a uma taxa de -0,2% ao ano. A perda de importância da zona norte na produção cafeicultora do Estado (a zona passou, de produzir 20% do total em 1886, para 3,5% em 1920), alterou os tipos de produção e o nível da população. De fato, entre 1920 e 1935, enquanto as antigas capitais do café da área (com exceção de Areias) perdiam população, São José, em bora tivesse o já assinalado crescimento lento, ganhava.

(1) A zona noroeste de São Paulo ficou conhecida historicamente como "Oeste Paulista".

TABELA 1

POPULAÇÃO DAS CIDADES DA ZONA NORTE
QUE ERAM OS 5 MAIORES PRODUTORES DE CAFÉ EM 1886

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		
	1886	1920	1935
1º Areias	25.661	22.147	23.635 (+)
2º Taubaté	40.624	85.433	68.040 (-)
3º Guaratinguetá	25.632	43.101	38.838 (-)
4º São José dos Campos	17.906	30.681	31.606 (+)
5º Pindamonhangaba	25.084	43.183	40.244 (-)

FONTE: MILLIET, Sérgio - Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo. São Paulo, s.c.p., 1938.

Estes dados ganham força quando são acrescidos com a informação de que Mogi das Cruzes e Jacareí - que não foram grandes produtores de café na segunda metade do século - tiveram um saldo populacional entre 1920 e 1935 respectivamente de 11.558 e de 5.937 habitantes e que municípios como Areias e Bananal - tipicamente "cidades mortas" depois do fim do século, tiveram também um leve acréscimo de população. Provavelmente outros fatores continuaram a operar no vale e é de les que decorre a explicação da dinâmica população da região.

A primeira hipótese que poderia ocorrer para explicar este processo seria o refluxo à economia local de semi-subsistência ou a substituição do café por outros produtos. Ambos processos ocorreram e tiveram alcance geral na zona norte. Houve significativa produção de açúcar (410.759 arrobas em 1920 e 415.935 em 1935), mas não especialmente em São José, Mogi ou Jacareí. E houve também a produção de algodão, mas este produto declinou drasticamente entre 1920 e 1935, passando,

para a região norte como um todo, de uma produção de 210.342 arrobas para 19.140. Bem como houve a expansão da produção pecuária e leiteira. Esta, porém, sobre ter ocorrido em toda a área e portanto não servir para explicar os diferenciais internos de crescimento de população, é sabidamente uma atividade que, em comparação com a lavoura, mesmo de subsistência, antes expulsa do que absorve mão de obra.

Outra hipótese parece ser mais plausível para explicar a dinâmica da população e as novas oportunidades econômicas que se abriam, ou melhor, que na época, apenas se insinuavam para a área. De fato, assim como Taubaté e Areias/Bananal se beneficiaram no passado não apenas de suas lavouras mas da proximidade com os pontos de escoamento (lembre-se que Taubaté comandava o entroncamento para descer a serra rumo ao porto de Ubatuba e as outras duas cidades estavam bem mais próximas da área fluminense do Vale e portanto do Rio), depois dos anos 20 e, especialmente da década de 30, a produção industrial de São Paulo e o eixo econômico Rio-São Paulo passaram a pesar mais do que nunca na economia brasileira e, com mais forte razão, na economia do vale que separa (e liga) as duas capitais. A proximidade dos polos econômicos principais ou a característica de pontos de entroncamento (ferroviário e, mais tarde, rodoviário) entre Rio-São Paulo deu uma sobre-vida a algumas das cidades-mortas (sem impedir, mais tarde, como no caso de Areias e Bananal, que o novo traçado da rodovia entre as duas capitais - a Via Dutra - pusesse de escanteio algumas cidades) e reforçou, noutras, o peso de certas funções urbanas em comparação com a importância da área rural dos municípios. Tal foi o caso de Mogi, Jacareí e São José.

Assim, a geografia caprichosa do café em sua sede por "terras novas", que deixava atrás de si o desalento nas outrora zonas opulentas, foi sendo corrigida por uma geografia mais estática e não menos caprichosa que às vezes dependeu do traçado das estradas e portanto também das pressões políticas que as cidades eram capazes de exercer. A evolução de cada ci-

dade passou a ser definida pela proximidade da Grande Metrópole ou pela qualidade de ser um entroncamento privilegiado entre zonas que se tornaram mercados de consumo para a produção urbano-industrial.

Antes mesmo de ser área ideal para a localização de empresas industriais - fenômeno posterior aos anos 50 e, especialmente, à década de 60 - São José foi entroncamento ferroviário importante e - novamente a geografia, desta vez bem "física" - estação climática de importância significativa para a cura da tuberculose. Foi ao redor destas funções urbanas que a atividade econômica de São José, depois de 1920 e especialmente depois de 1930 sobreviveu e o município pôde assimilar, moderadamente, populações em lenta expansão.

Por certo, as funções urbanas derivadas da economia cafeeira fizeram-se sentir no Vale do Paraíba desde o século dezenove (2). Na fase de produção máxima do café (1836-1886), a situação dos centros urbanos era extremamente variável. Alguns davam a impressão de progresso (Taubaté, Lorena, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba e Areias), Silveiras e Bananal pareciam estacionários e São José dos Campos, Aparecida e Queluz não tinham logrado desenvolver-se.

Da documentação fornecida por dois viajantes e reproduzidas na obra de Carlota Pereira de Queiróz, deduz-se que apesar de ter o café desempenhado importante papel no desenvolvimento dos núcleos urbanos, as vias de circulação permaneceram como elemento básico na hierarquização das cidades. Taubaté, comandando o acesso para Ubatuba (então grande porto de café) era a cidade mais importante da região. Lorena e Guaratinguetá, vinham em segundo lugar pela função que desempenhavam de ligação entre Parati e Minas.

(2) A seguir, apresenta-se um resumo deste desenvolvimento, baseado no estudo de MÜLLER, Nice Leequoc - O fato urbano na Bacia do Paraíba, Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.

Refletindo a situação econômica das áreas rurais, os centros urbanos também tinham um certo ar ruralizado. Eram ainda cidades de domingo, muitas das moradias só abrindo para acolher as famílias que vinham assistir à missa.

As atividades industriais também começaram a se desenvolver: São Luis do Paraitinga contava com uma fábrica de lã e algodão (fundada em 1882). Em Taubaté, constituía-se, em 1883, a Companhia de Gás e Óleos Minerais, e em Lorena, instalava-se o Grande Engenho Central. Esse foi o período áureo do tipo de urbanização que o café permitiu na região.

No fim do século, apesar da decadência relativa da cafeicultura que se deslocava para o Oeste, o processo não sofreu solução de continuidade. No setor secundários, os ofícios mais representativos eram os que se ligam à construção e mobiliária correspondendo a 37% do total, incluindo 39 olarias, 23 marcenarias, 18 funilarias, 15 carpintarias, 5 colchoarias e 3 serralherias. A seguir vinha a produção do vestuário, representando 28% dos ofícios e arrolando 44 alfaiatarias e 34 sapatarias. Em terceiro lugar, o grupo ligado à circulação, com 13% do total do setor, abrangendo 21 ferrarias e 17 selarias. Além desses, havia ofícios diversos, que representavam 20% do conjunto, onde se inscreviam: 13 "foguetarias", 8 caldeirarias, 5 ourivessarias, 9 tipografias e 2 marmorarias. Note-se ainda, o desaparecimento de certos ofícios tradicionais, como o fabrico de balaios e peneiras por exemplo. De forma geral, entretanto, houve maior diversificação, demonstrando mudança do tipo de necessidades do mercado consumidor ou maior independência em relação aos centros externos de abastecimento. Demonstrando ser esta uma fase de mudanças, o setor secundário não contará apenas com os "ofícios" de caráter artesanal: ampliou-se o número dos primeiros estabelecimentos industriais, num prenúncio da fase que se seguiria no século XX. Alguns eram de beneficiamento de produtos rurais (duas máquinas de arroz em Pinda), mas outros estabelecimentos industriais já transformavam a matéria prima, como o Engenho Central de Taubaté, ou a destilaria de ál-

cool de Jacareí Surgem as primeiras fábricas: gás e óleos minerais (Taubaté); tecidos (Pinda); meias (Jacareí); cerveja (Taubaté, São José dos Campos, Pinda e Cachoeira Paulista); louças (Taubaté).

No setor terciário, os estabelecimentos comerciais se constituíam na maior parte por lojas que vendiam mercadorias variadas com as mais diversas combinações, entre fazendas, armarinhos, secos, molhados, ferragens e louças: eram 1.106 ao todo, correspondendo a 86% do comércio na região. Na parte restante apareciam alguns estabelecimentos especializados, quer na venda de mercadorias usuais (como os 25 de "secos", os 11 de ferragens, as 29 farmácias), que em novos ramos de negócios (3 charutarias, 2 confeitarias, 2 lojas de calçados, 1 de vidros, 10 loterias, 3 chapelarias, 11 relojarias). Quanto aos serviços havia 21 hotéis, 12 tabernas, 2 casas de pasto. Novos serviços foram registrados em 1888: 3 matadouros, 6 hospitais, 15 barbearias, 1 cabelereiro, 9 teatros.

O resumo acima - baseado em Nice L. Muller - mostra que o designativo de cidade e a qualificação da economia da área como urbano-industrial aparecem, para qualificar o processo que ocorreu no século XIX, como expressões que constituem o equivalente nas ciências sociais da "liberdade poética" que às vezes é dada aos literatos. O peso da economia agrária, no seu duplo aspecto, de fazenda-produtora e de atividade de produção simples de mercadorias para o consumo local e para o auto-consumo, primou indiscutivelmente na área como um todo, sem exceções de monta.

Como se assinalou, apenas as áreas que comandavam algum sistema importante de ligações inter-regionais puderam adensar populações e, pouco a pouco, foram capazes de diferenciar funções econômicas de tipo urbano. São José, além de sua proximidade de São Paulo e de ter-se tornado ponto significativo no entroncamento na direção do litoral paulista, beneficiou-se também da posição que detém e que é chave para o acesso às áreas montanhosas e de forte atrativo recreacional e sanitário de Campos do Jordão. Em conjunto com Campos, São José

passou a comandar uma área de estância climática altamente procurada para a cura da tuberculose e, especialmente depois do fim dos anos quarenta, para as atividades de lazer. Certos hospitais e casas de saúde para o tratamento da tuberculose datam do início do século XX (ver o anexo sobre "Assistência Médico-Sanitária"). Esta função foi-se estendendo e especializando-se, dando conta de certa diferenciação - lenta e persistente - da estrutura ocupacional da cidade.

Além disto, alguma atividade industrial continuou a existir e a expandir-se, especialmente ao redor da produção cerâmica e da produção textil. Quanto a esta última, a fundação, em 1925, da Tecelagem Parahyba - às margens da ferrovia e beneficiando-se desta localização - parece representar o início da inflexão de rumo da economia local.

Com efeito, se São José tivesse tido seu crescimento urbano derivado apenas do que sobrava para a cidade dos momentos favoráveis, numa economia tão cheia de vicissitudes como foi a produção agro-pecuária do Vale, ou dos benefícios que ficaram para a cidade derivados de sua posição como entroncamento de comunicações e como estância climática, o destino do município ter-se-ia configurado, provavelmente, dentro dos moldes medíocres de um crescimento urbano ao redor da média da região norte de São Paulo.

Entretanto, o que passou a caracterizar São José depois dos anos cinquenta e, especialmente, depois da década de sessenta foi o enorme impulso industrial que a cidade tomou. Bastam alguns dados para que se verifique a força desta industrialização e o curto lapso em que ela ocorreu:

TABELA II

CRESCIMENTO INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ
(Nº DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO)

ANOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO		MEDIA MENSAL DOS OPERÁRIOS OCUPADOS	% OPERÁRIOS NA POPULAÇÃO
		Total	Operários		
1940	45	2.030	-	-	-
1950(*)	65	3.515	3.295	3.195	7,13
1960	72	6.003	4.894	5.239	6,76
1970	284	17.866	15.256	16.967	11,44

FONTE: Censos Industriais - IBGE

(*) A partir de 1950 incluem-se no número de estabelecimentos aqueles dedicados à construção civil e ao material elétrico.

Ocorreu um processo de crescimento industrial rápido, que se baseou em unidades de produção relativamente grandes, se considerarmos o tamanho médio das empresas industriais em cidades industriais de "segunda grandeza", como parece ser o caso de São José (3). Os dados reproduzidos abaixo mostram que a década de cinquenta representou, por assim dizer, o turning point do crescimento de São José, em termos de sua definitiva vocação como cidade industrial:

(3) Sobre a estrutura social de São José dos Campos ver as tabelas do Anexo.

TABELA III

EMPRESAS QUE EM 1973 CONTAVAM COM MAIS
DE 1.000 EMPREGADOS, CONFORME A DATA DE FUNDAÇÃO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DÉCADAS	Nº	EMPRESAS
Década de 1920-29	1	
Década de 1930-39	1	
Década de 1940-49	2	
Década de 1950-59	7	
Década de 1960-69	6	
Entre 1970 e 1973	2	
TOTAL	18	

FONTE: Prefeitura de São José dos
Campos

Convém acrescentar que o que vem particularizando o rápido boom industrial de São José não é apenas o fato de que se trata de um estilo de industrialização baseado em empresas de porte considerável - como na tabela abaixo se verifica - mas especialmente trata-se de uma industrialização de tipo "moderno", se com este qualificativo se quiser indicar uma forma de produção baseada na expansão dos oligopólios internacionais - as chamadas multinacionais. De fato, a lista das empresas de mais de 100 empregados em outubro de 1973 era a seguinte:

Empresas	Nº de Empregados (outubro/1973)
General Motors	8.214
Alpargatas	3.386
Ericson	2.650
Embraer	2.480
Johnson	2.414
Parahyba	1.959
Rhodia	1.797
Kanebo	948
Fiel	870
Matarazzo	677
Granja Itambi	675
Eaton	630
Bundy	612
Kodak	433
Weiss	419
Neiva	360
Laticínio Tecelagem	352
Matsushita	285
Cooperativa de Laticínios	196
Aerotec	189
Aplimato	115

Não vem ao caso fazer uma digressão sobre a forma de organização da produção industrial contemporânea. Cabe assinalar, entretanto, que se em vez de fazer-se o corte usual entre empresas tradicionais e modernas em função do produto produzido (e portanto da tecnologia e do processo produtivo empregado) - caso no qual, em geral em um dos extremos do contínuo tradicional/moderno situam-se indiscriminadamente todas as indústrias têxteis e de alimentação e noutra as chamadas indústrias "de base" ou pesadas, tipo siderurgia - em benefício de outra categorização que enfatize a organização da empresa como parte de um sistema de decisões empresariais mais amplo e mais comple

xo, em contraposição às unidades produtivas isoladas (em geral de propriedade familiar) e cujas políticas empresariais regem-se pelas exigências da acumulação obtida através da ação de apenas um estabelecimento fabril ou de redes precárias de estabelecimentos (em termos da sofisticação das técnicas de controle de custos e lucros com os quais cada unidade contribui para a rede empresarial), São José caracteriza-se por ser uma cidade de "industrialização moderna". Ou seja, por ser uma área de eleição para a localização de estabelecimentos industriais ligados ao sistema de produção oligopólico que caracteriza as empresas multinacionais.

Este caráter de show case da fase recente da industrialização brasileira é que qualifica São José em termos de suas funções econômicas e faz dela área de especial interesse para nossa pesquisa de população. Se existe alguma área no Brasil que não se confunde com uma "company town" - como por exemplo Volta Redonda - e que, embora contenha insulados em seu interior germens da antiga industrialização (inclusive com aspectos de uma company town com proprietários não absenteístas, como no caso da Tecelagem Parahyba) caracteriza-se pelo impulso da nova industrialização, esta cidade é São José. Ademais ela vantagem para os fins de nossa pesquisa com outras áreas semelhantes - como São Bernardo ou mesmo com o A.B.C. em seu conjunto, - porque, embora próxima a São Paulo, não lhe é contígua e a rigor não pertence mais à área de polarização urbana direta de São Paulo.

A partir desta característica - que, repito, começa a apresentar-se nos anos cinquenta e deslancha na década 60/70 - o passado de São José se desfigura: existe um corte histórico-estrutural que faz com que no presente o que poderia ter sido essencial para explicar a economia urbana de São José (a expansão cafeicultora agrária e a diferenciação de funções na rede viária e sanitária) reaparecem na vida atual de São José como aspectos marginais. Por certo, os estudos de decisão empresarial que levaram a escolher a área para a localização de fi-

liais das multinacionais deverão indicar que a perda de significado imediato da função de comunicações é ilusória. Se São José cresceu industrialmente na década de 50 como o fez, foi neste período também que se inaugurou a Via Dutra (rodovia que liga Rio a São Paulo) e com ela se estabilizou um eixo de comunicações vital para a economia do país. O aspecto "localização favorável" esteve na base da formação do parque industrial local e se hoje se minimiza seu efeito é apenas porque ex-post o que fora dado como base geo-industrial aparece como parte produzida pelo próprio sistema industrial-monopólico que requer mais e melhores estradas, melhores e mais rápidas comunicações com os centros de insumo e de consumo.

De qualquer forma, depois de 1960 as transformações ocorridas em São José não podem ser entendidas sem que se explicita que o impulso e o comando do sistema econômico da cidade passaram a depender do estilo de crescimento baseado na industrialização induzida pelos investimentos estrangeiros e pelas grandes unidades de produção integradas em complexos industriais e comerciais mais amplos.

Estas características de São José deixam marcas não apenas na forma assumida pelas organizações econômicas, como também na estrutura da sociedade local. Dois aspectos saltam à vista quanto a este último ponto. Em primeiro lugar, como a industrialização deriva dos investimentos de grandes empresas cuja sede não está na área, os empresários e a burguesia que controlam as empresas, estão presentes em São José apenas por intermédio de "políticas das organizações" que são assumidas por funcionários que operam no local. Estes funcionários vão desde os executivos e gerentes, passando pelas chefias de pessoal, até aos técnicos e engenheiros. As burguesias e big-managers atuam como se fossem "entes abstratos" cuja existência é presumida pelo controle remoto que se supõe que devem manter sobre os administradores, técnicos e demais membros do quadro de funcionamento das grandes empresas locais. Em segundo lugar, a rapidez da transformação industrial da cidade, as característi-

cas da industrialização "moderna" da área (voltarei ao tema adiante) precipitam um processo de "massificação" dos trabalhadores. Esta massificação, entretanto, é caricata. Faz-se com um pé no passado de origem dos migrantes que se transformam em operários e "consumidores incompletos" - dado o baixo nível de renda e o acanhamento do sistema de comunicações sociais e do horizonte de informações dos habitantes - e com outro pé no sistema de aspirações que sofreu mudanças drásticas no decurso de poucos anos, como se verá adiante.

Entre estas duas características - a de uma cidade industrial na qual as classes dominantes das sociedades inclusivas aparecem no cotidiano de forma delegada e a de um rápido, mas incompleto, processo de massificação - surge com força um agente intermediário que merece destaque: o poder público e o peso da "burocracia modernizadora" que o expressa.

De fato, seria incompleta uma descrição da sociedade em São José que deixasse de assinalar, logo de início, a existência desta força atuante e regulamentadora, que é onipresente. Ocorre que São José contou em sua evolução histórica com a presença de outros focos, ainda não mencionados, de impulso de crescimento econômico, baseados na ação estatal. A aeronáutica brasileira instalou em 1950 um Centro Técnico de Aeronáutica - C.T.A. -, composto de escolas técnicas e de engenharia aeronáutica, e, mais tarde, passou a desenvolver núcleos de uma indústria aeronáutica.

Ainda que na consciência de muitos habitantes, estes núcleos possam aparecer como "quase enclaves" à sociedade tradicional local, de fato eles exercem um papel importante na cidade, gerando empregos e formas de comportamento. Ao mesmo tempo, acrescentam às camadas sociais locais segmentos que, embora tenham em parte uma ação apenas tangencial sobre a estrutura local de estratificação (na medida em que as famílias dos militares são forâneos e não sempre se radicam na cidade por muito tempo) não deixam de espelhar um modelo de definição de posi-

ções de classe que, visto da perspectiva local, aparece como "distinto" do que existia anteriormente e como impositivo de uma ordem hierárquica.

Cabe acrescentar a este quadro, que o "poder público" manifesta-se não apenas pela ação do estado no C.T.A. e nas empresas aeronáuticas (bem como, agora, nas imensas instalações que a Petrobrás está edificando para a construção de refinarias) como também pelo fato de que a presença destas organizações estatais contou para que São José fosse considerada como "estância climática" e portanto, de acordo com a legislação atual, tivesse seu Prefeito nomeado diretamente pelo Governador (ou, naturalmente, as autoridades federais), por razões de segurança nacional.

Tudo isto colore ainda mais vivamente o quadro de uma sociedade onde o poder real e atual das classes dominantes - bem como seus modelos de conduta - são mediatizados por elementos de um estilo de sociedade onde a massificação se contrapõe uma ordem hierárquica que é burocrático-funcional e que aumenta ainda mais o aspecto "surrealista" de uma sociedade "vazia" - ou seja, preenchida principalmente por instituições e por políticas que derivam sua força mais de organizações, do que de grupos e instituições "naturais", como as famílias locais, as parentelas, as "classes tradicionais", a Igreja etc.. O resultado imediato deste tipo de formação estrutural é que nela sofrem enormes abalos os processos de controle social baseados nas relações primárias, transformando os percalços da constituição de um novo modelo de sociedade em processos que, do ponto de vista subjetivo aparecem também como se fossem "vazios". O aborrecimento da vida cotidiana, as regras compulsórias definidas pela organização do trabalho não são compensados pelas formas de ajustamento baseados na família, nas relações de vizinhança etc. Daí o aspecto angustioso e taciturno das histórias de vida que adiante se analisam e a queixa contínua da "falta do que fazer" em São José. Este processo é por certo transitório e só se vislumbra no apego à T.V., à fotonovela e aos demais derivativos da sociedade de massas, à "nova cultura".

Exprimidos entre, por um lado, os estamentos de poder, os funcionários públicos, os homens das organizações e por outro, a massa dos trabalhadores e empregados, continuam existindo os membros da "sociedade", no sentido popular da expressão. Ou seja as pessoas cuja identidade social decorre de pertencerem às famílias antigas (funcionários públicos, professores, fazendeiros, profissionais liberais, donas de casa, comerciantes, etc.) e às classes tradicionais que expressam a hierarquização relativa destas famílias. Mas seu peso estrutural, por dizer assim, é decrecente diante do ímpeto e da rapidez da formação da nova sociedade.

Alguns aspectos da dinâmica populacional local ilustram e confirmam a perspectiva de interpretação que está adotando e que consiste em sublinhar, como aspecto crucial para caracterizar a sociedade de São José, a rapidez dos processos sociais de mudança e o corte abrupto entre a antiga sociedade e a nova criada pela industrialização induzida a partir das grandes organizações econômicas, privadas e públicas.

Assim, com os dados até agora disponíveis sobre taxas de crescimento da população, pirâmides etárias e movimentos migratórios, distinguem-se três momentos básicos na evolução demográfica de São José durante este século:

- uma fase de expansão populacional moderada, para os padrões brasileiros, até 1920 (taxa de 2,72% ao ano)
- uma fase de desaceleração acentuada do crescimento até 1940 (0,8%)
- finalmente, nova retomada e "explosão" populacional (3,3% entre 1940/50; 5,6% entre 50 e 60 e 6,8% de 60 a 70) (4)

(4) Ver Tabela 1 do Estudo Demográfico, em anexo

Não disponho de informações econômico-sociais mais ricas que as que foram apresentadas páginas atrás para explicar o crescimento econômico relativo de São José, em comparação com outras cidades do Vale. Os dados demográficos parecem indicar, a crer na pirâmide etária de 1920(5), que houve emigração de pessoas com idades de 20-24 anos e imigração nas faixas etárias entre 15 e 19 anos. Em 1920 a forma de pirâmide etária indica alta natalidade e também altos níveis de mortalidade em idades avançadas. Em 1940 a pirâmide etária torna-se "a pirâmide típica de regiões não desenvolvidas, com estrutura etária jovem, altos níveis de natalidade e de mortalidade"(6).

Já a pirâmide etária de 1970 volta a apresentar forma irregular, mas noutro sentido: indica forte entrada de imigrantes, especialmente nas idades entre 15 e 24 anos. Por outro lado, persistem os níveis de fecundidade e a mortalidade tem de a decrescer.

Para os fins de caracterização que ora nos interessa, o que é importante ressaltar é a mudança de padrão da dinâmica populacional ocorrida a partir de 1960. O resultado desta mudança - baseada em forte migração interna - resume-se em que São José apresentava em 1970 metade de sua população (50,15%) com a característica de não ser natural do município, sendo que entre os que não eram naturais do local, 67,61% residiam no município há dez anos ou menos.

(5) Ver Tabela 22, em anexo, onde se vê que a proporção de homens no grupo de 20 a 24 anos era baixa em comparação com as classes de idade imediatamente anteriores e posteriores.

(6) Ver Relatório Demográfico.

TABELA IV
POPULAÇÃO NÃO NATURAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS,
SEGUNDO TEMPO DE PERMANÊNCIA NO MUNICÍPIO (1970)(*)

TEMPO DE PERMANÊNCIA	TOTAL	%
Menos de 1 ano	10.805	14,52
De 0 a 5 anos	35.932	48,30
De 6 a 10 anos	14.365	19,31
De 0 a 10 anos	50.300	67,61
11 anos e mais	24.095	32,39
Total	74.395	100,00

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

(*) Inclusive estrangeiros

Outra característica da população local é a de que os migrantes que a compõem são basicamente nacionais, pois em 1970 havia apenas 2.651 estrangeiros, para uma população global de 148.332 habitantes (ou seja 2% da população) e é de assinalar que esta mesma pequena população de estrangeiros, 2%, será, em número, a que existia em 1920, 40 e 50, segundo os respectivos Censos. A população migrante de São José se compõe de nacionais oriundos principalmente de dois estados da Federação, São Paulo e Minas Gerais:

TABELA V
BRASILEIROS, RESIDENTES EM SÃO JOSÉ,
SEGUNDO NATURALIDADE (Censo de 1970)

NATURALIDADE	POPULAÇÃO	
	Nº	%
São Paulo	35.115	48,94
Minas Gerais	26.612	37,09
Outros Estados	10.017	13,97
Total (*)	71.744	100,00

(*) Inclusive estrangeiros.

Um último aspecto geral das características populacionais de São José merece destaque pela incidência que provavelmente tem no que diz respeito às formas de comportamento social. Refiro-me ao peso relativo da população rural do município e à origem urbana ou rural dos migrantes. Este segundo aspecto das características populacionais só pode ser tratado para o ano de 1970, pois os censos anteriores não traziam a informação. Porém, é possível seguir a evolução da distribuição populacional urbano-rural desde 1940:

TABELA VI
CRESCIMENTO E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA
E RURAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ANOS	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL			POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO
	Nºs Absolutos	%	R Anual da década anterior	Nºs Absolutos	%	R Anual da década	
1940	14.047	43,46	-	18.277	56,54	-	32.324
1950	25.892	57,79	6,3%	18.912	42,21	0,3%	44.804
1960	56.493	73,37	8,2%	20.504	26,63	0,9%	76.997
1970	132.482	89,31	8,8%	15.850	10,69	-2,6%	148.332

FONTE: Censos demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.
 A taxa de crescimento anual (R) da população foi calculada para as décadas de 40/50, 50/60 e 60/70.

A Tabela VI indica, novamente a drástica diminuição da população rural relativamente à urbana entre 50 e 60 e a continuação, em ritmo acelerado deste processo entre 1960 e 1970. Tudo indica que a tendência persiste durante a década atual. Este processo corrobora a especificidade do estilo de industrialização de São José, que não só foi rápido como destruiu as antigas bases econômicas sobre as quais assentava a população de São José. Na cidade forma-se hoje uma sociedade que também deste ângulo aparece como se fosse uma proveta vazia, sem pressões externas anteriores. Nela pode-se pois estudar in status nascendi a brusca e radical redefinição de formas de comportamento e de valores que passa a caracterizar as "sociedades vazias" a que me referi alusivamente acima.

Por certo, é necessário balancear esta visão semi huxleyana de uma espécie de "indefinido mundo novo" que a análise vem sugerindo. As entrevistas em profundidade mostram que nem só de rejeição vive o homem. Constroem-se utopias novas e guarda-se a visão do paraíso que um passado que, se nem sempre foi doce, é tornado apetitoso pela incansável reelaboração seletiva da memória. Além disto, o migrante que hoje mora em São José, também traz em sua bagagem anterior de vida uma experiência e um quadro de referências. Os dados censais disponíveis não podem mais do que sugerir limites, pois haveria que aprofundar mais na visão antropológica para ver como a experiência cultural anterior (rural ou urbana) é refeita ao chocar-se com os novos problemas que a "sociedade vazia" apresenta. Seria uma interpretação por demais simplista e mecânica aquela que opusesse a "bagagem cultural tradicional" - em geral suposta como sendo rural - às necessidades criadas por um estilo de vida novo e ainda indeterminado. Esta visão mecânica veria apenas desarticulação cultural, anomia social e desequilíbrio de personalidade. Por sorte, entretanto, a cultura é um sistema simbólico-adaptativo atuante que reelabora o passado e absorve os impactos do presente (nem sempre com êxito, naturalmente), produzindo alternativas e ajustamentos variáveis. Não obstante, com sentido indicativo, con-

vêm aduzir alguns elementos estáticos representados pela origem rural ou urbana dos migrantes que viviam em São José para que se veja que, de qualquer maneira, não só para o antigo habitante do município impôs-se um desafio de reconstrução da experiência sócio-cultural de vida, mas também o migrante - embora predisposto a ela pelo fato mesmo de migrar - enfrenta seus percalços:

TABELA VII

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR DOS NÃO NATIVOS
QUE RESIDIAM EM SÃO JOSÉ EM 1970

PROCEDÊNCIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL	% SOBRE POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO
Zona Urbana	25.903	25.267	51.170	38,62
Zona Rural	11.955	11.270	23.225	17,53

FONTE: Censo Demográfico - 1970

Há 12 migrantes que não estão computados porque não declararam o domicílio de origem.

Embora os dados não permitam especificar se o domicílio atual é urbano ou rural, é provável que a maioria se tenha deslocado para a zona urbana de São José, dado que a zona rural está perdendo população e portanto deve ser pequena sua capacidade econômica de absorção de trabalhadores. Se tal for o caso, a Tabela VII estará indicando que na zona urbana de São José vivem cerca de 23 mil pessoas de procedência rural. Como, por outra parte, segundo análise anterior, cerca de 2/3 da população não natural de São José vive na área há menos de 10 anos, é de presumir que pelo menos os 18% de migrantes constituem uma parte da população urbana de São José dos Campos de origem rural recente. Este contingente da população é, de alguma forma, obrigado a refazer sua experiência para desenvolver mecanismos de adaptação à nova situação de vida que encontra na cidade.

PRODUÇÃO, EMPREGO E RENDA

Feita a caracterização geral da população da sociedade e do estilo de desenvolvimento prevalecente em São José dos Campos, convém agora olhar com um pouco mais de minúcia alguns aspectos relacionados com a produção, o emprego e a renda, para a análise dos quais existem dados disponíveis.

Apesar de que a análise das tendências de desenvolvimento de São José mostra que o município tem uma vocação industrial definitiva, sua estrutura agrária merece alguma atenção. Em primeiro lugar, os dados da Tabela nº VI mostram que houve tendência ao decréscimo absoluto da população rural e que a taxa de crescimento anual (R) intercensal foi mínima em dois períodos e negativa na última década, acusando, portanto, uma perda absoluta de população. Este decréscimo, entretanto, foi lento até 1960, tendo havido mesmo pequeno crescimento entre 1950 e 1960 (0,9% ao ano). A perda de importância relativa da população rural foi drástica, como a qualifiquei, apenas quando se faz a comparação com a população urbana, pois esta última cresceu muito rapidamente graças à imigração oriunda de outros municípios.

Houve, portanto, uma atividade econômica rural capaz de manter o nível absoluto da população até 1960, ou, nos períodos em que este diminuiu, de fazê-lo lentamente. A atividade econômica consistiu, especialmente na produção de arroz, batata inglesa e cana, principalmente, para forragem:

TABELA VIII
 PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ESCOLHIDOS
 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (em toneladas)

ANOS	PRODUÇÃO AGRÍCOLA			
	Arroz	Batata Inglesa	Cana	
			De Açúcar	Para Forragem
1954	7.752	480	20.000	-
1955	6.750	4.590	20.900	-
1960	5.712	4.428	500	2.790
1965	20.400	3.600	-	32.070
1970	4.800	13.440	-	-
1973	5.227	10.984	-	28.350

FONTE: Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo.

Obs.: Não estão computadas para considerar o total da produção agrícola as culturas de abacate, banana, laranja, limão, tangerina, uva, abacaxi e abóbora.

Além destas culturas e das culturas tradicionais de milho, feijão, cebola, mandioca e tomate, que constituem a base da economia de subsistência, há em São José dois tipos importantes de produção rural: a pecuária (especialmente leiteira) e a granjeira. Os dados disponíveis mostram que o boom urbano industrial não afetou desfavoravelmente a atividade criatória nem ocasionou quebra na produção leiteira. Ao contrário, apesar da perda da população rural acentuada depois de 1950, aqueles itens da produção rural aumentaram. Isto poderia indicar que

parte da economia de subsistência do município está expulsando mão de obra em benefício do setor rural de mercado, ou que houve aumento da produtividade da exploração pecuária/leiteira (no caso de haver diminuído também a população empregada nesta área) ou ainda, que o setor de subsistência transferiu gente tanto para a cidade quanto para o setor de mercado da economia rural.

TABELA IX
SÃO JOSÉ: PRODUÇÃO PECUÁRIA

ANOS	Nº DE CABEÇAS DE GADO	LITROS DE LEITE PRODUZIDOS
1960	38.500	15.500.000
1965	45.000	14.123.260
1970	75.000	19.500.000
1971	50.000	20.739.849
1972	59.200	21.133.500

FONTE: Secretaria de Economia e Planejamento, Departamento de Estatística.

Embora não existam informações censais que permitam elucidar quais das alternativas sugeridas para explicar o aumento da produção pecuária e leiteira são mais pertinentes, as informações gerais sobre a economia do município que sugerem que houve um melhor aproveitamento de recursos e que esta produção deu-se em empresas agrícolas grandes.

Outra modificação importante na economia agrícola de São José refere-se à intensificação das atividades granjeiras e horticuloras. Este processo decorre do aproveitamento das várzeas do rio Paraíba para a produção chacareira (parte importante do qual faz-se graças à exploração de terra por imigrantes japoneses).

TABELA X
SÃO JOSE: PRODUÇÃO DE AVES E OVOS

ANOS	GALINHAS (Nº de Cabeças)	GALOS, FRANGOS (Nº de Cabeças)	OVOS Quant. Dúzias
1960	60.000	20.000	455.000
1965	220.000	125.000	4.345.000
1970	420.550	110.000	7.000.000
1971	540.000	126.500	7.100.000
1972	450.000	110.000	7.528.125

FONTE: Secretaria de Economia e Planejamento, Departamento de Estatística.

Para que se tenha uma idéia relativa da importância em termos do valor da produção agro-pecuária de São José, veja-se a tabela seguinte:

TABELA XI
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (em Cr\$ de 1972)

	1960		1965		1970		1971		1972	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtos Agrícolas	7.738.278	25,43	16.391.267	27,91	11.750.400	11,15	10.638.400	13,24	4.561.000	5,78
. Arroz	4.313.988	14,18	9.443.840	16,08	3.182.400	3,02	3.123.200	3,89	2.000.000	2,53
. Batata	3.339.766	10,98	5.356.800	9,12	8.568.000	8,13	7.515.200	9,35	2.275.000	2,88
. Cana	82.524	0,27	1.590.627	2,71	-	-	-	-	286.000	
Pecuária Bovina	20.605.737	67,72	30.237.017	51,49	75.742.650	71,87	51.153.536	63,66	57.473.450	72,84
. Gado	11.630.850	38,22	22.049.704	37,55	64.703.700	61,40	39.008.280	48,55	42.680.000	54,09
. Leite	8.974.887	29,50	8.187.313	13,94	11.038.950	10,47	12.145.256	15,11	14.793.450	18,75
Produção Avícola	2.084.490	6,85	12.098.680	20,60	17.888.645	16,97	18.555.468	23,09	16.870.625	21,38
. Aves	709.935	2,33	2.400.640	4,09	2.894.645	2,75	2.963.868	3,69	3.320.000	4,21
. Ovos	1.374.555	4,52	9.698.040	16,51	14.994.000	14,22	15.591.600	19,40	13.550.625	17,17
TOTAL	30.426.505	100,0	58.726.964	100,0	105.381.690	100,0	80.347.404	100,0	78.905.075	100,0

FONTE (Dados Brutos): Departamento de Estatística do Estado de São Paulo

Obs.: Dados inflacionados segundo índice de preços por atacado dos produtos agrícolas. (Conjuntura Econômica, col. 27, nº 12).

Portanto, na área rural do município parece ter havido um desenvolvimento capitalista que beneficiou o setor de produção agrário-mercantil e nele, principalmente a produção granjeira, sem que a produção bovina perdesse importância. Não se dispõe de dados para avaliar a importância que, nas produções granjeira e horticultora, pode desempenhar o setor chacareiro e, em geral, a produção familiar de tipo "pequeno produtora". Nem sequer é possível aquilatar, à luz das estatísticas disponíveis, que parte da economia baseada na produção familiar, com alguma ajuda de "agregados", mantém-se num nível de produção simples de mercadorias (isto é, cujo produto é apenas suficiente para repor o desgaste do capital empregado em utensílios e insumos e para pagar os gastos de manutenção da família produtora e dos agregados) e que parte dela permite de fato alguma acumulação, dando margem ao início de uma real economia capitalista "pequeno produtora". É de crer, contudo, que a expansão acentuada da produção de aves e ovos e da produção leiteira estejam baseadas em grandes unidades capitalistas de produção, enquanto a atividade horticultura (inclusive com a produção de flôres) esteja atendendo ao consumo dos grandes centros urbanos através da emergência da economia capitalista agrária "pequeno produtora". Se esta hipótese for verdadeira, o setor agrário de produção simples de mercadorias terá no município uma importância tangencial.

Seja qual for, entretanto, o peso relativo deste último setor em termos de caracterização do modo de produção prevalecente em São José, não cabe dúvida que o setor oligopólico baseado na grande indústria e a produção capitalista agrária, comandam o processo de transformação da área e as outras formas produtoras são-lhe subordinadas.

Desta dinâmica sobredeterminada pela produção capitalista avançada, resulta um sistema de relações sociais de classe para cuja caracterização dispõe-se apenas de dados indiretos (e que deverá resultar mais vividamente determinada na pesquisa de campo). Entre estes, o mais imediato é o da evolução da es-

estrutura de emprego de São José, que, se não determina a estratificação, indica contudo a força e o peso das transformações da estrutura produtiva do município. Estas levaram a um rapidíssimo decréscimo da parte da população economicamente ativa que se dedica à atividade primária, ou seja, aos trabalhos na produção agro-pecuária e extrativa. E este processo se deu, como vimos, sem prejuízo da expansão dos produtos destas atividades (com exceção da agrícola) o que indica que houve provavelmente, como salientei antes, um aumento de produtividade do setor capitalista agro-pecuário. Por outro lado, a composição dos setores secundário e terciário em São José dos Campos também merecem alguma análise. Neste aspecto o que chama a atenção é o crescimento do setor terciário, além naturalmente do fato principal: São José é uma cidade de empregados e trabalhadores na indústria de transformação (44,38% da PEA em 1970 e 50,75% em 73).

A tabela abaixo mostra isto:

TABELA XII

ESTRUTURA DE EMPREGO - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1940 - 1950 - 1960 - 1970

(%)

	1940	1950	1960	1970	1973
<u>Primário</u>	<u>60,86</u>	<u>37,58</u>	<u>20,03</u>	<u>8,67</u>	<u>1,74</u>
<u>Secundário</u>	<u>18,96</u>	<u>33,40</u>	<u>35,77</u>	<u>44,38</u>	<u>50,75</u>
<u>Terciário</u>	<u>20,18</u>	<u>29,02</u>	<u>44,20</u>	<u>46,96</u>	<u>47,52</u>
. Serviços de produção	9,23	9,63	11,11	11,67	-
. Serviços de consumo individual	0,93	11,79	17,61	15,23	-
. Serviços de consumo coletivo	10,02	7,60	11,80	14,80	-
. Outros	-	-	3,67	5,25	-
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 do Anexo.

A diferenciação da estrutura de emprego mostra que houve (como seria de esperar) rápido incremento do emprego no setor secundário. Este incremento percentual deu-se num quadro de expansão absoluta da P.E.A., ocasionando a emergência de uma população trabalhadora na indústria numericamente importante. Por outro lado, a queda vertiginosa do emprego no setor primário (apesar de que o dado para 1973 não é comparável com o de 1970 porque se trata de pesquisa amostral com critérios diferentes do Censo) deu-se ao mesmo tempo em que havia uma acentuada expansão do setor terciário.

Este último dado é indicador seguro da importância das funções e da economia urbana em São José. Desde 1950, quando o setor terciário absorve quase 30% do P.E.A., o perfil de São José como cidade é nítido. Por certo, a interpretação correta do que significa a expansão do setor terciário é complexa na literatura especializada e não corresponde a esta monografia aprofundar este aspecto da análise. Desde logo chama a atenção o crescimento proporcionalmente maior dos serviços de consumo individual (7) em comparação com o crescimento dos serviços de produção, depois de 1950. É certo que houve também crescimento do setor de serviços coletivos (educação, segurança, saúde etc.) e que no último intervalo intercensal estes cresceram muito mais do que os serviços de consumo individual (domésticos, cabelereiros, restaurantes, etc.). Ainda assim, a proporção de "serviços de consumo individual" está mostrando que São José, neste aspecto, não se afasta do padrão ocupacional gerado pelo estilo prevalecente de sociedade capitalista-industrial dependente: forma-se ao lado da classe operária, um setor dito de "assalariados de altas rendas" (executivos, administradores, técnicos, vendedores etc.) que reforçam tendências de estratificação prevalecentes na antiga sociedade. Assim, o número de empregados domésticos, motoristas, lanchonetes para consumo indivi

(7) Veja-se SINGER, Paul I. - Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969. São Paulo, CEBRAP (Cadernos CEBRAP nº 3), 1971.

dual aumenta concomitantemente com a chamada "modernização" provocada pelo crescimento industrial. Expandem-se paralelamente setores terciários de tipo social (e também a burocracia do Estado) e se mantém, em ampliação, os serviços de consumo social. Por fim, o crescimento no setor terciário do setor "outros serviços" embora pudesse indicar a presença de ocupações instáveis que são desempenhados por trabalhadores ditos "marginais", não pode ser interpretado, sem precauções, desta maneira, porque os censos a nível municipal (como se mostra no Anexo) computaram no item acima ocupações como "profissionais liberais" etc. Não obstante, a luta constante da Prefeitura local contra migrantes "inaproveitáveis" pela economia local, as questões urbanas relacionadas com o "desfavelamento" - que têm sido frequentes na cidade - constituem outros tantos indicadores de que em São José, como em outras cidades brasileiras industrializadas, o emprego urbano em expansão não consegue absorver completamente a força de trabalho disponível (especialmente migrante), formando-se assim um desdobramento da classe trabalhadora que constitui a forma moderna do lupen-proletariat e da coorte de "inempregáveis" que coroa tristemente o desenvolvimento capitalista.

A mesma tendência a uma espécie de "modernização frustrada" (se comparada com a estrutura do emprego nos países altamente desenvolvidos), leva a dois processos contraditórios quando se olha o que ocorre com a participação feminina na força de trabalho. Por um lado, ela aumenta acentuadamente. Por outro, esta participação se dá graças à perda da importância relativa da ocupação feminina nos setores primários e secundários e ao crescimento dela no setor terciário. Mais ainda, neste último setor as mulheres concentram-se, predominantemente nos sub-setores de "serviços de consumo individual" e "outros", que expressam, em parte as "anomalias" e "inchaços" da estrutura ocupacional gerada pela industrialização em sociedades periféricas.

TABELA XIII
PROPORÇÃO DE MULHERES NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
POR SETOR DE ATIVIDADE - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SETORES	1940	1950	1970
Primário	16,52	10,43	5,41
Secundário	23,52	18,63	16,44
Terciário	18,21	33,65	36,28
. Serviços de Produção	4,73	8,05	11,82
. Serviços de Consumo Individual	37,38	51,95	65,10
. Serviços de Consumo Coletivo	28,83	37,70	30,42
. Outras	-	-	23,63
TOTAL	18,19	19,91	24,80

FONTES: Tabelas 1, 2 e 4 do Anexo Estatístico

Por fim, convém analisar (apesar da precariedade das informações) certos aspectos da renda presumível da população empregada de São José para ter-se uma pista que permita avaliar até que ponto as bases para a formação de uma "sociedade de massas" são acanhadas ou não na cidade, supondo-se que aquela requer um mínimo de "capacidade de consumo".

De novo, o fato básico a salientar é que na estrutura produtiva da cidade o peso das grandes indústrias é decisivo para absorver os assalariados. A tabela 7 do Anexo Estatístico sobre o pessoal ocupado por gêneros de indústria, mostra que o grosso da população ocupada no setor secundário distribuía-se em 1970 nas indústrias de material de transportes - (22,3%), de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (16,4%), na indústria têxtil (13,1%), na metalúrgica (8,6%), na indús-

tria de material elétrico e de comunicações (7,2%) e na produção de minerais não metálicos (5,6%). Em conjunto, estas indústrias absorviam 73,2% dos empregados industriais. Para facilitar a leitura das tabelas, reproduzimos a seguir, com base nos dados em anexo, a evolução do número de operários e empregados não operários por gênero de indústria e os salários que lhes foram pagos, para os anos de 1950, 1960, 1962 e 1970:-

TABELA XIV
Nº DE OPERÁRIOS E SALÁRIO MÉDIO (EM Cr\$ DE 1970)
DOS OPERÁRIOS POR RAMOS INDUSTRIAIS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ANOS RAMOS INDUSTRIAIS	1950			1960		
	Nº de Operários	% s/o Total	Salário Médio	Nº de Operários	% s/o Total	Salário Médio
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	-	-
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-	-
3. Prod. min. não metálicos	839	33,87	1.568	900	21,16	2.334
4. Metalúrgica	-	-	-	7	0,16	3.000
5. Mecânica	-	-	-	226	5,31	6.243
6. Mat. elétrico e mat. comunicação	-	-	-	234	5,50	2.705
7. Material de transporte	31	1,25	2.387	-	-	-
8. Madeira	-	-	-	5	0,12	2.200
9. Mobiliário	-	-	-	118	2,77	2.669
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	-	-	-	-
12. Couros, Peles e Prod. similares	-	-	-	-	-	-
13. Química	-	-	-	973	22,87	3.297
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	-	-	-
16. Têxtil	1.528	61,69	1.904	1.636	38,46	2.547
17. Vest., calçados e art. de tecido	-	-	-	2	0,05	2.000
18. Prod. alimentares	79	3,19	1.873	140	3,29	2.478
19. Bebidas	-	-	-	-	-	-
20. Editorial e gráfica	-	-	-	13	0,31	2.154
21. Diversos	-	-	-	-	-	-
Total (1)	2.477(2)	100,0	1.796	4.254	100,0	2.878
Total (3)	3.295	-	1.671	4.254	-	2.878

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

(3) Corresponde à informação do Censo Industrial.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO: TABELA XIV

ANOS RAMOS INDUSTRIAIS	1962			1970		
	Nº de Operários	% s/o Total	Salário Médio	Nº de Operários	% s/o Total	Salário Médio
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	58	0,38	1.706
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-	-
3. Prod. min. não metálicos	937	10,42	3.112	848	5,59	2.578
4. Metalúrgica	549	6,11	4.011	1.239	8,16	3.945
5. Mecânica	-	-	-	397	2,62	6.814
6. Mat. elétrico e mat. comunicação	900	10,01	2.927	943	6,21	2.393
7. Material de transporte	1.157	12,87	6.484	3.305	21,77	9.368
8. Madeira	4	0,04	3.000	4	0,03	9.250
9. Mobiliário	1	0,01	2.000	66	0,43	3.470
10. Papel e Papelão	-	-	-	-	-	-
11. Borracha	2.322	25,83	3.368	8	0,05	3.125
12. Couros, Peles e Prod. similares	-	-	-	-	-	-
13. Química	779	8,67	4.614	2.315	15,25	5.292
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	20	0,13	2.750
16. Textil	1.741	19,37	2.600	2.148	14,15	4.824
17. Vest. calçados e art. de tecido	-	-	-	2.800	18,45	4.143
18. Prod. alimentares	193	2,15	3.021	418	2,75	3.500
19. Bebidas	-	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	25	0,28	4.800	80	0,53	5.175
21. Diversos	381	3,24	5.052	531	3,50	9.152
Total (1)	8.989	100,0	3.759	15.180	100,0	5.767

(1) Corresponde à informação do DEESP.

TABELA XV

PESSOAL OCUPADO NÃO OPERÁRIO E SALÁRIO MÉDIO (EM Cr\$ DE 1970)

DO PESSOAL OCUPADO NÃO OPERÁRIO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ANOS RAMOS INDUSTRIAIS	1950			1960		
	Pessoal Ocup. Não Operário	%	Salário Médio	Pessoal Ocup. Não Operário	%	Salário Médio
1. Extr. de produtos minerais	-	-	-	-	-	-
2. Extr. de produtos vegetais	-	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	24	4,13	8.500	79	4,52	4.785
4. Metalurgia	-	-	-	3	0,17	3.667
5. Mecânica	-	-	-	1.138	65,06	6.894
6. Mat. elétricos e mat. comunicação	-	-	-	71	4,06	5.577
7. Materiais de transporte	-	-	-	-	-	-
8. Madeira	10	1,72	2.200	6	0,34	-
9. Mobiliário	-	-	-	18	1,03	5.889
10. Papel e Papelão	-	-	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	-	-	-	-
12. Couros, Peles e Prod. similares	-	-	-	-	-	-
13. Química	-	-	-	141	8,06	10.284
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plástico	-	-	-	-	-	-
16. Têxtil	539	92,77	2.339	165	9,43	4.842
17. Vestuário, calçados	-	-	-	3	0,17	-
18. Produtos alimentares	8	1,38	2.375	119	6,80	2.907
19. Bebidas	-	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	-	-	6	0,34	-
21. Diversos	-	-	-	-	-	-
Total (1)	581(2)	100,0	2.583	1.749	100,0	1.702
Total (3)	220	-	3.623	1.749	-	6.480

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

(3) Corresponde à informação do Censo Industrial.

CONTINUA... 35

CONTINUAÇÃO: TABELA XV

ANOS RAMOS INDUSTRIAIS	1962			1970		
	Pessoal Ocup. Não Operário	%	Salário Médio	Pessoal Ocup. Não Operário	%	Salário Médio
1. Extr. de produtos minerais	-	-	-	22	0,86	2.864
2. Extr. de produtos vegetais	-	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	126	6,70	5.683	145	5,67	3.731
4. Metalurgia	71	3,77	5.000	280	10,95	9.000
5. Mecânica	-	-	-	55	2,15	5.654
6. Mat. elétricos e mat. comunicação	468	24,87	7.722	337	13,20	8.190
7. Materiais de transporte	375	19,93	16.829	655	25,62	10.530
8. Madeira	8	0,43	4.250	3	0,12	7.000
9. Mobiliário	5	0,27	3.400	25	0,98	1.440
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-	-
11. Borracha	45	2,39	27	3	0,12	12.333
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-	-
13. Química	446	23,70	7.895	300	11,73	29.447
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-
15. Prod. Mat. Plástico	-	-	-	2	0,08	3.500
16. Textil	165	8,77	7.139	178	6,96	16.039
17. Vestuário, calçados e art. tecidos	-	-	-	105	4,11	5.828
18. Produtos alimentares	145	7,70	5.317	81	3,17	5.444
19. Bebidas	-	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	11	0,58	5.182	55	2,15	4.764
21. Diversos	17	0,90	3.353	311	12,16	1.187
Total (1)	1.882	100,0		2.557	100,0	10.630
Total (2)	-	-		2.557		

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

Algumas conclusões gerais saltam à vista quando se analisa a distribuição de salários em 1970 no setor secundário de São José. A primeira refere-se a que, em média, os empregados não apenas ganham o dobro dos operários, sendo de destacar que em certos ramos industriais esta diferença é ainda maior: na indústria química o salário médio de empregados não operários alcança cerca de 6 vezes mais que o dos operários e nas indústrias têxteis e de borracha a diferença é de 1 para quase 4. A segunda conclusão é a de que existe uma forte diferenciação interna média entre os salários dos diversos ramos industriais, tanto para o caso dos empregados não operários quanto para o dos operários. As indústrias que mais aproximam os salários médios de operários e empregados não operários são as que mais se distanciam da média salarial dos operários, pagando-lhes mais (às vezes quase o dobro, como é o caso das indústrias de material de transportes e de madeiras). Em terceiro lugar, convém assinalar que dois dos ramos industriais que mais pagam aos operários (material de transporte e indústrias químicas) absorvem 37% dos operários ocupados em São José, forçando pois a média salarial para cima. No outro oposto há 32% de operários que ganham menos da metade da média salarial dos dois ramos que melhor remuneram. Entre este último grupo, cerca de 25% são operários da indústria de alimentação ou metalúrgica.

Grosso modo estes dados (que, convém frisar, constituem aproximações muito grosseiras) indicam que no interior da estrutura produtiva de São José existem indústrias que estão puxando para o alto o salário operário (em comparação com a média salarial) e achatando as diferenças entre empregados e operários. São as indústrias chamadas dinâmicas, que agregam maior valor à transformação industrial (vide tabela 14 do Anexo Estatístico) e servem de base para a formação de uma efetiva sociedade de massas. Não obstante, o peso dos setores de menor dinamismo relativo ainda é grande, se encarado do ponto de vista do número de operários que neles trabalham.

Por fim, a conclusão que ainda não foi aventada mas é patente refere-se a que mesmo as indústrias que melhor pagam, fazem-no dentro dos horizontes apertados do "modelo brasileiro": os níveis salariais, se encarados em termos da formação de uma "sociedade de consumo" são modestos. A média de operários ganhava, em 1970, 5.767 cruzeiros (US\$ 1.264 dólares) anuais e a dos empregados não operários Cr\$ 10.630 cruzeiros (US\$ 2.329 dólares). O setor que mais remunerava os operários (material de transporte) dava-lhes Cr\$ 9.368 cruzeiros (US\$ 2.053 dólares) e a maior média salarial de empregados não operários por ramo, era de Cr\$ 29.447 cruzeiros (US\$ 6.452 dólares), na indústria química.

Estes dados, por mais precários que sejam para uma análise econômica da distribuição salarial, são suficientes para comparar afirmações anteriores que mostram os limites de uma real massificação e formação de um estilo de sociedade de consumo baseada na industrialização. Com todo o avanço da economia urbano industrial de São José, o contexto de vida de sua população continua sendo a de um horizonte de pobreza relativa. A busca de trabalho (a oferta de mão de obra) é contínua dada a população que vem para a cidade todos os anos; as chances de encontrar emprego são grandes, mas a relação entre o assalariado e o trabalho (e a empresa) continua sendo definido em termos de uma experiência que se é ascensional (como se verá adiante) é também a de relativa incerteza quanto ao provimento de necessidades básicas e a de uma espécie de agarramento ao emprego como tábua de salvação. O norte é o trabalho, o êxito, modesto, na escalada do "mundo industrial" é a expectativa, a insegurança permeia todo este processo e a definição não diria de interesses antagônicos aos da empresa (seria pedir muito) mas de uma visão amarrada em valores de individualização e de autonomia pessoal encontra-se bloqueada pelo fato objetivo de que hoje (apesar de tudo) é melhor do que foi ontem e o amanhã não lhes aparece claramente.

É nesta perspectiva que convém examinar agora como esta estrutura social é vista do ângulo daqueles que nela fazem seus exercícios de vida e tentam definir quadros para sua ação.

ANEXO

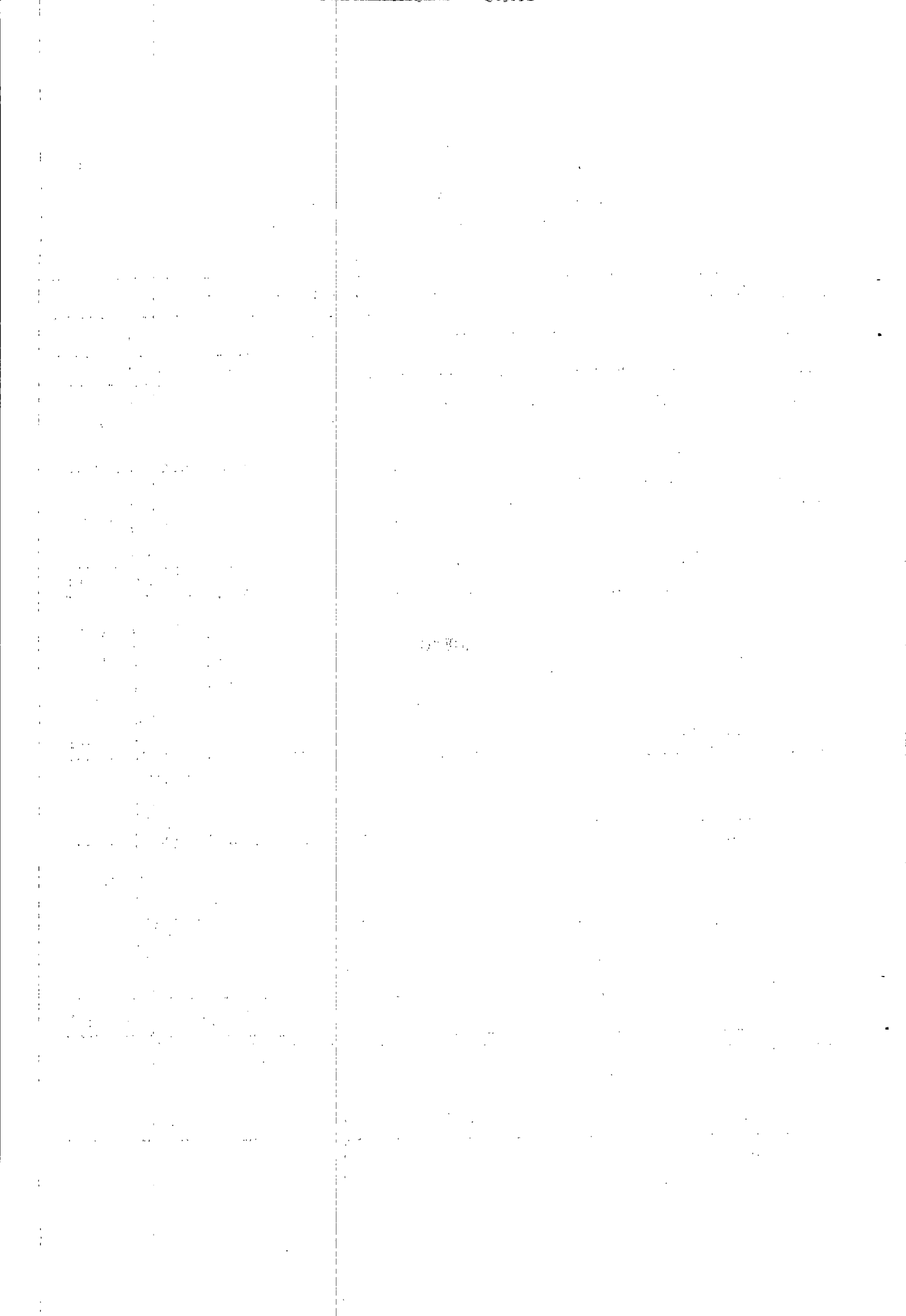


TABELA 1

ESTRUTURA DE EMPREGO (POPULAÇÃO DE 10 ANOS E +)

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940

	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<u>Primário</u>	<u>5.821</u>	<u>62,10</u>	<u>1.152</u>	<u>55,28</u>	<u>6.973</u>	<u>60,86</u>
- Agricultura, pecuária, sivicultura	5.821	62,10	1.152	55,28	6.973	60,86
<u>Secundário</u>	<u>1.661</u>	<u>17,72</u>	<u>511</u>	<u>24,52</u>	<u>2.172</u>	<u>18,96</u>
- Ind. de transformação	1.558	16,62	511	24,52	2.069	18,06
- Indústrias extrativas	103	1,10	-	-	103	0,90
<u>Terciário</u>	<u>1.891</u>	<u>20,18</u>	<u>421</u>	<u>20,20</u>	<u>2.312</u>	<u>20,18</u>
- <u>Serviço de Produção</u>	<u>1.007</u>	<u>10,75</u>	<u>50</u>	<u>2,40</u>	<u>1.057</u>	<u>9,23</u>
- comércio de mercados	632	6,74	28	1,34	660	5,76
- comércio de imóveis	48	0,51	2	0,10	50	0,44
- transp.e comunicação	327	3,50	20	0,96	347	3,03
- <u>Serviços de Consumo Individual</u>	<u>67</u>	<u>0,71</u>	<u>40</u>	<u>1,92</u>	<u>107</u>	<u>0,93</u>
- Profissões liberais	67	0,71	40	1,92	107	0,93
- <u>Serviços de Consumo Coletivo</u>	<u>817</u>	<u>8,72</u>	<u>331</u>	<u>15,88</u>	<u>1.148</u>	<u>10,02</u>
- Serviços, atividades sociais	532	5,68	255	12,23	787	6,87
- Administração pública etc.	268	2,86	76	3,65	344	3,00
- Defesa nacional, segurança pública	17	0,18	-	-	17	0,15
TOTAL	9.373	100,0	2.084	100,0	11.457	100,0
- Atividades domésticas, atividades escolares (*)	842		8.588		9.430	
- Condições inativas etc.	1.515		1.478		2.993	

FONTE: Censo Demográfico de 1940

(*) Empregados domésticos aqui incluídos

TABELA 2

ESTRUTURA DE EMPREGO (POPULAÇÃO DE 10 ANOS E +)
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1950

	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<u>Primário</u>	<u>5.344</u>	<u>42,03</u>	<u>622</u>	<u>19,69</u>	<u>5.966</u>	<u>37,58</u>
. Agricultura, pecuária, sivicultura	5.344	42,03	622	19,69	5.966	37,58
<u>Secundário</u>	<u>4.314</u>	<u>33,94</u>	<u>988</u>	<u>31,26</u>	<u>5.302</u>	<u>33,40</u>
. Ind. de transformação	4.162	32,74	985	31,17	5.147	32,42
. Ind. extrativa	152	1,20	3	0,09	155	0,98
<u>Terciário</u>	<u>3.056</u>	<u>24,04</u>	<u>1.550</u>	<u>49,05</u>	<u>4.606</u>	<u>29,02</u>
. Serv. de Produção	1.405	11,05	123	3,89	1.528	9,63
. Com.de mercadorias	796	6,26	91	2,88	887	5,59
. Com.de imóveis	76	0,60	7	0,22	83	0,52
. Transp., com.e armaz.	533	4,19	25	0,79	558	3,52
. Serv. de Cons. Indiv.	899	7,07	972	30,76	1.871	11,79
. Prestação de serv.	843	6,63	963	30,47	1.806	11,38
. Prof. liberais	56	0,44	9	0,28	65	0,41
. Serv. de Cons. Coletivo	752	5,91	455	14,40	1.207	7,60
. Ativ. sociais	381	3,00	424	13,42	805	5,07
. Adm. pública	257	2,02	28	0,89	285	1,80
. Defesa nacional	114	0,90	3	0,09	117	0,73
TOTAL	12.714	100,0	3.160	100,0	15.874	100,0
. Atividades dom. não re muneradas	1.281		11.811		13.092	
. Condições inativas	2.274		1.104		3.378	

FONTE: Censo Demográfico de 1950.

TABELA 3
ESTRUTURA DE EMPREGO
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1960

SETORES	TOTAL	
	Nº	%
<u>Primário</u>	4.996	20,03
. Agricult., pecuária e sivicultura	4.996	20,03
<u>Secundário</u>	8.920	35,77
. Atividades industriais	8.684	34,82
. Atividades extrativas	236	0,95
<u>Terciário</u>	11.024	44,20
. Serviços de produção (1)	2.772	11,11
. Comércio de mercadorias	1.564	6,27
. Transportes, com. e armaz.	1.208	4,84
. Serviços de Consumo Individual (2)	4.392	17,61
. Prestação de serviços	4.392	17,61
. Serviços de Consumo Coletivo	2.944	11,80
. Atividades sociais	1.408	5,65
. Administração, Gov., Leg. e Just.	388	1,55
. Defesa nacional e segurança pública	1.148	4,60
. Outras (3)	916	3,67
TOTAL	24.940	100,0
. Condições inativas	32.440	-

FONTE: Censo Demográfico de 1960

(1) Falta Comércio de Imóveis, valores, etc.

(2) Falta Profissões liberais

(3) Todas as outras: inclui comércio de imóveis, valores, etc., profissionais liberais, crédito, seguro e capitalização, atribuições não compreendidas nos demais ramos, mal definidos etc.

TABELA 4

ESTRUTURA DE EMPREGO - (POPULAÇÃO DE 10 ANOS E +)

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1970

SETORES	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<u>Primário</u>	3.896	10,90	223	1,89	4.119	8,67
. Agricult., pec. silv., extr. veget. caça e pes ca	3.896	10,90	223	1,89	4.119	8,67
<u>Secundário</u>	17.625	49,31	3.468	29,42	21.093	44,38
. Atividades indúst. (1)	17.625	49,31	3.468	29,42	21.093	44,38
<u>Terciário</u>	14.221	39,79	8.097	68,69	22.318	46,96
. Serviços de Prod. (2)	4.893	13,69	656	5,56	5.549	11,67
. Com. de mercadorias	3.370	9,43	588	4,99	3.958	8,33
. Transp. Com. e Arm.	1.523	4,26	68	0,57	1.591	3,35
. Serviços de Cons. Ind. (3)	2.526	7,07	4.711	39,96	7.237	15,23
. Prest. de serviços	2.526	7,07	4.711	39,96	7.237	15,23
. Serviços de Cons. Colet.	4.895	13,70	2.140	18,15	7.035	14,80
. Ativ. sociais	1.199	3,36	1.773	15,04	2.972	6,25
. Adm. pública	3.696	10,34	367	3,11	4.063	8,55
. Outras atividades (4)	1.907	5,34	590	5,00	2.497	5,25
TOTAL	35.742	100,0	11.788	100,0	47.530	100,0
. Condições inativas					19.511	

FONTE: Censo Demográfico de 1970

- (1) Inclui extração mineral.
- (2) Falta comércio de imóveis, valores, etc..
- (3) Falta profissões liberais.
- (4) Inclui comércio de valores e imóveis, instituições de crédito, seguros e capitalização e profissões liberais. Inclui também as pessoas que procuravam trabalho pela primeira vez.

TABELA 5

ESTRUTURA DE EMPREGO (POPULAÇÃO DE MAIS DE 14 ANOS)
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1973

SETORES	TOTAL	
	Nº	%
<u>Primário</u>	110	1,74
. Agropecuária	110	1,74
<u>Secundário</u>	3.212	50,75
. Indústria	2.753	43,50
. Construção civil	459	7,25
<u>Terciário</u>	3.008	47,52
. Comércio e prestação de serviços	1.548	24,45
. Poder público	692	10,93
. Atividade autônoma	747	11,80
Outros	21	0,33
TOTAL	6.330	100,0

FONTE: Pesquisa "Instrumentação" - Dezembro de 1973.
Prefeitura de São José dos Campos. (Amostra).

COMPARABILIDADE DOS DADOS DE ESTRUTURA DE EMPREGO

1950, 1960 e 1970

Com o propósito de uniformizar os dados, em todo o período estudado, considerou-se como setor:

a) Primário

Nos anos 1950 e 1960 está incluída no primário a agricultura, pecuária e sivicultura. Em 1970 além destas atividades incluiu-se a extração vegetal, a caça e a pesca.

b) Secundário

Para 1950 e 1960 considerou-se as indústrias extrativas, tanto vegetal como mineral, uma vez que não há possibilidade de desmembrá-las, e as indústrias de transformação. Em 1970 o secundário é representado pelas atividades industriais que inclui a extração mineral.

c) Terciário

Em 1960 e 1970, foram incluídas no terciário (no item "outras atividades"), as atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades mal definidas ou não declaradas, que não foram passíveis de serem excluídas das atividades relativas ao terciário que fazem parte do item "outras atividades".

Serviços de produção

Em 1960 e 1970, falta o comércio de imóveis e valores, que está incluído em 1950. ("Comércio de imóveis e valores" entrou em 1960 e 1970 no item "outras atividades").

Serviços de consumo individual

Em 1960 e 1970, faltam "profissões liberais", incluídas em 1950. ("Profissões liberais" faz parte do item "outras atividades" em 1960 e 1970).

Serviços de consumo coletivo

Inteiramente comparáveis nas três datas, sendo que o sub-item "Administração pública", em 1970, engloba os itens "administração, governo, legislação e justiça" e "defesa nacional e segurança pública".

Obs.: Nenhuma destas mudanças é de grande relevância, de modo que prejudique a análise das tendências.

TABELA 6

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR GÊNERO DE INDÚSTRIA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940 - 1970

GÊNEROS DE INDÚSTRIAS	ANOS		1940		1950		1960		1962		1965		1967		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Extr. produt. minerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,3	6	3,4	9	3,2
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,6	-	-
3. Prod. min. não metálicos	-	-	6	31,6	23	31,8	16	20,8	46	30,9	37	21,1	50	17,6	-	-
4. Metalúrgica	-	-	-	-	2	2,8	7	9,1	15	10,1	23	13,1	35	12,3	-	-
5. Mecânica	-	-	-	-	1	1,4	-	-	1	0,7	4	2,3	27	9,5	-	-
6. Mat. elétr. e mat. comun.	-	-	-	-	3	4,2	4	5,2	10	6,7	12	6,9	23	8,1	-	-
7. Mat. transporte	-	-	-	-	-	-	2	2,6	5	3,3	6	3,4	9	3,2	-	-
8. Madeira	-	-	4	21,1	2	2,8	2	2,6	3	2,0	3	1,7	3	1,1	-	-
9. Mobiliário	-	-	-	-	6	8,3	4	5,2	9	6,0	13	7,4	18	6,3	-	-
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,3	-	-
11. Borracha	-	-	-	-	-	-	1	1,3	1	0,7	1	0,6	3	1,1	-	-
12. Couros, peles e prod. sim.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,6	-	-	-	-
13. Química	-	-	-	-	3	4,2	2	2,6	5	3,3	6	3,4	7	2,5	-	-
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,3	-	-
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,7	1	0,6	3	1,1	-	-
16. Textil	-	-	2	10,5	3	4,2	3	3,9	4	2,7	4	2,3	5	1,8	-	-
17. Vestuário, calçados e art. de tecido	-	-	-	-	3	4,2	-	-	1	0,7	2	1,1	6	2,1	-	-
18. Prod. alimentares	-	-	7	36,8	19	26,4	26	33,7	32	21,5	41	23,4	46	16,2	-	-
19. Bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,3	2	1,1	4	1,4	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	-	-	-	7	9,7	9	11,7	11	7,4	10	5,7	17	6,0	-	-
21. Diversos	-	-	-	-	-	-	1	1,3	1	0,7	2	1,1	17	6,0	-	-
TOTAL (1)	-	-	19(*)	100,0	72	100,0	77	100,0	149	100,0	175	100,0	284	100,0	-	-
TOTAL (2)	45	-	65	-	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informações do Censo Industrial.

(*) Este resultado se refere apenas aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 7

PESSOAL OCUPADO (TOTAL), POR GÊNERO DE INDÚSTRIA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940-1970

GÊNEROS DE INDÚSTRIA	1940		1950		1960		1962		1965		1967		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,05	21	0,1	80	0,5
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
3. Prod. min. não metálicos	-	-	863	28,2	979	16,3	1.063	9,7	849	8,9	912	6,3	993	5,6
4. Metalúrgica	-	-	-	-	10	0,2	620	5,7	50	0,5	601	4,2	1.519	8,6
5. Mecânica	-	-	-	-	1.364	22,7	-	-	5	0,05	23	0,2	452	2,5
6. Mat. elétr. e comunicações	-	-	-	-	305	5,1	1.407	12,9	1.368	14,3	1.696	11,7	1.280	7,2
7. Mat. transporte	-	-	-	-	-	-	1.532	14,0	1.281	13,4	2.206	15,2	3.960	22,3
8. Madeira	41	1,4	11	0,2	12	0,1	6	0,1	6	0,1	6	-	7	-
9. Mobiliário	-	-	136	2,3	6	-	28	0,3	42	0,3	91	0,5	-	-
0. Papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1. Borracha	-	-	-	-	-	-	2.367	21,7	1.317	13,8	2.203	15,2	11	-
2. Couros, peles e prod. sim.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Química	-	-	-	-	1.114	18,6	1.225	11,2	1.916	20,1	2.339	16,2	2.615	14,7
4. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Prod. mat. plásticas	-	-	-	-	-	-	-	-	7	0,1	19	0,1	22	0,1
6. Têxtil	-	-	2.067	67,6	1.801	30,0	1.906	17,5	1.865	19,5	1.793	12,4	2.326	13,1
7. Vest., calçados e art. de tec.	-	-	-	-	5	0,01	-	-	1	-	2	-	2.905	16,4
8. Prod. alimentares	87	2,8	259	4,3	338	3,1	452	4,7	609	4,2	499	2,8	-	-
9. Bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0,05	5	-	-	-
0. Editorial e Gráfica	-	-	-	-	19	0,3	36	0,3	40	0,4	34	0,2	135	0,8
1. Diversos	-	-	-	-	-	-	398	3,6	353	3,7	1.954	13,5	842	4,7
Total (1)	-	-	3.058	-	6.003	100,0	10.910	100,0	9.548	100,0	14.467	100,0	17.737	100,0
			(*)											
Total (2)	2.034	-	3.515	-	6.003	-	-	-	-	-	-	-	17.737	-

1) Corresponde à informação do DEESP.

2) Corresponde à informações do Censo Industrial.

*) Este resultado se refere aos estabelecimentos com 5 pessoas e mais.

TABELA 8

NÚMERO DE OPERÁRIOS POR GÊNERO DE INDÚSTRIA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1950, 1960, 1962, 1970

GÊNEROS DE INDÚSTRIAS	ANOS		1950		1960		1962		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	-	-	-	-	58	0,38
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Prod. min. não metálicos	839	33,87	900	21,16	937	10,42	848	5,59	-	-
4. Metalúrgica	-	-	7	0,16	549	6,11	1.239	8,16	-	-
5. Mecânica	-	-	226	5,31	-	-	397	2,62	-	-
6. Mat. elétr. e mat. comunicação	-	-	234	5,50	900	10,01	943	6,21	-	-
7. Mat. transporte	-	-	-	-	1.151	12,87	3.305	21,77	-	-
8. Madeira	31	1,25	5	0,12	4	0,04	4	0,03	-	-
9. Mobiliário	-	-	118	2,77	1	0,01	66	0,43	-	-
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	-	-	2.322	25,83	8	0,05	-	-
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Química	-	-	973	22,87	779	8,67	2.315	15,25	-	-
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticas	-	-	-	-	-	-	20	0,13	-	-
16. Textil	1.528	61,69	1.636	38,46	1.741	19,37	2.148	14,15	-	-
17. Vestuário, calçados e art. tecidos	-	-	2	0,05	-	-	2.800	18,45	-	-
18. Prod. alimentares	79	3,19	140	3,29	193	2,15	418	2,75	-	-
19. Bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	-	13	0,31	25	0,28	80	0,53	-	-
21. Diversos	-	-	-	-	381	4,24	531	3,50	-	-
Total (1)	2.477	100,0	4.254	100,0	8.989	100,0	15.180	100,0	-	-
	(3)									
Total (2)	3.295		4.254							

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde às informações do Censo Industrial.

(3) Este resultado se refere apenas aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 9

Nº DE PESSOAL OCUPADO NÃO OPERÁRIO POR GÊNERO DE INDÚSTRIA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ANOS	1950	1960	1962	1970
RAMOS INDUSTRIAIS				
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	22
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	24	79	126	145
4. Metalúrgica	-	3	71	280
5. Mecânica	-	1.138	-	55
6. Mat. elétr. e mat. comunicação	-	71	468	337
7. Mat. transporte	-	-	375	655
8. Madeira	10	6	8	3
9. Mobiliário	-	18	5	25
10. Papel e papelão	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	45	3
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-
13. Química	-	141	446	300
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	2
16. Textil	539	165	165	178
17. Vestuário, calçados e artef. tec.	-	3	-	105
18. Prod. alimentares	8	119	145	81
19. Bebidas	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	6	11	55
21. Diversos	-	-	17	311
Total (1)	581	6.656	559	2.557
Total (2)	220	1.749	-	2.557

(1) Corresponde a informação do DEESP.

(2) Corresponde a informação do Censo Industrial.

TABELA 10

SALÁRIOS PAGOS AO PESSOAL OCUPADO - TOTAL - PREÇOS CORRENTES
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940-1970

(em Cr\$1.000,00)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	ANOS	1940	1950	1960	1962	1970
1. Extr. prod. minerais		-	-	-	-	162
2. Extr. prod. vegetais		-	-	-	-	-
3. Prod. min. não metálicos		-	8,2	70,1	211,9	2.880
4. Metalúrgica		-	-	0,9	165,2	7.408
5. Mecânica		-	-	261,7	-	3.016
6. Mat. Elétr. e mat. comunicações		-	-	29,1	364,5	5.017
7. Mat. transporte		-	0,5	-	803,6	37.857
8. Madeira		-	-	0,3	2,7	58
9. Mobiliário		-	-	11,9	1,1	265
10. Papel e papelão		-	-	-	-	-
11. Borracha		-	-	-	527,2	62
12. Couros, peles e prod. similares		-	-	-	-	-
13. Química		-	-	131,7	415,1	21.085
14. Perfumaria, sabões e velas		-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticos		-	-	-	-	62
16. Textil		-	22,5	140,4	332,9	13.216
17. Vestuário, calçados e art. tec.		-	-	0,1	-	12.213
18. Prod. alimentares		-	0,9	19,6	79,0	1.904
19. Bebidas		-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica		-	-	0,8	10,3	676
21. Diversos		-	-	-	117,0	8.845
Total (1)		-	32,1	666,6	3.030,5	114.726
			(*)			
Total (2)		3,4	34,0	666,6	-	114.726

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde às informações do Censo Industrial.

(*) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 11

SALÁRIOS PAGOS AOS OPERÁRIOS - (Cr\$ 1.000,00) - PREÇOS CORRENTES

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1950-1970

	ANOS	1950	1960	1962	1970
GÊNEROS INDUSTRIAIS					
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	99
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	7,1	59,4	170,1	2.339	
4. Metalúrgica	-	0,6	128,5	4.888	
5. Mecânica	-	39,9	-	2.705	
6. Mat. elétrico e mat. comunicações	-	17,9	153,7	2.257	
7. Mat. transporte	-	-	435,4	30.960	
8. Madeira	0,4	0,3	0,7	37	
9. Mobiliário	-	8,9	0,1	229	
10. Papel e papelão	-	-	-	-	
11. Borracha	-	-	456,3	25	
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	
13. Química	-	90,7	209,7	12.251	
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	55	
16. Textil	15,7	117,8	264,1	10.361	
17. Vestuário, calçados e art. tecidos	-	0,1	-	11.601	
18. Prod. alimentares	0,8	9,8	34,0	1.463	
19. Bebidas	-	-	-	-	
20. Editorial e Gráfica	-	0,8	7,0	414	
21. Diversos	-	-	112,3	4.860	
Total (1)	24,0	346,2	1.971,9	87.544	
	(3)				
Total (2)	29,7	346,2	-	87.544	

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

(3) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 12
VALOR DA PRODUÇÃO A PREÇOS CORRENTES (Cr\$ 1.000,00)
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940-1970

GÊNEROS INDUSTRIAIS	ANOS	1940	1950	1960	1962	1965	1967	1970
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	- (3)	39,1	117,1	1.841
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-	3,3	-	-
3. Prod. min. não metálicos	-	23	194,4	509,5	2.547,9	5.230,1	10.724	
4. Metalúrgica	-	-	3,4	518,5	197,6	11.837,6	56.245	
5. Mecânica	-	-	569,2	-	10,6	259,2	9.217	
6. Mat. elétr. e mat. comunicações	-	-	287,6	2.550,8	23.278,2	41.658,2	91.655	
7. Mat. transporte	-	-	-	3.745,5	26.072,3	53.330,7	186.821	
8. Madeira	-	1,4	1,4	2,7	6,0	25,6	139	
9. Mobiliário	-	-	52	3,9	98,2	221,1	1.426	
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-	
11. Borracha	-	-	-	2.516,8	15.039,7	40.576,3	548	
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-	-	-	
13. Química	-	-	1.249	2.990,7	38.113,7	76.365,8	146.639	
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-	-	
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	-	66,2	183,1	1.184	
16. Textil	-	146,2	481,1	2.584,9	16.698,1	26.354,0	94.278	
17. Vestuário, calçados e artef. tec.	-	-	2,3	-	2,9	5,1	115.080	
18. Prod. alimentares	-	23,1	132,1	1.226,3	5.687,6	14.495,1	30.986	
19. Bebidas	-	-	-	-	-0,6	14,5	-	
20. Editorial e Gráfica	-	-	6,5	28,9	104	236	2.316	
21. Diversos	-	-	-	-	3.555,4	18.208,9	86.558	
Total (1)	-	193,7	2.979	17.231,5	131.518,1	289.121,7	835.657	
		(3)						
Total (2)	19	153	2.979	-	-	-	835.657	

(1) Corresponde a informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

(3) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

Obs.: Para os anos de 1950, 1962, 1956 e 1967 a informação sobre valor da produção por fênero de indústria corresponde a: valor da produção e serviços industriais prestados.

TABELA 13
VALOR DA PRODUÇÃO EM CRUZEIROS DE 1970
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940-1970

GÊNEROS INDUSTRIAIS	ANOS	1940	1950	1960	1962	1965	1967	1970
1. Extr. prod. minerais			-	-	-	129	219	1.841
2. Extr. prod. vegetais			-	-	-	-	6	-
3. Prod. minerais não metálicos			4.263	6.876	8.733	8.408	9.780	10.724
4. Metalúrgica			-	120	8.887	653	22.136	56.245
5. Mecânica			-	20.133	-	35	485	9.217
6. Mat. elétr. em mat. comunicação			-	10.172	38.578	76.818	77.901	91.655
7. Mat. transporte			-	-	64.198	86.038	99.728	186.821
8. Madeira			260	50	46	20	48	139
9. Mobiliário			-	1.839	67	324	413	1.426
10. Papel e papelão			-	-	-	-	-	-
11. Borracha			-	-	43.138	49.631	75.878	548
12. Couros, peles e prod. similares			-	-	-	-	-	-
13. Química			-	44.177	51.261	125.775	142.804	146.639
14. Perfumaria, sabões e velas			-	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticos			-	-	-	218	342	1.184
16. Têxtil			27.100	17.017	44.305	55.104	49.282	94.278
17. Vestuário, calçados e artef. tec.			-	81	-	10	10	115.080
18. Prod. alimentares			4.282	4.672	21.019	18.769	27.105	30.986
19. Bebidas			-	-	-	2	27	-
20. Editorial e Gráfica			-	230	495	343	441	2.316
21. Diversos			-	-	9.478	11.733	34.051	86.558
Total (1)			35.904 (3)	105.367	295.348	434.009	540.658	835.657
Total (2)			28.360	105.367	-	-	-	835.657

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

(3) Os resultados se referem aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

Obs.: Para os anos de 1950, 1962, 1965 e 1967 a informação sobre valor da produção, por gênero de indústria corresponde a valor da produção e serviços industriais prestados.

TABELA 14

VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL - (VALOR AGREGADO PELO SETOR)

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940-1970

	ANOS	1940	1950	1960	1962	1970
GÊNEROS INDUSTRIAIS						
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	-	1.576
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	-	-	-	136,5	-	8.383
4. Metalúrgica	-	-	-	1,5	-	31.345
5. Mecânica	-	-	-	301,1	-	5.707
6. Mat. elétr. e mat. comunicações	-	-	-	109,7	-	28.094
7. Mat. transporte	-	-	-	-	-	113.930
8. Madeira	-	-	-	0,8	-	113
9. Mobiliário	-	-	-	34,1	-	551
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	-	-	-	229
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-	-
13. Química	-	-	-	660,0	-	90.133
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	-	-	760
16. Textil	-	-	-	261,8	-	53.600
17. Vestuário, calçados e artef. tec.	-	-	-	1,0	-	72.833
18. Prod. alimentares	-	-	-	62,3	-	7.490
19. Bebidas	-	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	-	-	4,2	-	1.809
21. Diversos	-	-	-	-	-	66.774
Total (1)	-	-	-	1.573,0	-	483.327
Total (2)	-	12,7	-	1.573,0	-	483.327

(1) Corresponde a informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

TABELA 15

VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VALOR AGREGADO PELO SETOR)
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940-1970

		(em Cr\$ de 1970)		
GÊNEROS INDUSTRIAIS	ANOS	1940	1960	1970
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	1.576
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	-	-	4.828	8.383
4. Metalúrgica	-	-	53	31.345
5. Mecânica	-	-	10.650	5.707
6. Mat. elétr. e mat. comunicação	-	-	3.880	28.094
7. Mat. de transporte	-	-	-	113.930
8. Madeira	-	-	28	113
9. Mobiliário	-	-	1.206	551
10. Papel e papelão	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	-	229
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-
13. Química	-	-	23.344	90.133
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-
15. Prod. mat. plástico	-	-	-	760
16. Têxtil	-	-	9.260	53.600
17. Vestuário, calçados e artef. tec.	-	-	35	72.833
18. Prod. alimentares	-	-	2.204	7.490
19. Bebidas	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	-	149	1.809
21. Diversos	-	-	-	66.774
Total (1)			55.637	483.327
Total (2)			55.637	483.327

(1) Corresponde a informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

TABELA 16
SALÁRIOS PAGOS AO PESSOAL OCUPADO - EM Cr\$ DE 1970
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1940-1970

(em Cr\$ 1.000,00)

	ANOS	1950	1960	1962	1970
GÊNEROS INDUSTRIAIS					
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	162
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	-	1.520	2.479	3.632	2.880
4. Metalúrgica	-	-	32	2.832	7.408
5. Mecânica	-	-	9.256	-	3.016
6. Mat. elétr. e mat. comunicação	-	-	1.029	6.248	5.017
7. Mat. transporte	-	-	-	13.774	37.857
8. Madeira	-	96	11	46	58
9. Mobiliário	-	-	421	19	265
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	-	9.036	62
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-
13. Química	-	-	4.658	7.115	21.085
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	-	62
16. Têxtil	-	4.171	4.966	5.705	13.216
17. Vestuário, calçados e artef. tec.	-	-	4	-	12.213
18. Prod. alimentares	-	-	693	1.354	1.904
19. Bebidas	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	-	28	177	676
21. Diversos	-	-	-	2.005	8.845
Total (1)	-	5.950	23.578	51.943	114.726
	-	(*)			
Total (2)	-	6.302	23.578	-	114.726

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

TABELA 17
SALÁRIOS PAGOS AOS OPERÁRIOS - (Cr\$ 1.000,00)
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1950-1970

(em Cr\$ 1970)					
GÊNEROS INDUSTRIAIS	ANOS	1950	1960	1962	1970
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	99
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	1.316	2.101	2.916	2.339	2.339
4. Metalúrgica	-	21	2.202	4.888	4.888
5. Mecânica	-	1.411	-	2.705	2.705
6. Mat. elétr. e mat. comunicação	-	633	2.634	2.257	2.257
7. Mat. de transporte	-	-	7.463	30.960	30.960
8. Madeira	74	11	12	37	37
9. Mobiliário	-	315	2	229	229
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	7.821	25	25
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-
13. Química	-	3.208	3.594	12.251	12.251
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plástico	-	-	-	55	55
16. Têxtil	2.910	4.167	4.527	10.361	10.361
17. Vestuário, calçados e art. tec.	-	4	-	11.601	11.601
18. Prod. alimentares	148	347	583	1.463	1.463
19. Bebidas	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	28	120	414	414
21. Diversos	-	-	1.925	4.860	4.860
Total (1)	4.449	12.245	33.798	87.544	87.544
	(*)				
Total (2)	5.505	12.245	33.798	87.544	87.544

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

(*) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 18
SALÁRIOS PAGOS AO PESSOAL OCUPADO NÃO OPERÁRIO - EM Cr\$ DE 1970
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1950-1970

RAMOS INDUSTRIAIS	ANOS	1950	1960	1962	1970
1. Extr. prod. minerais	-	-	-	-	63
2. Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	204	378	716	541	
4. Metalurgia	-	11	630	2.520	
5. Mecânica	-	7.845	-	311	
6. Mat. elétr. e mat. comunicação	-	396	3.614	2.760	
7. Mat. transporte	-	-	6.311	6.897	
8. Madeira	22	-	34	21	
9. Mobiliário	-	106	17	36	
10. Papel e papelão	-	-	-	-	
11. Borracha	-	-	1.215	37	
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	
13. Química	-	1.450	3.521	8.834	
14. Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	
15. Prod. mat. plásticos	-	-	-	7	
16. Têxtil	1.261	799	1.178	2.855	
17. Vestuário, calçados e artef. tec.	-	-	-	612	
18. Prod. alimentares	19	346	771	441	
19. Bebidas	-	-	-	-	
20. Editorial e Gráfica	-	-	57	262	
21. Diversos	-	-	280	3.985	
Total (1)	-	1.501	11.333	18.145	27.182
		(3)			
Total (2)	-	797	11.333	-	27.182

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

(3) Este resultado se refere aos estabelecimentos de mais de 5 pessoas.

TABELA 19
SALÁRIOS PAGOS AO PESSOAL OCUPADO TOTAL/TOTAL DO PESSOAL OCUPADO
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1950-1970

		(em Cr\$1,00)				
		ANOS	1950	1960	1962	1970
GÊNEROS INDUSTRIAIS						
1.	Extr. prod. minerais	-	-	-	-	2.025
2.	Extr. prod. vegetais	-	-	-	-	-
3.	Prod. de min. não metálicos	1.761	2.532	3.417	-	2.900
4.	Metalúrgica	-	3.200	4.568	-	4.877
5.	Mecânica	-	6.786	-	-	6.673
6.	Mat. elétr. e de comunicação	-	3.374	4.441	-	3.920
7.	Material de transporte	-	-	8.991	-	9.560
8.	Madeira	2.341	1.000	3.833	-	8.286
9.	Mobiliário	-	3.096	3.167	-	2.912
10.	Papel e papelão	-	-	-	-	-
11.	Borracha	-	-	3.817	-	5.636
12.	Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-
13.	Química	-	4.181	5.808	-	8.063
14.	Perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-
15.	Prod. de matéria plástica	-	-	-	-	2.818
16.	Textil	2.018	2.757	2.993	-	5.682
17.	Vestuário, calçados e artef.tec.	-	800	-	-	4.204
18.	Prod. alimentares	1.920	2.676	4.006	-	3.816
19.	Bebidas	-	-	-	-	-
20.	Editorial e Gráfica	-	1.474	4.917	-	5.007
21.	Diversos	-	-	5.038	-	10.505
Total (1)		1.946	3.928	4.761	-	6.421
		(3)				
Total (2)		1.793	3.928	-	-	6.421

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

(3) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 20

SALÁRIOS PAGOS AOS OPERÁRIOS/Nº DE OPERÁRIOS
1950 - 1970

(em Cr\$ de 1970)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	ANOS	1950	1960	1962	1970
1. Extr. de prod. minerais	-	-	-	-	1.706
2. Extr. de prod. vegetais	-	-	-	-	-
3. Prod. minerais não metálicos	1.568	2.334	3.112	2.758	-
4. Metalúrgica	-	3.000	4.011	3.945	-
5. Mecânica	-	6.243	-	6.814	-
6. Mat. elétr. e mat. comunicação	-	2.705	2.927	2.393	-
7. Mat. de transporte	-	-	6.484	9.368	-
8. Madeira	2.387	2.200	3.000	9.250	-
9. Mobiliário	-	2.669	2.000	3.470	-
10. Papel e papelão	-	-	-	-	-
11. Borracha	-	-	3.368	3.125	-
12. Couros, peles e prod. similares	-	-	-	-	-
13. Química	-	3.297	4.614	5.292	-
14. Perfumarias, sabões e velas	-	-	-	-	-
15. Prod. mat. plástico	-	-	-	2.750	-
16. Textil	1.904	2.547	2.600	4.824	-
17. Vestuário, calçados e artef.tec.	-	2.000	-	4.143	-
18. Prod. alimentares	1.873	2.478	3.021	3.500	-
19. Bebidas	-	-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica	-	2.154	4.800	5.175	-
21. Diversos	-	-	5.052	9.152	-
Total (1)		1.796	2.878	3.759	5.767
		(3)			
Total (2)		1.671	2.878	-	-

(1) Corresponde à informação do DEESP.

(2) Corresponde à informação do Censo Industrial.

(3) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 21

SALÁRIOS PAGOS AO PESSOAL OCUPADO NÃO OPERÁRIO/
 Nº DE PESSOAL OCUPADO NÃO OPERÁRIO
 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

		(Cr\$ de 1970)			
RAMOS INDUSTRIAIS	ANOS	1950	1960	1962	1970
1. Extr. prod. minerais		-	-	-	2.864
2. Extr. prod. vegetais		-	-	-	-
3. Prod. min. não metálicos		8.500	4.785	5.683	3.731
4. Metalúrgica		-	3.667	5.000	9.000
5. Mecânica		-	6.894	-	5.654
6. Mat. elétr. e comunicação		-	5.577	7.722	8.190
7. Mat. transporte		-	-	16.829	10.530
8. Madeira		2.200	-	4.250	7.000
9. Mobiliário		-	5.889	3.400	1.440
10. Papel e papelão		-	-	-	-
11. Borracha		-	-	27	12.333
12. Couros, peles e prod. similares		-	-	-	-
13. Química		-	10.284	7.895	29.447
14. Perfumaria, sabões e velas		-	-	-	-
15. Prod. mat. plástica		-	-	-	3.500
16. Textil		2.339	4.842	7.139	16.039
17. Vestuário, calçados e artef.tec.		-	-	-	5.828
18. Prod. alimentares		2.375	2.907	5.317	5.444
19. Bebidas		-	-	-	-
20. Editorial e Gráfica		-	-	5.182	4.764
21. Diversos		-	-	3.353	1.187
Total (1)		2.583	1.702	-	10.630
		(3)			
Total (2)		3.623	6.480		

(1) Corresponde a informação do DEESP.

(2) Corresponde a informação do Censo Industrial.

(3) Este resultado se refere aos estabelecimentos com mais de 5 pessoas.

TABELA 22
POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1920)

IDADE		SEXO					
		HOMENS		MULHERES		TOTAL	
0-4		2.265	14,37	2.120	14,20	4.385	14,29
5-9		2.006	12,72	1.898	12,71	3.904	12,71
10-14		1.945	12,34	1.794	12,02	3.739	12,19
15-19		1.918	12,18	2.175	14,57	4.093	13,34
20-24		1.062	6,74	1.060	7,10	2.122	6,92
25-29		1.217	7,73	1.301	8,72	2.518	8,21
30-34		977	6,20	957	6,41	1.934	6,30
35-39		1.031	6,54	960	6,43	1.991	6,49
40-44		918	5,83	738	4,94	1.656	5,40
45-49		735	4,67	589	3,95	1.324	4,32
50-54		531	3,37	417	2,79	948	3,09
55-59		389	2,47	300	2,01	689	2,25
60-64		296	1,88	228	1,53	524	1,71
65-69		200	1,27	157	1,05	357	1,16
70 e +		205		197		402	
Idade	Ignorada	58	0,37	37	0,25	95	0,31
TOTAL		15.753	100,00%	14.928	100,00%	30.681	100,00%

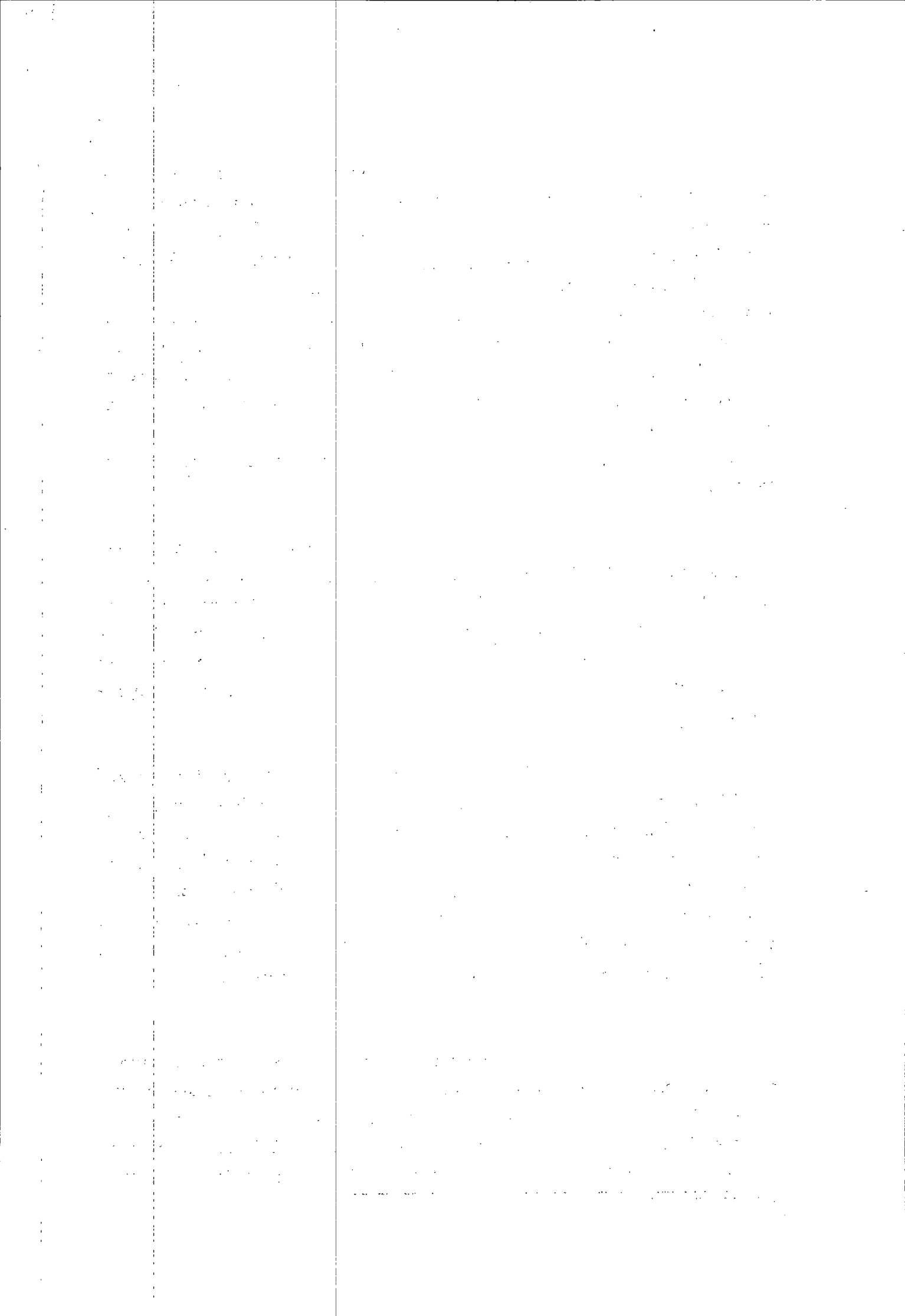
FONTE: Recenseamento do Brasil: 1920.

**INDUSTRIALIZAÇÃO, IMIGRAÇÃO
E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO**

Notas para um modelo de uma
situação de mudança

Bolivar Lamounier

OR 11-11-11 11:11:11
11-11-11 11:11:11
11-11-11 11:11:11
11-11-11 11:11:11
11-11-11 11:11:11



A extensão deste ensaio e o caráter preliminar dos resultados de pesquisa nos quais ele se baseia tornam necessário justificar sua publicação. O trabalho aqui apresentado é na realidade a terceira versão de um pequeno schetzo que preparei para discussão interna no Cebap, logo após a realização da fase exploratória de nossa pesquisa sobre reprodução humana em São José dos Campos. Foi uma singela tentativa de elaborar teoricamente os primeiros resultados, tomando como referência específica a atuação das instituições - escola, igreja, empresas etc. - em relação ao comportamento reprodutivo. O procedimento adotado foi o de articular as impressões colhidas sob a forma de um "modelo", de preferência a uma exposição detalhada das entrevistas e demais informações.

Esse primeiro trabalho parece ter sido útil, tanto assim que o estímulo recebido levou-me a apresentá-lo, numa versão mais extensa, ao Grupo de Trabalho sobre o Processo de Reprodução da População de CLACSO, na reunião realizada em Morelia, México, em 1975. A presente versão não contém alterações substanciais, mas é um pouco mais longa, visto que me esforcei para incorporar algumas críticas e sugestões.

É óbvio que o prosseguimento da pesquisa poderá invalidar estas primeiras impressões. Não obstante, creio que sua publicação poderá ser útil sob dois aspectos principais: de um lado, como tentativa de realizar o vai-e-vem entre teoria e observação empírica, e de outro como contribuição aos novos paradigmas em emergência na América Latina, no âmbito da sociologia demográfica. Diga-se de passagem que meu argumento, sob este último aspecto, é que, se há muito que inventar, também há muito a se retirar do repertório sociológico convencional.

Cumprе mencionar também que me absteve de estender a discussão aos aspectos macroestruturais - à formação sócio-econômica da cidade e da região - visto que estes são objeto de um trabalho a cargo de Fernando Henrique Cardoso. O leitor não familiarizado com a região de São José dos Campos poderá começar a leitura pelo Anexo, onde forneço algumas informações básicas.

1. The first part of the report
describes the general situation
of the country and the
main problems which
are facing it.

2. The second part of the report
describes the results of the
survey and the
main findings of the study.

3. The third part of the report
describes the conclusions
drawn from the study and
the recommendations
which are being made.

4. The fourth part of the report
describes the
conclusions drawn from the study
and the recommendations
which are being made.

5. The fifth part of the report
describes the
conclusions drawn from the study
and the recommendations
which are being made.

6. The sixth part of the report
describes the
conclusions drawn from the study
and the recommendations
which are being made.

7. The seventh part of the report
describes the
conclusions drawn from the study
and the recommendations
which are being made.

8. The eighth part of the report
describes the
conclusions drawn from the study
and the recommendations
which are being made.

1 - MODELOS "CAUSAIS" E MODELOS "CONTEXTUAIS"

A principal característica do projeto sobre reprodução humana que vem sendo realizado pelo Cebrap é sem dúvida o abandono do formato convencional, no qual se procurava explicar o comportamento reprodutivo a partir de atributos individuais. Busca-se, ao contrário, situar o comportamento individual em contextos concretos, e explicá-lo através de determinantes estruturais ao nível das formas de organização da produção, bem como das estruturas familiar e institucional correspondentes. Enquanto a abordagem convencional preocupava-se em descrever as redes causais formadas por variáveis observadas ao nível individual, supondo - implícita ou explicitamente - como invariante a situação social subjacente, a perspectiva adotada implica em privilegiar a singularidade e a interdependência dos fatores que definem esta última em cada uma das regiões a serem estudadas.

A ser correta esta descrição das duas perspectivas teóricas, parece cabível designá-las, pelo menos para maior facilidade de narrativa, como causal e contextual respectivamente. A primeira poderia ser exemplificada pelos estudos sobre diferenciais de fertilidade, nos quais a situação social é apreendida somente ao nível dos indivíduos, através de atributos concebidos quase sempre em termos de maior ou menor "modernidade". Na abordagem contextual, ao contrário, o interesse principal desloca-se para a específica configuração das situações de existência dos indivíduos. (1).

Seria lamentável ingenuidade afirmar, em termos absolutos, quer a incompatibilidade, quer a compatibilidade das duas perspectivas aludidas. Não cabe dúvida quanto ao fato de que uma e outra abrigam diferentes supostos e distintas concepções quanto ao objetivo do conhecimento, e quanto à forma de alcançá-lo. Estes pontos foram frequentemente, e a meu ver suficientemente, destacados nas críticas endereçadas nos últimos anos aos estudos demográficos inspirados na assim chamada "teoria da modernização". (2).

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper bookkeeping is essential for the success of any business. The second part of the document describes the various methods used to collect and analyze data. It includes a detailed explanation of the sampling process and the use of statistical techniques to interpret the results. The third part of the document provides a comprehensive overview of the different types of data that can be collected and how they can be used to make informed decisions. It also discusses the challenges associated with data collection and analysis and offers suggestions for overcoming these challenges. The fourth part of the document presents a series of case studies that illustrate the practical application of the concepts discussed in the previous sections. These case studies show how the principles of data collection and analysis can be used to solve real-world problems. The fifth part of the document concludes with a summary of the key findings and a discussion of the implications for future research. It also includes a list of references and a glossary of terms.

É porém óbvio que a superioridade da alternativa "contextual" deve ser provada ao nível empírico. Ela deverá demonstrar, de um lado, que pode incorporar as regularidades empíricas já estabelecidas nas pesquisas convencionais, e, de outro, reinterpretá-las, mostrar suas limitações, sugerir novas hipóteses etc. Vale dizer que uma superação efetiva do formato convencional, alvo de intensa crítica nos últimos anos, não dispensa, mas ao contrário, impõe, a elaboração de novos paradigmas adequados à análise empírica. O presente ensaio é uma contribuição neste sentido, focalizando especificamente o problema das mediações institucionais e sócio-psicológicas. (3).

Obviamente, nenhuma perspectiva teórica que se preze sustenta que as determinações sócio-econômicas sobre o comportamento reprodutivo se exerçam de maneira mecânica e imediata. Em geral se reconhece a existência de uma complexa rede de mediações. Nisto não diferem os modelos por nós designados como causais e contextuais. Salientam, ambos, a necessidade de fazer intervir, entre os fatores "antecedentes", de caráter principalmente econômico, e o comportamento reprodutivo real, uma série de fatores sócio-psicológicos, como por exemplo, as normas e representações relativas à reprodução humana, os padrões de interação e associação sexual estabilizados em distintas estruturas de família, ou ainda, as concepções sobre a reprodução corporificadas na atuação das instituições sociais (organizações religiosas, educacionais etc).

Em nível abstrato, isto é, considerando-se a lógica dos dois modelos, existe sem dúvida uma importante disparidade no tocante à maneira pela qual tais mediações são concebidas, e no tocante à modalidade de sua incorporação à análise enquanto fator explicativo. Expressa em termos sucintos, a diferença é que a análise causal supõe, implícita ou explicitamente, que os fenômenos estudados tem o mesmo significado independentemente da diversidade de situações sociais concretas, ao passo que a análise contextual interessa-se justamente pela diversidade de seus significados em função das diferentes configurações em que ocorrem.

Esta distinção é porém tendencial, seja porque a complexidade das situações empíricas desafia a fácil simetria dos mode-

los, seja porque as mediações institucionais e sócio-psicológicas só agora começam a ser de fato um tema de pesquisa, perdendo sua anterior condição de "caixa negra". É por esta razão que, em vez de deduzir abstratamente o "estatuto" das mediações num e noutro modelo, examinarei em seguida a maneira pela qual esta problemática se apresenta em alguns textos correntes.

2 - A "TEORIA DA MODERNIZAÇÃO"

Um estudo realizado há pouco mais de dez anos por Rosen e Simmons (4) presta-se magnificamente aos nossos objetivos, não somente por se referir à região de São Paulo e ao processo de industrialização que aí se verifica, como também por nos parecer de excelente qualidade na perspectiva teórica e metodológica em que se situa. Propõem-se estes autores a estudar os fatores associados ao declínio de fertilidade e a construir um modelo causal dos processos a ele conducentes. Dados os supostos mais gerais de seu paradigma, utilizam um design bastante apropriado, qual seja o de estudar uma amostra de mulheres comprovadamente férteis em cinco localidades, das quais duas são minúsculas comunidades rurais; outra, uma cidade de tipo comercial-administrativo em torno de 25 000 habitantes; a quarta, também desse tamanho mas acentuadamente industrial; e a própria São Paulo, megalópole urbano-industrial. Trocando em miúdos, concluem que a industrialização, mas não o tamanho das cidades enquanto tal, conduz ao declínio de fertilidade "through shifts in the social status of women, both in their work and at home". Nesta proposição geral, e sobretudo na sua construção conceitual e empírica, exprimem-se de modo inequívoco os objetivos de conhecimento que se convencionou rotular de "teoria da modernização"; objetivos esses que se traduzem, por sua vez, com exatidão, no modelo que denominamos "causal". Quais são, pois, as características mais salientes desse estudo, desde as premissas gerais até o escopo colimado?

É comum a caracterização dessa corrente teórica como "psicologista", no sentido de que postularia para os fatores psicológicos - no caso, atitudes e normas relativas à reprodução - um papel

singularmente autônomo e determinante, em detrimento de fatores infra-estruturais. Tal caracterização, no caso vertente, seria, se não errônea, certamente inespecífica, pois com igual ou maior exatidão se poderia ver na abordagem de Rosen e Simmons um raso "economicismo". Com efeito, a síntese mais precisa de seu modelo seria a de que a passagem do rural ao urbano, da pequena à grande concentração urbana, e mais decisivamente, do não industrial ao industrial, provoca o declínio da fertilidade tanto em virtude de condições diretamente econômicas quanto de processos sócio-psicológicos decorrentes, embora indiretamente, daquelas condições. Vale dizer que nada, absolutamente nada, confere estatuto teórico distinto aos fatores sócio-psicológicos incorporados ao modelo, a não ser a constatação, que se diria trivial, de "lags" e imperfeições no ajustamento entre as duas ordens de fenômenos.

A própria hierarquização das hipóteses do estudo feita pelos autores citados serve para confirmar nossa interpretação. Assim é que, após uma primeira hipótese geral centrada naquelas "objective circumstances of urban life which make large families costly", eles resumem nos seguintes termos seu segundo grupo de hipóteses: "the development or acquisition of certain attitudes, values, and abilities which allow the individual to better respond to the demands and pressures of urban life". E mais adiante: "thus, general economic and social factors related to industrialization quite probably influence fertility decline. But this influence, we believe, is mediated in part through shifts in the education, work and social status of individuals, through the emergence of new attitudes and aspirations, and through new modes of family decision-making. An analysis of fertility decline, therefore, should link social structural factors which influence fertility with data about personal orientations and modes of decision making which help men and women respond to social circumstances". (5).

Não se trata aqui de questionar a priori tais hipóteses, certamente plausíveis ao nível de generalidade em que se situam, mas sim de observar que não se trata de um psicologismo. Trata-se, ao contrário, de uma abordagem em que as mediações sócio-psicológicas a serem consideradas relevantes se definem de antemão como sendo aquelas

direta e estreitamente associadas à industrialização e em geral à infraestrutura econômica. Se o termo "psicologismo", além de sua utilidade polêmica, retém o significado analítico de autonomia relativa de uma certa ordem de fenômenos, na medida em que eles formem um sistema, é incorreta a atribuição dessa qualidade ao trabalho de Rosen e Simmons; e este é, a meu ver, um dos defeitos de sua abordagem; ela apenas alude às mediações, mas elas são pré-definidas a partir de um critério de senso comum, em vez de investigadas.

A ser correta esta observação, quais seriam, neste caso, as características específicas dessa orientação teórica? Consideraremos duas, não somente por permearem a formulação dos problemas e a interpretação dos dados, mas também por se prestarem claramente ao confronto com a perspectiva adotada no projeto do Cebnap.

A primeira pode ser vista como propriamente teórica, no sentido de que se presta ao exame objetivo de suas vantagens e desvantagens e ao teste de hipóteses. Trata-se da linearização dos fatores estruturais incorporados à análise, que assim perdem toda eventual qualidade de descontínuos e heterogêneos. Número de habitantes em vez de determinado tipo de estrutura urbana; grau de industrialização em vez de uma estrutura industrial marcada por importantes descontinuidades organizacionais, espaciais, tecnológicas etc. É óbvio que uma abordagem focalizada na segunda alternativa encerra também muitas dificuldades, e não pode deixar de considerar o modo pelo qual os tipos estruturais se "traduzem" em determinada distribuição de atributos individuais. Importa observar, porém, que o suposto linearizante leva ao obscurecimento de alguns problemas importantes, se não como decorrência lógica, seguramente em virtude de sua associação com o que estudaremos em seguida.

A segunda premissa a ser considerada é diretamente ideológica ou valorativa. Trata-se da visão segundo a qual a passagem do "tradicional" ao "moderno" e do não industrial ao industrial é necessariamente um progresso, uma ampliação de horizontes e um enriquecimento da vida individual e coletiva. Também aqui não se questiona o que é afirmado, mas sim o que a afirmação omite. Trata-se de uma concepção

singularmente unilateral, evidentemente predisposta a ver na industrialização e na participação feminina na força de trabalho a possibilidade de um comportamento reprodutivo "racional"; mas não uma ruptura violenta, à qual esse comportamento é forçado a ajustar-se quer pela mudança de valores e atitudes, quer pela antecipação de sanções severas:

"Industrialization influences fertility in great part by increasing the educational and work opportunities for women. These new opportunities in turn facilitate the emergence of modern role-attitudes and egalitarian husband-wife decision making, dimensions of personality disposition and family structure which are related to smaller family size". (6).

Talvez ainda mais sintomático da presença de uma suposição valorativa de progresso seja a explicação - manifestamente decisiva para a interpretação de todo o modelo - do efeito que o trabalho feminino produz em contextos urbano-industriais, mas não nas localidades menores, não industriais. O único fator realçado é que, nestas últimas, o trabalho feminino "does not imply contact with agents of modernization":

"Women in the small rural community worked overwhelmingly in low status, part-time, agricultural jobs, often just in peak periods of production. These jobs did not expand their social contacts, increase their financial independence or remove them from their traditional surroundings. Conversely, in the industrial cities even low status women are likely to be involved in employment that brings them into contact with other social strata (e.g. domestics) or, more importantly, with semi-technical or technical work in textile mills and other industries".

Nossa objeção não tem como finalidade substituir uma visão lírica do "moderno" por uma visão bucólica do "tradicional";

nem pretende simplesmente advogar uma linguagem mais atenta aos "custos sociais" da industrialização, embora isso também tenha importância. Trata-se de afirmar que essa conceitualização, muito possivelmente por se achar envolta nos supostos e na linguagem indicada, tende a obscurecer certos mecanismos que podem ser de grande importância para a compreensão objetiva da industrialização como fator de aceleração num processo de mudança demográfica. Não parece descabido sugerir que os autores, ou a teoria em que se apoiam, ou ambos, atribuem à totalidade do trabalho feminino nas cidades e na indústria os anseios e satisfações que ele propicia a certa faixa da classe média. É como se tomassem como suposto inicial uma estrutura econômica estabilizada, na qual a atração da mão-de-obra pela indústria provocasse somente alterações moderadas e incrementais na composição geográfica da população; e na qual a oferta dessa mesma mão-de-obra fosse regida muito menos pela necessidade absoluta do que por opções livres expressas em projetos individuais. O pouco de exagero que esta crítica possa conter serve para acentuar o contraste com uma situação de industrialização rápida e imigração maciça como a de São José dos Campos. Nessa cidade, segundo nos parece, a magnitude dos processos de mudança infra-estrutural é de tal ordem que a ênfase de Rosen e Simmons nos "contacts with agents of modernization", sem ser errônea quanto ao conteúdo, induz ao erro pela sua palidez. Essa ênfase requereria, a meu ver, um importante complemento: a hipótese de que o comportamento "moderno" pode resultar não tanto, ou não apenas, da modernidade em si, mas do processo através do qual ela é alcançada. Poderia resultar, por exemplo, do fato de que os imigrantes expõem-se à "modernidade" maciçamente e através do emprego industrial, vendo-se forçados a adaptações antecipatórias nada desprezíveis.

Antes de tentar desenvolver uma conceitualização alternativa, devemos porém examinar de que maneira a problemática das mediações institucionais e sócio-psicológicas é tratada no modelo contextual. Consideraremos dois trabalhos: um de Paul I. Singer, no qual é delineada uma abordagem em termos das relações entre formações sociais, estrutura de classes e comportamento reprodutivo; e outro, de Cândido Procópio F. de Camargo, voltado especificamente para o papel das diversas instituições sociais entendidas como "aparatos ideológicos".(7). Nossa intenção não é discutir os trabalhos mencionados de maneira exausti-

va, mas tão somente indicar alguns aspectos em que parecem insuficientes, quer como instrumentos para se romper a caixa-negra das mediações, quer como ancoragem empírica para a compreensão de um processo de mudança rápida e abrangente, como parece ser o caso de São José dos Campos.

3 - CLASSE SOCIAL, FAMÍLIA E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO

Paul I. Singer procura esquematizar as relações que se estabeleceriam entre formas de organização da produção e padrões de comportamento reprodutivo. Tais relações, diferenciadas segundo as classes sociais de cada formação, tenderiam a se sedimentar em estruturas familiares específicas a cada classe. Teríamos, assim, a família burguesa, a pequeno-burguesa, a proletária etc. A estrutura familiar é assim concebida como uma mediação básica, e ao mesmo tempo como uma espécie de célula ou nódulo organizacional dos interesses de cada classe. (8). Uma rede de determinações procedente da dinâmica particular a cada formação social passaria assim pela posição de classe dos "cônjuges" - ou seja, pelo seu ponto de inserção na estrutura produtiva, em especial ao fato de serem ou não proprietários de meios de produção, e, na hipótese de o serem, à magnitude desses meios - determinando as estruturas familiares e, através delas, o comportamento reprodutivo.

O trabalho de Paul I. Singer é inegavelmente esquemático e demasiado embrionário para que se possa falar em "aplicação" a um contexto social concreto. Tendo em vista esta circunstância, farei a seguir algumas indagações, a meu ver cruciais para o desenvolvimento desse esquema enquanto modelo analítico. Não tem estas observações o sentido de negar utilidade às sugestões oferecidas por esse autor, mas sim de estabelecer que a utilidade delas será tanto maior quanto mais precisamente se defina seu alcance como instrumento de análise empírica. Deve-se observar, primeiramente, que o paper de Paul I. Singer não é propriamente um sistema de hipóteses, mas antes o que se poderia chamar de orientação geral, no sentido dado a esta expressão por Merton: indica fatores a serem de algum modo levados em conta, mas sem implicar relações determinadas entre variáveis específicas. (9). Numa interpretação mais

forte, isto é, atribuindo-se-lhe maior precisão como sistema de hipóteses, tratar-se-ia essencialmente de uma tipologia de formas puras - formas de apropriação e produção, e de estrutura familiar - construídas a partir de nexos lógico-dedutivos de racionalidade econômica. Este é um ponto a fixar, tendo em vista nossa intenção de delinear o estatuto das "mediações" nos trabalhos que estamos examinando. Enquanto mera orientação geral no sentido acima definido, é pobre a contribuição de Paul I. Singer, visto que apenas reitera hipóteses clássicas sobre as relações entre família e classe social. Interpretada mais fortemente, essa contribuição não se distingue das orientações contemporâneas que pretendem construir uma micro-economia da fertilidade. Poder-se-ia objetar, naturalmente, que estas últimas tomam como unidade de análise um atomístico homo oeconomicus, ao passo que o esquema de Paul I. Singer refere-se a estruturas familiares específicas a cada classe. Tal objeção, a meu ver, tocaria numa diferença apenas aparente, pois a racionalidade econômica dos agentes é que explicaria a diferenciação das estruturas familiares em função das classes sociais.

Esta observação não pretende contestar tal hipótese - ao contrário, ela é a meu ver correta neste nível de generalidade, enquanto proposição tendencial - mas sim sublinhar a ambiguidade, para não dizer a quase total ausência, do nível das mediações institucionais e sócio-psicológicas nesse modelo. Dizendo-o de outra maneira, o modelo de Paul I. Singer não contém, ou não se propõe desenvolver, hipóteses específicas sobre mediações institucionais (salvo os próprios tipos de estrutura familiar) ou sócio-psicológicas (salvo os nexos lógico-dedutivos a que fizemos referência anteriormente, e que poderiam constituir, no máximo, um limite a ser aproximado com "lags" e imperfeições pelo comportamento efetivo). Assim sendo, em seu atual estágio de desenvolvimento, o paradigma oferecido por Paul I. Singer é compatível com um economicismo estrito, com um economicismo de efeitos indiretos análogo ao encontrado no modelo de Rosen e Simmons, e possivelmente com muitos outros modelos que se venham a propor.

Restaria examinar a contribuição de Paul I. Singer enquanto modelo esquemático de situações empíricas. Apesar do carã-

ter bastante embrionário desse trabalho, como foi anteriormente assinalado, esta questão não é gratuita, na medida em que ele pretende reforçar a perspectiva de análise por nós intitulada de contextual. Vale dizer, precisamente porque ele pretende contribuir para a apreensão de configurações concretas, parece lícito indagar desde já qual é sua potencialidade de como modelo dinâmico, aplicável, em princípio, a uma situação como a de São José dos Campos.

A dificuldade principal, sob este aspecto, é que Paul I. Singer acentua muito mais a relação entre família e classe, em termos estáticos ou típico-ideais, do que os mecanismos presumivelmente existentes em diferentes formas de organização social para regular o comportamento reprodutivo. Não se pretende afirmar que a estrutura familiar seja a única mediação ou o único mecanismo regulador. Parece certo, porém, que a regulação do comportamento reprodutivo se dá em grande parte sob a forma de regulação do range de variabilidade inter-classe do tamanho de família. Assim sendo, a estrutura familiar permitida ou provável para cada classe em função da forma de organização da produção e do contexto social concreto é uma consideração pelo menos tão importante quanto a reconstituição típico-ideal das relações família/classe. (10). Sob este aspecto, tem-se a impressão de um retrocesso na formulação dos problemas, pois, bem ou mal, a "teoria da modernização" pelo menos reconhece a existência, em contextos de capitalismo urbano-industrial, de obstáculos mais ou menos insuperáveis à manutenção, como norma, de famílias extensas por parte dos estratos sócio-econômicos mais baixos.

A argumentação desenvolvida até aqui será melhor compreendida se considerarmos diretamente algumas proposições sobre classe social e família. A vinculação mais clara entre estrutura familiar e estrutura produtiva dá-se, a nosso ver, no caso da família pequeno-burguesa, correspondente ao pequeno empreendimento rural ou urbano no qual a família detém a posse dos meios de produção e, via de regra, não recorre à mão-de-obra extra-familiar. É possível supor, neste caso, que a intensificação da atividade produtiva acha-se na razão direta do suprimento de mão-de-obra familiar; e reciprocamente, que o empreendimento pode tornar-se literalmente inviável quando a mão-de-obra familiar escas-

seia. A conexão é simples e direta, residindo aí, presumivelmente, forte incentivo para a procriação. Sem dúvida, uma sociedade típico-ideal de pequenos proprietários seria uma sociedade intensamente natalista (enquanto houvesse abundância de terra).

Considerando, porém, em função de situações históricas específicas este raciocínio requer pelo menos duas qualificações severas. A primeira delas é a vigência de normas sócio-culturais ou religiosas capazes de assegurar a coesão e o padrão de autoridade do grupo familiar. Este elemento, digamos, "super-estrutural" adquire assim uma autonomia bastante singular. (11). A segunda, é que se trate, efetivamente, senão de uma sociedade típico-ideal, seguramente de uma espécie de sub-sociedade de pequenos produtores. Poder-se-ia sugerir, com efeito, que tanto a vigência das normas sócio-culturais aludidas como a correção do cálculo econômico que conecta a propriedade pequeno-burguesa à família pequeno-burguesa, acham-se historicamente condicionadas, no sentido de que exigem certas "externalidades", ou certos efeitos contextuais representados pela existência de muitas outras famílias da mesma condição. No caso da propriedade da terra, a sociedade de pequenos produtores no sentido acima referido depende de uma forma de organização social essencialmente estranha à história brasileira: a aldeia agrária. Esta, caracterizada por um grande número de pequenas propriedades, sem que a qualquer delas correspondam vantagens decisivas sobre as outras; com vida comunitária própria, regida por normas de conteúdo tradicional bem definido, é uma instituição européia e asiática. No Brasil, o isolamento entre os minifúndios; a mão-de-obra rural sem terra e muitas vezes nômade; os hábitos de cooperação, fragilíssimos, tudo isso fez com que os pequenos sitiantes, onde existem, não tenham criado uma forma própria de sociedade, achando-se, ao contrário, soterrados sob a estruturação social própria das formas concentradas de propriedade. (12). Acrescenta-se que, em grande parte do território, a improdutividade do solo é de tal ordem que o incremento de mão-de-obra familiar não é garantia de rendimentos proporcionalmente melhores. Nestas condições, a relação postulada no esquema de Paul I. Singer, conquanto possa manter-se, poderá ter uma eficácia explicativa menor do que a esperada.

Que dizer, então, da pequena-burguesia urbana? Com mais forte razão, é de se esperar que as normas sócio-culturais eventualmente asseguradoras da coesão familiar tenham sido e estejam sendo continuamente corroídas por uma orientação mais voltada para a mobilidade individual. Consideremos, porém, o próprio proletariado urbano, dado que o contexto social que iremos tomar como referência, São José dos Campos, é eminentemente uma cidade de gerentes e proletários. Naturalmente, é mais fácil imaginar uma sociedade típico-ideal de pequenos produtores do que uma de proletários. A presença destes, a não ser nas sub-sociedades mais ou menos provisórias que se formam em "factory towns", implica diretamente na existência de uma formação social complexa. Numa formação urbano-industrial em desenvolvimento rápido, parece ocioso reiterar abstratamente as determinações da "família proletária", quando salta aos olhos a existência de normas ideológicas e outros mecanismos que atuam no sentido de reduzir a variabilidade inter-classe da estrutura familiar (por exemplo, a aceitação e interiorização dos ideais de família prevalecentes na classe média, para não mencionar aqueles condicionamentos objetivos da vida urbana, apontados por Rosen e Simmons, "which make large families costly"). Se nosso interesse é compreender o comportamento reprodutivo, visto como um componente da dinâmica demográfica, em função de um contexto social, é preciso reconhecer que, também aqui, a "teoria da modernização" propõe uma hipótese mais precisa: a de que o meio urbano-industrial torna quase obrigatória a diminuição da família nos estratos baixos e, além disso, força os proletários, isto é, os trabalhadores industriais enquanto tais, a uma mudança sócio-psicológica, oferecendo-lhes, ademais, as concepções alternativas "adequadas".

Esta questão da variabilidade inter-classe das estruturas familiares constitui sem dúvida um dos pontos mais fecundos a considerar no confronto entre os dois modelos, causal e contextual. Será útil recorrer neste momento a um estudo elaborado por Adolfo Aldunate (13) com base nas entrevistas realizadas pelo Cebrap em São José dos Campos. Baseando-se numa abordagem tipológica análoga à de Paul I. Singer, Aldunate incorpora uma hipótese semelhante à exposta no final do parágrafo anterior, especificando-a porém para dois diferentes estratos baixos, um propriamente "proletário" e outro que ele chama de "subproletário".

No caso do proletário, afirma, "la calificación y el acceso a las modernas técnicas le permiten al trabajador establecer una ruptura en el campo ideológico con las concepciones mágicas y religiosas de la existencia y facilitan la introducción en el ámbito del hogar de técnicas modernas y elaboradas: el médico, la clínica, los métodos A-C etc.". A situação "subproletária" seria distinta: "ni en el trabajo ni en el hogar hay condiciones objetivas que le posibiliten al subproletário superar las concepciones mágico-religiosas que le permiten, al menos, un control simbólico de sus relaciones sociales, en las que, de hecho, permanece como impotente y pasivo". Nesta como nas demais distinções - muitíssimo interessantes, diga-se de passagem - que estabelece entre proletários e subproletários, Aldunate está na realidade atribuindo a um estrato superior - propriamente "proletário" - das camadas baixas o que os estudos convencionais imputam ao meio urbano-industrial como um todo e, dentro dele, aos estratos sucessivamente superiores. Mais alto o estrato, segundo tais estudos, maior a aceitação e mais frequente a utilização de "técnicas modernas y elaboradas". Neste sentido, mais que uma contradição de orientações teóricas, temos aqui uma questão de método: a questão de saber se as diferenciações que se observam dentro dos estratos baixos, e especificamente a diferenciação entre proletários e subproletários, é apenas um caso particular de um gradiente de diferenciações. (14). A tipologização feita por Aldunate parece prejulgar o teste da hipótese que acabamos de enunciar. Neste sentido parece-me que ela empobrece em vez de enriquecer as hipóteses tradicionais da "teoria da modernização", as quais, de resto, contam a seu favor certa regularidade nos resultados empíricos.

Sob o aspecto que acabamos de considerar, o trabalho de Paul I. Singer é mais cauteloso e mais coerente enquanto oposição aos procedimentos linearizantes da "teoria da modernização", pois deixa em aberto as relações mais específicas entre família e classe, à espera de uma análise rigorosa de cada contexto concreto, em vez de avançar pela via puramente tipológica. Essa coerência, porém, é adquirida a um preço bastante elevado, visto que o obriga a manter-se em um nível de masiado genérico, abandonando o pesquisador à mercê da mais bruta empiria. Retomemos, por exemplo, agora em função do problema da coerência

interna de um modelo contextual, uma objeção anteriormente formulada, e que se referia à inespecificidade de suas concepções a respeito das mediações sócio-psicológicas.

Imaginemos, para simplificar a exposição, duas hipóteses, a de um estrito economicismo e a de um estatuto distinto, relativamente autônomo, das representações ideológicas e normativas. Estritamente economicista seria a visão de comportamento reprodutivo como exatamente adaptado à uma estratégia racional de manutenção ou melhoria da posição de classe dos cônjuges. Dar-se-ia como suposta, nesta hipótese, implícita ou explicitamente, uma situação de plena informação e completo controle sobre o comportamento reprodutivo. Admitindo (ponto já de si problemático) a existência de apenas uma, ou de um elenco estritamente limitado de estratégias racionais, não haveria, por definição, na hipótese economicista, "mediações": as representações subjetivas e fatores dessa natureza ou corresponderiam fotograficamente ao curso racional do comportamento, ou, na hipótese de não corresponderem, seriam excluídos do modelo, uma vez comprovada, naturalmente, sua irrelevância. Pois bem, é precisamente nesta perspectiva que o modelo estritamente contextual se mostra plenamente satisfatório: os supostos de plena informação e completo controle têm como consequência que o comportamento deve ser entendido em função de estratégias racionais, e esta qualificação, por sua vez, só tem sentido à luz do pleno conhecimento das condições econômicas locais, isto é, do contexto tomado como referência.

A hipótese inversa nega de antemão os supostos de plena informação e completo controle. Representações ideológicas e normas sociais podem ser vistas em boa medida - por certo não exclusivamente - como mecanismos capazes de orientar o comportamento individual e social em situações de informação e controle precários. Sua relativa autonomia e estabilidade provêm em grande parte deste fato. Essa autonomia e estabilidade relativas dos sistemas de representações tornam-nos mais duradouros e generalizados do que os contextos mais ou menos limitados nos quais se poderia pensar em definir o que seriam estratégias reprodutivas estritamente racionais. (15).

Considerada a lógica do modelo "contextual", parece clara a existência de uma diferença de escala entre um enfoque econômico levado a sério e um estudo igualmente rigoroso de mediações sócio-psicológicas, desde que se reconheça nestas alguma autonomia. Sendo evidentemente inaceitável, por outro lado, a hipótese de total independência das representações ideológicas e semelhantes fatores de ordem subjetiva, segue-se que o estudo simultâneo e rigoroso de ambas as ordens de fenômenos não se ajusta tão facilmente quanto se poderia pensar a uma visão estritamente contextual, no sentido mais ou menos técnico que definimos no início deste trabalho. O caráter quicã demasiado abstrato desta discussão se justifica, espero, pela contribuição que ela possa dar ao esclarecimento de duas questões: de um lado, porque certas proposições tradicionalmente identificadas com a "teoria da modernização" estão sempre reaparecendo pela porta dos fundos; de outro, as relações efetivas que se estabelecem entre os dois modelos, na dinâmica da investigação.

4 - IDEOLOGIA, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO

O ângulo privilegiado por Cândido Procópio F. de Camargo é das instituições sociais: igrejas, agentes educacionais, poderes públicos, a própria família, as empresas. Parte ele da suposição de que as relações existentes entre as instituições, bem como a importância relativa e as características da atuação de cada uma delas correspondem de algum modo à estrutura produtiva local ou regional, corporificando o sistema de poder que lhe é próprio. As instituições são, além disso, aparatos ideológicos; vale dizer, portadores de mensagens ou de uma prática capaz de influenciar o comportamento dos indivíduos e grupos. Essa influência não precisa resultar de uma atuação ostensiva; muitas vezes ela resulta de omissões. Tanto ações como omissões podem visar a um resultado específico, ou podem ser meramente facilitativas da ação de outros agentes.

A perspectiva que antes denominamos contextual parece sugerir uma acentuação do caráter solidário das diversas institui

ções sociais. A ideologia adequada a determinada forma de organização da produção corporifica-se (torna-se prática) em e através de instituições sociais. A ênfase parece recair na sua adequação ao contexto social inclusivo, adequação essa que levaria à interpretação da atuação e das mensagens específicas a cada instituição como "traduções" de uma ideologia objetivamente necessária. Ao mesmo tempo não há como desconhecer a existência de conflitos e divergências entre instituições, ou entre os diferentes níveis organizacionais de uma mesma instituição. A escola e a igreja são, na realidade, amplas organizações burocráticas, tendo inclusive uma hierarquia interna de autoridade, propiciando ampla margem para o surgimento de sub-ideologias conflitantes. Mais ainda, existe uma prática social real, na vida cotidiana, da qual resultam contestações, quase sempre veladas mas muitas vezes agudas em substância, das normas institucionais "oficiais".

Estas são, em breve resumo, as proposições básicas oferecidas por Cândido Procópio F. Camargo. Retomemos, em função delas, nossas indagações gerais. Em que medida, com efeito, contribuem para a delineação de um modelo para a análise empírica? E em que medida ajudam a desenvolver um modelo contextual coerente?

Começemos por indicar que a análise das instituições ou, mais amplamente, da "super-estrutura", é de fato crucial. Nas discussões que ultimamente se vem travando na América Latina, são frequentes as expressões de descontentamento em face da mera reiteração da hipótese classe/família, seja pelo economicismo que via de regra a fundamenta, seja pelo seu caráter excessivamente genérico, não contribuindo para o conhecimento empírico da dinâmica de formações sociais determinadas.

Em minha opinião, como ficou anteriormente explicitado, a constituição de uma abordagem empírica fecunda deve ultrapassar a hipótese genérica classe/família e dar mais atenção ao problema empírico da variabilidade inter-classe do comportamento reprodutivo, das estruturas familiares etc.; e é precisamente sob este ângulo, no meu entender, que a incorporação da dimensão ideológica e institucional pode ser decisiva. Embora ele não a justifique explicitamente nestes termos,

a ênfase no estudo das instituições organizadas da sociedade, no âmbito do projeto em curso no Cebrap, deve-se às sugestões iniciais de Cândido Procópio F. Camargo.

Não obstante, esse autor não desenvolveu um esquema de análise explícito sobre o tema, além das considerações resumidas nos dois primeiros parágrafos desta seção. Permanecendo em embrião, suas sugestões podem dar espaço para diversos equívocos, alguns dos quais mencionarei a seguir.

A dificuldade básica parece ser a seguinte: é realmente possível interpretar como "objetivamente necessária" determina da ideologia demográfica (controlista ou natalista, não importa) e ver em consequência as instituições como meras executoras de um dinamismo pré-ordenado? A indagação é algo caricatural, mas pretende salientar um ponto que não tem recebido suficiente atenção: quanto mais se acentue a solidariedade das instituições como "aparatos ideológicos", tanto mais se supõe, implicitamente, como conhecida de antemão a "lei de população" da formação em estudo. Nessa perspectiva, o estudo das instituições, ou parece ter apenas a função de recolher material ilustrativo, ou corresponde aos mesmos supostos discutíveis da "teoria da modernização": seria o estudo de um mecanismo de ajustamento, de atualização dos "lags" e desvios do comportamento reprodutivo em relação a uma trajetória economicamente determinada. O perigo de que supostos tão discutíveis, e ao mesmo tempo banais, encontrem abrigo no modelo será evidentemente maior quando se constatar que as diversas instituições de fato atuam de maneira solidária. No caso de São José dos Campos, a virtual inexistência de oposição institucional à pílula, e sobretudo o papel de omissão facilitativa assumido pela maior parte dos agentes religiosos são exemplos que parecem enquadrar-se satisfatoriamente na interpretação aventada. Que fazer, porém, quando for observado o contrário, isto é, quando a observação empírica indicar a importância dos antagonismos inter e/ou intra-institucionais?

As dificuldades, como foi dito, aparecem desde o início. Elas provêm do enorme fosso que se abre entre as suposições

mais abstratas, ao nível da "lei de população" da formação social, e a atuação real das instituições (inclusive econômicas) que atuam numa região determinada. Retomemos o exemplo de São José dos Campos: trata-se, aqui, de uma situação de industrialização rápida, cujo dinamismo se baseia em grandes empresas internacionais, muitas das quais ocupam milhares de operários. A forma dominante de organização econômica pode ser caracterizada sem qualquer dificuldade. Entende-se que as empresas necessitam de um suprimento regular de mão-de-obra, e que o obtêm facilmente através da imigração. Seguir-se-ia um "interesse" ou uma "racionalidade" igualmente inequívoca enquanto política de população, no tocante à natalidade por exemplo? Deveria a General Motors assumir uma perspectiva natalista a fim de garantir um estoque adequado de mão-de-obra, uma "milícia industrial de reserva" ou algo no gênero? Ou controlista, a fim de evitar "problemas sociais", facilitar a elevação dos salários, ou algo assim? Ou ainda, natalista, mas com a política de empregar diversos membros da família, inclusive filhos menores?

É óbvio que uma empresa isolada enfrenta desde o início o problema de saber se suas ações terão algum impacto apreciável sobre o conjunto, e a longo prazo. Não creio porém que a consideração do conjunto de empresas presente em São José, ou mesmo em toda a região do Vale, altere em essência a dificuldade analítica sugerida nestas indagações. Simplistas ou não, elas sugerem que a racionalidade (ou irracionalidade) característica da grande empresa capitalista consiste em adaptar-se à situação social e populacional que encontra (e que pode ou não ser o elemento determinante da decisão de instalar-se em determinado local). Essa adaptação, porém, não é uma decisão única, tomada de uma vez por todas. É um processo contínuo de ajustamento através de uma variedade enorme de mecanismos. Desde já, podemos ver que as instituições são um sistema aberto, formado por diferentes organizações que continuamente se adaptam, redefinindo suas posições e interesses.

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

1 - CONTROLE IDEOLÓGICO E "MATURIDADE" ORGANIZACIONAL

A noção althusseriana dos "aparatos ideológicos" tem a salutar consequência de ressaltar a vinculação, que é ao mesmo tempo ideológica e material, das instituições com um sistema dominante de poder. Destaca, assim, sua complementaridade e a divisão que entre si fazem do trabalho de dominação social. É, sem dúvida, um antídoto indispensável a uma visão segmentada ou atomística das instituições.

Têm, contudo, certos inconvenientes. Um deles, já notado na seção anterior, é a tendência a exagerar a solidariedade inter-institucional. Outro, quicã mais grave, é que essa noção introduz como um dado precisamente o que se trata de investigar: em que medida e de que maneira as instituições funcionam como um sistema institucional? Como é forjada sua solidariedade (quando há solidariedade)? Que comportamentos são estimulados (permitidos, controlados, ou impedidos) por quais instituições? Que comportamentos são controláveis, e a que custo, para cada instituição, dado o marco global da sociedade? Estas perguntas, segundo me parece, permitem formular os problemas de uma maneira distinta. De um lado, evitam a referência difusa a um "todo", como se o sistema institucional fosse guiado por um "princípio" interno geral e unívoco. De outro, em vez da mera qualificação dos aparatos como ideológicos, procura-se aqui uma referência mais exata, através da noção de controle do comportamento, e de seus custos e benefícios.

Com efeito, um dos inconvenientes da visão das instituições como uma série de aparatos solidários, é que ela tende a relegar a um plano demasiado secundário aquilo que as diferencia: as situações, papéis ou intersecções do comportamento social sobre os quais pretendem exercer sua força controladora, e bem assim a particular constelação de recursos que acionam para alcançar tal fim. Descontados certos detalhes ornamentais, escolas ensinam, igrejas e seitas manipulam símbolos religiosos, empresas produzem e comercializam, e assim por diante. O truismo da diferenciação e da especialização estruturais seria desnecessário neste contexto, se não tivesse um corolário importante. Os compor

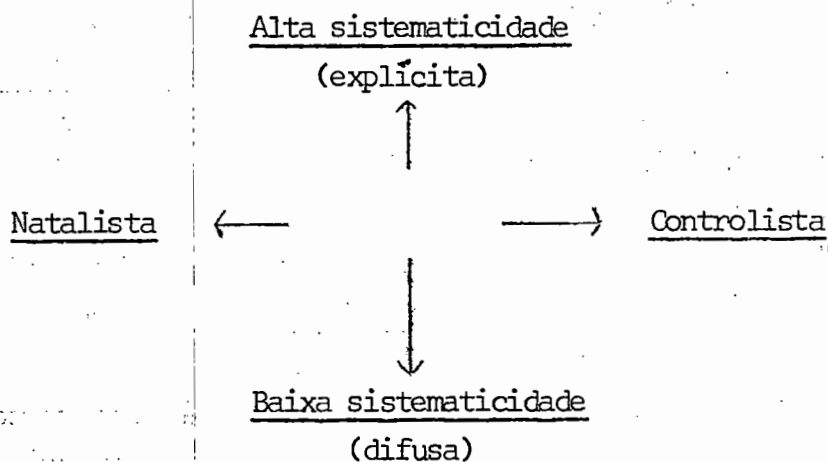
tamentos cujo controle as instituições visam, e em função dos quais se diferenciam, são efetivamente distintos. Entre o aprender, o adorar, o produzir e o reproduzir-se é possível encontrar uma infinidade de diferenças (ou de semelhanças). Uma das diferenças mais importantes é, porém, sem dúvida, a possibilidade de controle social eficaz. Sistemas econômicos e políticos aparentemente rudimentares têm conseguido obrigar, e mesmo habituar, número muitas vezes espantoso de pessoas a trabalhos penosos e desagradáveis. O comportamento religioso parece menos controlável hoje do que em outras épocas, dando-se o inverso com o educacional.

E o comportamento reprodutivo? Parece ser este o reino por excelência da "sociedade civil": aquele onde os interesses dos indivíduos se afirmam de maneira quase incontrastável, exigindo, para serem contrariados, coerção extensa e minuciosa, quase impraticável. A espetacular inoperância de alguns dos programas de controle postos em prática em alguns países nos últimos dez ou vinte anos bem o demonstra. Mas a consequência a extrair deste raciocínio é apenas esta: mais fecunda que a noção althusseriana dos aparatos ideológicos talvez seja a de que a estrutura das instituições e o modo de funcionamento de cada uma enquanto agência ideológica se devam investigar em função do próprio comportamento que visam controlar, e da efetiva controlabilidade do mesmo, quer considerado em termos genéricos, quer numa situação ou contexto particular. Poder-se-ia sugerir que as instituições mais especificamente ideológicas são evidentemente as que procuram pautar comportamentos efetivamente menos controláveis, aqueles que requerem algum tipo de persuasão ou de manipulação simbólica. Sendo válidas estas suposições, parece seguir-se que a tentativa de controle ideológico do comportamento reprodutivo implica em custos consideráveis para as instituições, em virtude de sua precária controlabilidade: custos tanto maiores, obviamente, quanto menos especificamente "ideológicas" sejam as instituições. Veremos com mais detalhe a aplicabilidade desta proposição ao examinarmos o embrião de política populacional das grandes empresas de São José dos Campos. Antes, porém, deveremos esclarecer um pouco mais essa diferenciação das instituições em "mais" e "menos" ideológicas.

Obviamente, a controlabilidade de um comportamento é basicamente uma função da existência ou não de aquiescência por parte dos indivíduos ou grupos que o praticam. O interesse do trabalhador em manter seu emprego e receber seus salários faz com que ele se submeta às normas de organização e disciplina da empresa, deixando apenas uma pequena margem para "ajustamento" coercitivo ou ideológico. Em consequência, instituições diversas como a empresa, a escola ou a igreja investem recursos humanos e organizacionais extremamente diferentes em magnitude, se considerarmos os esforços de cada uma para pautar os mesmos comportamentos. Vale dizer que a diferenciação ou especialização inter-institucional pode ser expressa não somente em função dos comportamentos "típicos" que cada instituição pretende controlar prioritariamente, mas também em função do grau de sistematicidade de sua atuação em relação a diferentes comportamentos. O grau de sistematicidade de uma instituição - digamos, uma empresa industrial - em relação a um comportamento pode ser por sua vez expresso operacionalmente como a importância dos recursos alocados ao subsetor institucional encarregado de lidar com aquela faixa de problemas. Ou seja, a sistematicidade ideológica é o mesmo, em termos operacionais, que a "maturidade organizacional" de um subsector, para usar aqui uma expressão familiar à sociologia das organizações (16). Esta proposição tem uma consequência importante. Em vez de supor, como faz a noção dos aparatos ideológicos, que o "interesse" institucional é conhecido por todos, e de uma vez por todas, sendo "traduzido" na prática organizacional, deslocamos o problema para o estudo dos determinantes da maior ou menor "maturidade" dos variados subsectores que compõem uma instituição. Qual é, em outras palavras, o processo de decisão e ajustamento de interesses que afeta essa maturidade; vale dizer, essa alocação de recursos? Como são "definidos" os problemas da organização, e por quem? Como se dá a "aprendizagem" da atuação organizacional em relação a determinada faixa de problemas e a determinados comportamentos?

Esta ótica, sem negar a existência, ou a possibilidade, de uma legalidade macro-social, permite ver o sistema institucional como um sistema aberto. Tanto a solidariedade quanto o antagonismo dos "aparatos" tem de ser aprendidos e praticados, o que supõe determinada alocação de recursos humanos e organizacionais. A partir destas considerações, podemos classificar um agente institucional em duas dimen

sões, uma referente ao conteúdo que veicula e outra ao grau de sistematização de sua atuação. A ideologia demográfica das grandes empresas em São José dos Campos, por exemplo, poderia ser visualizada na figura abaixo.



Trata-se, como é óbvio, de uma atuação moderadamente controlista, com baixíssimo grau de sistematicidade. Isto não quer dizer, como veremos adiante, que uma organização com estas características não possa ter importante impacto sobre o comportamento reprodutivo. O impacto não é apenas "ideológico", seja qual for a amplitude desejada para este termo. Porém, nem mesmo o estudo da atuação ideológica enquanto tal pode limitar-se ao pólo "alta sistematicidade". À medida, entretanto, que nos encaminhamos para o pólo "baixa sistematicidade", é necessário ter em mente que ele pode significar coisas bastante diversas:

- a) pode haver uma política/ideologia em embrião. Neste caso, a baixa sistematicidade se deveria, por exemplo, à escassez de recursos humanos e organizacionais, ou ainda, a um estágio ainda rudimentar de "aprendizagem", por parte da instituição, sobre a política que deve seguir nas condições concretas em que atua;
- b) pode haver uma política/ideologia já bem formada, mas de liberadamente de "low profile". Isto poderia ocorrer,

por exemplo, quando determinada instituição considerasse que os custos de sua atuação como agente ideológico em determinada área de comportamento excederiam seus eventuais ganhos. É óbvio que esse "cálculo" tem muito a ver com a questão, discutida anteriormente, da especialização institucional em face da efetiva controlabilidade dos comportamentos sociais;

(c) pode não haver política institucional alguma (o que não exclui uma margem mínima de ignorância, ou mesmo de permissividade, a respeito da atuação individual de membros da instituição).

2 - IMPACTO DAS EMPRESAS SOBRE O COMPORTAMENTO REPRODUTIVO

Convém agora esclarecer de que maneira uma empresa pode influenciar o comportamento reprodutivo de seus empregados e operários, e em que medida essa influência pode ser descrita como controle "ideológico". Embora a discussão se refira diretamente aos nossos primeiros esforços no sentido de interpretar a situação de São José dos Campos, referindo-se, por conseguinte, a grandes empresas industriais, parece-me que as proposições desenvolvidas a seguir têm aplicação mais geral e podem ser vistas como contribuição a um novo paradigma.

Vimos anteriormente que a idéia de controlabilidade refere-se a todos os fatores, sejam físicos, seja o caráter das necessidades que o comportamento visa satisfazer, seja enfim o grau de severidade das sanções aplicáveis, que tornam menos ou mais problemática a ocorrência do comportamento desejado. Uma grande empresa moderna não tem dificuldade em assegurar o comparecimento regular de seus operários em horários rigidamente estabelecidos. Fizemos referência a controle ideológico naqueles casos em que a probabilidade de ocorrência dos com-

portamentos desejados é significativamente mais baixa, exigindo, assim, esforço adicional de persuasão, inculcação de normas, doutrinação etc. Pois bem: o pólo baixa sistematicidade pode indicar tanto o resultado do cálculo de custos e benefícios da atuação ideológica, no sentido estrito aqui exposto, como a existência de sanções ou mecanismos de controle diretos.

No caso das grandes empresas industriais e do comportamento reprodutivo, a importância analítica desta distinção é patente. Seria evidente exagero, no caso de São José dos Campos, falar em atuação ideológica, quer controlista, quer natalista. No máximo se poderia pensar num embrião de política introduzido de fora para dentro pelas assistentes sociais; e mesmo aí, como veremos eventualmente com maior detalhe, trata-se de um subproduto dos interesses das próprias assistentes sociais e da maneira pela qual elas "vendem" seus serviços de manutenção da produtividade das mulheres casadas, das mães solteiras etc.

Isto não quer dizer, porém, que as empresas não tenham importante influência no comportamento reprodutivo. Acontece que essa influência é indireta, não-ideológica: ela se concretiza, segundo nos parece, sob a forma de ajustamentos do comportamento individual às sanções, estas sim diretas e severas, consubstanciadas na política de emprego - de admissão e demissão - das empresas.

A estas duas modalidades deveríamos acrescentar uma terceira, que se refere à empresa industrial como um contexto específico de relações sociais favoráveis à mudança de atitudes e aspirações. Vimos, por exemplo, a importância atribuída por Rosen e Simmons ao fato de que "in industrial cities, even low status women are likely to be involved in employment that brings them into contact with other social strata", e particularmente com "agentes de modernização" (17). Expressas de maneira mais sistemática, teríamos assim três hipóteses, ou três modalidades de condicionamento:

- a) A empresa como agente ideológico (vale dizer, como organização que inclui um sub-setor especificamente ideológico

co), cabendo à análise empírica estabelecer não somente seu grau de sistematicidade e especialização, como também variações na dimensão do "high or low profile", evidentemente relacionadas aos padrões de concorrência ou conflito inter-institucionais, e ao sistema de poder como um todo.

b) A empresa como contexto de trabalho e interação capaz de alterar atitudes e modos de agir.

c) A empresa como uma estrutura com requisitos específicos de funcionamento, os quais condicionam diretamente o comportamento, através de ajustamentos forçados, inclusive em caráter antecipatório.

Convém que nos detenhamos por um momento neste terceiro aspecto, dado que sua especificidade e importância talvez não tenham ficado claras na primeira versão deste estudo. Com efeito, em seu excelente estudo das entrevistas realizadas em São José dos Campos, o qual tomamos a liberdade de citar novamente, dada a relevância do problema a ser considerado, escreve Adolfo Aldunate:

"Creo que las entrevistas en las empresas, en general, fueron abordadas desde un ángulo - a mi parecer - equivocado.

Se siguió un modelo demasiado inmediatista. Parece ser que lo que interesaba era saber si la empresa misma tenía alguna política definida en materia de orientación sobre control de la natalidad. También se insistió bastante sobre el trabajo de la mujer. Es obvio que ambas cosas son de interés, pero creo que los principales efectos que las empresas producen en el comportamiento reproductivo de los trabajadores son indirectos. En esto también me parece débil el paper de Bolívar Lamounier. No desarrolla el tema de los efectos indirectos que a mí me parecen de toda relevancia. Lo que me parece importante saber de parte de las empresas es si se orientan hacia una política de empleo 'proletarizante' o 'subproletarizante', o si combinan ambas..." (18).

Observa-se, porém, na crítica de Aldunate, um evidente e duplo equívoco, que passamos a discutir, não com a intenção de defender aquela versão deste trabalho, que, além de débil, era inteiramente preliminar, mas sim de esclarecer um problema teórico e operacional de certa magnitude. Em primeiro lugar, Aldunate não situa as entrevistas em relação às duas primeiras hipóteses acima enumeradas, isto é, à empresa como agente ideológico e como contexto de relações sociais "modernas". Imediatista ou não, não parece haver outro método para se avaliar a importância do subsetor "ideológico" das empresas senão fazendo perguntas que nos pudessem conduzir ao grau de sistematicidade de sua atuação na área do comportamento reprodutivo. Da mesma forma, presume-se que esse tipo de indagação, mais aquelas relacionadas ao trabalho feminino, forneçam indícios sobre a segunda de nossas três modalidades de condicionamento.

O mais grave, porém, é que Aldunate não atentou para o fato de que o paper mencionado se propunha, precisamente, elaborar um modelo dinâmico no qual os efeitos indiretos - entre os quais a própria política de emprego - são supostos (se correta ou incorretamente, continuamos sem saber) como cruciais. Sua proposta alternativa implica, senão um conceito puramente linear de industrialização, pelo menos uma visão de todo equivocada do problema expresso no terceiro dos três itens acima, a saber, a empresa industrial como estrutura diretamente ("indiretamente" face ao nível da ideologia, claro) condicionante do comportamento reprodutivo. Senão, vejamos:

"En qué se puede diferenciar una política proletarizante de otra subproletarizante? Fundamentalmente en lo siguiente: una empresa que se preocupe por seleccionar bien a su personal, de exigir un grado mínimo de calificación, de especializarlos en determinadas tareas, de esforzarse por retener la fuerza de trabajo mediante salarios cualitativamente más altos y otras garantías en el plano de la salud e previsión social, está adoptando una política proletarizante en el empleo".

A política subproletarizante se define, naturalmente, pelas práticas opostas: salários baixos, alta rotatividade etc. Deixando de lado certa ingenuidade no tocante à concepção dos interesses das empresas, dá-se aqui um equívoco fundamental na amplitude concedida à noção de política de emprego. "Política" refere-se evidentemente a alternativas, as quais não têm, para grandes empresas industriais, tal latitude.

Seria concebível - concebível, vale dizer, em termos deliberados, dominantes, e sistemáticos, sem o que a indagação de Aldunate perde qualquer interesse - para a Kodak ou para a General Motors empenharem-se numa política "subproletarizante"? (Ao admitir tal suposição, Aldunate parece desconhecer, para dar um exemplo banal, os custos com acidentes que certas empresas têm de enfrentar quando se vêem obrigadas a admitir um número excessivo de operários com qualificação inferior à exigida pelos seus processos tecnológicos). Ou, inversamente, para uma empresa de baixa tecnologia como a Alpargatas investir vultosos recursos na qualificação de pessoas que irão simplesmente costurar certos apetrechos rudimentares?

A ingenuidade econômica é óbvia, mas o mais grave, nos termos da presente discussão, é que ela decorre de uma visão indiferenciada das empresas enquanto estruturas organizacionais. Trata-se, evidentemente, de estruturas fortemente descontínuas, descontinuidade essa devida ao que produzem, ao tipo de equipamento instalado, aos processos tecnológicos utilizados, e assim por diante. O grau de homogeneidade ou heterogeneidade das tarefas ou funções em cada empresa pode variar bastante, mas não ao ponto de invalidar nossa terceira proposição: a de que uma grande empresa industrial é uma estrutura organizacional relativamente inflexível, e que, exatamente por isso, exerce poderosos condicionamentos diretos sobre a mão-de-obra.

Um típico "subproletário", conforme a descrição de Aldunate, não serve e não pode ajustar-se a uma empresa industrial moderna. Se ele existe aí, é um caráter minoritário e provisório, até ajustar-se ou ser substituído. O processo de "proletarização" imaginado

por Aldunate é portanto um fluxo contínuo de atividades e informações que se expressa, do ponto de vista da empresa, em aferições de produtividade, e nos consequentes ajustamentos nos processos de seleção e treinamento. Recorde-se, para evitar equívocos, que esses ajustamentos não seguem uma direção ou formato linear, visto que dependem da oferta e da demanda de força de trabalho. Escasseando esta, a empresa que não admitia mulheres passa a admiti-las; passa a admitir menores; diminui alguns pontos nos scores psicológicos aceitáveis, e assim por diante; e utiliza os mesmos critérios quando deseja reduzir seu número de empregados.

Estas considerações seriam banais se não se tratasse de especificar a amplitude a ser dada ao conceito de "política de emprego", ou de "relações industriais". Pois bem: as entrevistas foram realizadas precisamente nos setores ou departamentos encarregados de tal política, e visavam explorar em que medida sua atuação, voltada para a seleção e para a produtividade, implicava um embrião de política demográfica. O viés imediatista criticado por Aldunate parece-nos portanto mais adequado à escala empírica do problema, e menos ingênuo em suas suposições sobre a empresa moderna, estrutura organizacional manifestamente descontínua.

3 - ATROFIA, MATURAÇÃO E REALINHAMENTO INSTITUCIONAL

Vimos desde o início desta discussão que a importância do estudo das mediações institucionais e sócio-psicológicas assenta-se em grande parte na contribuição que ele pode dar à compreensão de processos de mudança, ou seja, à construção de modelos dinâmicos. Uma hipótese, como vimos nas seções anteriores, é ver na atuação das instituições uma espécie de "tradução" de uma ideologia demográfica "objetivamente necessária" numa situação ou formação social determinada. Haveria, nessa hipótese, uma atuação solidária das diversas instituições, e essa solidariedade teria como fundamento uma apreensão racional, por parte de

las, das necessidades objetivas. O mecanismo dinâmico no caso seria a coincidência entre os diversos diagnósticos e a disposição consensual dos agentes institucionais em redistribuir suas funções e realocar seus recursos.

É preciso convir que um processo desse tipo é algo improvável. É sem dúvida um modelo útil como conceituação de uma situação-limite, mas requer complementação com hipóteses mais realistas, para não deixar o pesquisador à mercê dos demônios da empiria.

O ponto de partida mais fecundo para a compreensão do papel das instituições no processo de mudança é a compreensão do realinhamento inter-institucional. O termo realinhamento permite englobar tanto as situações de cooperação, em que as diversas instituições redistribuem suas funções, quanto as de antagonismo e competição, nas quais os fenômenos de maior relevo são o crescimento diferencial e o desequilíbrio das relações de poder anteriormente vigentes. Operacionalmente, como vimos, a importância ou grau de sistematicidade da atuação de um agente institucional pode ser descrito em termos de atrofia ou maturação organizacional. É possível deduzir facilmente destas proposições que todo realinhamento inter-institucional se efetiva como atrofia ou desenvolvimento intra-institucional dos recursos destinados ao controle de determinado comportamento. Esta é a equação básica, a meu ver, para a análise da atuação das instituições como agentes condicionantes do comportamento reprodutivo. Deixando de lado, assim, o caso limite da redistribuição consensual de funções devida a uma uniformidade de diagnóstico, estas proposições nos conduzem ao estudo do atrofiamento ou crescimento diferencial dos agentes institucionais, e aos feixes de interesses que o determinam.

Os interesses determinantes da atrofia ou do crescimento institucional podem ser analisados a partir de dois ângulos distintos. (19). Do ângulo da oferta de serviços institucionais - quer se trate de serviços religiosos, médicos, educacionais, ou quaisquer outros - cumpre indagar se existem interesses na monopolização de determinada atividade (por exemplo, no aconselhamento sobre a reprodução). A autoridade pretendida pelos agentes de saúde em relação aos agentes reli-

giosos, e vice-versa, em assuntos de reprodução, é sabidamente variável de um a outro contexto social. A situação quanto à oferta de serviços varia, portanto, entre a monopolização e a competição ou segmentação das atividades.

Do ponto de vista da demanda, cumpre observar se existem tendências de expansão ou contração do "mercado". Em parte a expansão pode dar-se como mero artifício das tentativas de monopolização empreendidas por determinado agente. É o que se verifica, por exemplo, quando a expansão é determinada diretamente pela definição institucional de elegibilidade para determinado serviço: quem tem direito a tais e tais serviços médicos ou assistenciais? Quem é aceitável como candidato à salvação na verdadeira igreja? Quais são os requisitos de inscrição em tal ou qual rede escolar?

Existem contudo processos de expansão decorrentes de determinações sociológicas reais e não apenas de definições interessadas por parte dos agentes institucionais. As necessidades religiosas, por exemplo, ou as necessidades de aconselhamento por parte de assistentes sociais, ou ainda, as necessidades de orientação quanto à vida familiar, podem variar de maneira significativa e até mesmo brusca em função dos deslocamentos decorrentes da industrialização e da migração maciça. Alterações do tipo aqui sugerido configuram uma expansão da demanda de serviços institucionais e podem servir como um momento privilegiado para se acionarem outros interesses no sentido da atrofia ou da maturação organizacional em distintas instituições.

A competição e as diferentes estratégias das diversas instituições no sentido de atender às novas "necessidades" - quer se trate de um processo de expansão ou de contração - invariavelmente acarretam alterações no conteúdo das mensagens ideológicas emitidas ou corporificadas na prática institucional. Tais alterações se dão tanto em função de diferenças ideológicas eventualmente existentes entre os agentes institucionais quanto em função das contingências do próprio processo de comunicação a uma clientela menos ou mais ampla. Em ambos os sentidos, deflagra-se um processo de erosão e realinhamento das bases de apoio, e portanto de poder, das diversas instituições.

Dedicaremos a terceira e última parte deste estudo à elaboração de algumas hipóteses sobre o processo de mudança demográfica em São José dos Campos, tomando como foco uma modalidade particular de expansão da demanda de serviços institucionais: a situação de "anomia" decorrente da rapidez dos processos de industrialização e imigração. Este não é evidentemente o único aspecto relevante a considerar na expansão da demanda, mas creio existirem boas razões para considerá-lo estratégico.

De que maneira se manifesta a situação "anômica"? Que vinculações se estabelecem entre ela e as instituições, e entre ambas e o comportamento reprodutivo? Como se distingue um modelo de mudança capaz de incorporar tais considerações das outras abordagens discutidas na primeira parte deste ensaio? A tentativa de responder a estas indagações, convém repetir, não tem a pretensão de constituir um diagnóstico definitivo, mas sim de estimular observações ainda insuficientes, bem como a reflexão sobre os novos paradigmas que estão se formando.

These results are consistent with the hypothesis that the observed differences in the rate of growth of the two species are due to differences in the rate of photosynthesis. The rate of photosynthesis is known to be affected by a number of factors, including the concentration of carbon dioxide, the intensity of light, and the temperature. In this case, the concentration of carbon dioxide is the same for both species, and the intensity of light is also the same. The only factor that differs is the temperature, which is higher for the species that grows faster. This suggests that the rate of photosynthesis is higher at higher temperatures, which is consistent with the hypothesis.

The results of the experiment also suggest that the rate of growth of the two species is affected by the concentration of carbon dioxide. The species that grows faster at a higher concentration of carbon dioxide is also the species that grows faster at a lower concentration. This suggests that the rate of growth is not affected by the concentration of carbon dioxide, which is consistent with the hypothesis. The results of the experiment also suggest that the rate of growth of the two species is affected by the intensity of light. The species that grows faster at a higher intensity of light is also the species that grows faster at a lower intensity. This suggests that the rate of growth is not affected by the intensity of light, which is consistent with the hypothesis.

TERCEIRA PARTE: ANOMIA COLETIVA E
ANEMIA INSTITUCIONAL

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year.

2. The second part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

3. The third part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

4. The fourth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

5. The fifth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

6. The sixth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

7. The seventh part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

8. The eighth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

9. The ninth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

10. The tenth part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

11. The eleventh part of the report deals with the results of the work during the year and the progress of the work during the year.

1 - INTRODUÇÃO: A PESQUISA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Nas entrevistas com agentes institucionais em São José (20), conforme ficou passageiramente assinalado nas seções anteriores, as impressões mais fortes foram, de um lado, a de uma situação anômica, com fortes indícios de "desorganização social" e, de outro, de anemia das instituições no que diz respeito ao encaminhamento da mudança sócio-cultural, à formação de novos valores, particularmente aqueles referentes ao comportamento sexual e às relações intra-familiares, e portanto, em última análise, ao próprio comportamento reprodutivo. É bastante possível, note-se, que nossas impressões tenham sido demasiadamente coloridas pela ideologia profissional das assistentes sociais e psicólogas, com quem tivemos bastante contato, entre outras razões por serem elas o principal representante das grandes empresas na área que nos interessava. Há, porém, uma preocupação bastante generalizada com a frequência dos conflitos interpessoais (em botequins e locais no gênero), com a violência sexual, com o "problema" das mães solteiras e assim por diante. A precariedade dos laços sociais refletiu-se em muitas entrevistas, exprimindo-se em referências à insegurança e à ansiedade entre os imigrantes jovens de ambos os sexos. O vigor das denominações não católicas talvez seja sintoma disso.

Estes temas, quando tratados por informantes mais capazes, tiveram forte focalização em termos de comportamento sexual: a permanência de concepções machistas (e de seus correlatos tradicionais do lado feminino) numa situação em que as jovens gozam uma liberdade sexual de fato; a ansiosa procura de parceiros estáveis numa situação em que a instabilidade e a mudança acelerada de padrões de conduta parecem ser a norma; enfim, uma desorientação bastante evocadora de textos clássicos sobre mudança sócio-cultural.

Há, evidentemente, conexões diretas com as situações de trabalho e familiar. Parece, por exemplo, que boa parte dos trabalhadores mantém-se voltada para o modelo da mulher exclusivamente "no lar". Mas esse modelo é minado a cada dia, não somente pela crescente

participação da mulher, inclusive da mulher casada, no mercado de trabalho, como também pela mudança nos interesses femininos, e, last but not least, pela necessidade de complementação dos orçamentos familiares.

Cabe agora a pergunta: serão verdadeiras as cores fortes com que nos foi pintado o quadro de anomia? Tem ele alguma relevância para a compreensão de mudanças no padrão familiar e no comportamento reprodutivo? E finalmente teria ele incidência uniforme, ou diferencial entre as classes sociais?

Expressas na forma afirmativa, estas perguntas correspondem, naturalmente, a graves objeções à abordagem que estamos sugerindo, na qual o conceito de "anomia" ou "desorganização social" adquire certo relevo. Teríamos assim, primeiramente, a objeção de que o conceito nada especifica; em segundo lugar, admitindo-se que especifique alguma coisa, que o fenômeno a que se refere não existe em São José dos Campos em magnitude "anormal"; em terceiro, que o fenômeno, mesmo existindo em proporção considerável, nada tem a ver com eventuais mudanças no comportamento reprodutivo ou nos padrões de organização familiar. Consideraremos estes argumentos cada um a seu tempo, subdividindo-se como segue nas seções deste capítulo:

- a) o método empregado na primeira etapa do estudo das instituições; objetivos dessa etapa;
- b) vinculação teórica entre "anomia" e comportamento reprodutivo;
- c) tentativa de especificação das dimensões do conceito e apresentação da evidência pertinente;
- d) a "anomia institucional": recursos existentes, estratégias e investimentos no controle social.

2 - MÉTODO E OBJETIVOS NA PRIMEIRA ETAPA DO ESTUDO DAS INSTITUIÇÕES

O método empregado, como se sabe, foi a realização de entrevistas inestruturadas com agentes institucionais (assistentes sociais, psicólogos ou simples funcionários dos departamentos de pessoal das grandes empresas; professores e orientadores educacionais; padres, "pais de santo" e papéis religiosos equivalentes etc.) e com habitantes da cidade, indivíduos "privados", sendo neste último caso mais de moradas e profundas, focalizadas na vida pessoal dos entrevistados.

O tema da "anomia" configurou-se principalmente nas entrevistas realizadas nos setores de assistência social das grandes empresas. Isto é razão suficiente para suspeitarmos de que se trata, em boa parte, daquela visão descritiva por Wright Mills como uma "ideologia profissional dos patologistas sociais". Dá-se, todavia, como observou Max Weber, que o método não é como um táxi no qual se possa entrar e do qual se possa sair no momento em que se queira. A crítica à abordagem convencional dos estudos de fertilidade acha-se invariavelmente associada a uma crítica do método de survey, visto como uma técnica que corporifica em demasia as pré-definições dos problemas elaboradas pelo próprio investigador. Não é este o momento apropriado para discutir estas questões, cabendo apenas o registro de que, na opinião do presente autor, tais críticas são incorretas. De qualquer modo, não faria sentido realizar entrevistas "abertas" e depois descartar seus principais temas como irreais. Poder-se-ia neste sentido definir dois objetivos principais para essa primeira etapa do estudo, baseada em entrevistas "qualitativas" com agentes institucionais. De um lado, pretendia-se obter informações sobre pressões exercidas ou mensagens veiculadas a partir das instituições, mensagens e pressões essas que terão seu impacto posteriormente aferido pelo survey. Em relação a este primeiro objetivo, é inequívoca a relevância do tema da "anomia", pois, verdadeiro ou não, está comprovada sua realidade para alguns agentes estrategicamente localizados, os quais organizam em função dele sua atuação no dia-a-dia das instituições a que pertencem. Certo ou errado, é um diagnóstico, uma definição dos problemas.

Outro objetivo dessa etapa da investigação seria a obtenção de interpretações dos próprios participantes, interpretações precárias, como é natural, mas possivelmente fecundas como pistas para elaborações teóricas mais consistentes. As objeções aventadas, e que foram com efeito enunciadas em relação às versões anteriores deste ensaio, devem por conseguinte referir-se a este segundo ponto, isto é, à aceitação da perspectiva dos agentes mencionados como indício de um processo real e teoricamente relevante. Isto nos remete à questão das possíveis vinculações teóricas entre a idéia de uma situação "anômica" e as mudanças no comportamento reprodutivo.

3 - VINCULAÇÃO TEÓRICA ENTRE "ANOMIA" E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO

Mantendo ainda a imprecisão do conceito de situação "anômica", tomado simplesmente como sinônimo das tensões e rupturas desorganizadoras que acompanham um processo de mudança estrutural acelerada, indaguemo-nos portanto de sua possível vinculação a alterações nos padrões familiares e no comportamento reprodutivo em geral. Poderíamos imaginar, primeiramente, vinculações diretas entre a experiência de uma situação anômica e a adoção de um modelo definido de comportamento, ou um específico ideal de família. Especulações sobre vinculações desse tipo serão encontradas esparsamente nos próximos capítulos, mas é quase desnecessário salientar seu caráter meramente conjectural. Parece-nos todavia que existem duas outras vinculações, inespecíficas, talvez, no que se refere à direção das mudanças, mas indispensáveis à apreensão de seus mecanismos. São elas:

- a) a situação anômica, sendo expressão sócio-psicológica de um processo de transformação e massificação acelerada, configura-se como um meio social de alta condutibilidade ideológica, forçando a redefinição individual e coletiva dos padrões de comportamento;

- b) aspectos específicos da situação anômica, como por exemplo o aguçamento de divergências intra-familiares em decorrência de mudanças nas atitudes sexuais, configuram-se como lugar geométrico de interesses sociais diversos, que, uma vez postos em confronto, favorecem a "maturação" organizacional de certos mecanismos de controle.

Examinemos estas duas proposições. Refere-se a primeira à importância de um milieu que, além de forçar o reexame dos pressupostos individuais do comportamento, confere às preocupações dessa natureza uma grande generalidade. (21). Também aqui será conveniente comparar nossa perspectiva com a de Rosen e Simmons. Também para estes autores, como vimos, o processo de industrialização promove a ampliação do círculo de relacionamento social dos indivíduos, e desta forma, a emergência de novas concepções sobre os papéis e o comportamento sexual. Mas esse processo é visto como uma adaptação suave e uniforme a novas "oportunidades" educacionais e de trabalho. Da mesma forma que, ao estudar o impacto do trabalho industrial, a "teoria da modernização" salienta apenas a existência de um "contexto" favorável à mudança de atitudes, negligenciando as transformações bruscas decorrentes do caráter maciço e descontínuo do impacto, também aqui o processo é descrito como linear e não-problemático. Nossa perspectiva, ao contrário, sublinha o caráter abrupto e descontínuo, e isto em dois sentidos que importa distinguir. A continuidade se deve, de um lado, ao fato de que as tensões e preocupações dificilmente são "contidas" ao nível individual. Sendo vividas como "anomia" e como desorientação, as tensões desse tipo ganham enorme condutibilidade, e portanto uma grande generalidade.

De outro lado, na medida em que tais preocupações são compartilhadas e problematizadas coletivamente, elas dão lugar a uma mudança qualitativa pela qual os padrões de comportamento perdem sua qualidade "habitual" ou apenas parcialmente consciente e tornam-se objeto de decisão interna do indivíduo; vale dizer, tornam-se conscientes ou auto-reflexivos. (22).

Não por acaso, esta distinção entre o "habitual" e o "reflexivo", caracterizadora, para alguns autores, da transição para uma consciência "ideológica" do tipo prevalecente em contextos urbano-industriais, em contraposição às formas de consciência tradicionais, tem exato paralelo na distinção, frequente nas discussões teóricas sobre o comportamento reprodutivo, entre o "natural" e o propriamente "social", ou "cultural". O tema é evidentemente inexaurível ao nível teórico, razão pela qual nos contentaremos com indicar de maneira genérica essa vinculação. Referido à situação pesquisada, sua importância é patente, visto que se trata de um grande contingente de imigrantes, colocados numa situação em que os controles sociais passam de externos a predominantemente internos, forçando, por conseguinte, a auto-reflexão na interiorização das normas. Poder-se-ia dizer que essa situação está para um grande número de quase - ou sub - proletários como uma "college town" esteve para a classe média norte-americana há três ou quatro décadas, só que em lugar dos dormitórios universitários temos os grandes alojamentos, as pensões pobres e locais do gênero.

A segunda vinculação sugerida tem como pressuposto teórico o fato de que o surgimento e a expansão de um "aparato" ideológico não se dão no vácuo, mas sim a partir da atuação de "empresários" ideológicos, capazes de perceber oportunidades para a oferta de certos "serviços" e de ocupar espaços mediante a descoberta de intersecções em distintos feixes de interesses. Claríssimo exemplo desse processo temos em São José dos Campos na atividade dos psicólogos, assistentes sociais e papéis correlatos. Parecem ser estes os empresários responsáveis por uma conceituação mais ampla dos problemas relacionados com a produtividade nas indústrias. Parece provir deles, enquanto agrupamento profissional, a ênfase em fatores extra-muros, ênfase que vai se configurando como um embrião de política demográfica introduzido mais ou menos de fora para dentro, subproduto, portanto, da maneira pela qual "vendem" seus interesses às empresas. É bem verdade que as assistentes sociais são as primeiras a destacar os baixos salários e os problemas de saúde entre os operários como os determinantes mais frequentes e graves das quedas na produtividade. Mas existe uma margem considerável para sua iniciativa, seja porque aquelas dificuldades econômicas e de saúde

associam-se com frequência a dificuldades pessoais ou familiares, seja porque em certo número de casos estas últimas aparecem como diretamente determinantes. Observe-se também que, uma vez constatada a variação na produtividade pelos chefes dos setores de produção, os operários ou operárias são normalmente encaminhados às assistentes sociais ou psicólogas, cabendo a estas "ver qual é o problema".

O exemplo acima mostra como dificuldades intra-familiares que agora, no novo contexto, escapam ao repertório de soluções tradicionais - uma possível dimensão do conceito de "anomia" - propiciam o entrelaçamento de interesses sociais bastante distintos, tendo como resultado a expansão e o fortalecimento de um (digamos) micro-aparato ideológico. As dificuldades familiares fazem cair a produtividade; essa queda leva à intervenção de um grupo profissional - os psicólogos e assistentes sociais. O êxito da intervenção, sendo modesto, garante pelo menos a função destes na empresa. Sendo substancial, pode levar à expansão do setor e à sistematização da política. Seria não obstante equivocado supor que essa expansão e sistematização se dêem de maneira linear e contínua. É justamente por se tratar de um processo sujeito a limites e reversões que um empenho considerável é exigido desse agrupamento profissional, o qual deverá assim tender, por hipótese, a uma atuação abrangente e metódica. Não parece necessário salientar que essa atuação acabará inevitavelmente focalizando o problema reprodutivo e o planejamento dos orçamentos familiares, visto serem estes algo mais maleáveis que a estrutura das grandes empresas.

Ambas as vinculações apontadas acham-se genuinamente no campo das mutações sócio-psicológicas tradicionalmente apontadas como decorrências da industrialização e da urbanização. Questionamos, porém, a visão indiferenciada, linear, e algo otimista, dos processos sociais subjacentes. As "novas atitudes e aspirações" ou os novos "modes of family decision making" de que falam Rosen e Simmons podem resultar de processos seculares de ressocialização e habituação, de maneira mais ou menos contínua; mas podem também resultar de uma constelação de fatores essencialmente distinta e descontínua: da desorientação individual e interpessoal numa situação anômica, da atuação doutrinária de-

liberada de agentes institucionais hierarquicamente superiores, ou ainda das pressões quase sempre indivisíveis que se corporificam na estrutura industrial à qual o indivíduo, notadamente o imigrante, tem de adaptar-se, restando-lhe margem deveras estreita para opções.

4 - DIMENSÕES DO CONCEITO DE "ANOMIA": UMA ESPECIFICAÇÃO PRELIMINAR

Não se pretende apresentar aqui uma revisão da tormentosa história do conceito de "anomia" e de seus correlatos nas ciências sociais. (23). Procurar-se-á tão somente especificar as principais dimensões de "desorganização" captadas pela observação direta e através das entrevistas. Embora sumária e mesmo superficial, essa especificação parece-nos suficiente para o fim almejado, qual seja, o de estabelecer um fio interpretativo para o processo de mudança em estudo, ao nível sócio-psicológico. Tampouco se intentará o detalhamento dos mecanismos eventualmente vinculadores de cada uma das dimensões apontadas ao comportamento reprodutivo. Tais vinculações, pelo menos por ora, parecem legítimas somente ao nível dos dois mecanismos gerais discutidos na seção anterior.

Deixando de lado os aspectos referentes a inseguranças imputáveis a fatores perfeitamente objetivos, como por exemplo, o medo da violência física e sexual na cidade, mencionaremos três possíveis dimensões do conceito, como segue:

- a) A perda de eficácia dos controles sociais tradicionais, fator "durkheimiano" clássico, por sua vez suscetível de decomposição em três níveis: 1) a "ausência de controles da sociedade nas paixões basicamente individuais"; 2) a ineficácia das normas em determinados setores de atividade, entre os quais Durkheim salienta "as funções industriais e comerciais"; e 3) "mudanças abruptas, durante as quais a sociedade é momentaneamente incapaz de exer-

cer sua influência", configurando-se uma situação generalizada de anomia.

b) Sentimentos de impotência em face das grandes organizações da sociedade, fator evidentemente estranho ao universo durkheimiano e mais característico da literatura sociológica norte-americana sobre o tema da "alienação". (25).

c) Insegurança no sentido de "marginalidade" entre dois sistemas sócio-culturais. Também aqui existem inúmeros e célebres precedentes, a começar pelo "homem marginal" de Robert Park, "condemned to live in two societies and in two, not merely different, but antagonistic cultures". (25-A).

a) A anomia "durkheimiana"

Os três sub-itens apontados anteriormente constituem um resumo completo de algumas de nossas entrevistas, embora as áspas se refiram a Durkheim. Com efeito, havíamos utilizado como cenário geral uma mudança abrupta, produzida pela industrialização e pela imigração rápidas; o caráter intensamente urbano-industrial dessa mudança, que eliminou por completo a atmosfera bucólica de cidade provinciana outrora prevaiente em São José dos Campos; e finalmente seu impacto concentrado sobre os contingentes imigratórios, que embora provenientes de regiões circunvizinhas, são colocados em situação distinta no tocante aos controles sociais. (26).

Uma das principais passagens em que Durkheim discute o impacto desorientador de mudanças sociais abruptas refere-se, não a situações de crise econômica, mas justamente o oposto, de prosperidade e "crescimento abrupto do poder e da riqueza"; e embora a referência a "apetites" que aí ocorre tenha conotação predominantemente econômica, parece igualmente razoável supor que também outras paixões, "not being controlled by a public opinion, become disoriented, (and) no longer recognize the limits proper to them".

A anomia "durkheimiana" se define como uma insuficiente presença da sociedade no indivíduo, ou seja, como uma desmoralização de normas, ou ainda como desorientação quanto à validade das normas aplicáveis a determinada situação. Numa mesma entrevista (27), discernem-se quatro nítidas ambiguidades normativas, pouco prováveis numa cidade menor e de estrutura estável. E o que é mais importante, a combinação, nos quatro casos, desse ineditismo das situações com ameaças de certo vulto à segurança econômica e individual da entrevistada: 1) expectativa de tratamento paternalista por parte das religiosas que administram o hospital onde ela trabalhava versus não aceitação das funções que lhe eram impostas por medo de contrair tuberculose, resultando em demissão do emprego; 2) necessidade de preservar seu próprio emprego numa lanchonete versus decisão de solidarizar-se com uma amiga demitida, prestando depoimento na Justiça do Trabalho; 3) inexistência de controles formais ou tradicionais em sua segunda união, e necessidade de definir ela mesma o que acha certo ou errado, os termos da lealdade; e 4) percepção de certas decisões dos médicos (cesarianas) como sendo motivadas pelo desejo de ganhar dinheiro, mais que por necessidades reais da paciente.

b) Sentimentos de impotência em face das grandes organizações da sociedade

Para um semi-proletário obrigado a frequentes mudanças de emprego entre grandes empresas, a trâmites burocráticas mais ou menos complexos para recorrer aos serviços de saúde, previdência, justiça do trabalho etc., parece claro que - independentemente de qualquer hipótese a respeito de disposições psicológicas mais profundas, o mundo circundante parecerá algumas vezes remoto e incompreensível. É o caso de D. Maria, nascida e criada em São José dos Campos:

MARIA: ... quando a menina tava com seis meses eu voltei a trabalhar em casa de família no CTA, trabalhei um pouco em uma casa, um pouco em outra, até que me encixei bem numa casa que deu certo e trabalhei muito tempo em casa de família no CTA, em muitas casas.

ENTREV.: CTA, o que é?

MARIA: É um lugar, uma repartição, parece que do governo, sabe? Lá emprega muita gente, sabe? Homem, mulher, tudo, sabe?

ENTREV.: É uma agência de empregos?

MARIA: É, não é diretamente uma agência de emprego, tem muita gente de fora: baiano, mineiro, tudo, carioca, quer dizer alemão, estrangeiros que moram aí, né? Então eles pegam empregada de fora, assim prá lá, quer dizer que então é uma repartição que é separada, né? Porque lá eles emprega e desemprega ao mesmo tempo. Lá tem posto médico, tem dentista, tem tudo essas coisas lá, tem hospital.

ENTREV.: Uma firma, isso?

MARIA: É o tipo de uma firma. É uma firma separada das outras, entende? Porque lá eles resolvem... mandam e desmandam, lá, entende? Porque tem as pessoas... por exemplo, assim, por exemplo, porque aqui na cidade tem o prefeito, tem essas coisas que mandam aqui, né? Lá tem um mandão, lá também, sabe? Tem um grandão que manda lá também...

ENTREV.: O que que eles fazem como trabalho lá?

MARIA: Bom, é que lá, é negocio de aeroespacial, essas coisas, sabe? Negócio de avião, essas coisas; a Embraer, tem tudo essas coisas, ne? Então quer dizer que é uma parte separado, lá. Quer dizer que lá só entra com ordem não sei de quem, mais não sei de quem lá, né? Sei que é uma parte separada daqui e lá tem muitas casas de afamília, sabe? que paga bem os empregados, inclusive tem lugar que tem registro de empregado, lá dentro, sabe, com documento, tudo, registro... E trabalhei lá muito tempo, em casa de família, lá dentro..."

c) Insegurança na transição entre dois sistemas sócio-culturais

O significado geral desta dimensão já foi sugerido quando consideramos as vinculações entre anomia e comportamento reprodutivo, na seção anterior. Naturalmente, em sentido genérico, a "margi-

nalidade" entre sistemas sócio-culturais manifesta-se nos mais diversos aspectos da vida social. Interessa-nos sob esta rubrica dois aspectos apenas, ambos de grande importância presumível para o comportamento reprodutivo:

i) inseguranças decorrentes da rejeição dos conhecimentos médicos tradicionais e de uma compreensão demasiado imperfeita das instituições e da tecnologia médica "moderna" (ou, se se prefere, das classes dominantes do meio urbano-industrial);

ii) inseguranças decorrentes da crise ou obsolescência dos controles familiares tradicionais e da necessidade de elaborar uma nova "tecnologia afetiva".

São ambos bastante frequentes nas entrevistas, merecendo reflexão mais extensa do que a possível e pretendida neste capítulo. Também aqui, trata-se de compreender o impacto, na vida de pessoas quase totalmente desprovidas de defesas, de dúvidas também existentes, por certo, na classe média, mas que talvez não assumam para esta última, com caráter de generalidade, as mesmas proporções. É o caso, para retomar o exemplo, de D. Maria, para quem o conhecimento de anticoncepcionais modernos trouxe apreensões nada desprezíveis:

MARIA: "Eu tomava comprimido, tomei muito tempo, sabe? Controlei, mas depois, tem uma vizinha minha que morreu disso, deu aquele câncer, não sei o que no ovário da moça.

ENTREV.: Por causa do comprimido?

MARIA: Que? Disse que é caso de comprimido, sabe? Deu isso daí nela, ela foi pro médico e o médico disse que constou que era isso, então falou prá ela e pro marido dela que falasse prá amigas dela, que não deixasse mais ninguém tomar comprimido, porque... avisasse, porque isso daí estava dando muita doença, e ela ficou, coitada, no fim ela morreu mesmo, sabe? Que não teve cura mesmo, essa doença vai indo e quando descobre não tem cura mais

...a pessoa, né? E ela tinha só a menina, parece que com dois anos e não tinha mais e... avisaram a gente. Eu e muitas delas deixaram de tomar".

Existe um paralelo bastante claro entre o recurso à moderna tecnologia médica e a necessidade de elaborar uma nova tecnologia afetiva para lidar com os problemas internos da família. O que Rosen e Simmons rubricam como a passagem para um padrão democrático de decision making familiar, na verdade implica alterações recíprocas, e emocionalmente penosas, no comportamento dos cônjuges e entre pais e filhos. Este tema vem à tona numa das primeiras frases de D. Maria, cuja narrativa se acha em grande parte estruturada em torno dele: o encerramento da primeira união; o encontro com o segundo marido, também separado da primeira união; e os filhos da primeira união de ambos como um obstáculo quase irremovível à consolidação da segunda. Chama a atenção o fato de as relações mútuas do casal parecerem marcadas por um sentimento de fatalidade, ao passo que em relação aos filhos D. Maria recorre a uma tecnologia "moderna": discussões francas e claras dos interesses de todos os envolvidos.

A conveniência narrativa obriga-nos a superpor o tema mais amplo da situação "anômica", e em particular o da transição do comportamento "habitual" para o "auto-reflexivo", ao vocabulário já demasiado gasto da "modernização". Cumpre assinalar, portanto, em conclusão, que nosso intento aqui não é a reelaboração ou recriação de contrastes tipológicos, mas ao contrário, apreender nas situações de entrechoque ou interrelação de interesses, ao nível micro-social, os mecanismos de mudança que se costuma descrever ao nível agregado como "adaptações" à industrialização e à urbanização.

5 - ANEMIA INSTITUCIONAL

Referimo-nos antes ao ponto de vista durkheimiano, segundo o qual "when society is disturbed by some painful crisis or

by beneficent but abrupt transitions, it is momentarily incapable of exercising its influence". Os processos de industrialização e imigração em São José dos Campos são percebidos pelos participantes, de modo geral, como uma "beneficent, but abrupt transition". E o corolário da situação socialmente anômica parece ser, com efeito, um controle social institucionalmente anêmico.

Retomando as distinções conceituais propostas no capítulo II, não nos referimos, naturalmente, aos aspectos diretamente coercitivos do sistema institucional. É óbvio que as grandes organizações e o poder público asseguram sua ordem nas faixas mais controláveis do comportamento social. No que diz respeito à mudança de padrões sexuais entre os jovens, porém, da mesma forma que em relação à sua participação nas esferas simbólico-normativas da sociedade, a impressão que se tem até o momento é de uma situação não controlada, ou muito palidamente controlada, pelos aparatos institucionais tipicamente ideológicos. A Igreja Católica parece ter poucos recursos humanos e organizacionais em São José, para não mencionar diferenças bastante evidentes de orientação entre seus representantes. Os agentes educacionais (ao contrário do que normalmente ocorre em zonas rurais) parecem omitir-se por completo no que diz respeito à natalidade, definindo seu papel em termos cada vez mais especializados. A maior parte dos professores que têm contato com estudantes na faixa de idade que nos interessa mantêm com estes uma interação extra-classe praticamente nula. Obtivemos também numa entrevista a opinião de que os docentes do sexo feminino têm atitudes essencialmente tradicionais, tendo perdido, por esta razão, a pouca exemplaridade que possam eventualmente ter tido.

Igual inoperância se observou entre os meios de comunicação de massa, a não ser, naturalmente, enquanto meros retransmissores do ponto de vista de outros agentes (o representante mais conservador da Igreja Católica, por exemplo, tem um programa radiofônico diário). Em relação aos sindicatos, a indagação mais interessante é se começarão também eles a manter serviços assistenciais do tipo encontrado nas grandes empresas: há indicações de interesse por parte das assistentes sociais em "abrir esse mercado de trabalho". Nas religiões não católicas,

cuja importância, embora crescente, é ainda pequena em termos numéricos; ocorrem referências a um ponto de vista não controlista (mas evidentemente não de estímulo à natalidade) e "inexistência de um ponto de vista formado", o que pode significar muitas coisas. Poder-se-ia sugerir, portanto, que a iniciativa de redefinição de padrões e de elaboração de novos modelos ideológicos acha-se nas mãos de três núcleos institucionais com alguma influência, todos numa direção moderadamente controlista:

- a) as empresas, ou mais concretamente, a rede informal que se vai formando entre assistentes sociais e psicólogos, todos recém-formados e que acabam de "abrir o mercado de trabalho" nas grandes empresas;
- b) os médicos, ou mais precisamente, os convênios médico-hospitalares entre empresas médicas e grandes empresas comerciais e industriais;
- c) os cursos de noivos, que parecem ser crescentemente procurados.

Nos três casos, o aconselhamento e o esclarecimento a respeito de métodos parece dar-se somente quando solicitado pelos interessados. Não há, a rigor, em nenhum deles uma política controlista ativa, com alto grau de sistematicidade. Se assim é, parece-nos que a atuação de agências ideológicas, no sentido estrito anteriormente definido, não é, ou não é ainda, um fator ponderável.

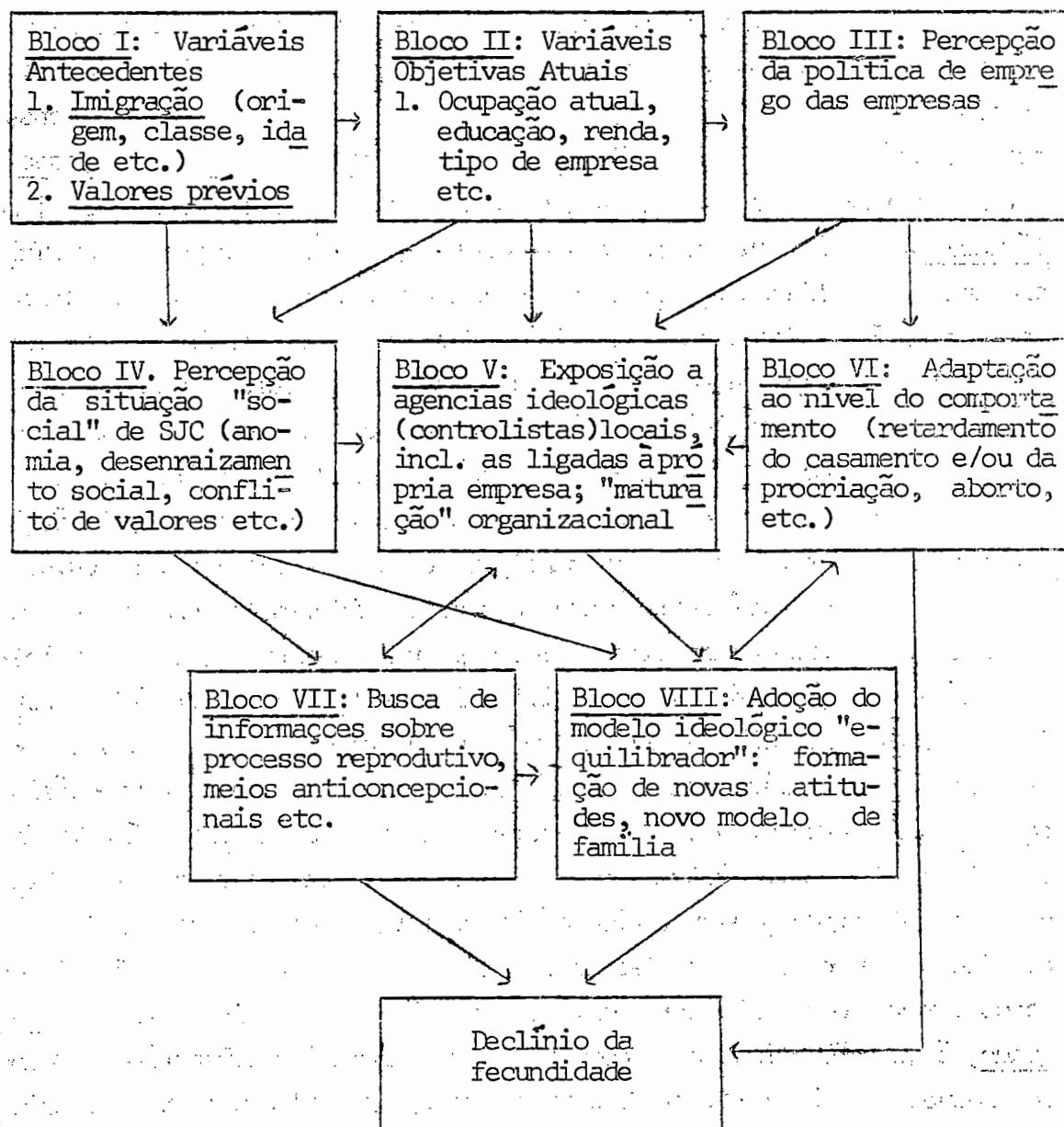
6 - UM MODELO ESQUEMÁTICO DOS PROCESSOS DE MUDANÇA

O modelo gráfico apresentado a seguir resume as proposições teóricas e o material empírico sobre São José dos Campos discutidos nos capítulos anteriores. Podemos destacar nesse modelo três características principais:

- 1) A preocupação com o aspecto dinâmico da situação, a qual se expressa por exemplo no realce dado às mediações sócio-psicológicas, talvez em prejuízo de "constraints" estruturais. Expressa-se também na verbalização em termos de uma rede de influências causais, de preferência a um enfoque puramente tipológico.
- 2) Em termos substantivos, a hipótese principal é a de que a situação tende rapidamente para uma redução da variabilidade inter-classe no tocante à fertilidade, vale dizer ao tamanho de família. Decorre esta suposição das fortes pressões homogeneizadoras apontadas, particularmente as condições econômicas de um meio densamente urbano-industrial, as quais, no nosso entender, diluirão rapidamente a relação entre classe social e tamanho de família. Arriscamos assim o palpite de que em São José dos Campos surgirá rapidamente como modelo ideológico dominante o tipo de família nuclear, pequena e estável, com variações não muito significativas entre "proletários" e "burgueses"; e talvez nem mesmo entre os primeiros e a classe média formada sobretudo pelos empregados no terciário (poder público, comércio e administração das empresas industriais) embora esta última possa manter por algum tempo um padrão de família relativamente numerosa.
- 3) Partindo da suposição - por certo não indiscutível - de que a maioria dos imigrantes, provindo de regiões caracterizadas por elevada natalidade, se socializarem segundo valores natalistas, trata-se portanto de representar esquematicamente uma rede de influências capaz de alternar tais valores e os comportamentos correspondentes.

DIAGRAMA 1

REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DOS BLOCOS DE VARIÁVEIS COMPONENTES DO MODELO



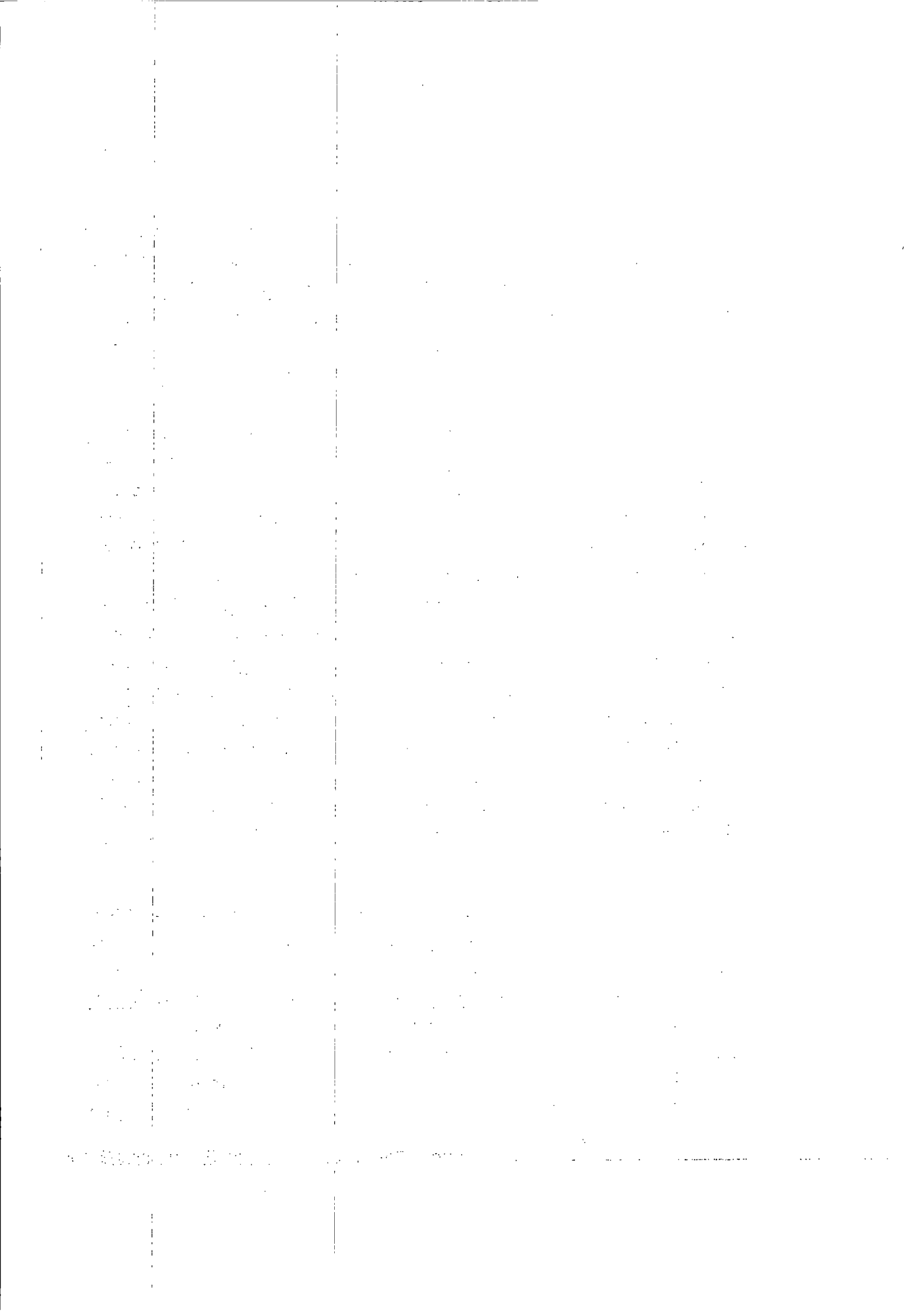
Note-se que o paradigma da "modernização", voltado quase exclusivamente para alterações adaptativas mais ou menos espontâneas, incorre em erro tanto maior quanto mais adequado se revele, empiricamente, o contraste entre o "tradicional" e o "moderno"; visto que, nesta hipótese, os efeitos indiretos e estruturais aos quais nos referimos insistentemente terão impacto evidentemente mais violento e disruptivo. Porém, tampouco se poderia passar ao extremo oposto e pensar numa conexão direta do tipo (I) Necessidades/interesses das empresas → (II) Atuação de agências ideológicas → (III) Adoção de um modelo (ideológico) de família; mas sim numa rede muito mais complexa, talvez a representada anteriormente, na qual realçaríamos os caninhos que passam por alterações mais ou menos "forçadas" no comportamento sexual (Blocos IV e VI).

Poder-se-ia porém perguntar: trata-se realmente de um modelo "equilibrador", o apontado no bloco VIII? Evidentemente não o é (por definição) se contrastado com o modelo suposto como ponto de partida do bloco I. Mas não haveria pressões do tipo suposto no esquema de Paul I. Singer, pressões causadoras de uma variabilidade maior e talvez até economicamente racional entre as classes? Não parece útil especular sobre esta questão no atual estágio de nosso conhecimento sobre a estrutura de classes em São José dos Campos. Cumpre todavia considerar dois fatores certamente cruciais nessa discussão. O primeiro é a hipótese, discutida anteriormente, de Aldunate, a qual sugere que o impacto do emprego industrial pode ser não o de homogeneizar, mas ao contrário, o de cindir por completo as classes baixas entre um "proletariado" mais ou menos integrado e um "subproletariado" instável ou marginal. (28). O segundo, é que não se trata, naturalmente, de um universo fechado. Podemos compreender em São José dos Campos os processos de mudança que se verificam com a população ali presente. Mas essa população se altera continuamente em tamanho e composição, visto que reflete a dinâmica de toda uma região, particularmente o Vale do Paraíba e o Sul de Minas. Note-se que a política do governo de Minas Gerais em relação ao Sul é também industrializante, embora ele seja também uma das regiões agrícolas mais importantes do estado.

Feitas estas ressalvas, gostaríamos de concluir insistindo na importância dos efeitos indiretos, particularmente os decorrentes das situações de emprego urbano-industrial. A política de emprego das grandes empresas, varia de um máximo de severidade - não admissão pura e simples de mulheres casadas, ou demissão ao casarem-se, ou ao terem filhos - a um mínimo de mantê-las desde que não diminuam sua produtividade ou "não tragam problemas para a empresa". Este fator parece mais importante do que qualquer eventual doutrinação das assistentes sociais, no sentido de que, ao tornar-se conhecido, ele cria uma "learning situation" generalizada. O comportamento efetivo das mulheres vai-se ajustando, com ou sem adoção imediata de atitudes ou fórmulas ideológicas racionalizadoras. Estas viriam, ou seriam eventualmente reforçadas, pela tendência, aparentemente maior entre os homens, a raciocinar economicamente: o "custo de vida", a "impossibilidade de educar mais do que dois ou três filhos atualmente".

Parece-nos, todavia, que o modelo da família pequena e estável terá também a seu favor, além dos mecanismos econômicos, outras razões de fundo psicológico e emocional. Ideologias não são apenas racionalização de interesses, são também catarse de tensões e liberação de ansiedades; e são, sobretudo, modelos cognitivos capazes de orientar indivíduos e grupos sociais em situações novas e, para eles, inestruturadas. O impulso neste sentido poderá estar no bloco IV. Muitos, sobretudo os imigrantes cujas dificuldades presentes resultam em parte dos encargos familiares que ainda lhes pesam, receberão com naturalidade e alívio a promessa de encontrar uma companheira e com ela uma vida modesta, mas tranquila, sem dependentes em excesso. Verão também neste modelo o fim da vida incerta das pensões, da boemia frustra, dos alojamentos superpovoados das grandes empreiteiras e da construção civil. Não parece ser outra a explicação para a provavelmente crescente receptividade aos cursilhos, aos cursos para noivos, às campanhas de evangelização das denominações protestantes. São novas instituições que se formam, mas não por acaso: formam-se no terreno batido das necessidades de relacionamento social, da massificação produzida pela industrialização rápida e pela imigração maciça.

CONCLUSÃO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS
E EMPÍRICAS



Imperceptivelmente, a tentativa de formular um modelo do processo de transição numa situação concreta acaba por relativizar o contraste metodológico inicial entre contextos e variáveis. Uma exploração empírica ainda que parcial dos fluxos representados no modelo parece levar-nos de volta ao formato convencional, embora enriquecendo-o com as variáveis abreviadamente indicadas nos blocos III, IV e V.

Um esforço de comprovação rigorosa destas hipóteses justifica-se não somente por terem elas a ambição de captar a rede de mediações sócio-culturais, mas também por ser imprescindível à compreensão do mecanismo de mudança entre as classes sociais ou entre diferentes agregados de indivíduos. Sem especificação rigorosa ao nível de variáveis individuais, o modelo perde sua força preditiva, como se pode apreender no seguinte exemplo. Constatamos através das entrevistas qualitativas que um aspecto do nosso bloco IV - a rápida mudança de padrões de conduta e moralidade sexual - pode levar à antecipação da procriação (mães solteiras) e do casamento (é frequente casarem-se com o pai do filho já tido). Isto foi observado em duas grandes empresas onde as variáveis do bloco III estariam, segundo nossa hipótese, atuando no sentido precisamente inverso: no sentido do retardamento da procriação e do casamento. Há, portanto, uma complexa ramificação de "outcomes", que não será sequer aproximada sem uma mensuração cuidadosa das mediações sugeridas.

Poder-se-ia imaginar, contudo, que as relações contextuais aqui sugeridas estão medidas, embora verbalizadas de maneira insatisfatória, em modelos como o proposto por Rosen e Simmons. O que estes autores vêem como oportunidades e o que nós vemos como adaptação antecipatória a sanções severas estariam de qualquer forma correlacionados ao nível "X", nem mais nem menos, com os processos de industrialização e urbanização. Tal possibilidade deveria ser examinada, pois nesse caso poder-se-ia ganhar muito na compreensão dos processos, mas não na capacidade preditiva global do modelo.

Suponhamos, porém, que a mensuração seja inadequada. Quais poderiam ser as causas mais importantes dessa inadequação? À parte considerações de ordem técnica - também importantes - sugerimos que o paradigma convencional da "teoria da modernização" supõe uma estrutura social e industrial estática na qual os trabalhadores se vão inserindo de maneira gradual, e conseqüentemente um processo contínuo e homogêneo de mudança. O modelo teórico que procuramos desenvolver neste estudo levaria ao questionamento desse suposto num caso como o de São José dos Campos. Verificamos que não se trata de um processo incrementalista, mas sim de industrialização concentrada e rápida, acompanhada de forte imigração. O mais decisivo, porém, é que nosso modelo desse processo ao nível sócio-psicológico sugere a possibilidade de um período de aceleração decorrente de uma "learning situation" generalizada, e de uma temporária, mas elevada condutibilidade das inquietações quanto a padrões de comportamento (29).

Estas indagações sugerem diversas outras, de caráter metodológico e empírico. Além da operacionalização direta de alguns dos conceitos propostos - por exemplo, a percepção da política de emprego das empresas, a importância atribuída a diversos agentes institucionais como fonte de orientação para uma série de problemas individuais etc. - ao nível de survey, torna-se evidente a possibilidade de uma fecunda utilização de entrevistas abertas para a compreensão da situação estudada. Através destas, será talvez possível compreender como processos concretos o que nos modelos causais aparece como uma crescente autonomização da "instância ideológica", ou seja, dos valores e atitudes relacionados ao comportamento reprodutivo. Parece também possível sugerir pequenos projetos do tipo "experimento crucial" para a elucidação de processos complexos. Poder-se-ia, por exemplo, estudar em profundidade casos de famílias grandes entre as classes baixas em contextos densamente urbano-industriais, indagando-se o porquê e a estratégia de sua sobrevivência.

O caráter geral da industrialização de São José dos Campos pode ser visualizado nas cinco tabelas incluídas neste Anexo. Localizada no eixo rodoviário que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, a cidade possuía 148 332 habitantes em 1970. Desses, 74 395 não são naturais do Município; e desses imigrantes, nada menos de 48% encontram-se ali há menos de cinco anos (ver Tabela 1).

A população do Município urbanizou-se por completo entre 1940 e 1970. A população rural, que era de 63.5% em 1940, reduz-se para 11.0 em 1970 (Tabela 2). A Tabela 3, baseada em dados amostrais da Prefeitura de São José, indica que em 1973 cerca de 51% da população de 14 anos e mais estava empregada nas indústrias e na construção civil. A proporção ocupada na agropecuária é inteiramente inexpressiva: menos de 2%. Os restantes 47% distribuem-se entre os setores de comércio e serviços (24.5%), o poder público (11%) e as atividades autônomas (11%).

Esses procesos, rápidos e maciços, de industrialização e imigração, tornam-se ainda mais significativos atentando-se para o fato de que a mão-de-obra industrial acha-se em sua maioria empregada em indústrias de grande porte e de implantação recente. A maior parte das grandes empresas industriais instalou-se em São José dos Campos após 1950, sendo que as 21 com mais de 100 pessoas ocupadas empregavam em outubro de 1973 cerca de 30 000 pessoas.

A Tabela 4 mostra o local de residência do pessoal ocupado na indústria e no comércio. Verifica-se que 23% do pessoal ocupado na indústria não reside em São José dos Campos, mas sim nos municípios vizinhos, restando uma pequena proporção para São Paulo. Juntamente com o fato de que 47% das pessoas empregadas recebiam seiscentos cruzeiros ou menos, ou seja, situavam-se numa faixa cujo limite superior não alcançava uma vez e meia o salário mínimo vigente em 1973, a Tabela 4 permite dar o devido relevo àquelas características do meio industrial, como dizem Rosen e Simmons, "which make large families costly". Acrescente-se que (a) não há espaço ocupável em São José dos Campos. Grande parte dos imigrantes reside em pensões que consomem, segundo informações esparsas obtidas na primeira fase da pesquisa, no mínimo um terço

...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...

...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...

...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...

...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...
 ...the ... of ...

dos rendimentos individuais; e (b) que grande parte desses imigrantes são jovens que vêm com a obrigação de enviar parte de seus rendimentos para o sustento da família, e que tem como objetivo trazê-la tão logo se vejam melhor estabelecidos. A Tabela 4 permite verificar que a fuga para os municípios vizinhos é mínima entre os empregados no comércio, ao que tudo indica por terem rendimentos mais elevados e por pertencerem com maior frequência a famílias melhor enraizadas na sociedade local. Entre os empregados na indústria, além do nível dos aluguéis, outros fatores, segundo fomos informados, estariam provocando essa fuga: dificuldades de adaptação e, em alguns casos, certo clima de insegurança existente na cidade.

TABELA 1: População Não Natural de São José dos Campos, Segundo Tempo de Permanência no Município (1970) (*)

SEXO TEMPO DE PERMANÊNCIA	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
Menos de 1 ano	5 674	15,00%	5 131	14,04%	10 805	14,52%
1 ano	2 926	7,73%	2 835	7,76%	5 761	7,75%
2 anos	3 085	8,15%	3 068	8,40%	6 154	8,27%
3 anos	3 121	8,24%	2 847	7,79%	5 968	8,02%
4 anos	1 966	5,19%	1 977	5,41%	3 943	5,30%
5 anos	1 629	4,30%	1 672	4,58%	3 301	4,44%
0 - 5 anos	18 402	48,61%	17 530	47,98%	35 932	48,30
6 - 10 anos	7 289	19,25%	7 079	19,37%	14 368	19,31%
0 - 10 anos	25 691	63,86%	24 609	67,35%	50 300	67,61%
11 anos e mais	12 167	32,14%	11 928	32,65%	24 095	32,39%
TOTAL	37 858	100,00%	36 537	100,00%	74 395	100,00%

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

(*): Inclusive estrangeiros.

Tabela elaborada por Jair L.F. Santos et alii. Ver "Estudo Demográfico de São José dos Campos". (Unidade de Estudo das Séries Demográficas - Documento de trabalho).

TABELA 2: Proporção da População Urbana e Rural em Relação à População Total em São José dos Campos (1940-1970)

ANO	POPULAÇÃO					
	Urbana		Rural		Total	
1940	13 249	36,52%	23 030	63,48%	36 279	100,00%
1950	25 892	57,79%	18 912	42,21%	44 804	100,00%
1960	56 882	73,37%	20 651	26,63%	77 533	100,00%
1970	132 482	89,31%	15 850	10,69%	148 332	100,00%

FONTE: Censos Demográficos: 1940, 1950, 1960 e 1970.

Tabela elaborada por Jair L.F. Santos et alii. Ver "Estudo Demográfico de São José dos Campos". (Unidades de Estudo das Séries Demográficas - Documento de trabalho).

TABELA 3: População de Mais de 14 Anos que Trabalha Segundo o Setor de Atividade(*)

SETOR	NÚMERO	PORCENTAGEM
Indústria	2 753	43,5
Construção Civil	459	7,3
Comércio e Serviços	1 548	24,5
Poder Público	692	10,9
Atividade Autônoma	747	11,8
Agropecuária	110	1,8
Outros	21	0,3
TOTAL	6 330	100,0

FONTE: (*) Entrevistas domiciliares em dezembro de 1973, Pesquisa de Instrumentação do Plano Diretor, Prefeitura de São José dos Campos.

TABELA 4: Local de Residência do Pessoal Ocupado na Indústria e no Comércio (*)

LOCAL DE RESIDÊNCIA	INDÚSTRIA		COMÉRCIO	
	Número	%	Número	%
São José dos Campos	23 891	77,0	1 467	95,2
Jacareí	3 127	10,2	35	2,3
Caçapava	1 438	4,6	12	0,8
Taubaté	1 304	4,2	21	1,4
Outras cidades do Vale	95	0,3	4	0,3
São Paulo	102	0,3	1	0,1
Sem indicação	1 063	3,4	-	-
TOTAL	31 020	100,0	1 540	100,0

(*) FONTE: Prefeitura de São José dos Campos, dados referentes a empresas industriais e comerciais com mais de 50 funcionários (Outubro, 1973).

1. Note-se que o termo contextual não é utilizado aqui no sentido metodológico preciso que se refere aos efeitos composicionais de unidades coletivas ou de agregados, e que se contrapõe a efeitos observados somente ao nível de unidades individuais. O sentido pretendido, espera-se, ficará claro no decorrer da exposição. Para uma descrição mais completa da pesquisa, ver BERQUÓ, Elza - "A Pesquisa sobre Reprodução Humana no Brasil", Documento preparado para o "Seminário Teórico-Metodológico sobre las Investigaciones en Población", Comissão de População e Desenvolvimento, CLACSO, México, 1976.
2. Ver "Revisión Crítica de los Estudios de Fecundidad en América Latina", Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población, CLACSO, 1974. O conceito de "comportamento reprodutivo" mereceria uma discussão detalhada. O sentido amplo que compreende todos os processos demográficos, inclusive a migração, não é o pretendido aqui. Quando não houver indicação específica, estaremos nos referindo basicamente a diferenciais de fertilidade e tamanho de família.
3. Também o termo "instituição" é tomado neste estudo em sentido bastante restritivo. A "família", por exemplo, não é incluída, visto que as estruturas familiares são compreendidas em nossa "variável dependente", o comportamento reprodutivo. Interessam-nos neste estudo tão somente as instituições dotadas de alguma organização formal, como a empresa, a escola, a igreja etc.
4. ROSEN, Bernard C., SIMMONS, Alan B. - "Industrialization, Family and Fertility: a Structural-Psychological Analysis of the Brazilian Case", Demography, 8(1), págs. 49-69. A escolha deste trabalho deve-se somente aos objetivos expressos no texto, e é portanto mais ou menos arbitrária em termos da bibliografia disponível.
5. ROSEN e SIMMONS, op. cit., pág. 50. Uma das indicações mais sugestivas deste estudo é o que se poderia chamar de crescente "autonomização da instância ideológica": as expressões verbais de valores e atitudes passando a ter efeitos independentes sobre o comportamento à medida que se adensa o contexto urbano-industrial.
6. Idem. Para esta citação e para a que segue, págs. 58 e 67, respectivamente.
7. SINGER, Paul I. - "Comportamento Reprodutivo e Estrutura de Classe", Cebrap, mimeo; CAMARGO, Cândido Procópio F. - "Sociedade e População" Idem.
8. Este ponto é desenvolvido no comentário que apresentei à reunião do Grupo de Trabalho sobre Reprodução da População de CLACSO, Morelia, México, 1975.
9. MERTON, R.K. - Social Theory and Social Structure (New York: Free Press, 1968) pag. 141 e seguintes.
10. Apesar da atenção que se tem dado a essas relações, em nível teórico, uma comunicação recente afirma, provavelmente com razão: "no estamos

en condiciones de presentar evidencias suficientes de la existencia de diferenciales de comportamiento demográfico según clase social y, por ende, menos aun considerar esos diferenciales como el resultado de una particular estrategia de supervivencia". (TORRADO; Susana - "Clases Sociales, Familia y Comportamiento Demográfico: Orientaciones Metodológicas", Trabajo preparado para el Seminario "Técnico-Metodológico sobre las Investigaciones en Población", Comisión de Población y Desarrollo, CIACSO, México, 1976.

11. O tratamento dessa questão parece-nos um dos pontos pouco satisfatórios do livro, de resto muitíssimo interessante, de Mahmood Mandani, The Myth of Population Control (New York: Monthly Review, 1972).
12. Estamos conscientemente apresentando de forma dogmática um ponto de vista sobre a estrutura agrária brasileira. A intenção, naturalmente, é provocar maiores reflexões sobre o problema.
13. ALDUNATE, Adolfo - "Algunas Reflexiones en torno a las Relaciones entre Industrialización y Reproducción de la Población - El caso de São José dos Campos", Cebrap, mimeo, versão preliminar, 1974.
14. Evidência neste sentido sob condições extremas de "tradicionalismo" pode ser encontrada em OLUSANYA, P.O. - "Status Differentials in the Fertility Attitudes of Married Women in Two Communities in Western Nigeria", Economic Development and Cultural Change 19(4), 1971, págs. 641-651.
15. Ver GEERTZ, Clifford - "Ideology as a Cultural System", in David Apter (ed.) Ideology and Discontent (New York: Free Press, 1964).
16. Ver CROTTY, William J. - Approaches to the Study of Party Organization (Boston: Allyn and Bacon, 1968), págs. 400-401.
17. Presente explicitamente no trabalho já citado de Rosen e Simmons, e objeto preeminente na atenção de muitos outros, como Joseph Kahl e Alex Inkeles, a ênfase quase exclusiva nessa hipótese é frequente e erroneamente atribuída a Talcott Parsons. Na realidade, seu originador mais veementefoi Thorstein Veblen. É característica desse autor a insistência nos "mechanistic habits of thought given by the modern industrial arts". Da mesma forma que os atuais teóricos da "modernização", insiste Veblen na "comprehensive habituation in materialistic and mechanistic terms", normalmente produzida pela tecnologia; na tendência desta em fomentar um "passably universal animus of self-help and mechanistic logic, with no remnant of deference to the conventions of the ancient régime of prerogative, and with no respect of persons". Note-se, porém, que Veblen situa esse impacto sobre a estrutura social nas fases iniciais da industrialização, admitindo o retorno de "convenções artificiais" nas situações estabilizadas; e, mais importante ainda, mostra-se cético quanto a esse impacto uniforme e secularizante no caso da industrialização concentrada e politicamente conduzida segundo padrões de organização dinástico-patrimonial, como na Alemanha. Estas ressalvas, obviamente, pertinentes para o caso brasileiro, conduzem diretamente à terceira hipótese ou à terceira modalidade de condicionamento discutida no texto. Ver

Thornstein Veblen, Imperial Germany and the Industrial Revolution, (Macmillan, 1915; reeditado por Ann Arbor Paperbacks, 1966), pag. 120.

18. Para esta citação e para as que seguem, ver o trabalho mencionado na nota 13.
19. Os argumentos a seguir são derivados da sociologia da religião de Max Weber. Para uma exposição mais sistemática, ver minha tese Ideology and Authoritarian Regimes: Theoretical Perspectives and a Study of the Brazilian Case (UCLA, 1974) pags. 134-138.
20. As entrevistas nas empresas industriais foram realizadas por Maria da Conceição Quinteiro e pelo autor deste estudo; os demais setores e as entrevistas individuais estiveram a cargo de: Andréa Loyola, Ana Maria A. Pluciennik, Armando Ortiz M. Filho, Micaela Krumholz, Antonio Flávio Pierucci, Lília M. Ribeiro de Lima e Mirna A. Issa Gonçalves.
21. O problema da condutibilidade pode ser tratado nos termos de uma sociologia da difusão de inovações. GRANOVETTER, Mark S., sugere que "since the resistance to a risky or deviant activity is greater than to a safe or normal one, a larger number of people will have to be exposed to it and adopt it, in the early stages, before it will spread in a chain reaction. Individuals with many weak ties (isto é, relações relativamente distantes e impessoais) are ...best placed to diffuse such a difficult innovation...". Admitindo-se que as mudanças de comportamento a que nos referimos são de certo modo "risky or deviant", o argumento de Granovetter é assaz congruente com nossa hipótese de alta condutibilidade. Ver "The Strength of Weak Ties", American Journal of Sociology, 78(6), 1973, pags. 1360-1380.
22. A importância do reexame a que nos referimos no texto pode ser avaliada pela seguinte afirmação de Olusanya (ver nota 14, acima): "Traditionally, the number of children a Yoruba couple should have was not a moot point; procreation was thought to depend on the blessing of God. That as many as an eighth of all the women - and the majority of the educated ones - did discuss this topic at some time in their married lives would seem to indicate that attitudes related to fertility are changing". Op. cit. (Ver nota 11 ao final da pag. 650; grifo nosso).
23. Para uma rápida resenha, veja-se o capítulo 13, "Alienation and Anomie", in COSER, Lewis A. e ROSENBERG, Bernard - Sociological Theory (New York: Macmillan, 1964). Os textos "clássicos", como é sabido, são o Suicídio, de Durkheim, e o capítulo VI de Merton, obra citada na nota 9, acima. Entre os trabalhos voltados para as consequências sociais e políticas de mudanças estruturais rápidas, um dos mais interessantes é ainda KORNHAUSER, W. - The Politics of Mass Society (New York: Free Press, 1966).
24. DURKHEIM, E. - Suicide: A Study in Sociology (edição em inglês, Free Press, 1951). Todas as citações encontram-se nas pags. 246-257.

25. Ver NEAL, A. and SEEMAN, M., - W "Organizations and Powerlessness", American Sociological Review, 29 (1964), págs. 216-225; DEAN, D. - "Alienation: Its Meaning and Measurement", American Sociological Review, 25 (1961), págs. 753-758; McCLOSKEY, H. and SCHAAER, J.H. - "Psychological Dimensions of Anomy", American Sociological Review, 30(1963), págs. 14-40.

25-A: Da "Introdução" ao The Marginal Man de STONEQUIST, E.V. (Charles Scribner's Sons, 1937).

26. O ambiente assim constituído é radicalmente diferente do de origem, a despeito, por exemplo, da provável uniformidade das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa; pois uma coisa é recebê-las como normalista de província, no seio do lar, e outra bem distinta, é discutí-las com colegas de trabalho numa fábrica, ou numa pensão de quartos, sem a presença familiar.

Contudo, não se deve confundir o simples distanciamento com efetiva independência em relação aos pais e à família extensa, em se tratando do comportamento reprodutivo. Judah MATRAS sugere três condições sob as quais se darão importantes alterações na fertilidade: uma relativa independência econômica e social do casal em relação aos pais de ambos os cônjuges, a existência de um "mercado matrimonial" relativamente amplo, permitindo a seleção de cônjuges fora das coletividades adscriptivas, e terceiro, a iniciativa e exercício, pelos indivíduos envolvidos, das decisões relativas ao timing da união e à escolha do cônjuge. Ver "On Changing Matchmaking, Marriage, and Fertility in Israel", American Journal of Sociology, 79 (2), 1973, págs. 364-388. Ver também "Conjugal Power and Decision Making", de LIV, William T., American Journal of Sociology, 79 (1), 1973, págs. 84-98.

27. "Entrevista em São José dos Campos - Dona Maria (classe baixa). Entrevistadora: Andréa Loyola". (Cebap, documento do Programa de População, 1974).

28. FORM, William F., apresenta dados comparativos para os Estados Unidos, Itália, Argentina e Índia, indicando que a indústria automobilística "may not homogenize industrial workers but rather create internal cleavages which increase the social power of skilled workers" e sua integração com os estratos médios da sociedade. Ver "Internal Stratification of the Working Class", American Sociological Review, 38 (6), 1973, págs. 697-711.

29. A importância de questões como esta para a demografia é destacada pela crítica de TABBARAH, Riad B. à teoria da "transição demográfica": "With regard to the future trends of the birth rate in presently underdeveloped countries the theory does not indicate when these rates will begin to fall or the fundamental reasons why they should fall. Obviously, the 'when' is of utmost importance for population projections, and the 'why' is of equal importance for the formulation of rational and effective population policy". Ver "Toward a Theory of Demographic Development", Economic Development and Cultural Change, 19(2), 1971, págs. 257-276.

INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO
REPRODUTIVO: O CASO DE SÃO
JOSE DOS CAMPOS

Maria Andréa Rios Loyola

1944-1945

1946-1947

1948-1949

1950-1951

INTRODUÇÃO

Meu objetivo com este trabalho foi o de fazer um balanço do material sobre as Instituições Sociais colhido na primeira fase de investigação da Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana em São José dos Campos (1) e, ao mesmo tempo, sistematizar e reunir num único documento o material mais expressivo sobre cada instituição (2).

Não se trata, portanto de um modelo de análise das instituições. Mas como nenhuma avaliação de dados ou sistematização empírica se dá num vazio teórico, pois o mero arranjo do material exige opções dessa natureza, devo antes de mais nada por em relevo as idéias mestras que me orientaram na execução desta tarefa. Devo, além do mais, enfatizar que muitas destas idéias foram brotando no decorrer do próprio trabalho e constituem, pois, mais que premissas para a análise, propostas para o futuro, isto é, idéias a "levar em conta" nas etapas seguintes da investigação. Deve-se a isto a relativa defasagem entre esta introdução e os tópicos subsequentes.

Em larga medida, o próprio material imprimiu uma direção ao trabalho, delimitando o âmbito da análise àqueles aspectos que constituíram o foco central das entrevistas, no caso das instituições à atuação dos agentes institucionais como

(1) Entrevistas realizadas com agentes institucionais e membros da população, por Bolivar Lamounier, Maria da Conceição Quinteiro, Lília Montali Ribeiro de Lima, Micaela Krumholz, Antonio Flávio Pierucci, Armando O. Monteiro Filho, Ana Maria Pluciennik e Maria Andréa Loyola.

(2) Esse material já foi objeto de dois trabalhos anteriores: Algunas Reflexiones en Torno a las Relaciones entre Industrialización y Reproducción de la Población: El caso de São José dos Campos. (CEBRAP, mimeo, versão preliminar, 1974); de Adolfo Aldunate e Industrialização, Imigração e Comportamento Reprodutivo - Notas para um Modelo de Mudança. (CEBRAP, mimeo, 1975), de Bolivar Lamounier.

Aldunate ressalta principalmente as constraints estruturais que agem sobre o tamanho e a organização da família; Lamounier tem como referência específica a atuação das instituições sociais em relação ao comportamento reprodutivo e às disposições socio-psicológicas a ele pertinentes. Ambos são apresentados na forma de um modelo (tipológico no caso de Aldunate e de mudança no de Lamounier) através do qual procuram articular as impressões colhidas sobre o material em seu conjunto, e não utilizam (ou utilizam pouco) a exposição das entrevistas no corpo do trabalho. Assim, quando me propus a realizar o presente trabalho pareceu-me que o procedimento mais indicado seria encaminhar-me numa linha mais descritiva e - do ponto-de-vista organizacional - tratar as instituições separadamente e, sempre que possível, deixar os próprios entrevistados falarem

produtores e ao mesmo tempo emissários de mensagens ou padrões de conduta capazes de influenciar o comportamento reprodutivo.

A partir destes dados procurei explorar a atuação desses agentes relacionando-as entre si. Nesse caminho, optei por enfatizar mais os aspectos "solidários" das instituições - os quais me pareceram mais importantes no que diz respeito à reprodução humana - que aqueles de cunho conflitivo. Tentei mostrar, na medida do possível, que essa "solidariedade" (se posso dizer assim) não impede que as instituições tenham interesses diferentes e mesmo conflitivos, nem significa que as mensagens por elas emitidas sejam meras traduções de uma ideologia objetivamente necessária.

Tentei mostrar, apoiando-me em P. Berger e T. Luckmann (1), que toda sociedade pluralista (2) - caso de São José dos Campos - tem como núcleo um universo simbólico aceito como indubitável e, coexistindo com ele, diferentes sub-universos. Estes sub-universos tem provavelmente funções ideológicas (3), mas a situação de conflito é substituída por graus variáveis de tolerância e mesmo de acomodação. Na prática, o resultado é que, para além das intenções e consciência dos agentes institucionais sobre o seu papel, bem como do grau e modo de atuação ou não atuação de cada instituição sobre o comportamento reprodutivo, no caso de São José, a competição entre as instituições para satisfazer as demandas de sua clientela favorece um comportamento de tipo controlista (4) que, no limite, atende aos interesses dessas clientelas-dada as condições objetivas em que se encontram

(1) BERGER, P.L. e LUCKMANN, T.: A Construção Social da Realidade. Ed. Vozes, Petrópolis, 1973.

(2) A base essencial para o pluralismo é uma sociedade urbana, com uma complexa divisão do trabalho, com uma estrutura social diferenciada e um elevado excedente econômico. A situação pluralista é um fator de aceleração da inovação e da mudança do status quo cotidiano.

(3) Os autores consideram como ideologia uma particular definição da realidade vinculada aos interesses de um grupo particular.

(4) Não vai aqui nenhuma ilação entre sociedade pluralista e determinado padrão de comportamento reprodutivo. O surgimento de um tal padrão implica num estudo de cunho histórico.

(1). Não se deve deduzir daí, entretanto, que as instituições tenham necessariamente uma política desse tipo e muito menos uma política controlista ativa. Como veremos, sob esse aspecto a atuação das instituições não constitui ainda um fator ponderável. Não se deve deduzir tampouco, que a forma de atuação ou não atuação das instituições não tenha interesse. Ao contrário, elas contribuem para essa "solidariedade" e são o resultado dos interesses dos agentes cujas práticas acabam por provocar modalidades de atuação das instituições a despeito de sua ideologia oficial.

Em outras palavras, tentei examinar não somente como as instituições atuam, mas como um determinado padrão de comportamento reprodutivo - no caso de São José dos Campos controlista - é institucionalizado.

Voltando a Berger e Luckmann, "em princípio, a institucionalização pode ocorrer em qualquer área de conduta coletivamente importante. Na ordem real dos fatos, os conjuntos de processos de institucionalização produzem-se concorrentemente. Não há razão, a priori, para admitir que esses processos tenham necessariamente de permanecer unidos em suas funções e muito menos como um sistema logicamente consistente. Contudo continua sendo um fato empírico que as instituições tendem a "permanecer juntas" (2). Elas "podem continuar a coexistir com base em desempenhos separados; mas enquanto esses desempenhos podem ser separados, os significados tendem para uma consistência pelo menos mínima" (3).

Dizendo de outro modo, quando estive em São José dos Campos, como membro da equipe encarregada da coleta de material desta fase da Pesquisa, me impressionou profundamente a presença, aparentemente generalizada entre a população da cidade, de um modelo de família de tipo controlista: o da família pequena com 2, no máximo 3 filhos. Procurei examinar

(1) Essa situação cria para os agentes institucionais, responsáveis pela imposição de um padrão monopolista, o problema de como legitimar a perda do monopólio que até então vinha exercendo (caso da Igreja Católica). De outro lado, para o investigador, coloca-se o problema de dar conta do jogo de forças que determinou as alterações nas posições relativas dos agentes institucionais envolvidos; tarefa impossível no presente caso, devido à natureza do material disponível.

(2) BERGER e LUCKMANN. Op. cit., p. 89-90

(3) Ibidem, idem, p. 91.

principalmente a contribuição das instituições para o desenvolvimento desse padrão.

Minha hipótese principal é que não somente os indivíduos ajustam seu comportamento às situações emergentes e a seus próprios interesses, como também as instituições - através de seus agentes e dos interesses destes enquanto grupo. Além de existirem diferentes níveis de legitimação institucional, o êxito dos mecanismos conceituais de controle (que envolve manipulação do universo simbólico, tais como mito, filosofia, ciência) vai depender evidentemente, do poder daqueles que operam com eles, da autoridade que conseguem deter e também da viabilidade que oferecem à realização dos interesses concretos do grupo que os mantêm. Mesmo levando em conta os fenômenos da reificação e alienação, nenhum grupo exposto à determinada influência de uma agência ideológica incorpora suas mensagens de forma passiva. Mesmo os grupos mais sujeitos a esses processos, como os grupos dominados, tendem a reinterpretá-las segundo seus próprios interesses enquanto tais.

Tendem, além do mais, a reinterpretá-las segundo uma matriz de percepção que inclui representações e ideologias previamente incorporadas. Isto é de especial relevância no caso de São José devido a enorme massa de migrantes de origem rural que a cidade absorveu. Não levar em conta esse fato pode conduzir-nos a tirar conclusões que serão facilmente contrariadas pela prática social dos grupos em questão (1).

Antes de terminar esta introdução, acho importante deixar claro alguns outros pressupostos envolvidos no tratamento do material empírico:

(1) Como sublinha Bourdieu a propósito do matrimônio em Béarn: "Tudo conduz a evidência de que o casamento não é o produto da obediência a uma regra ideal, mais o ponto de chegada de uma estratégia que, fazendo agir os princípios profundamente interiorizados de uma tradição particular, pode reproduzir, mais inconscientemente que conscientemente, esta ou aquela das soluções típicas explicitamente nomeadas por esta tradição (Pierre Bourdieu: "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", in ANNALES, nº 4-5, Juillet-Octobre 1972, p. 1107).

Ao qualificar São José como uma sociedade pluralista, estava acentuando uma qualidade entre outras. O fato primordial no caso em questão é que se trata de uma sociedade pluralista capitalista. Por esse motivo a análise de qualquer material referente à cidade não pode ser levada a efeito sem que se considere a mediação permanente de uma estrutura de classes, vale dizer, não cabe apenas afirmar de um modo genérico a presença desta estrutura, mas fazer valer suas determinações em todos os momentos da análise. É verdade que ainda conhecemos pouco sobre a estrutura de classes de São José dos Campos e que seria sem dúvida temerário especular a partir deste frágil conhecimento. Entretanto, a constatação - impressionística e empiricamente - da presença generalizada em São José de um modelo ideal de família de tipo controlista, não nos autoriza a esperar que este modelo se realize, na prática, sem diferenças substanciais entre as classes. Embora o material não nos tenha permitido avançar muito sobre isso, sem dúvida, encontraremos variações ou diferentes pautas de comportamento reprodutivo segundo diferentes condições objetivas e subjetivas de classe.

E aqui tocamos outro ponto que gostaria de enfatizar: além das condições objetivas, uma definição completa de classe social envolve também uma dimensão simbólica e é com a mediação desse universo simbólico que a institucionalização de qualquer padrão de comportamento é realizada. No caso específico de São José, vale dizer que a socialização secundária ou a re-socialização (1) a que principalmente os migrantes se vêem confrontados a levar a termo, envolve, para fins de análise, além do conhecimento do universo de socialização primária (situação de origem) e secundária (nova situação), o conhecimento do que Bourdieu chama de propriedades de posição de classe (2). Em outras palavras, além das dimensões sociedade hom

(1) Para BERGER e LUCKMANN a re-socialização e a socialização secundária são processos opostos. "Na re-socialização o passado é reinterpretado para se harmonizar com a realidade presente, havendo a tendência a retrojetar no passado vários elementos que subjetivamente não eram acessíveis naquela época. Na socialização secundária o presente é interpretado de modo a manter-se numa relação contínua com o passado, existindo a tendência a minimizar as transformações realmente ocorridas. Dito de outra maneira, a realidade básica para a re-socialização é o presente, para a socialização secundária é o passado". Op. cit., p. 215.

(2) BOURDIEU, P. - "Condição de Classe e Posição de Classe". In A Economia das trocas simbólicas. Perspectiva, São Paulo, 1974.

gênea x pluralista que a situação de mudança de São José envolve (modelo de Lamounier), "a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posição relativamente independentes de propriedades intrínsecas, como por exemplo, um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência (1).

Mas a posição de um indivíduo ou grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto-de-vista estritamente estático, isto é, como posição relativa ("superior", "média" ou "inferior") numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social. Logo, sob pena de deixar escapar tudo o que define concretamente a experiência da posição, como etapa de uma ascensão ou de um descenso, como promoção ou regressão, é necessário caracterizar cada ponto pelo diferencial da função que exprime a curva, isto é, por toda a curva" (2).

(1) BOURDIEU, Pierre: op. cit., p. 3. Segundo o próprio autor "as propriedades de posição e as de situação só podem ser dissociadas por uma operação do espírito, pelo simples fato de que a situação de classe pode também ser definida como posição no sistema de relação de produção e, sobretudo, porque a situação de classe define a margem de variação, em geral muito pequena, deixada às propriedades de posição. Todavia, a única maneira de medir o valor desta distinção consiste em provar sua fecundidade neurística" (op. cit., p. 4). E esta se coloca principalmente quando se trata de estabelecer comparações transculturais. O exemplo citado por Lamounier para descrever sentimentos de "powerlessness" - uma das dimensões do conceito de anomia com o qual o autor pretende marcar a especificidade da situação social experimentada pelos habitantes de São José - perde, a meu ver, seu potencial explicativo e mesmo descritivo por não passar pelo controle dessa dimensão. Sentimentos de "powerlessness" são comuns no universo psico-social das classes baixas - entre as quais se insere a entrevistada do ex. - e podem ser experimentados por grupos que tenham a mesma posição de classe em sociedade que não passaram por uma mudança abrupta como São José. Também um outro indicador de anomia que o autor chama de "Insegurança na transição entre dois sistemas sócio-culturais" - exemplificado com outro trecho da mesma entrevista - pode ser uma propriedade de posição ou um atributo de uma sociedade pluralista e não necessariamente indicador de uma situação de mudança.

(2) BOURDIEU, Pierre - op. cit., p. 8.

Isto nos permite colocar um outro ponto que nos parece crucial no caso de São José e que terá implicações, em termos de comparabilidade, com os outros pontos da pesquisa, como por exemplo Parnaíba, que ao contrário de São José é uma área de emigração. Trata-se do que alguns autores têm chamado de conduta de mobilidade (1), ou seja, uma predisposição à mudança típica do universo psico-social dos migrantes e facilmente observável nas orientações de muitos dos entrevistados em relação a São José: ao lado de críticas e insatisfações, valorização e projetos de permanência. Tal conduta, envolve, além da predisposição acima apontada - é a "perspectiva do futuro que permite aos trabalhadores suportar as constraints do presente" (2) - uma consciência de mobilidade, isto é, os migrantes valorizam o movimento por uma consciência de ascensão social.

Paralelamente a estas características eu adicionaria que esta conduta implica uma supervalorização do modo de vida urbano e uma consequente deslegitimação do rural, o que contribui para esta predisposição à mudança e à incorporação "daquilo que é novo" (3). E, além da consciência de mobilidade no sentido acima, eu adicionaria ainda a experiência de mobilidade (em todos os sentidos: geográfica, profissional etc.) e uma visão "individualista" do mundo ou uma "consciência individualista" (4).

(1) TOURAINE, A. - "Mobilité sociale, rapports de classes et nationalisme en Amérique Latine" in SOCIOLOGIE DU TRAVAIL, nº 1, 1965; e RODRIGUES, Leôncio M. Industrialização e Atitudes Operárias - Brasiliense, 1970.

(2) TOURAINE, op. cit.

(3) O que não significa que este seja incorporado de fato ou como tal, pois tal incorporação é comandada pelo "velho" e pelo "ilegítimo", isto é, pela cultura do mundo rural.

(4) BERGER e LUCKMANN definem o individualista "como um tipo social particular, que tem pelo menos a possibilidade de migração entre muitos mundos exequíveis e que construiu deliberada e conscientemente um eu com o "material" fornecido por um grande número de identidades que estavam ao seu alcance" (op. cit., p. 225-226). Henri LEFEBVRE (Critique de la vie quotidienne - Paris, L'Arche, 1958) identifica a consciência individualista a "consciência privada" que se desenvolveu historicamente com o capitalismo (e constitui uma das formas de alienação deste tipo de sociedade). O material de que dispomos não me permite avançar quase nada sobre isto. Por ora, fica apenas a ideia de que ter uma concepção "individualista" do mundo significa agir segundo uma estratégia que leva em conta um número limitado de pessoas e não toda uma parentela ou comunidade.

Minha hipótese é que o modelo de família pequena (que supões a predisposição a controlar o número de filhos) está, do ponto-de-vista ideológico ou psico-social, estreitamente associado a uma conduta de mobilidade neste sentido amplo que lhe atribui. Do ponto-de-vista metodológico, o conceito de trajetória de classe de Bourdieu (1) nos permite, a meu ver, dar conta desta dimensão - e a história de vida constitui o instrumento - sem o risco de subjetivismo, implicando em outras propostas (2).

Finalmente, gostaria de chamar a atenção para um outro ponto que me parece importante considerar na situação de São José. Trata-se dos grupos de referência (família, vizinhança, grupos de amigos etc). Se eles perdem importância enquanto instituições sociais fundamentais, no sentido de se constituírem nas principais fontes de controle social de uma dada sociedade (3), eles se constituem ainda, senão em modelos de ação (a verificar), pelo menos em mediações necessárias entre as instituições oficiais e os outros domínios mais formalizados da sociedade de um lado e a vida cotidiana - reino por excelência do comportamento reprodutivo - de outro lado.

-
- (1) Grupos (classes ascendentes ou classes em declínio) podem ter propriedades comuns na medida em que lhes seja comum, se não a trajetória social, ao menos o sentido ascendente ou descendente de seu trajeto. Conforme BOURDIEU, op. cit., p. 8.
 - (2) Advertindo sobre a necessidade de não considerar a mobilidade profissional unicamente como um deslocamento de um meio a outro, mas como uma intenção, uma conduta cujas implicações comandam o comportamento dos novos operários em seu meio de trabalho, Touraine e Pécaut distinguem três tipos de decisões de mobilidade: 1) Deslocamento (déplacement): os trabalhadores não tomam a decisão de partir mas "seguem um movimento"; ... a migração não implica uma ruptura voluntária em relação ao antigo meio de trabalho e a aceitação positiva do novo; 2) Partida (départ): os trabalhadores decidiram partir e aceitam a nova orientação; e finalmente 3) Mobilidade (mobilité): situação em que os trabalhadores valorizam o movimento por uma consciência de ascensão social ("Conscience Ouvrière et développement économique en Amérique Latine: propositions pour une recherche". In SOCIOLOGIE DU TRAVAIL, nº 3, 1967).
 - (3) Conforme, para o caso de São José dos Campos, CARDOSO, F.H. - População e Crescimento Econômico: Notas sobre a estrutura sócio-econômica de São José dos Campos. (CEBRAP, 1975 (mimeo)). O trabalho de IANNI, O. - A Classe Operária vai ao Campo. (CEBRAP, versão preliminar, 1975), também sugere que nas áreas rurais onde relações capitalistas de trabalho já se implantaram a importância desses grupos como controladores de comportamento é secundária.

Estes últimos aspectos estão melhor desenvolvidos nas partes finais do trabalho, em especial nos itens referentes à família e aos grupos de referência. No tratamento desses itens trabalhei exclusivamente com as entrevistas feitas com membros da população. Nas partes iniciais, que focalizam as instituições formais, utilizei, além das entrevistas acima, principalmente aquelas feitas com os agentes institucionais. Nos dois casos o material se revelou insuficiente para demonstrar ou levar mais adiante as idéias que acabei de expôr. Entretanto, elas brotaram dele e espero queque contribuam para ampliar a discussão sobre a Pesquisa.

Por último, desejo expressar meus agradecimentos aos colegas do CEBRAP, em especial a Bolivar Lamounier, Elza Berquó, Candido Procopio Ferreira de Camargo, Maria da Conceição Quinteiro e Lilia Montali Ribeiro de Lima que leram algumas partes do texto original e deram sugestões que foram incorporadas na presente versão.

AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Já se caracterizou São José dos Campos como uma "sociedade vazia", para expressar a perda de eficácia dos controles exercidos pelas instituições tradicionais (1), ou o que quer dizer a mesma coisa, como sofrendo de um estado de anemia institucional (2).

Se se tem em mente uma influência de tipo monopolística e que atinge todos os diferenciados domínios da vida dos indivíduos, este estado anêmico chega a ser contundente no caso das instituições religiosas, em especial da Igreja Católica.

A religião Católica Romana foi e continua sendo a religião predominante em São José dos Campos com 89% de aderentes entre a população total, embora ao longo das duas últimas décadas esse número tenha diminuído, enquanto o de outras religiões aumentou (3). O Estudo Demográfico da cidade nos mostra que "a proporção de integrantes no grupo católico romano diminui de 97,211% em 1940 para 89,364% em 1970. A proporção de adeptos protestantes aumentou de 1,329% em 1940 para 6,07% em 1970 e a proporção de integrantes do grupo espírita aumentou de 0,810% em 1940 para 1,435% em 1970. Os adeptos das outras religiões representadas no Censo de 1940 (Israelitas 0,15%; Ortodoxos 0,3%; Maometanos 0,01%; Budistas 0,03%) aumentaram de 0,65% para 3,12% em 1970" (4).

(1) Conforme CARDOSO, Fernando Henrique: População e Crescimento Econômico: Notas sobre a estrutura sócio-econômica de São José dos Campos. Cebrap, mimeo, 1975, p. 15.

(2) Conforme LAMOUNIER, Bolivar: Op. cit.

(3) Dados extraídos do Estudo Demográfico de São José dos Campos realizado por Jair L.F. Santos, Ana Lucia G. Perazzo, Luiza R.B. Fernandes e Adarosa Preziosi. Cebrap, mimeo, primeira versão, 1974.

(4) Idem, p. 24 e 25.

Não obstante este predomínio (em número de adeptos) sobre as demais religiões representadas em São José dos Campos, a Igreja Católica parece a menos equipada em recursos humanos e organizacionais. Em primeiro lugar, embora São José seja a cidade mais rica e populosa da região, a sede da Diocese está situada em Taubaté. Em segundo lugar, de acordo com documento da Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal, em 1972 ela possuía 9 paróquias, contra 14 templos e salões de culto Protestante ou Evangélico e 34 centros e tendas de Umbanda. Segundo informações de um sacerdote entrevistado existem 13 padres em São José mas pelo Anuário Católico do Brasil (CERIS 70,71), em 1970 esse número era de apenas 6, ou seja, 2,472 habitantes por sacerdote e igualmente 2,472 habitantes por paróquia. No mesmo ano, estas cifras para a Circunscrição Eclesiástica de São Paulo eram de 5,347 habitantes por sacerdote e 20,416 habitantes por paróquia (apenas Capital). Também as entrevistas nos mostram que embora guarde o caráter de religião oficial, a Igreja Católica parece ter perdido muito de sua autoridade e sofre a concorrência de outras seitas em proporções muito maiores que as indicadas nas cifras acima.

Entre os membros da população, são muito comuns respostas deste tipo "sou católica, mas não muito praticante"; "sou católica porque fui batizada, mas não sou de missa. Acho que é importante mas no domingo é melhor dar umas voltas que ir à missa". Além do mais, católicos de diferentes classes sociais frequentam os cultos e utilizam os serviços de outras religiões, configurando um tipo de ruptura de que fala Candido Procopio: a presença de "formas paralelas e antagônicas de atendimento terapêutico, apesar do monopólio profissional determinado pelas classes dominantes" (1). Alguns exemplos: "Eu só ia à missa quando eu achava que devia ir, (agora) só vou quando acho necessário. Acredito um pouco em mal olhado porque acontecem coisas engraçadas. Uma moça que vem sempre aqui, seca uma planta da minha mãe. Ela acredita nessas coisas e faz defumação na casa toda. Houve uma crise aqui em casa, minha mãe fez e a crise passou. Houve uma grande coincidência. A úlcera do meu pai passou. Aqui em casa tinha até bonecas cheias de alfinetes. Meu pai melhorou e conseguiu empréstimo na caixa para construir a fábrica. Marcos (noivo) arrumou emprego na Prefeitura. De Janeiro para cá que ela começou a defumação" (informante de classe alta). "Somos católicos, frequentamos a igreja matriz, São Benedito, San-

(1) CARMARGO, Candido Procopio F. de: Pesquisas Institucionais e de Política Populacional. Cebrap, mimeo, 1973.

to Antonio. Quando tem festa vamos em todas. Meu filho, o Carlinhos, vai na igreja com os tios e padrinhos no CTA... Freqüento espiritismo escondido (...) ia e vou em missa de 7º dia, batizado, casamentos. Agora sempre que tenho uma dor de cabeça, uma desgraça que a gente precisa correr, a gente corre para os irmãos espirituais" (informante de classe baixa).

Segundo o pai de santo da Tenda de Umbanda Pai Sebastião de Aruanda e Caboclo Flexeiro: "dia por dia o número de umbandistas cresce, mesmo outras pessoas de outras religiões vêm, vêm escondido mais vêm; até crente; 50% a 70% vêm da religião católica e da religião budista. Em cada trabalho, têm de 18 a 8 médiums, mais uma assistência de 28 pessoas; todos os dias de trabalho são bons".

De modo semelhante, no que se refere à influência da religião sobre o controle da família, a posição das entrevistados é extremamente contraditória: alguns acham que ela influi: "se fosse na conversa de les (padres) nem evitar não podia, todos eles são contra, é pecado"; outros que não: "deixam por conta de cada um".

São José caracteriza bem uma situação em que as religiões perderam o monopólio sobre a produção dos bens simbólicos e se sentem obrigadas a ajustar permanentemente seu corpo de conhecimentos e práticas religiosas às mudanças que se situam fora delas e no mais das vezes escapam ao seu controle: tanto aquelas referentes às condições objetivas como aquelas impostas pela presença em cena de outros agentes ideológicos seculares.

Embora muitas denominações religiosas em princípio sejam contra o controle da natalidade ou contra os controles mais eficazes, na prática tentam adequar esta posição às situações concretas e variáveis de seus clientes, donde as opiniões dispares, ambíguas e mesmo contraditórias de seus agentes que no mais comum transferem a responsabilidade da orientação a outros agentes institucionais, como os médicos. Assim, por exemplo, o padre responsável pela paróquia do centro da cidade acha que: "A doutrina da Igreja com relação ao casamento não mudou: o fim principal é a procriação, a prole; depois, a santidade e a unidade do casal. O papa condenou a pílula então é preciso escolher outros meios. Tem muitos meios de evitar. O meio legítimo é a abstinência periódica, que implica num sacrifício do casal. A vida conjugal é isso, um sacrifício. Os outros meios todos têm seus atenuantes e seus agravantes. Mas eu sou muito benigno no confes-

sionário. Os ricos acham filho um estorvo e isso não é um motivo justo para se limitar filhos. Motivos justos são, além da pobreza extrema, pais degenerados, tarados, atavismo, alcoolismo, doenças mentais como epilepsia e outras doenças...".

Já o padre responsável pela Igreja Matriz do Alto da Ponte, bairro de classe baixa, pensa que: "é difícil falar desse assunto, os problemas são muito complexos, por isso temos de analisar cada caso, não pode haver uma norma geral. A norma é negativa justamente por isso, para poder se aplicar a cada caso. Se a Igreja dissesse 'pode tomar pílula', elas poderiam entender tudo errado. Dizendo 'não pode', as pessoas vêm expor o seu caso e aí então pode haver uma orientação mais segura e, sobretudo, mais tranquilizadora. De todo modo, quando alguém me diz que vai tomar pílula, respondo sempre: 'se você for usar a pílula, procure o médico antes'. Eu insisto nisso, pois dependendo da mulher, a pílula pode não fazer bem. Não me compete decidir se esta mulher deve tomar pílula ou não, pois eu nem tenho condições de saber se ela pode. Isso é o médico que sabe. Mas as farmácias aqui vendem pílulas como vendem Melhoral. Pouquíssima gente segue orientação do médico quanto à pílula e isso tem trazido problemas: distúrbios nervosos, dores de cabeça, problemas renais... têm surgido até casos de esterilização causada por anticoncepcivos no ciclo menstrual da mulher".

Para o padre assistente das Equipes de Casais: "A posição da Igreja a este respeito é suficientemente conhecida desde a publicação da Humanae Vitae: dá uma orientação no sentido de limitação. Mas dá também uma limitação a essa limitação, sobretudo quanto à parte médica. A Humanae Vitae não é dogmática, não é uma proclamação de fé que exige a adesão incondicional dos fiéis, ou seja, não é a última palavra, pois nem a medicina deu a última palavra sobre a pílula".

Para o delegado da Umbanda em São José dos Campos: "na parte de crescimento familiar, o pai quanto menos filhos tiver é melhor, a crise está muito dura de viver, tratar dos filhos, com aula e com tudo o mais, é sacrificoso pro pai que tem muitos filhos (...). Por ordem do Orixá eu não tenho o direito de mandar ninguém parar de ter filhos (...). Se a natureza de uma pessoa é ter menos filho, é porque isso depende da natureza da pessoa, uns tem a natureza de ter muitos filhos, outros tem a natureza de ter menos filhos, se a natureza da pessoa é ter menos filhos, hoje já existe a pílula ou então na hora o homem não deixa dentro e tira fora".

Para o pai de santo da Tenda de Umbanda Pai Sebastião de Aruandá e Caboclo Flexeiro: "No caso de uma pessoa que vem me consultar sobre esse assunto (número de filhos) eu chamaria a entidade para ela dizer qual o mandamento de Deus. Para os guias, eles acham que é contra a lei de Deus. E a mesma coisa quando é para tirar filho: a lei de Deus não permite, dizem os guias (...). A Umbanda é contra a pílula, essa pílula ou qualquer outro remédio para evitar sempre traz problemas para a mulher. A mulher que usa esse tipo de droga sempre traz um problema consigo. Por isso eu acho que o mais certo é menos relações, pois no caso de um servente de pedreiro, sem emprego fixo, tirando de vez em quando 400 contos mensais, paga aluguel, tira cem cruzeiros, sobra trezentos, como pode ter tantos filhos? São para fazer sofrer os inocentes?"

Para a mãe de santo da Tenda de Umbanda Pai Gloriano: "Os guias são contra usar pílula porque é contra Deus e contra a saúde da gente. Os guias em geral dizem pra deixar os filhos à vontade de Deus". A mesma opinião tem outra mãe de santo da Tenda de Umbanda Vovô Chiquinha da Guiné: "Os guias não permitem parar de ter filhos nem muito menos tirar filho. Guia nenhum não permite". (A informante é casada, tem 6 filhos, a mais nova está com 9 meses; nunca tomou remédio para parar de ter filhos. Acha que "não é coisa boa". Vai ter "a quantia que Deus pretender").

Os Pentecostais, com maior número de adeptos na cidade depois da Igreja Católica, é um dos exemplos de ruptura institucional citado por Candido Procopio: "desde sua organização até as características rituais e emotivas, a reticência face à medicina e à desvalorização da vida intelectual divergem das ideologias dominantes"(1). São, via-de-regra, desfavoráveis a qualquer tipo de planejamento familiar. "A religião é contrária ao aniquilamento da família. A Bíblia diz: crescei e multiplicai-vos. Todos os métodos de redução da família são combatidos. No meu caso, se eu tivesse só dois filhos seria uma bênção, mas é contra a Bíblia e vou ter quantos Deus mandar" (Pastor da Igreja Evangélica do Brasil, casado, 1 filho).

(1) CAMARGO, Candido Procopio F. de: Op. cit. Consultar sobre a implantação dos Pentecostais no Brasil e suas diversas ramificações: SOUZA, Beatriz Muniz de: A Experiência da Salvação: Pentecostais em São Paulo. Duas Cidades, São Paulo, 1969.

Mas mesmo nas classes mais pobres - o tipo subproletário de Aldunate (1) - onde este culto é mais difundido, suas mensagens se chocam com barreiras objetivas e com aquelas mensagens de caráter mais difuso dos agentes seculares, obrigando os mensageiros pentecostais a adotarem uma atitude condescendente face ao problema - de simples e consciente tolerância, como um pastor da Assembléia de Deus entrevistado, ou de apoio e mesmo aconselhamento de certos métodos, como o Reverendo da Igreja Cristã Evangélica:

"A pessoa que usa meios científicos para a limitação fica separada da comunhão; a pessoa fica privada de todos os direitos (...) Não procuramos averiguar, pois então as igrejas ficariam vazias. É natural que haja alguma defesa, pois muita gente não tem condições. É uma tolerância por causa da época. Mas pela doutrina bíblica não pode mesmo. Eles culpariam o pastor se ficassem com a casa cheia de filhos se o pastor pregasse mesmo a doutrina bíblica". (Pastor da Assembléia de Deus, casado, 7 filhos).

"Pílula é um crime perante a nação e perante Deus por que a ordem é crescei e multiplicai-vos. Mas não no sentido de um rapaz aí que teve 20 filhos prá depois morrer 9. A orientação que damos sobre a vida conjugal, à luz da Bíblia, é que o homem não deve tocar na mulher no período da menstruação e em período de 5 dias antes e 5 dias depois (!?). Este é o planejamento que aconselhamos aos jovens que se casam". (Reverendo da Igreja Cristã Evangélica).

Mesmo para as religiões ou seitas mais radicalmente contra qualquer tipo de planejamento familiar, como as Testemunhas de Jeová - outra religião ou seita com número crescente de adeptos na cidade - parece difícil "lutar contra a maré". É o que transparece na entrevista de uma migrante de classe baixa, que espera o terceiro filho e cuja visão do mundo é inteiramente mágica:

Pergunta: E esse da senhora, a senhora está esperando prá quando?

Resposta: Julho... não, prá dezembro. (...)

Pergunta: E quanto tempo depois que a senhora...?

Resposta: Ah, agora eu só penso se pudesse, agora eu tirava, né? Porque esse daí num pode, tá pegando muito, não pode, né?

Pergunta: E quantos filhos a senhora pretendia ter?

Resposta: Acho que é três só mesmo.

Pergunta: Por que que é bom só 3?

Resposta: Ah, porque a senhora sabe que hoje em dia nem gente rico não quer criança, né? Muito, né? Mesmo na cidade não quê. Quê um, dois, só. Eu mesmo conheço uma dona que o marido dela pode e ela é professora e tem uma casa que é uma beleza, e ela só tem uma mulherzinha só, e o marido dela não quê mais de jeito nenhum, né? Podia ter mais, pois eles ganham bem, têm dinheiro, né? Criança fica doente da trabalho, dona, precisa de dinheiro as vez não tem. Tem isso, o problema é esse daí.

Pergunta. Como é que a senhora vai fazer prá não ter mais?

Resposta: Ah, eu acho que vai ficar só nisso, né?

Pergunta: A senhora não vai tomar nenhuma medida?

Resposta: Acho que fica só nos três.

Pergunta: A senhora sabe, conhece? A senhora sabe o que precisa fazer prá evitar, não sabe?

Resposta: Tem gente que toma remédio.

Pergunta: Por que a senhora não toma?

Resposta: Não sei.

Pergunta: A igreja da senhora proíbe, fala alguma coisa sobre isso?

Resposta: Ah, mais se tomar comprimido aí é suspenso.

Pergunta: É suspenso da igreja?

Resposta: É.

Pergunta: Mais pode fazer outra coisa?

Resposta: Acho que pode, né? Mais tomar remédio...

Pergunta: O quê que pode fazer?

Resposta: Não sei, até tem um pastor que na fazenda que tava explicando mais um par de vez, até fiquei com vergonha, até. Explica, explica sério, né?

Pergunta: O que ele tava falando?

Resposta: Ah, falando... diz que tava dentro da escritura, né?

Pergunta: Mais o que?

Resposta: Ah, aí ele deu uma explicação na bíblia, né?

Pergunta: Mais como é que é?

Resposta: Acho que não sei se isso daí, do homem num dormi com a mulhê, né?

Pergunta: Para o homem não ter relação? Como é que é: para de ter relação?

Resposta: Ele tava explicando, explicando sério, né?... ele disse assim: mulher que não tem filho é uma arve seca que serve de ponte prá outra passá. Parece... e fala também, disse assim também na escritura... tudo palavra que Deus deixou escrito. Deixou escrito também que disse que a mulher, o home, ele deve de casá, prá não sujá, né?

As denominações religiosas protestantes não Petencos-tais mais que de condescendência, tem uma posição abertamente favorável ao planejamento da família, como nos indicam alguns de seus representantes que foram entrevistados:

"Há conselho para haver planejamento pelo credo so-cial. Há palestras nesse sentido. A vida da família se não tiver planejam_{en}to onde vai parar? Há uma orientação da alta direção da Igreja aconselhando o planejamento. A Igreja orienta para que sejam usados os métodos mais lícitos e repudia todos os métodos prejudiciais à saúde da mulher, como o aborto. A pílula usada em demasia pode prejudicar". (Reverendo da Igreja Meto-dista).

"A Igreja não é contra família pequena. Se houver um método em que os pais possam se ajustar sem prejuízo para a saúde física e moral da mãe, o casal deve planejar dentro das possibilidades de educá-los para a vida". (Pastor Adventista).

Na mesma linha se posicionam os Mormons: "Se o casal tem condições de ter filhos, ele não deve evitar. Somos contra quando tem condições. Os ricos devem ter muitos filhos. Se uma família tem dois filhos e não tem condições de criar e educar então não deve ter mais".

Esta idéia do adequamento do número de filhos às possibilidades dos pais para criá-los, a idéia de que entre "por filho no mundo e não poder criar, é melhor não ter" aparece na maior parte das entrevistas - tanto na dos agentes religiosos como naquelas da população - e constitui, sem dúvida, o suporte ideológico para a adoção de um comportamento reprodutivo controlista.

Outra idéia bastante generalizada em ambas as categorias de informantes, diz respeito aos tabus e temores que cercam o uso da pílula - dependendo da mulher pode fazer mal, emagrece, engorda, dá câncer, esterilidade etc. - que a transforma num problema de saúde, mediação pela qual o problema é transferido para os médicos. É digno de nota que ambas as crenças possibilitam uma grande flexibilidade de comportamento, fazendo de cada caso um caso particular.

Não obstante a lógica do raciocínio anterior - que se exprimisse uma situação de fato, implicaria na inversão da pirâmide de renda com relação ao número de filhos - a opinião dominante entre os agentes institucionais é a de que as classes com rendas mais baixas tem maior dificuldade para controlar o número de filhos: "A nossa realidade aqui na paróquia parece um exemplo bem concreto de que a explosão demográfica é muito grande. A preocupação com relação à limitação dos filhos só vem depois de já terem atingido um grande número de filhos: 7 ou 8. São os casais mais jovens têm tido essa preocupação mais constantemente. Não é revelar nenhum segredo de confissão, mas a gente sente isso em confissão: 'eu tomo pílula, eu queria tomar pílula, o que é que o senhor acha?' Os mais novos são mais conscientes dos problemas que existem na vida de um casal e eles se colocam o problema dos filhos que podem ter, e isso começa a aparecer também entre os casais de mais idade. E esses mais antigos apelam principalmente por causa da situação econômica. Quando vêem que não está dando mais para sustentar os filhos, então eles apelam. Mas mesmo assim, têm muitos filhos. É raro o caso de pessoas com 1 ou 2 filhos que já querem limitar. E nesses casos também é por causa da pobreza. Para você ter uma idéia, o número de batizados aqui na paróquia, por domingo, é de 15 a 20. Raro o domingo em que se faz menos de 15 batizados, enquanto nas paróquias do centro a média é bem baixa. A maioria aqui no bairro é mineira, e mineiro gosta muito de ter filho". (Paroco da Matriz do Alto da Ponte).

Quanto à sexualidade, a opinião dos agentes católicos é mais uma vez ambígua, variando segundo cada padre. Assim, por exemplo, o pároco do bairro de Santana, aproximadamente 60 anos de idade, encara a sexualidade como dirigida exclusivamente para a procriação e vê a pílula como uma ameaça ao casamento por interferir na sexualidade da mulher: "Não sendo para ter filhos não se deve casar. O ato sexual precisa visar, para ser total, a fecundação, precisa haver troca de hormônios. Quando o membro viril do homem é introduzido na vagina, ele espera correspondência, não apenas espelir o sêmen, mas precisa receber do útero feminino aqueles hormônios para que haja complementação masculina e feminina. E só atingirão essa complementação quando estiverem querendo um filho. Quando o casal já cumpriu a missão conjugal, o único método que eu aconselho e a Santa Igreja aprova é o Ogino Knauss. Mas só quando o casal tem problemas de saúde ou econômico muito grave. Há casais aqui na paróquia que o marido ganha um milhão e têm 4 ou 5 filhos e vivem muito bem. Todos os métodos são pecaminosos e a pílula agrava a saúde. Tem mulheres que a tomam e ficam quase loucas, nervosas.

Não permitem ao marido a paz de que eles necessitam, estão sempre atrás deles, não respeitam a vontade do esposo. E propicia que muitos lares se desfaçam porque há um grande risco de infidelidade da mulher."

Já para o padre da Matriz do Alto da Ponte: "A orientação oficial da Igreja é que a finalidade do matrimônio é o amor do casal; a procriação é uma consequência. Para haver procriação deve haver condições: econômicas, afetivas, psicológicas. Por isso eu sou contra os casamentos precoces. Casar precocemente eu insisto que não façam. É preciso uma certa harmonia entre os dois, uma certa maturidade e uma certa estabilidade econômica. Pessoalmente eu tenho encontrado alguns casos de casais que não querem ter filhos logo que se casa. E eu acho que o casal tem o direito de ter os filhos quando quiser e quantos quiser (...). Em geral o método é a relação interrompida, o que é muito ruim, dá uma instabilidade psicológica para o casal. Uma relação sexual incompleta acaba prejudicando o casal. A expressão que empregam para a relação interrompida é 'tirar fora'. Um ou outro fala 'interrompe'. Isso traz consequências funestas em termos de relacionamento familiar. Outro problema são as mulheres que não querem ter relação com o marido para não ter filho, o que gera o problema de infidelidade conjugal. Há casos de casais, poucos é claro, que passam 4 ou 5 anos sem ter relação sexual. A maioria das mulheres que se casam são frígidas. Elas falam: 'eu não servi meu marido'. Pelo jeito de falar a gente percebe que para elas o ato sexual não é uma expressão de amor pelo marido. 'Servi o marido, deixei de servir...'. Isso, aqui na paróquia, onde o pessoal é bem simples e fala sem problemas. As mulheres pobres são mais sinceras que as mulheres mais ricas que têm vergonha de dizer que são frígidas, pois para elas serem frígidas é uma vergonha. Mas também entre as mulheres ricas o problema da frigidez é muito frequente, só que elas não dizem. Os pobres encaram a vida com muita naturalidade. Nunca se queixam de ter muitos filhos. Dizem que a vida está danada, está difícil, mas não se queixam do número de filhos".

O fato é que a autonomização da sexualidade do processo reprodutivo - se cuja origem não se liga diretamente à descoberta da pílula é reforçada por ela - constitui a via simbólica, especialmente visível no caso da Igreja Católica, de abertura das religiões de origem cristã para o planejamento da família.

O filho espúrio deste parto ideológico é o "problema da frigidez" da mulher que surge na consciência social de forma problemática pelo fato de ameaçar a consistência de uma ordem simbólica "tradicional" implicando, talvez de forma mais aguda para a mulher mas sem dúvida para ambos os sexos, uma ressocialização da sexualidade que envolve toda uma reformulação das imagens tradicionais ligadas aos dois sexos e as relações entre eles. Esta tarefa tem sido cumprida principalmente por um agente ideológico cujo papel enquanto tal tende a ser crescente: o psicólogo. E, na nossa sociedade, a possibilidade dessa terapia liberatória está ainda limitada às classes de rendas altas e constitui um dos elementos que contribuem para que as mulheres de classe baixa continuem, parafraseando o pároco da Matriz do Alto da Ponte, "*Servindo seu marido*" e pondo filhos no mundo "*sem se queixar*" mesmo se "*a vida está danada*".

Um dos sintomas das modificações no comportamento reprodutivo da população de São José dos Campos, na direção apontada no início, é a penetração desse agente - através dos grupos médicos - nas camadas operárias, assunto que discutirei a seguir, quando tratar das Instituições de saúde.

A moral sexual das religiões condiciona o comportamento reprodutivo ainda sob um outro aspecto: se essa autonomização teórica (sexualidade/reprodução) garante aos agentes religiosos - e aqui que refiro especialmente aos católicos (1) - uma flexibilidade mental para atuar, sobre o comportamento reprodutivo de seus clientes dentro do casamento, garantindo como vimos opiniões bastante liberais de alguns agentes - em oposição a outros mais conservadores no que diz respeito ao mandamento bíblico do "crescei e multiplicai-vos" - essa contradição relativa ao planejamento familiar não se repete, ou aparece de forma muito suavizada, em relação à sexualidade fora do casamento. A totalidade dos agentes religiosos entrevista-

(1) Não estou pretendendo dizer com isto que tal processo teve origem no seio do catolicismo. Se ocorreu dentro de alguma religião o mais provável é que tenha sido no protestantismo. De todos os modos esta autonomização exige um estudo histórico.

dos, que se manifestaram a respeito, desaprovam relações sexuais fora do casamento e mesmo aquelas religiões no interior de cuja clientela uniões consensuais e re-casamentos são frequentes - classes de renda mais baixa, população marginal - o adultério é reprovado e duramente sancionado. Na moral sexual dessas religiões, especialmente rígida, o sexo continua sendo literalmente um tabu, como se pode observar no depoimento de um pastor da Igreja Testemunhas de Jeová: "(...). As pessoas solteiras, tanto homens como mulheres na nova congregação são virgens. A Bíblia é muito estrita quanto à castidade. Os namorados e noivos não tem direito de conversar sobre intimidades, muito menos fazer. Não há palestras para noivos. O adultério e a fornicação são muito condenados e punidos com a expulsão se não houver arrependimento genuíno, sincero, não fingido".

A eficácia desta doutrinação pode ser observada na entrevista já mencionada de uma "crente" que se recusa a falar com a entrevistadora sobre sexo e dá a entender, contando uma pequena história em que uma mulher pronuncia a palavra "fudido" considerada por ela e o marido como um "palavrão", que se trata de assunto inconveniente. Quando a entrevistadora insiste, ela responde com as palavras do pastor:

Pergunta: A senhora tem... quantas vezes por semana a senhora tem relação com o seu marido?

Resposta: Ah?! (riso) (silêncio) (riso) (tosse) (silêncio) (riso).

Pergunta: Quantas vezes? (riso)

Resposta: Uma vez só (riso)... Eu até me lembrei de um caso, né? Então o Pedro (marido) disse assim que essa casa que ele foi, muito bacana, né?... Que até é perfeito, né? Que mora na casa... a mulher dele está cheia de idade já. Nunca tiveram filho, nada. Então disse que ela falou assim: eu vou apresentar para vocês o meu caseiro. Esse meu caseiro é um caseiro 'fudido' mesmo. Ela falou assim: um caseiro 'fudido' (riso). Ele (marido) escutou, ficou com vergonha (riso). Falou pros companheiro...

Pergunta: A senhora já falou desses assuntos com ele (marido)?

Resposta: Não, nunca toquei assunto: As vezes a pessoa num quê dizê... e ele já num gosta, né?

Pergunta: Mas isso não é bobagem.

Resposta: Ele disse assim: mulher que não tem filho é uma arve seca que serve de ponte pras outra passa (*). Parece... e ele fala também,

(*) É digno de nota a associação entre mulher que não tem filho e fala palavrão.

disse assim também na escritura... tudo palavra que Deus deixou escrito. Deixou escrito também que disse que a mulher, o homem, ele deve de casa, pra não se sujar, né? Se é pra ele se sujar, antes ele se casa, mais se ele conservá solteiro e sem fazê as coisa errado, né? Mais se há de fazê as coisa errado, tanto o home como a mulhê, então antes que se case. Ele disse assim coisa engraçada, né? Até aonde é... tá escrito, né? A senhora sabe, acho que isso a senhora também não sabe, essa palavra, né? Qual é o maior pecado do mundo?

Pergunta: Qual?

Resposta: O adulterã.

Pergunta: De que?

Resposta: Do adulterã. Sabe o que é adultério?

Resposta: Sei, isso eu sei.

Resposta: É a mulhê que anda assim: tanto faz se é solteiro como casado, né? Então isso se chama adultério. Ele disse que se o marido pe-
cã... Portanto disse assim: que na lei de Moisés que mulhê que a-
chava assim, era pra ser pedrejada. Maria Madalena mesmo foi, mais Jesus não apedrejou ela não. Então esse é o maior pecado que o mundo não sabe. Também não concordo com ninguém; tem casais, tem pessoa que nota os outros... as veiz eu tenho idéia assim: a gente tá quetinho dentro de casa assim e a sua consciência tá pecando, né?

É interessante abrir um parêntesis para chamar a atenção sobre os elementos de dúvida e contradição que a entrevistada, no último parágrafo do texto acima, vai introduzindo no discurso narrado do ministro de sua Igreja, o que nos remete a um dos pressupostos apresentados no início, ou seja: que mesmos os indivíduos mais submetidos a qualquer forma de doutrinação ideológica tendente a contrariar seus interesses, encontram espaço no universo simbólico em questão para reinterpretá-lo e minimizar os seus efeitos (quando não negá-los completamente).

Uma outra inferência que podemos extrair desta e de outras entrevistas congêneres é que, se a presença desta moral sexual entre as classes baixas não é suficiente para conter os numerosos casos de "mãe solteira", "casamento na polícia", "abandonos de lar" e "uniões intermitentes" de que falam as entrevistas, ela justifica a meu ver, o depoimento do reverendo metodista (transcrito abaixo) indicando, além do mais, que em sua estratégia de reprodução esses grupos levam em conta outros interesses que

aqueles da salvação (1):

"De um modo geral o pessoal não pede esclarecimento. Há um certo tabu nesse sentido. O que tem acontecido ainda hoje é ter filhos quantos Deus dá. É Deus quem quíz. Não têm educação, não conhecem nenhum método".

De todos os modos, mesmo nas outras camadas sociais, o sexo não é assunto para ser discutido na Igreja (mas como veremos, ou na intimidade dos grupos de referência ou nos consultórios de médicos e psiquiatras).

Segundo o pároco de Monte Castelo, a Igreja não é procura da para resolver problemas de sexo, mas problemas de família: "No confessorário a tônica das mães é filho, o que fazer com o filho, como educar, como orientar. Há muita gente despreparada para ser mãe; com tantas mudanças que está havendo nesse mundo, as mães já não sabem o que fazem. Nas discussões dos grupos de jovens, em 90% delas o problema é o relacionamento familiar". Assim, "o problema da família é o que mais angustia a Igreja. O número de desquites em São José está uma barbaridade, a lei agora favorece muito o desquite. O governo deveria ser mais duro com os casais, eles se separam por motivos fúteis, fúteis."

O controle da Igreja sobre a sexualidade não é direto e sua ação se dá a posteriori muitas vezes, numa situação como a de São José, contra seus próprios valores éticos num sentido liberalizador ou ao menos de propiciar comportamentos adaptativos. Segundo o sacerdote citado atrás: "Aquí na paróquia há muitos casos de mães solteiras, que fazem o casamento às pressas ou então abortam com as curiosas. Eu sei que há, mas elas não recorrem ao padre. Tem havido muito problema de meninas desenca-

(1) Tanto aqui como nas páginas precedentes, estou falando de uma forma geral, rascunhando idéias, extraíndo palpites. Me parece evidente que um estudo desta natureza envolve, além da uma análise histórica das instituições religiosas, o conhecimento da estrutura e relação de classe vigentes em São José, um estudo das representações destas classes em suas relações dialéticas com as condições objetivas e o sistema de forças que elas tendem a perpetuar.

minhadas, muitos casamentos na polícia. Quando me procuram num caso desses, eu procuro dissuadir de se casar. Oriento no sentido de que a menina assuma o erro que teve, tenha o filho, mas não faça um casamento precoce. Nesses casos, o problema maior é a pressão dos pais. Quando ficam sabendo, fazem aquela tempestade e a moça fica apavorada: ou foge de casa ou então cai na prostituição. Aliás, seria muito interessante para a pesquisa de vocês, entrevistar essas meninas prostitutas. Os pais não aceitam em casa uma moça que engravidou e a moça então não tem saída. Essas meninas de hoje têm vida muito livre; as mais esclarecidas tomam pílula. O pessoal mais simples, coitado, engravida. E então é aquele drama. Ou os pais obrigam a casar ou então ela tem que mudar da cidade, dar o filho, cair na vida (...) Quando me pedem conselho, digo para aguentar firme, levar a surra do pai, esperar passar a tempestade que no final a família acaba aceitando e se supera o problema, pois o pessoal pobre não tem problemas de se casar com mãe solteira. O problema da mãe solteira que não encontra casamento é dessa classe média. Já os ricos têm os médicos que fazem aborto ou então têm pílulas à vontade" (pároco da Matriz do Alto da Ponte).

Em contraste com esta situação de fato, o retardamento do casamento parece ter sido a solução encontrada pela Igreja para resolver os problemas da família moderna. Ambíguas e contraditórias no que se referem às normas de conduta quanto ao controle da natalidade e, de forma mais diluída, da sexualidade, as entrevistas são bastante coerentes quanto a esse ponto. Todos os padres se declaram contra o casamento precoce, pois é "preciso uma certa harmonia entre os dois, uma certa maturidade e uma certa estabilidade econômica" (maneira indireta, mesmo que não seja esta a intenção, de reforçar a família pequena sem enfrentar o espinhoso problema dos anti-concepcionais?).

Do ponto de vista organizacional a Igreja Católica tem tentado ampliar sua influência através dos Cursilhos, do Movimento de Jovens (Shalon) e da Pastoral Familiar que inclui as Equipes de Casais e os Cursos de Noivos. Esses empreendimentos segundo alguns são ainda incipientes. Segundo outros estão em plena expansão. O padre da Matriz do Alto da Ponte, por exemplo, acha que a Pastoral Familiar em São José é insignificante. Em sua paróquia tem apenas três equipes de casais. Para os coordenadores dos Cursos de Noivos promovidos pela Paróquia de São José (centro da cidade) em 1973, somente nessa paróquia, frequentaram os cursos 700 casais e a previsão para 1974 é de 800 a 1 000 casais nesta paróquia. De todos os mo

dos, embora nem sempre sejam apresentados como obrigatórios - "não se obriga mas se insiste para que o pessoal vá" - eles constituem um pré-requisito formal para o casamento religioso e portanto, um modo da Igreja dizer a sua palavra sobre a vida futura do casal. Pelo Censo de 1970, 41 685 pessoas são casadas no civil e religioso; 3 947 sô no civil, 1 589 sô no religioso e 1 949 tem união consensual. As entrevistas corroboram estas cifras: "é dominante o casamento civil e religioso, uniões livres são raras". É interessante, pois, nos determos um pouco sobre os cursos de noivos.

Em primeiro lugar eles parecem ser uma forma de a Igreja, sem ficar de fora, deixar uma ampla margem de ação a outros agentes seculares, como os médicos e psicólogos, possibilitando-lhes reinterpretar, segundo os cânones da ciência, e dar conteúdo prático às normas extremamente abstratas com que definem sua política face à família.

Segundo os coordenadores citados, o curso de noivos da Paróquia de São José (e creio que nas demais) consta de 5 palestras. A primeira "aborda o sentido do amor no casamento; a segunda as diferenças psicológicas entre o homem e a mulher: diferenças de origem biológica, fisiológica (ex: variações psicológicas da mulher durante o ciclo menstrual) e características do homem e da mulher (uso da inteligência pelo homem e da intuição pela mulher, impulso sexual no homem mais acentuado que na mulher etc). Procura ressaltar as diferenças e a complementação do casal. A terceira palestra sobre o sacramento do matrimônio é estritamente em termos religiosos, feita durante a missa por um sacerdote. A quarta palestra procura mostrar o casal na comunidade, as novas responsabilidades, a necessidade de repensar os amigos que são mais adequados à nova situação e a importância para a comunidade de um lar bem formado. A quinta palestra é realizada por médicos e parece ser a que mais interessa aos noivos. Trata da vida sexual, da fisiologia da reprodução, de aspectos médicos e higiênicos... Ao terminar a quinta palestra, o grupo é subdividido em dois subgrupos (rapazes e moças) que se reúnem respectivamente com os 'conferencistas' e com as 'conferencistas' para conversar e discutir as dúvidas e problemas que tenham surgido. Essa reunião, em separado, dos elementos do casal tem como finalidade uma discussão mais aberta e mais franca dos problemas, principalmente daqueles ligados à vida sexual".

Ainda segundo os mesmos informantes, "não existe orientação definida ou expressa quanto ao controle da natalidade. Durante as palestras

é transmitida a responsabilidade individual para a resolução desse tipo de problema". E acrescentam logo em seguida: "procura-se também transmitir as vantagens de uma família menor, e a responsabilidade de ter um filho. Gerar uma criança acontece até por acidente, mas educar, alimentar e oferecer condições para o desenvolvimento da criança não é acidental". E essa responsabilidade, para eles, é maior para as classes mais baixas. Uma professora do curso, casada com outro professor, ambos de classe média, declara que: quando eles casaram gostariam de ter 3 filhos. Hoje o marido quer 2 e ela diz ter se acomodado. Famílias de renda superior à dela e os muitos ricos podem ter quantos filhos quizerem. Mas famílias de renda inferior à dela não deveriam ter mais de 2 filhos. O modelo de família que os professores do curso parecem ter na cabeça, além da diferença de papéis dos sexos, bem acentuada como vimos, é o da família conjugal pequena e preparada para a mobilidade: "composta pelo casal e filhos solteiros, pois o contrário não dá certo. Os pais tem um tipo de orientação, os avós tem outro e surgem os atritos. Cada um tem que ter sua casa". E "não se deve esperar nada dos filhos. Deve-se dar tudo, mas não esperar nenhuma obrigação".

Quanto aos métodos anticoncepcionais - "esse é o problema crucial do curso" - fica parcialmente resolvido pelos que o ministram ao deixar a decisão nas mãos do casal: "A Igreja não admite outro método que não seja a separação de corpos. Mas a Humanae Vitae oferece uma abertura: a paternidade responsável. Quando solicitado o médico fala dos métodos existentes, quando não perguntado não. A maioria das vezes o problema dos métodos é discutido nos grupos de rapazes e moças com os orientadores em separado".

Enfim parece que, não obstante as opiniões ambíguas e contraditórias de seus agentes sobre o controle da natalidade, a estratégia geral da Igreja Católica face ao problema - da qual as contradições e ambiguidades acima são o corolário - tende a favorecer a família pequena, embutida no seu conceito de paternidade responsável, que implicitamente também reforça o casamento retardado e abre as portas dos consultórios médicos para os cristãos dispostos a utilizar "sua própria consciência" na escolha dos anticoncepcionais. Os médicos então, dirão a última palavra.

AS INSTITUIÇÕES E AGENTES DE ATENDIMENTO DE SAÚDE

Antes de mais nada, cumpre ressaltar que do ponto-de-vista médico-sanitário São José dos Campos é uma cidade relativamente muito bem equipada. Segundo Krumholz e Pluciennik (1), possui cinco hospitais gerais, um coeficiente de 2,9 leitos por 1 000 habitantes e 1,2 médicos por 1 000 habitantes. Além do mais, coerentemente com o tipo e grau de industrialização que a cidade vem experimentando, a assistência médica é extremamente diversificada. Ademais das especialidades tradicionais, existem em São José dos Campos 6 cardiologistas, 5 neurologistas e neurocirurgiões, 3 cirurgiões plásticos, 15 psiquiatras, 10 especialistas em medicina do trabalho e, devido a presença do CTA, 3 médicos dedicados a pesquisas espaciais.

No que tange às especialidades mais diretamente ligadas à reprodução humana, conta com 24 ginecologistas e obstetras, 15 pediatras e nos hospitais gerais a oferta de leitos maternidade é superior à demanda, com um coeficiente de 17,6 por mil nascidos vivos em 1975 (2).

Mas o fenômeno mais interessante, do ponto-de-vista da pesquisa, que o desenvolvimento recente de São José propiciou foi a proliferação dos grupos médicos. Desde 1966 esses grupos começaram a se multiplicar no Brasil - onde nos últimos anos o encargo da assistência médica ambulatorial e hospitalar tem, cada vez mais, se transferido para a mão de particulares - mas em São José dos Campos o primeiro surgiu em 1971 (atualmente existem 4). Constituídos como empresas capitalistas esses grupos se encarregam de dar assistência médica integral aos funcionários de uma ou mais firmas e todas as grandes indústrias de São José têm convênios com esses grupos, quer diretamente, quer através de seguradoras.

As empresas "obtem uma grande vantagem nesse processo. Seus funcionários não perdem dias inteiros de trabalho quando se apresentam comprovadamente doentes. As firmas fazem um controle rígido sobre os médicos, insistindo para que não deem atestado justificando o dia e, se for

(1) KRUMHOLZ, Micaela e PLUCIENNIK, A.M. Aratangy: A Assistência Médico-Sanitária em São José dos Campos; Cebrap, mimeo, 1975.

(2) Idem, p. 3

realmente necessário, para dar pelo menor tempo possível. Algumas firmas ainda deixam esta parte de dispensa do trabalho por conta de um médico especializado contratado para isso". Outras "inclusive pedem para deixar a justificativa a cargo da empresa".

Por aí se depreende que os grupos médicos têm um papel importante na política de emprego das empresas e constituem, como tenta rei mostrar, uma das instâncias e talvez a maior estratégica de influência das empresas sobre o comportamento reprodutivo dos operários de São José dos Campos (1).

Neste sentido, antes de examinar a ideologia e o comportamento dos médicos sobre o assunto, é interessante detalhar o caso de um desses grupos que não somente ilustra bem o dito acima como põe em evidência o papel de um outro agente ideológico, igualmente importante, que desponta no cenário industrial de São José dos Campos: a assistente social.

Este grupo médico, que ficticiamente chamaremos de Medical, possui aproximadamente 10.000 conveniados e, de acordo com sua assistente social, 80% das pessoas que vêm ao Medical são de nível bem baixo, pois o pessoal de escritório para cima em geral tem seus médicos particulares. E é esse pessoal que a preocupa: "o problema está mais nas famílias de nível social mais baixo. São José se expandiu muito e rapidamente. A mulher foi trabalhar e os filhos não tem como ficar. O menor é abandonado. A Prefeitura toma conhecimento, tanto que existe muito guardinha (2). A família mais pobre é a que tem mais filhos e não tem condições de dar conforto material, nem condições morais; eles estão ao Deus dará". Mas ela acha que "Todos tem a preocupação de limitar a família. A mãe precisaria não ter instinto de mãe se não notasse que os filhos estão passando fome. Mas ela não sabe como limitar, tem medo dos métodos anticoncepcionais, acha que eles fazem mal à saúde e também tem problemas religiosos".

(1) A atuação das empresas sobre o comportamento reprodutivo já foi bem estudado por B. Lamounier (op. cit.) e será objeto de comentários adiante.

(2) Menores que a Prefeitura Municipal de São José dos Campos emprega para limpeza das ruas e alguns serviços de trânsito.

Para sanar essas dificuldades ela tem um projeto: "É fazer grupos com mulheres para receberem orientação familiar de um modo geral e mais especificamente orientação sobre controle de natalidade. Esse grupo seria feito com as pacientes de um ginecologista daqui que se interessou pela idéia". A idéia de formar esses grupos surgiu de duas assistentes sociais (ela e uma outra) quando um rapaz do laboratório X ofereceu ao Medical amostras de anticoncepcionais. Ele pediu em troca um relatório sobre as pessoas que usassem as pílulas. "Na minha opinião o verdadeiro objetivo deles é a propaganda". Ela pretende começar o programa em setembro e trazer pessoas especializadas para fazerem palestras. Ela e a outra assistente social seriam as coordenadoras. As palestras seriam sobre higiene, ginecologia, obstetrícia, pediatria, "enfim tudo que envolvesse família".

Mas sua política seria: "nunca impor nem determinar nenhum tipo de caminho a seguir para um paciente. Essa é a linha de atuação do serviço social. Só em casos psiquiátricos a gente deve obrigar a alguma coisa. Devemos orientar, esclarecer, mostrar que existem tais e tais caminhos, mostrar os pontos favoráveis e as limitações de todos os métodos. Quem escolhe é o paciente. É o que pretendemos fazer nos grupos que vamos formar, dando uma continuidade até o grupo poder continuar sozinho".

Vemos aí o equivalente - no nível das instituições de saúde - do conceito de paternidade responsável da Igreja, no sentido de que a escolha cabe, ao menos teoricamente ao paciente. (1) Mas, ao contrário dos agentes religiosos, as assistentes sociais - a entrevista citada é bem representativa das demais (2) - são menos ambíguas em suas opiniões quanto

-
- (1) Me parece bastante claro na entrevista acima, que não obstante desconheça que o interesse do "rapaz do laboratório" que fabrica anticoncepcionais seja publicitário (a mim me parece mesmo de teste), foi a possibilidade de conseguir pílulas gratuitamente que lhe deu - a ela e à outra assistente social - a idéia de organizar os grupos de orientação familiar; que já está decidido em sua cabeça que "todos tem a preocupação de limitar a família", mas não sabem como fazê-lo, tem medo de anticoncepcionais" e que o objetivo do grupo é mostrar que existem "tais e tais caminhos, mostrar os pontos favoráveis e as limitações dos mesmos".
- (2) A experiência de campo mostrou, além do mais, que elas constituem uma pequena "máfia", se conhecem mutuamente e mantêm permanentes contatos extra-profissionais.

ao planejamento familiar. Elas acreditam que ele possa solucionar alguns dos problemas sociais que a cidade enfrenta, entre eles o problema do menor, como veremos, também muito frisado nas entrevistas com os agentes das instituições políticas.

Por sua posição tanto ideológica quanto estratégica - em contato direto com os operários nos grupos médicos e nas próprias fábricas (1) presenciando a pressão das empresas sobre os médicos (no sentido apontado) - e especialmente interessadas em manter vivos os "problemas sociais" que lhes garantem o mercado de trabalho (2) as assistentes sociais constituem, entre todos, os agentes ideológicos examinados, aquele com maior capacidade de influenciar diretamente o comportamento reprodutivo; ao menos no que diz respeito ao tamanho da família dos operários e das demais camadas de baixa renda, empurrando para dentro dos grupos médicos e dos departamentos de pessoal das empresas o que Lamounier muito apropriadamente qualificou como um embrião de política demográfica (3).

Ainda um outro ponto referente aos grupos médicos x política de emprego das empresas me parece importante considerar. Todas as entrevistas mencionam que "as empresas fazem bastante pressão para que os médicos não dêem atestado, não justifiquem muitos dias", prática comum no INPS e, que além de cumprir não raramente a função de "equilibrador" do mercado de trabalho (mantendo "encostada" uma parte da mão-de-obra excedente nos períodos de recessão da demanda) constituía, para certas categorias de operários, uma forma de fuga ao ritmo intenso de trabalho nas empresas, responsável pelo elevado índice de acidentes de trabalho em certas indústrias. Segundo uma assistente social do Medical, "a segurança interna das fábricas é bem feita, mas mesmo assim são atendidos cerca de 25 a 30 casos de acidentes de trabalho no Medical por dia. Os casos mais graves vão para a Santa Casa, só os mais leves vêm para o Medical". Talvez a ilação não se justifi-

(1) As maiores e mais importantes empresas de São José empregam assistentes sociais.

(2) Relacionando, por exemplo, os baixos salários com problemas de família e saúde e estes com as quedas de produtividade das empresas e com os problemas de marginalização em geral; que uma vez constatados passam a ser submetidos ao seu diagnóstico.

(3) LAMOUNIER, B. - op. cit.

que mas essa associação de idéias me fez pensar nas possíveis formas de evasão às estruturas organizacionais extremamente rígidas das empresas - que o afastamento por motivos de doença constituía uma alternativa - e sobre a entrada em cena de uma nova categoria de agente ideológico: o psicólogo e o médico psiquiatra que em São José, apenas este último conta com 15 representantes só sendo numericamente superado pelos cirurgiões gerais (24), os ginecologistas/obstetras (24) e os pediatras (20). Mesmo assim, no Instituto de Psiquiatria, com 150 leitos e que mantém convênio com os grupos médicos, "o número de pacientes é sempre maior do que a oferta. O hospital está sempre cheio, e embora o hospital atenda todo tipo de patologia" (menos deficiência mental), segundo seu diretor "a maior incidência é de alcoolismo e outras toximanias, principalmente entre o pessoal segurado do INPS (classe operária). A faixa etária mais frequente de alcoolatras é de 30 a 40 anos. O alcoolismo ocorre mais entre migrantes. Eles sofrem de stress; mas ocorre também entre os moradores. É muito frequente o alcoolismo desencadear uma epilepsia potencial".

Esse informante (35, formado pela USP) acha que "o casal deve planejar a família - mas fazer um esforço para ter família numerosa. São 1 ou 2 filhos criam muitos problemas; 4 ou 5 filhos é melhor de criar. Logo não vai ter mais problema de falta de escolas ou hospitais. Se o indivíduo disciplinar suas finanças, dando prioridade à alimentação e à educação, é melhor ter mais filhos. Faço às vezes reuniões com jovens e tenho bastante aceitação. Acho bom uma família numerosa. Acho que aqui no país não se deve bloquear a natalidade e sim forçar o governo a voltar a atenção para maternidade e creches". (Ele não nos informa que tipo de aconselhamento ele costuma dar, na prática, a seus pacientes). Entretanto os outros psiquiatras entrevistados se manifestaram nitidamente "controlistas", embora procurem não interferir diretamente, como o Dr. C (28 anos, formado em Campinas, atende no Centro de Saúde e nos grupos médicos) que não orienta espontaneamente por ser psiquiatra, mas se é solicitado reforça a idéia de se controlar a natalidade e encaminha ao ginecologista. Esta é a estratégia utilizada também pelo psiquiatra idealizador do "Programa de Saúde Mental", posto em prática recentemente e que visa o paciente não previdenciário, embora "se tenha atendido pessoas com direito a INPS, mas bem pobres". "O objetivo é dar cobertura a tudo na parte clínica, sócio-econômica e psicológica, sem ar paternalista". Está, ele próprio, orientando a parte técnica junto com uma enfermeira, uma educadora sanitária e uma assistente social e nutricionista. "O programa inclui trabalho junto a juizado de

menores, junto às escolas e um programa de integração materno-infantil. O objetivo é basicamente preventivo. O programa materno-infantil visa, através da mãe e da criança, atingir a comunidade. Deve cuidar da mãe, da criança, do pré-natal e também aconselhar as mães que querem evitar filhos explicando os métodos anticoncepcionais e suas consequências".

Envolvidos com os tabus que cercam o uso da pílula - método anticoncepcional que eles consideram mais eficiente tanto do ponto-de-vista dos resultados finais quanto dos custos emocionais - assistentes sociais e psiquiatras, esses intermediários institucionais por excelência, preparam o terreno para o exercício da "paternidade responsável" mas deixam a última palavra ao ginecologista. Vejamos o que este tem a dizer.

Em primeiro lugar todos os médicos entrevistados concordam que a família em São José tende a diminuir, mas que esse fenômeno é mais acentuado nas classes médias e acima destas. Alguns não hesitam mesmo em afirmar que ele se restringe a essas camadas, enquanto a maioria acredita que a preocupação de planejar a família está se generalizando, só que a classe baixa não tem informações ou condições econômicas para se utilizar dos métodos anticoncepcionais:

A Dra. T. (ginecologista do SESI e ex-chefe da Maternidade da Santa Casa) por exemplo, acha que "São José é uma cidade com muita gente de fora, a quantidade de famílias passando fome é grande. Mesmo a gente dando orientação eles não limitam filho. O governo deveria dar mais assistência social do que médica. Eles vêm consultar e não podem comprar remédio. As pessoas que vêm do norte, principalmente, tem muitos filhos: 8, 10 até 15. O pessoal daqui mesmo vai até 6 filhos. Isso o pessoal de nível mais baixo. As clientes particulares tem de 2 a 3 filhos. Acho que a preocupação em evitar é relativa. Uns pensam em evitar, outros não. Uns têm medo de que a pílula faça mal, outros a tomam por vaidade, comodismo; varia para cada pessoa. Na classe baixa talvez só uns 20% se preocupam em evitar".

O Dr. M. (clínico e cirurgião infantil, do Sindicato dos Metalúrgicos e do INPS na Santa Casa e Hospital Pio XII, também formado há 8 anos em Ribeirão Preto) acha que "não está havendo uma preocupação geral em controlar a natalidade, só na classe média-alta para cima. O motivo é estritamente econômico. E quanto mais filhos tem a pessoa, mas se pren-

de. As pessoas querem aproveitar mais a vida, ter automóvel, casa, viajar etc. O pessoal de baixo nível não se preocupa com essas coisas pois sabem que o negócio é ficar em casa, trabalhar, comer arroz com farinha e como não têm nada para fazer, eles têm filhos. Há também a questão da seleção natural - eles tem bastante para morrer metade. Eles nem se preocupam quando morre um filho. Eles também não conseguem perceber que se eles têm menos filhos vai sobrar mais comida. ...No começo eu tentava orientar a mulher, mesmo sem ser solicitado, mas agora não mais, porque vi que não adianta. Eu dava pílula e conversava com elas, mas em 90% das vezes a resposta era: eu não evito porque meu marido não quer; ou: remédio faz mal. Agora desisti. O pessoal de baixo nível mesmo nunca veio me perguntar nada".

O mesmo médico é de opinião que: "o pessoal de baixo nível tem falta de planejamento familiar; tem 8, 10 filhos. A classe média não é assim. Mesmo os metalúrgicos que são classe média baixa e tem um nível um pouco melhor, já tem uns 3 filhos só. Na clientela particular a média é 2 filhos. Isso acontece por uma questão de educação. Não é que o pessoal mais pobre não saiba evitar, mas eles têm muitos tabus. Eles têm vontade de ter relação sexual, filhos não. Sempre tento bater papo com as mães, mas a falta de educação traz muitos problemas, eles tem muitos tabus. Dizem que Deus dá é porque era para vir mesmo. Limitar as relações sexuais eles não limitam. Tem a preocupação de ter relacionamento sexual frequente, por problema de fidelidade, tanto o homem quanto a mulher. Mas, a pílula, acham que faz mal e outros métodos o marido não quer".

Nota-se já, nos trechos destas entrevistas, a posição implicitamente controlista que a maioria dos médicos assumem, que se traduz mesmo numa certa exasperação, ao nível do discurso, com as "classes menos favorecidas": "existe muito tabu contra métodos anticoncepcionais por ignorância. Quem pode comprar cigarro e pinga, também tem dinheiro para comprar pílula. Não é problema de poder aquisitivo". Entretanto, quanto à influência exercida pelo médico sobre o planejamento familiar de seus pacientes, as opiniões divergem, dicotomizando-se entre aqueles que interferem diretamente e aqueles que "não orientam espontaneamente" como o Dr. C. (formado em Niterói e há 21 anos morando em São José, do Hospital Pio XII) que, não obstante, é a favor do controle da natalidade e acha que deveria haver um planejamento familiar oficial; ou o Dr. M. (ginecologista e obstetra da Santa Casa, de um grupo médico e do Centro de Saúde do Estado) que deixa para o casal resolver: "Se sou solicitado vou ver o método que combina com

a paciente, vai depender do estado clínico da paciente". A Dra. T. (formada há 21 anos no Rio de Janeiro) orienta "as mulheres mais quando pedem, mas quando vão fazer exame nupcial o faz espontaneamente".

Um exemplo radical de interferência direta é o Dr. CO (também formado há 20 anos no Rio de Janeiro) que declara orientar espontaneamente seus pacientes e acha que "o governo deveria tirar as operações de esterilização do capítulo do crime", pois "uma mulher com 25 anos e 4 filhos não pode ficar tomando pílula durante 20 anos. O INPS deveria fazer essas operações. A mulher que quer fazer, no momento precisa ter dinheiro para pagar médico e hospital particular. Deveria também tirar o salário família que estimula a procriação". Quanto aos outros médicos, o Dr. CO acha que "eles em geral orientam no sentido de controlar a natalidade, a não ser os católicos, os curvilhistas, que entram em grandes conflitos".

Mas o conflito dos médicos católicos parece ser muito relativo. O próprio informante acima declarou-se católico, assim como a maior parte dos outros médicos consultados e o Dr. C., já citado, "católico muito praticante", segundo ele mesmo, tem a seguinte opinião sobre os métodos anticoncepcionais: "antigamente não se tomava pílula, muitos porque era pecado. Algumas ainda hoje têm esse problema. Se a pessoa puder tomar, se não tiver contra indicações, como varizes por exemplo, eu acho que deve tomar. Acho que a mulher deve tomar, mesmo sendo católica. Deveria haver um planejamento familiar oficial. Outros métodos não se usam. O padre L. indica a tabela. Eu explico como se faz mas digo que não resolve muito. ... Sou também a favor da ligadura de trompas, não só por indicação médica mas também quando a mulher tem muitos filhos e não quer mais".

O problema dos médicos com relação à religião parece se colocar mais sobre o grau de adesão a certos métodos, entre aqueles não sancionados pela Igreja, que em relação ao planejamento familiar propriamente dito, ou seja, mais sobre a forma de controlar a natalidade que sobre o controle.

Assim, a Dra. T., já mencionada, não coloca DIU, nem faz ligadura por motivos religiosos, mas receita pílula. Outros médicos se mostram também reticentes ao emprego do DIU embora sem referência expressa à religião (por ser micro-abortivo), e como era de se esperar em se tratando de uma prática ilegal, a totalidade não pratica aborto e a maioria desconhece outros médicos que o façam. Para o Dr. J.C., "São José não foge à re

gra quanto ao número de abortos. Tem uma quantidade nem muito pequena nem muito grande. Aqui tem médico que pratica, mas é mais em São Paulo que o pessoal vai. No Centro de Saúde, de 50 a 70% das mães são solteiras. Existem também parteiras e aborteiras que praticam mas não tenho informações concretas sobre elas".

Acredito que com relação a esse tipo de controle da família, para uma boa parte dos agentes de saúde, a religião ainda funcione como um reforço à interdição legal, como ilustra a entrevista do Dr. H: "Sou contra o aborto por motivos morais. Sou contra o aborto mesmo em mulheres psicóticas. Se for praticado cria um problema sério de precedente. Eu nunca indicaria um aborto, a não ser que participasse de uma comissão médica. Aí poderia estudar o caso e só permitiria em caso de estupro de uma exceção moral em último grau. Acho que a vida deve ser respeitada em toda intensidade e deve ser intocável."

Mais forte que o conflito pessoal do médico religioso para receitar certos anticoncepcionais, parece ser o conflito de alguns médicos com a religião, na qual localizam independentemente da realidade dos fatos, o principal obstáculo à sua concepção ideológica de adequação do número de filhos à situação econômica de grande parte de sua clientela. O Dr. M., já citado, por exemplo, acha que: "a religião católica é um entrave. Os crentes, outro entrave. As Testemunhas de Jeová outro. Eles aceitam a tabela mas acho que não funciona, é superada. A Umbanda é uma bagunça generalizada, eles não se preocupam, não têm uma orientação religiosa. As religiões não influenciam o pessoal de melhor nível, mas sim o pessoal de baixo nível, que beija a mão do padre, que vai em procissão etc." Outros, já percebem a atuação das religiões de forma mais realística: "A religião infelizmente está perdendo terreno (...). Muitos pacientes se dizem católicos, mas não são. Está havendo uma sede muito grande de novos conhecimentos, novas emoções e muitas pessoas vão para o tóxico (classe média e alta). Quando o indivíduo realmente participa de uma religião, ela tem muita força (classe baixa). De um modo geral as religiões são contrárias ao aborto; quanto ao controle da natalidade não sei. A opinião do médico tem muita força. Talvez seja o especialista que mais tenha força. O que a gente fala, mesmo informalmente, é muito pensado. Acho que em saúde não se deve fazer investimento, como em fábrica. Prefiro pessoas que queiram se interessar pelas outras". (Dr. H.)

Esta entrevista tipifica o consenso das opiniões da maior parte dos médicos entrevistados, cujo resumo as palavras da Dra. E. (psicóloga, 27 anos, que trabalha em convênio com uma grande empresa) exprime muito bem: "Entre o padre e o médico, a mulher fica mais com o médico; mas entre o guia do terreiro e o médico, já não sei".

Essa frase tipifica também a distância que separa, no seio da população, a medicina oficial e a Igreja Católica por um lado e as religiões marginais e a medicina popular de outro.

A autonomização da medicina, como um corpo de crenças e práticas desligadas da religião, confere a esta última um lugar nitidamente subordinado nos assuntos da saúde, da produção e manutenção da vida. A Igreja abdica gradativamente de suas funções terapêuticas e procura ajustar sua doutrina aos cânones da ciência. Tal ajustamento permite a aliança Medicina Científica x Igreja Católica, para a manutenção de uma influência monopolística: "As pacientes que atendo seguem mais o médico que o padre. Se não fosse assim nem procurariam o médico. E acho que o próprio padre não vai contrariar o médico. As vezes a gente até orienta os pacientes no sentido de procurar uma religião. Muita gente tem neurose de doença e precisa de uma religião". (Dr. I., clínico e cirurgião de um grupo médico). "As irmãs não aceitam a ligadura em hipótese alguma. Tenho feito algumas ligaduras aqui no hospital e ultimamente elas têm fechado os olhos. Mas, abertamente elas não aceitam. Elas não aceitam nenhum método anticoncepcional. Mas no ambulatório do hospital nós receitamos pílulas e elas não se intrometem" (Dr. C., já citado).

São ambas nitidamente instituições "oficiais", ligadas ao universo simbólico das classes de alta renda e como tal desde sua organização, sua linguagem e características rituais e emotivas afastadas da cultura das classes populares. Daí o "autoritarismo" dos médicos "eles não orientam no sentido da educação, eles obrigam, dão ordem para tomar" (psicóloga de uma firma) e sua "irritação" com a "ignorância" das classes baixas e com as religiões mais próximas de sua visão do mundo.

Tal distância faz intervir um novo agente na cadeia de mediadores entre uma parte da população e o médico: o farmacêutico. "Tem farmacêutico onde até se faz fila para consultar. As pessoas deixam de ir ao médico para consultá-lo. O J. veio da zona rural para Santana. Quase ne

nhum médico fica em Santana por causa dele. Teve um médico que ficou e me contou que às vezes chega um paciente que diz que veio consultar porque tinha muita fila no J. Eu particularmente nunca peguei um caso errado dele. Ele conhece os remédios. Uma vez fecharam a farmácia dele mas depois abriram novamente. Mas todos os farmacêuticos dão consultinhas. Tem alguns que até encaminham para hospital" (Dr. C.). "Toda a farmácia dá suas consultas, mas em Santana, o J. tem mais clientes que muitos médicos. Tem também curandeiros e benzedadeiras mas não sei onde" (Dra. T.).

O trecho de entrevista abaixo, de uma ex-operária, ex-empregada doméstica e esposa de um operário de 38 anos fornece indicações de como a população de classe baixa olha o médico com desconfiança, como alguém que pode utilizar a medicina para defender seus próprios interesses pecuniários:

Pergunta: Mas a senhora foi no médico?

Resposta: Bom tá certo, né? Mas é que o negócio é o seguinte: eu tive normal. E agora tenho medo de fazer cesariana, isso eu tenho medo.

Pergunta: Por que?

Resposta: Não sei; eu tenho medo só de falar. Eu tenho uma cunhada que já teve, tem três filhos, o último dela ela teve que fazer cesariana. (...) E ela falou pra mim: "é ruim, que fica com dor, que não sei o que, e o médico não espera a gente ficar sofrendo e tal não sei o quê e sabe que como é que é eles tem que fazer isso daí pra ganhar mais, porque a cesariana dá mais nota pra eles, né?" Então eu falei pra ela: aí, meu Deus, eu tenho tanto medo, já pensei eu agora desse estado aí, tanto tempo e agora aparecer esse negócio aí, a senhora já pensou? Já pensou se precisa fazer a mesma coisa para mim, eu acho que eu até morro de medo, na hora (riso)" (1).

Interesseiro no caso acima, o médico se transforma para essa mesma informante em autoridade no caso abaixo, num exemplo bastante sugestivo de como os indivíduos das classes "populares" reinterpretem e manipulam a medicina oficial no seu próprio interesse: (...) depois teve um

(1) Seria interessante saber em que medida o temor dessa informante com relação à cesariana não está associado ao conhecimento difuso de que a cesariana muitas vezes é utilizada ou aproveitada para uma cirurgia de amarração das trompas. (A concepção de filhos e comportamento reprodutivo dessa informante, que não temos tempo de desenvolver aqui, reforça bastante essa interpretação).

tempo que eu saí (do antigo emprego) e entrei no Sanatório Maria Imaculada; e eu lavava roupa de irmã de... ajudava lavar roupa de irmãs e das empregadas, lá; (...) Depois um dia quiseram mudar eu para lavar roupa de doente tuberculoso, sabe? E uma mulher lá, que era uma mulher de idade, que lavava a roupa de tudo... lavava e passava, ela que cuidava das roupas dos doentes inclusive tinha uns tanques separados e a máquina de torcer, secar roupa, era separado, né? Mas um dia essa mulher ficou doente, diz que de tanto cair água de sabão de roupa doente nela. Ela ficou doente, sabe? E ela foi no médico e disse que o médico falou que ela, deu tuberculose no pê dela por causa do sabão, dessas coisas toda, e ela queria passar para cima, sabe? E ela foi e me avisou. E a irmã aí - que lá é a irmã a autoridade - e elas ia por eu prá trabalhar no lugar da mulher e eu tinha essa menina minha pequena. E eu falei: eu não vou entrar lá, não; não vou porque essa mulher de idade não tem filho pequeno, já ficou assim, e eu com menina, com criança pequena que dorme comigo! (...) Eu falei: vai pegar a doença em mim e eu tenho criança, né? Eu falei: quer saber de uma coisa, eu não vou mais trabalhar, peguei e saí."

Dentre os representantes das instituições de saúde oficiais, o farmacêutico é o que está mais próximo das classes baixas e num duplo sentido: sua farmácia e ele próprio estão ali mesmo no bairro onde ele geralmente habita, acessíveis e visíveis, sem fila, sem sala de espera, sem consultórios fechados e instrumentos estranhos, numa comunicação que se efetiva dentro de uma mesma linguagem e portanto mais passível de confiabilidade:

Pergunta: "A senhora foi ao médico quando começou a tomar a primeira vez?

Resposta: Não, tomei direto (pílula).

Pergunta: Na farmácia?

Resposta: Ah, eu tenho um farmacêutico que é de confiança, que quando eu preciso de alguma coisa eu vou lá, né? Tempos atrás, quando eu andei tomando comprimido, tomava comprimido quando ia consultar, falar com ele.

(mesma informante citada acima).

O fato das farmácias de São José venderem "pílula como Melhoral" - comprovado pela equipe de pesquisa - é um componente do processo relativamente rápido de redução no tamanho da família em curso na cidade. Mas tal fato não é generalizado. Isto não acontece, por exemplo, na farmácia de um dos farmacêuticos mais famosos de São José - o já citado J. - com uma numerosa clientela, a maioria de classe baixa, a que fazem refe-

rência quase todos os agentes de saúde entrevistados e sobre o qual uma vizinha forneceu as informações que se seguem: "O sr. J. veio de Monteiro Lobato, aonde havia trabalhado numa farmácia e lá aprendeu tudo que ele sabe. O farmacêutico, no começo, foi até porteiro. É procurado por gente de todas as redondezas, lugarejos e outras cidades, até gente de Minas. Já respondeu processo por suas atividades charlatãs. É dono de duas farmácias e está acabando de construir a terceira, muito grande, maior que as outras. Atende gente de todas as idades, principalmente crianças. Não cobra a consulta; em compensação dá receitas enormes de remédios. Ele próprio encaminha a receita para o rapaz do balcão. O doente é forçado a comprar os remédios na sua farmácia. Ele não tempera os remédios; são todos fornecidos pelos laboratórios farmacêuticos oficiais. Não dá cura para doenças muito graves, nem esterilidade; pelo contrário, ele dá remédio para fazer descer, quando as mulheres procuram. Bronquite ele não cura (não curou o filho da entrevistada). Cura muitas doenças da pele, dor de cabeça, estômago etc." Observação: uma moça da fila com fortes dores de cabeça, havia ido na véspera ao médico e como a dor não passou então foi ao farmacêutico.

O próprio J. concedeu a seguinte entrevista reproduzida na íntegra, pois, a meu ver, ilustra muito bem o que venho dizendo: "Eu atendo principalmente as pessoas mais humildes. As doenças do meu atendimento são muita verminose, sistema nervoso, fatores infecciosos; e nas mulheres muitos problemas ginecológicos. Todas essas doenças são devido à pouca assistência dos médicos, acanhamentos ou devido ao enfraquecimento pela má alimentação ou falta de medicamentos necessários e falta do poder aquisitivo. As mães não procuram dar uma vitamina para o filho ou um vermífugo. Quando são doenças da época - desidratação, meningite - eu encaminho para o hospital. Atendo de 100 a 150 pessoas por dia, é o que me faz ficar ao par das mais variadas. Aqui faço até psicologia; as pessoas com problema de sistema nervoso, vêm aqui, eu converso, atendo bem, coisa que os médicos não fazem. Tenho clientes de toda a redondeza: todo litoral nordeste, desde São José, do Vale, sul de Minas (Paraisópolis, Brasópolis, Sapunguiha); geralmente a grande parte trabalha na indústria, e não procura INPS porque eles reclamam do atendimento, sem muita atenção, sem aquele amor mais humano, saber orientar. Porque muitas vezes a cura não está só no medicamento, ele atenua mas não cura ou aumenta a vida; ele contribui para a melhoria do sofrimento. A cura vem de cima, de um ser superior que determina todas as coisas.

"O número médio de filhos das pessoas do campo é mais ou menos 6; tem gente com 15, 16 e outras com 2, 4. De 20 anos para cá, a verdade é que o pessoal tá segurando um pouco. As pessoas de 35 anos tem mais filho, os de 20 anos tem menos devido às dificuldades econômicas; também a parte educacional influi muito. Estão com a mentalidade diferente. A cultura é o fator preponderante na elevação do poder aquisitivo. Estão pensando mais, não é o medo de ter o filho, mas é o medo de não poder dar conforto. De certa maneira, acho que as pessoas que não evitam o número, gozam mais saúde. Os que vêm aqui eu aconselho lavagem, calendário, não são todos que toleram a pílula, acham que faz mal. Nessa parte eles não pensam no poder religioso. Eles pensam mais no fator da criança pedir e não ter; pensam na casa apertada, sem lugar para todos. Eu não conheço ninguém que faça aborto. Eu esclareço as desvantagens do aborto, principalmente quando é solteira. Não aconselho a pílula; eu não uso, eu não indico; acho que diminui a responsabilidade da mulher, acho que a mulher tomando pílula, fica com mais medo de engravidar do que perder a virgindade. É uma razão de que ela pode se perder mais facilmente. Com as casadas é desvantajoso, não sabe as consequências e comercialmente é desvantajoso, porque é as crianças que dão mais movimento em farmácia. Se a gente tira a possibilidade, vai diminuir o campo. A maioria do atendimento é com crianças e depois dos 40 anos. Indico para elas o calendário e a lavagem porque quando existe boa vontade é fácil, e também a mulher fica mais higiênica e é mais agradável para a própria mulher. Para os homens indico a camisinha, em alguns casos não porque tira a sexualidade da mulher.

"Aqui a maioria das mulheres são frígidas e são estas que têm mais filhos, porque elas não ligam, não se interessam muito pela coisa, ela aceita somente por aceitação, a outra já não. Dá também muito casal separado. Uns dizem que é por problema de gênio, outros por causa de sexo o homem neste ponto não presta, ele adultera e a mulher não aceita, aí ela parte para a separação".

Assim a pílula não atinge a população de maneira diferenciada. Se bem que a maioria dos informantes estime que "a pílula é o mais usado em todas as camadas da população", o uso de anticoncepcionais é estratificado por classes e aparece como tal no discurso dos médicos e demais agentes de atendimento de saúde: "A pílula é usada nas várias classes sociais. O DIU na classe mais elevada. Em São Paulo se coloca de graça mas aqui se cobra para colocar e se cobra bem. Quanto à tabela é muito di-

fácil para explicar, se perde muito tempo explicando e eles não entendem. Mas a lavagem e a camisinha se usa bastante. Também o coito interrompido. Esses métodos são usados na classe baixa". (Dra. T.).

As classes altas usam os métodos mais eficientes (pílula, DIU, diafragma, vasectomia, amarração de trompas) e aqueles mais cercados de tabus e repudiados pelas religiões como antinaturais: "O mais usado, de um modo geral, é a pílula; mas ela é tabu para muita gente e muitos acham que faz mal. Camisa de Venus se usa muito pouco. O coito interrompido eles não aceitam pelo próprio instinto animalesco, eles não querem nem saber. DIU só é usado no nível médio para cima, o pessoal de baixo nível acha que dá câncer, que a mulher fica inválida para o resto da vida; o pessoal mais diferenciado usa. A ligadura, tanto do homem como da mulher, também são usados sempre pelo pessoal mais diferenciado. Diafragma acho que não se usa. As lavagens que seriam mais usadas pela classe mais pobre, pela própria condições de higiene, a mulher nem tenta se lavar". (Dr. M.).

A força destes tabus, entretanto, tende a diminuir face à pressão das condições objetivas e a difusão de ideologias racionalizadoras e ambos são - tabus e ideologias - em todos os casos, manipulados e adequados pelos indivíduos das classes populares às suas próprias conveniências. Assim, a informante já citada tomou pílula quando lhe interessou evitar filhos e descobriu que ela dava câncer quando lhe interessou ter um filho com o novo marido:

Pergunta: Mas, o filho que a senhora teve com ele, a senhora quis?

Resposta: Olha, eu vou falar a verdade para a senhora: no começo eu queria, depois não sei, eu acho que nós perdemos aí no começo um negócio, sabe, porque... Falar a verdade para a senhora, eu tomava comprimido, eu controlava, sabe? (...) Tomei muito tempo, sabe, controlei, mas depois tem uma vizinha minha que morreu disso, deu aquele câncer, não sei o quê, no ovário da moça.

Pergunta: Por causa do comprimido?

Resposta: Disse que é o caso de comprimido, sabe, deu isso daí nela, ela foi pro médico e o médico disse que constou que era isso, então falou pra ela e pro marido dela que falasse pras amigas dela que não deixasse mais ninguém tomar comprimido, porque avisasse, porque isso daí estava dando muita doença e ela ficou, coitada, no fim ela morreu mesmo, sabe, que não teve cura mesmo (...) e aí com esse tempo tudo eu parei de tomar comprimido, mais de um ano, parei de tomar comprimido, agora eu peguei e agora eu não sei...

Pergunta: E como é que a senhora está evitando agora? Ele ou a senhora?

Resposta: Não, eu não tava evitando, evitava assim tomando comprimido, entende? Mas é que depois eu achei... faz mais de um ano que eu parei de tomar comprimido.

Pergunta: Mas quando a senhora parou, a senhora não tomou nenhum outro?

Resposta: Não, porque eu não evitava porque todo esse tempo que eu tava parando de tomar comprimido eu não evitava, entende? Parei e não evitava de jeito nenhum, então achei que eu não ia ter mais, entende? porque a gente nota qualquer coisa diferente, então a gente acha que a gente não vai ter mais, então eu fui e falei pra ele (marido) e ele falou assim: "olha, acho que você não tem mais, acho que o que você tinha que ter, já teve, acabou". Aí eu falei: mais será possível? Ele falou assim: "ah, você vai ver só". Aí eu falei: eu tô com medo. Ele falou assim: "ah, não tem perigo, não!" Agora sem esperar aconteceu, viu. Já estou com 4 meses (1).

Pergunta: O marido da senhora não está satisfeito?

Resposta: Ele está contente. No começo também ele achou... ficou bravo, sabe? "Não tem jeito, você falou que não tinha mais e agora pegou. Agora vai ficar esse tropicinho para encher a paciência". Eu falei: que nada, agora ele tá aí, tem que deixar, né? Vai fazer o quê? Deixa ele que saia agora, né?

Pergunta: A senhora em nenhum momento pensou em tirar?

Resposta: Não, eu deixei porque...

Pergunta: Ele também...?

Resposta: Ele também achou que não adiantava. Agora disseram para mim que é bom também, porque se o homem gosta da gente, ele é melhor ainda. Eu falei: Bom, por esse motivo eu não tenho coisa com ele não, porque eu sei que ele me quer bem, porque ele notou em mim que não sou uma mulher qualquer... não sou a que casou com ele e não soube levar ele, né? Sujou a barra pra ele. Agora eu, conforme eu vivo, não tenho intenção pra fazer isso pra ele, né?

A mesma informante, que utiliza o médico para justificar parar de tomar pílula, cercando-a de tabus, e que vê o filho de uma forma tradicional, isto é, como uma forma de legitimar sua união com o novo marido (ambos são desquitados) afirma mais adiante:

Pergunta: A senhora acha que a mulher hoje em dia deve limitar o tamanho da família ou deve ter filho a rodó?

Resposta: Não, acho que - não sei - a pessoa deve controlar um pouco, a gente deve... não digo que a gente vá encher a casa de filho, tá certo que dizem que Deus dá, Deus ajuda a criar, conforme o frio, o berto, né? Vamos supor, o homem ganha pouco, por exemplo, vamos falar: mínimo, paga um aluguel de casa que é um absurdo aqui em São José; e quem tem uma casa própria já tem as despesas porque tem imposto, tem uma coisa, tem outra; mas pelo menos salva mais um pouquinho. A pessoa que tem salário mínimo, encher a casa de filho é passar fome, porque a pessoa que tem um bom salário, tendo pouco filho, se não souber viver, não dá, a senhora já pensou tendo bastante filho?

Pergunta: Como a senhora acha que é o tamanho ideal de família?

(1) É digno de nota a cumplicidade do marido e mais adiante sua ambiguidade face a compatibilização de duas demandas: "não ter mais filhos" (atual, legítima), "ter mais filhos" (tradicional, ilegítima).

Resposta: Eu acho que a pessoa que tem, por exemplo, - é que a gente não vai poder controlar o mundo, nem o povo, certo? É, mais eu acho que quando uma pessoa tá com pouco salário, por exemplo, deve pensar: "não, eu vou controlar a situação para não aumentar muito". Porque sabe como é, o negócio aumentou muito, pesa a barra, né? O salário não dá pra viver, tá tudo essas coisas, onde é que cresce, muitas vezes, pessoa desnutrida, como diz, fraco, né? Doente, porque dinheiro não dá para alimentar direito, sai essas crianças por aí, pedindo esmolas; às vezes deixa de esmolas dá até roubo, donde tem, como se diz, marginais: as pessoas que roubam e que matam por aí, né? Se dá muitas vezes desse caso. Caso de esse negócio de aumentar muito filho, essas coisas; eu acho que deve ser disso, né? É minha opinião sobre a situação (...). Eu falei: bom, acho que evitando, tomando comprimido é mais certo porque para evitar não tomando comprimido arrisca pegar também, qualquer hora, né? Porque quando a pessoa não é regulada, por exemplo, não tem a menstruação na época certa, um mês ele falha; um mês ele tem que levar chumbo, né? Tem também, às vezes, a pessoa que não controla assim, tomando comprimido; por exemplo, a gente... as pessoas que tá tomando comprimidos, tá arriscando muita doença ruim. Mais eu acho que livre de doença ruim ninguém está, acho que nem sem comprimido, com comprimido, de todo jeito tá arriscando, né? Mas eu acho que o único meio de evitar mesmo é tomando comprimido, apesar de que tem uns no meio que atrapalha, né? Não sei se é falso, sei lá.

Vemos aí, juntamente com dúvidas e racionalizações de tipo fatalista sobre o uso da pílula, a mesma ilação entre marginalidade e não adequação do número de filhos, presente no discurso das assistentes sociais e, como veremos, também no dos juizes, delegados e outros representantes das instituições políticas. Esta entrevista nos fornece também, e desde logo, indicações sobre um aspecto do comportamento reprodutivo da população de São José, (ligado ao problema da sexualidade já referido), que desenvolverei no item sobre a família: a "modernização" de atitudes nessa área avança mais rapidamente em relação ao tamanho da família, principalmente número de filhos que em relação a outros domínios que envolvem mais de perto as concepções tradicionais dos papéis sociais dos dois sexos.

Finalmente, quanto à sexualidade, os médicos tendem a confirmar o que foi dito pelos agentes religiosos, isto é, que de um modo geral, "a juventude é bem livre" (Dra. E.); "a maioria das moças que vem à consulta não são virgens; de 10 moças que vêm à consulta 9 são defloradas e uma virgem" (Dra. T.); que "o número de mulheres que não sentem prazer sexual é alarmante" (Dr. C.); e que "as mulheres abrem-se muito falando de problemas familiares; de 90 a 99% tem problema de frigidez" (Dra. T.).

INSTITUIÇÕES E AGENTES EDUCACIONAIS

São José dos Campos é uma cidade de jovens. Mais da metade da população (58,7%) tem menos de 25 anos e aproximadamente um terço (34,9%) está em idade escolar, ou seja, possui entre 5 e 19 anos.

Coerentemente com o desenvolvimento que experimentou nos últimos anos o nível educacional da cidade pode ser considerado relativamente alto. Entre 1950 e 1970 a taxa de analfabetismo na cidade se reduziu a 20,7%. Em termos de Brasil essa taxa pode ser considerada como bastante satisfatória, pois ela é inferior a da região sul que em 1970 era de 21,6%. O mesmo ocorre com a taxa de matrículas. Entre 1950 a 1960 o número de alunos matriculados no curso primário praticamente triplicou e dobrou entre 1960 e 1970. Neste último ano, 84,8% da população de 7 a 12 anos encontrava-se matriculada em cursos primários. Por outro lado, 74,5% da população de 10 anos e mais cursou o elementar, 18,8% dessa mesma população cursou o médio 1º ciclo, 10,1% o médio 2º ciclo e 3,6% o curso superior, em 1970.

Observando as entrevistas realizadas com os diretores e orientadores educacionais das diversas escolas, muito pouco se pode concluir a respeito das possíveis influências que os professores exercem ou venham a exercer sobre o comportamento reprodutivo de seus alunos. Entretanto, chama a atenção a diversidade dos problemas levantados indicando que estes, longe de serem uniformes como os currículos oficiais que a maioria das escolas são obrigadas a seguir, variam com o tipo de clientela de cada estabelecimento educacional.

Assim, por exemplo, no Instituto de Educação João Cursino, escola pública situada no Jardim Maringá, onde seus 2 500 alunos são na maior parte filhos de profissionais liberais, comerciantes e operários especializados, a natureza da maioria dos problemas trazidos pelos alunos à orientadora educacional são problemas de aprendizagem decorrentes do desajustamento familiar por conflito de gerações: "as famílias andam desorientadas em relação à educação dos filhos; por exemplo: quanto ao conceito de liberdade, pais tem um e filhos outros". Também existem problemas de "separação dos pais; comportamento dos pais na frente dos filhos, de onde estes depreendem o grande desamor entre os pais... A grande maioria não tem vontade de estudar, são inseguros, não sabem o que querem, nem gostam do colégio,

são irresponsáveis, não gostam dos professores e diretores, não tem mais aquela ligação afetiva com os colegas, não tem princípios básicos de educação: batem as portas, não dão bom dia; enfim, todos têm uma grande necessidade de amor." Além do mais, "o aluno vem de casa já com a idéia de que a escola é um acessório na vida deles, não dão a importância que ela tem." Não obstante: "a maioria só pensa na faculdade, não interessa qual, contanto que tenham um título de curso superior. Principalmente no ginásio muitos alunos são casados, logo tem filhos e os casamentos são desastrosos. A escola não dá orientação sexual a seus alunos: não especificamente; na sala de aula algum professor pode dar esclarecimentos, se quiser, quando solicitado e aqui são poucos os alunos que me procuram para essa orientação".

Já no Colégio Olavo Bilac/Ayres de Moura, escola particular no centro da cidade e frequentada por alunos de classe média para cima, na maioria filhos de profissionais liberais, segundo sua orientadora educacional, "o único problema, que é decorrência da posição social das famílias, seria a proteção exagerada dada aos filhos. As mães não trabalham e com isto a dependência dos filhos é mais acentuada. Nas famílias de nossos alunos os pais são muito esclarecidos, há muito diálogo entre eles, os pais estimulam os filhos; tanto é que eles são muito estudiosos; a média do gráfico de aproveitamento é altíssima. A maioria pretende casar depois do curso superior. As turmas de terceiro colegial todas seguem faculdade; de 40 alunos entram 38, e nas melhores: Poli, ITA. (...) Dentro da necessidade, o professor de ciências e o de educação moral, ou a orientadora, dão esclarecimentos sexuais".

No Instituto de Educação Marechal Rondon, situado no bairro de Monte Castelo, onde, entre seus 1.800 alunos, 96% são filhos de pedreiros e operários da indústria, os principais problemas que aparecem "são econômicos, muitos pais estão encostados no INPS, recebem pouco, as mães na maioria trabalham fora como domésticas e na indústria; a alimentação é péssima; os filhos ficam soltos na rua, vêm pra escola sem material, sujos etc. São no primeiro ano que os alunos são bem estimulados; do segundo ao quarto o acompanhamento é precário."

Na mesma direção vão os problemas dos alunos do curso Colegial do Colégio Estadual Luiza G. Medeiros do bairro de Santana, que atende filhos de operários sem especialização: "os alunos trabalham prin-

principalmente em indústria e as moças muitas são domésticas. A evasão escolar é muito grande principalmente no noturno, os alunos não aguentam o puxado do trabalho e estudar. Todos costumam casar cedo porque aumenta a renda familiar. Não é ministrada aula de educação sexual, há aula de higiene dada pela professora de moral e cívica. Aqui no bairro não dá para se falar abertamente sobre sexo. Especificamente sobre sexo chamam médicos para fazer conferências, só para a turma do colégio".

Já na ETEPE no bairro Esplanda, que ministra cursos de segundo grau técnico (mecânica, eletrônica) gratuito e superior (engenharia) pago, os problemas são de outra ordem: "os alunos de fora moram todos em pensões ou repúblicas. Nos primeiros semestres a má adaptação causa reprovação da ordem de mais ou menos 20% (aqui há regime de dependência). Todos os alunos têm problemas de adaptação à cidade e habitação, são todos adolescentes e sentem muito a falta do calor familiar. Antes a escola tinha alojamento para mais ou menos 300 alunos; agora não existe mais porque a escola precisou de mais terreno para suas ampliações. A procura pela escola é muito grande. Há, nos meses de janeiro e junho, um exame de classificação; no último concorreram 1 300 candidatos para 240 vagas. Com as novas ampliações estão previstas vagas para mais ou menos 400 alunos. Entre os alunos há um bom entrosamento, o sentimento de grupo é muito bom, eles têm muito orgulho da escola. Todos têm muita motivação para estudar, tanto é que a biblioteca está sempre abarrotada. A maioria dos alunos que termina o 2º grau continua o superior. Todos os formados já têm emprego garantido. A procura é maior que a oferta de técnicos. Firms de São José e de outras cidades vêm nos procurar solicitando técnicos nossos. Os problemas que eles trazem são os comuns da adolescência, adaptação e falta da família. Não temos orientação específica de educação sexual, temos certa restrição em abordar o problema cruamente, podemos entrar em choque com as famílias. Trazemos médicos para palestras sobre doenças venéreas (só para rapazes). No programa de saúde é abordado o sexo; às conferências do Dr. H. (psiquiatra do Hospital Psiquiátrico) assistem moças e rapazes".

No quadro apresentado pelos agentes educacionais figuram pois, problemas de desajustes em geral, nas classes média para baixo, principalmente por motivos de ordem econômica. Embora se possa depreender nessas entrevistas vários elementos da situação econômica - principalmente

conflitos de valores -- de que fala Lampunier (1), os problemas advindos da falta de controle sobre o sexo -- elevado número de mães solteiras, por exemplo -- e outros como o uso de tóxicos em grande escala entre a juventude, ressaltados nas entrevistas com agentes de outras instituições, adquirem uma coloração pálida na narrativa dos orientadores educacionais e diretores de escolas. Talvez a maneira do padre B. da Matriz do Alto da Ponte. (para quem entre os jovens "o problema sexo existe mas em geral o maior problema é o das relações ambientais dentro da família") o conflito de gerações constitui de fato o principal problema na consciência dos agentes educacionais. Está claro que esse conflito envolve diferentes visões do mundo e modelos de famílias, mas esses aspectos não puderam ser extraídos das entrevistas. Nota-se que a maioria dos estabelecimentos de ensino não ministram cursos de educação sexual que, aliás, não constam dos currículos oficiais e não são ressentidos por nenhum dos entrevistados; ao contrário, são julgados inconvenientes por alguns orientadores que veem o sexo ainda como um tabu: "as pessoas devem ter oportunidade de descobrir as coisas; as coisas da vida devem estar envoltas com um certo mistério. A escola não deve chocar o aluno, deve esperar ser solicitada; ou quando surge o problema vai ao aluno com cautela".

Mesmo aqueles que encaram o sexo com maior liberalidade, como o diretor do Instituto de Educação Sinésio Martins, colégio particular do centro, a educação sexual é vista como "perigosa": "a escola não dá orientação sexual. O professor de ciências físicas e biológicas, dentro da ciência quando solicitado fornece esclarecimentos. A educação sexual é muito perigosa se não é ministrada por pessoas de muita responsabilidade. Por outro lado, poucos alunos encarariam as aulas de maneira natural, tal qual os estamos educando, mas os induzindo para o ato. Eles confundem educação sexual com ato carnal. Acho que essa orientação deve ser dada pelos pais, ajudando com isso a formação do caráter dos alunos, entender também o que é amor. Aonde há amor, há fidelidade e o casamento se perpetua. Os pais têm que acompanhar a evolução para que haja diálogo e discussão dos problemas com os filhos".

(1) Op. cit.

Aqueles estabelecimentos que dão algum tipo de orientação sexual deixam o assunto a cargo de outros agentes - o padre, o psicólogo, o médico, - refazendo a teia de relações já conhecida e analisada.

Nesse sentido, é interessante reproduzir aqui a entrevista com o pároco de São Dimas, que dirige o movimento de jovens Shalom citado em várias entrevistas com a população:

"Os meus jovens, é a juventude que se dedica à fé cristã, que fazem o shalom; estes têm responsabilidade maior e por estes eu posso falar alguma coisa; quanto ao resto da juventude não me pergunte nada porque não tenho contato. Os meus aceitam a orientação que a igreja dá, em bora no início, necessitem de grande força de vontade e tenham dificuldades em aceitar sem muita revolta. Eles entendem o problema da paternidade responsável que é não a limitação dos filhos a vontade. É uma limitação que deve estar na consciência de cada um, de cada casal, porque não há uma lei que marque quantos filhos deve ter. O estado psíquico do casal e de acordo com o médico, mostram o caminho que o casal deve seguir. O número de filhos depende do egoísmo do casal. Quando o jovem casa só para o prazer sexual, deixa de ter responsabilidade cristã porque não arca com a responsabilidade dos filhos. Quanto aos métodos, a juventude de Shalom segue o que o papa diz: 'tudo o que é artificial é degradante para a mulher é condenável'."

"Dos meus jovens, somente 4 casaram até agora. Acredito que eles seguem a mentalidade dos pais, que é a de ter número pequeno de filhos; é o que eu tenho observado nesta paróquia, que vem gente de bairros mais abastados de São José e também jovens de outras paróquias mais pobres. Foi aqui que se formou o primeiro grupo de jovens. Atualmente todas as paróquias têm grupos de jovens, mas o lugar de encontro, depois do retiro em Taubaté, é sempre aqui."

"As atividades do grupo são as reuniões bíblicas que meditam o evangelho e procuram tirar lições para a vida. Fazem muito apostulado, partem para os pobres, crianças pobres e adultos. Levam a palavra de Deus e ajuda material. Visitam favelas, fazem o natal dos pobres, visitam asilos, fazem festinhas e shows para os velhos."

"Fazem uma missa dominical com grande entusiasmo, can- tam, tocam violão, guitarra. E eu os aconselho que a missão deles é levar o Cristo ao povo e tomar cuidado para não fazerem apenas uma demonstração de aptidões, e fazerem com espírito de fé."

"A maioria dos jovens são estudantes de ginásio e co- legial, universitários tem pouco."

"Nos dias de formação eles discutem assuntos gerais da vida dos jovens, inclusive sobre a vocação sacerdotal. Sobre orientação sexual eles utilizam apenas o sacramento da confissão, que é o meio deles desabafarem sem problemas e receberem orientação no próprio sacramento. É uma orientação baseada não na cientificação, mas na fé cristã. Essa orienta- ção deve ser muito cuidada, porque a Igreja não aprova esse tipo de orienta- ção, principalmente quando o grupo é misto. Então é na confissão que essa orientação é dada".

"No Shalon (3 dias por mês para os iniciantes, em Tau- batê), tratam esse assunto separadamente, homens e mulheres."

"O tamanho ideal de família, para eles, depende da si- tuação do casal, do ambiente de cada cidade; seria 5 filhos para classe mē- dia e 8 filhos da média para cima. Mas como hoje em dia não há condições para famílias desse tamanho, o que acontece é que a classe média foi para 4 filhos e a alta para 5 filhos. O que encontramos é uma inversão, os ri- cos têm menos e os pobres mais. É uma injustiça, um egoísmo dos mais ricos em não quererem compromisso com o trabalho que as crianças dão, são muito comodistas. Graças a Deus que ainda encontramos famílias ricas muito boas que têm 2 ou 3 filhos."

"Eu acho que a industrialização de São José ainda não afetou o tamanho das famílias, porque estas são na sua maioria de fora, en- tão não se formou uma geração de São José, ainda não dá para se ver os efei- tos no número de filhos".

"Há muitos problemas de ordem familiar principalmente no relacionamento entre pais e filhos. Os nossos jovens, no Shalon, tratam esses problemas também e quando eles voltam, têm que ter uma grande força

para se dobrarem aos pais. Quando os pais fazem o cursilho evoluem e entendem os filhos e aí, ambos em consonância. Por isso a Igreja está progredindo muito na parte espiritual, porque está atingindo diretamente as famílias. Seguimos os bispos da região sul, que puseram a família como meta prioritária."

"Todos os meses são aceitos 5 a 6 jovens que vão fazer o Shalon em Taubaté. No fim do terceiro dia são esperados aqui em São Dimas. A juventude prepara uma recepção, sempre com muita surpresa: apagam as luzes da igreja etc. aí eles chegam, todos começam cantar. Há muito choro, muito abraço, muita alegria e emoção. Aí eles dão cada um seu depoimento - todos a partir do Shalon, descobrem uma vida melhor, encontram sentido em viver."

"Já que você insiste nesse assunto, não entendo porque, mas aqui ele é pouco tocado, ninguém provoca tal discussão. Todos sabem o que é certo, não precisa ser discutido. Eles sabem que o controle da natalidade pode ser realizado sem egoísmo (só para prazer sexual) e o método é o consciência do casal que vai determinar, contanto que não seja artificial ou degradante à mulher."

"Quanto à virgindade (precisa saber isso, também?) é sagrada (para homens e mulheres) não deve ser profanada, só o sacramento do matrimônio é que dá direito à união sexual. A fidelidade tem que ser total, é desta forma que os jovens se integram na moralidade cristã, que não é escravizante, mas liberta o homem dando o verdadeiro sentido da vida. Só uma corrente de jovens científicos é que acha normal a profanação da virgindade, nós não."

"Antes da união pelo sacramento do matrimônio nenhuma forma de prazer sexual é permitida, os jovens reconhecem e discutem muito esse ponto. Reconhecem que certas coisas devem ser vencidas, deve haver domínio da razão sobre os sentidos (por exemplo: a masturbação). Não adotam nenhuma dessas práticas, tudo isso é muito sério, de grande responsabilidade e nada disso é natural."

Vê-se, nessa entrevista, até onde ela pode ser considerada representativa, que a Igreja aberta para o controle da natalidade, mantém ainda uma posição rigorosamente tradicional em relação à sexualidade fora do casamento e que, em linhas gerais, sua opinião sobre a educação sexual dos jovens bate com aquela dos agentes educacionais.

É natural pois que os jovens procurem outras fontes de informação sobre o assunto, como a filha de uma entrevistada de classe média baixa, 20 anos, que faz Shalon e que na opinião de sua mãe: "lê muito, tudo o que ela sabe é tirado dos livros... lê muito Adelaide Carraro... os jovens atuais acho que procuram conselho mais nos livros".

A opinião dos jovens entrevistados é variada. Tudo indica que na classe média e operária (tipo proletário do Aldunate (1)) uma boa parte dos jovens ainda mantém a mesma atitude de repúdio do pároco da São Dimas à prática do ato sexual fora do casamento. Esta é vista como possível e mesmo desejável, mas não com a futura esposa. O trecho de entrevista reproduzido abaixo, de um operário de 21 anos, constitui um bom exemplo da posição de boa parte dos jovens operários sobre o assunto, e ao mesmo tempo um depoimento sobre o movimento de jovens promovido por outras paróquias: "sou contra as relações sexuais com a namorada antes do casamento. Com outras mulheres sim, é claro, mas com a namorada, você está mais é louco! Os padres às vezes xingam a gente porque a gente meteu com alguma mulher, 'você precisa evitar isso!', mas evitar de que jeito? Quem é que aguenta? Depois eu acho isso uma coisa normal do homem. Religião: católico. Todo mundo é católico aqui em casa. Minha noiva também. Todos os domingos nós vamos na missa quando não dá pra ir no domingo a gente vai no sábado, aqui na igreja de Santa Terezinha. Todo mundo aqui de casa vai na missa. O vigário é o padre L. Ele é 100%; ninguém tem nada contra ele. Ele fala muito sobre família. É, no sermão e também nos encontros de jovens, nos cursos de namoro e de preparação para o casamento. Além do curso de noivos, tem curso para meninas, sobre namoro. Minha irmã fez esse curso de namoro e gostou muito. O pessoal gosta destes cursos, dizem que é muito legal, entra tudo, desde a parte média, religião, até filho. Eu vou fazer isso. Inclusive é dado por gente fina, gente que entende mesmo: médicos, advogados".

(1) Op. cit.

Constitui o outro verso da moeda o depoimento de uma operária da Parahyba, solteira, 22 anos que acha que não é bom ter relações sexuais antes do casamento "porque o cara pode casar com a moça ou não e pa ra casar com outro vai depender". Outro jovem operário, solteiro, 23 anos, morando num quarto e sem emprego no momento da pesquisa, acha "que é normal o homem ter relação sexual antes do casamento. Não quero responder se a mo ça deve ter relação sexual antes do casamento, mas eu casaria com uma moça que não é mais moça, desde que ela falasse para mim antes. Eu teria relações com namorada ou noiva se ela aceitasse" (mas nunca teve).

Por outro lado, um jovem de classe média, 26 anos, es
tudante de arquitetura, morando em uma república com mais 11 pessoas, é de
opinião : que "não há alternativa do casamento hoje em dia, por^{em} relações
sexuais antes do casamento tem que ter, para um conhecer o outro, o que aju
da muito a conhecer tanto homens como mulheres".

Finalmente, para outra estudante de arquitetura de classe alta, 23 anos e que mora com a família, relações sexuais fora do casamento são possíveis desde que praticadas com "responsabilidade e consciência" e sobretudo com o futuro marido.

Sobre o casamento e ideal de família, a opinião desses jovens entrevistados é a seguinte: do operário da Erickson: "por que casar? A gente vai casar não é por necessidade, porque, graças a Deus, eu tenho pai e mãe, os irmãos todos unidos, não me apertam com nada. Eu vou casar por que a gente se gosta, também pelo tempo que a gente tá namorando, a gente fica sem jeito, agora eu não posso mais largar ela, agora pra mim não tem jeito mais, eu segurei ela até hoje, não é? Mas eu acho que sempre a intenção de todo mundo é casar, esse negócio de ficar solteiro toda a vida não dá não: todo homem precisa ter a sua família. Eu vou ter 4 ou 5. Isso vem de família; a família do pai e da mãe tem mais de dez; a gente não vai exagerar que nem eles, mas uns 4 ou 5 eu acho que é um número bom. Do jeito que a medicina está adiantada, difícil a moça que não sabe bem isso de pílula, todas elas conhecem. Minha noiva sabe. Não usa não, você está louco! a gente não tem relação. E nem vai usar, porque melhor maneira é evitar sem pílula, esperar os dias certos, porque a pílula pode prejudicar por uma parte da saúde, eu acho que deve atrapalhar um pouco. Acho que a família sendo unida, que nem nós aqui em casa, é o que interessa. O que eu não que

ro é casar e separar por causa de briga, desentendimento, que nem muita gente por aí."

A operária da Parahyba não pretende se casar ainda, só com uns 30 anos: "ainda sou criança... de uma parte é bom ser casado, a gente tem a casa da gente, mas de solteiro é mais livre, se a gente é casado e quer sair tem briga". O número ideal de filhos é 2. Na situação dela o número ideal é 1 ou nenhum. Para uma família muito rica o número é 14. Para uma família muito pobre é nenhum. "Se os pobres não tem alimentação nem para eles, ainda imagine para os filhos. O rico tem meio de vida, o dinheiro deles é para os filhos mesmo". Não conhece a pílula: "eu vejo o Roberto Carlos cantar, mas não sei".

Do operário desempregado: "Eu pretendo me casar no papé desde que eu encontre uma moça ou mesmo uma mulher que eu goste e veja que ela gosta de mim. Acho que para a pessoa casar deve namorar uns dois ou três anos para conhecer bem a pessoa com quem vai se amarrar. Eu quero trabalhar e estudar nos próximos 10 anos. Logo que eu conseguir ter uma situação financeira, eu caso. Mas se eu casar não vou poder estudar e conseguir o que quero. Mulher a gente sempre consegue. Pretendo adiar um pouco isso". Acha que o ideal de filhos é 2, tanto para si mesmo como para uma família bem rica e para uma pobre. "Não é tanto por ser pobre ou rico. Às vezes muitas mulheres não gostam de ter muitos filhos, querem formar os filhos e 8 ou 10 vai complicar. Uma família bem pobre também deve ter 2 filhos. Acaba dando um jeito. Na vida a gente precisa ter filhos. Se eu casasse eu gostaria de ter".

Do estudante de arquitetura da classe média: "Casamento é a legalização de um ato, o que a palavra diz e se representa quando se assina o papel. Viver junto e casamento é a mesma coisa, só que casamento é a institucionalização do ato. Não existe necessidade do casamento, mas de viver junto da mulher. Tranço, mas sem anticoncepcionais. Na casa tem gente solteira, sem namorado ou com namorado e noivo também. Prá mim a família ideal são 4 casais vivendo, educando junto os filhos. Aumentando os nascimentos e estes (os filhos); tendo uma criação diferente onde se possa transmitir muito das coisas que se aprende em conjunto. Nascer em casa de mais pessoas as influências são mais amplas e melhores, o universo da criança aumenta muito mais; sempre sem número limitado de filhos. Imagino que

meus pais gostariam que eu tivesse 3 filhos porque eles têm 3; eu sou gêmeo e depois veio outro. Os pais sempre exercem uma influência psicológica muito grande e ainda há afinidade e grau de parentesco na família nuclear".

Finalmente, a estudante de arquitetura da classe alta gostaria que o seu casamento "fosse assim, um exemplo de amizade e carinho". Ela acha que as pessoas "precisam se casar porque elas precisam de carinho, companhia e amizade; basicamente carinho. Confiança, sabe? (...) Eu pretendo ter 4 filhos, que eu acho bastante bom; mais de 4 eu já acho exagero. Porque 4 eu acho que é o princípio de uma sociedade; 3 é muito pouco porque sempre fica um na berlinda".

Essas entrevistas uma análise muito mais aprofundada sobre a visão do mundo dos jovens, por classe social e comparada com aquela de outras gerações, que a insuficiência do material torna difícil levar adiante. De um modo geral, elas indicam (com exceção do estudante de arquitetura) que o modelo de família que esses jovens tem na cabeça é o da família nuclear pequena, com um ideal de casamento e uma prática sexual, se posso dizer assim, ainda orientados num sentido tradicional. O estudante de arquitetura é um bom exemplo do cadinho privilegiado de alteração de padrões de comportamento (sem esquecer que constitui uma exceção) em São José: as repúblicas ao que tudo indica, as principais responsáveis por grande parte dos casamentos precoces na cidade, e uma das fontes da anomia de que fala Lamounier(1). Ela é também localizada como tal pela estudante de arquitetura de classe alta que nos fornece o seguinte quadro da juventude de São José - muito provavelmente da juventude estudantil de classe média para cima: "São José tem muita república de estudantes. Você tem muito mais oportunidade de se reunir para esse tipo de coisa. E estudante, para fumar maconha, tomar bolinha, é a classe mais... inclusive porque muitas vezes precisa para estudar e tal, precisa tomar bolinha. Então uma coisa puxa a outra, né? Pergunta: Você está falando tanto da droga como da vida livre que eles levam nas relações etc.? Resposta: sim, é coisa assim: uma vez eu briguei com um namorado meu e depois nós voltamos e ele estava me contando que no baile onde nós brigamos, por ciúmes, bobagens e tal, pronto: terminamos; uma menina, uma menininha, assim de 15 anos e eu na época tinha 18 e qualquer coisa assim, convidou ele pra ir para a

(1) Op. cit.

república dele, sabe? Assim, nesse nível assim. Elas convidam, elas vão e fazem mesmo, sabe? (...) é que ela não se manteve dentro de certos padrões, então as amigas dela já estão casadas na cidade, normalmente. Ou ela se mantém dentro de certos padrões e continua a ter amizade com essas amigas casadas, ou ela vai para São Paulo. Porque os maridos dessas amigas casadas, dependendo do padrão que ela manteve, cortam fora. Então, normalmente, o pessoal vai para São Paulo. E as que engravidam com menos de 28 anos casam. Ficam por aí, no começo o pessoal olha meio estranho, depois se adapta, mas não se adapta completamente. Existem assim... enquanto você fez escondido: você pode fazer, a hora que dá um problema qualquer a moça vai para o brejo, ninguém perdoa, sabe? Não tem perdão mesmo, não te aceitam mais. Eles permitem que as filhas fazem, mas não perdoam, sabe? Se erram, se enganam, não assumem, eles não assumem o que eles fazem. Uns poucos pais fazem isso e a menina quando volta e ela depois que teve nenê ou se casa, ela realmente não é aceita".

É evidente que a entrevistada está se referindo às repúblicas de classe média. Mas também os operários recém-migrados se sentem compelidos a apelarem para esse tipo de moradia, devido ao elevado custo das pensões que tornam-se assim, apenas um lugar de passagem, uma etapa no percurso do migrante até as repúblicas ou a própria casa. Nem por isso - como nos informa o depoimento de uma proprietária de pensão - reproduzido adiante - elas deixam de propiciar contatos fáceis entre moças e rapazes com repercussões sobre o comportamento sexual (e/ou reprodutivo) destes jovens.

"Tenho atualmente umas 13, 14 pessoas morando, mas só rapazes, quase todos operários. Não quero moças porque sai muita briga. Aqui ninguém quer trabalhar com moça. Pensão mista também não dá certo, é muita bagunça e os pensionistas começam a namorar com as moças."

"Alguns quartos têm 3 outros têm 5 camas, depende. Com roupa lavada e café da manhã, sem refeição, sai Cr\$ 180,00. Não dou só refeição porque têm que pagar uma licença alta pra Prefeitura. Com uma refeição cobro Cr\$ 350,00. Acaba saindo pra eles uns Cr\$ 7,00 a Cr\$ 8,00 a refeição."

"A maioria dos rapazes que mora na pensão são de Minas e vem para trabalhar na indústria. Trabalham quase sempre por hora. Costumam levantar às 5:00 horas da manhã e chegam mais ou menos às 5:00 da tarde; tomam banho, alguns vão pra aula e outros trabalham à noite. Os outros vão dormir cedo porque não têm o que fazer. No cinema são vão aos domingos. Os mais novos têm 18 anos e os mais velhos uns 25, 26 anos."

"No fim de semana, os que moram mais ou menos perto vão visitar a família. Quem mora longe ou tem menos dinheiro só vai cada 15 dias."

"Os rapazes que moram aqui dizem que São José é bom porque tem emprego, mas não gostam de São José. Eles falam que São José é ilusão. Não fazem ambiente, amigos. O ordenado é bom mas a vida é muito cara. Alguns falam em voltar pra Minas."

"Às vezes o pessoal fica na pensão uns 3 meses e às vezes não chegam a ficar 15 dias. Depois de 3 meses eles já tem o emprego mais ou menos garantido; aí os casados voltam pra buscar a família e montam casa aí nos arrabaldes. Os solteiros fazem uma espécie de república pra morar com mais 5 ou 6 colegas".

Por tudo que foi visto, parece claro que os agentes educacionais não atuam diretamente sobre o comportamento reprodutivo e no que se refere ao comportamento sexual, nem como agente ideológico de mudança. Neste caso, sua ação, é neutra, senão conservadora. Menos claro é o modelo de família que passam a seus alunos, o que necessitaria ser melhor investigado. Mas, de um modo geral a atuação dos educadores sobre o comportamento reprodutivo da população de São José, enquanto agentes ideológicos, é subordinada àquela dos agentes religiosos e, através destes ou diretamente, às instituições de saúde. Ela parece ser subordinada também, talvez mais fortemente, à atuação dos agentes das instituições políticas e governamentais, que ditam os currículos e a literatura didática (um indício da ação governamental é a interdição - por omissão - dos cursos de educação sexual, o que reforça o papel dos agentes acima). Entretanto, parece fora de dúvida que a escola tem uma enorme influência enquanto contexto de trabalho e interação capaz de alterar atitudes e modos de agir.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Em São José, os meios de comunicação de massa, capazes de atuar ideologicamente sobre o comportamento reprodutivo, são adequados ao grau de desenvolvimento da cidade e à sua localização, próxima à capital do Estado de São Paulo.

Além de sua população ter acesso fácil a todas as publicações e periódicos desta Capital (e também de outras cidades), São José possui dois jornais diários e um semanário: "Vale Paraibano" com uma tiragem de 1 500 exemplares por dia, que atinge as camadas populares mais antigas na cidade; o jornal "Agora" com tiragem de 8 000 exemplares diários, com maior penetração na classe A e atingindo atualmente (desde que ampliou a seção policial e de esportes) as demais camadas da população; "Diário de São José", com 1 000 exemplares semanais, possui clientela variada. Segundo informação de um jornalista local, os periódicos de São Paulo mais lidos em São José são "Folha de São Paulo" principalmente pela classe C; o "Estado de São Paulo" pelos profissionais liberais da classe A e o "Jornal da Tarde" pelos jovens de classe A.

No que se refere às comunicações radiofônicas, São José possui uma emissora de rádio - a Rádio Clube de São José - com programas variados que atingem todas as camadas da população. Segundo um de seus locutores, ela é a mais ouvida e entre aquelas de São Paulo, a Rádio Nacional e a Rádio Bandeirantes, principalmente os programas sobre crimes.

A cidade não possui uma emissora de televisão própria, mas tem acesso a todos os canais de São Paulo. Os céus de São José cortados de antenas de televisão - especialmente chamativas nos bairros populares que não tem edifícios - dão uma idéia visual da penetração desse meio de comunicação de massa na cidade. Os canais mais ouvidos são, como em São Paulo, o 4 e o 5. As entrevistas com a população confirmam as informações acima (jornais, rádio e televisão).

Entretanto, inculcadores de ideologia por excelência, os meios de comunicação de massa não influem sobre o comportamento reprodutivo como agentes ideológicos no sentido aqui utilizado, ou seja, como orga

nizações que incluem um sub-setor especialmente dirigido à inculcação de padrões de comportamento afetos a essa área. Os meios de comunicação influem - principalmente a televisão - mas de forma indireta e difusa, ou seja, através dos apelos ao consumo e dos modelos de família e comportamentos implícitos na publicidade, nas novelas, filmes etc. Como disse uma operária da Parahyba, sobre a pílula: "eu vejo o Roberto Carlos cantar mas não sei".

Seria interessante, e mesmo necessário, efetuar um estudo sobre o conteúdo das mensagens dos programas de rádio e televisão de maior audiência na cidade, assim como dos jornais e revistas mais lidos, procurando extrair os modelos de conduta subjacentes capazes de influir sobre os padrões de reprodução. E também sobre a emissão desses conteúdos (a que público se dirige e como se dirige) e de como são recebidos e incorporados pelas diferentes camadas da população.

Segundo as entrevistas realizadas com jornalistas, os jornais locais não possuem nenhuma seção na qual alguns dos aspectos mais ligados ao comportamento reprodutivo pudessem ser abordados. A atuação dos jornais, considerando apenas as informações disponíveis, me parece se dar principalmente via reforço das instituições locais e da ideologia dominante. Segundo um informante do Jornal Agora: *"a ideologia do jornal é bem enquadrada na situação nacional, embora procure manter certa imparcialidade. Quanto à política municipal ela exalta o trabalho do prefeito, mas também houve ocasião em que se criticou a administração do prefeito"*. Me parece que nesse tipo de análise a idéia (presente em algumas das entrevistas com os agentes das instituições políticas - ver item seguinte), de que os problemas de marginalidade encontrados na cidade (menores abandonados, delinquências, tóxicos etc.) tem como uma das causas o excesso de número de filhos em certas camadas da população, poderia ser facilmente filtrada (assim como por outros meios de comunicação de massa).

Por esta via ou por outra, ela aparece reproduzida em algumas entrevistas com a população, como na dessa mulher de classe baixa: *"Eu acho que quando uma pessoa está com pouco salário, por exemplo, deve pensar: 'não, eu vou controlar a situação para não aumentar muito', porque sabe como é, o negócio aumentou muito, pesa a barra, né? O salário não dá pra viver, tá tudo essas coisas; onde é que cresce, muitas vezes, pessoa desnutrida, como diz: fraco, né? doente, porque o dinheiro não dá para alimentar direito, sai essas crianças por aí, pedindo esmolas;*

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time. The second part of the report deals with the financial position of the country and the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time.

2. The third part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time. The fourth part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time.

3. The fifth part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time. The sixth part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time.

4. The seventh part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time. The eighth part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time.

5. The ninth part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time. The tenth part of the report deals with the progress of the work of the various departments. It is a very comprehensive and detailed account of the state of affairs in the country at the present time.

às vezes, deixa de esmolas, dá até roubo, donde tem, como se diz: marginais; as pessoas que roubam e que matam por aí, né? Se dá muitas vezes desse caso. Caso de esse negócio de aumentar muito filho, essas coisas; eu acho que deve ser disso, né? É minha opinião sobre a situação (riso)".

Semelhante, isto é, de forma não direta, parece ser a atuação do rádio através de sua programação. Segundo o locutor do programa "Fim da Tarde" (17 hs.), e também nas palavras desse informante, a emissora de rádio mais ouvida em São José - a Rádio Clube - tem a seguinte programação: "A rádio inicia as atividades às 6 hs. da manhã, com programa sertanejo e termina a 1 hora da manhã com programa de música romântica, para uma população muito especial. O primeiro programa atinge a população dos bairros periféricos; os ouvintes escrevem cartas para oferecer músicas e pedir músicas. O locutor do programa brinca muito e fala bem caipira. Há programas informativos intercalados com programas de música e esportes onde a população participa telefonando ou escrevendo cartas (1). Das 12 às 15 horas é um programa longo - o 'Show do Vale' - que é feito com emissoras de 10 cidades do Vale. É sobre música e os sucessos de cada cidade são tocados. Às 17 horas o programa "Fim da Tarde" que consta de músicas, notícias e propaganda, divulga todas as promoções do departamento de Educação e Cultura da Prefeitura. Atinge a população mais exigente e de bom gosto. Às 18:25 há um programa especial sobre notícias e informes da Prefeitura". Entretanto, o mesmo locutor acrescenta: "Temos além deste tipo de programação, programas especiais de religião e medicina onde os padres e um médico dão conselhos a pedido dos ouvintes; às 7:50 horas o padre E. fala, e das 18 às 18:15 horas, fala o padre L. (Santana) que também dá conselhos e cada dia fala de um assunto".

O padre L. não foi entrevistado especificamente sobre o seu programa, mas sua posição pessoal é na linha dos "contornos" à posição oficial da Igreja, já analisada no item referente às instituições re-

(1) Parece ser durante uma destas programações que os problemas de marginalidade social são veiculados. Segundo um informante: "Tem um programa de manhã na Rádio Clube, que todo mundo escuta, que só fala de assaltos, crimes, desastres. O povo escuta aquilo e fica alarmado".

ligiosas. O Dr. F. não foi localizado, mas o padre E. que tem o seu programa há 5 anos, prestou as seguintes informações: "Recebo muitas cartas, principalmente no começo do programa (agora vem menos) perguntando a respeito de religião, principalmente filosofia moral. São programas construtivos onde respondo todas as dúvidas. A Rádio Clube é a rádio de maior audiência; assim são milhares de lares que às 18 horas estão ouvindo o meu programa. Fora as cartas, atendo também por telefone e pessoalmente e as perguntas são dúvidas religiosas. Dentro do conteúdo religioso sigo a norma para a orientação da família cristã, abordando problemas sobre a família, educação, vivência dos pais etc. As camadas que ouvem o meu programa é a população em geral, mas o programa, como não é para intelectual, é entendido por todos, pois fala-se de forma que o mais humilde compreende, entende. As famílias mais numerosas são as famílias pobres (no mínimo a média é 5 filhos) e que tem mais fé, confiam na providência, em Deus, são mais observantes das leis de Deus. A Igreja tem métodos legais para controlar o nascimento de filhos - método Ogino-Knauss, que ajuda a distanciar o período de nascimento de filhos. Controlando dessa forma a mulher engravida quando quer, entretanto nem sempre o período menstrual da mulher é regulado; assim pode acontecer de engravidar, mas com tratamento médico ela pode regularizar o ciclo. Quanto a falar sobre esse assunto no meu programa, ele não se enquadra dentro dele, não daria para explicar essas coisas num programa; naturalmente se trata por alto. Sobre esse assunto atendo mais no confessional ou falo sobre isso nos sermões da missa. Assim, no programa não falo especificamente sobre isso, mas indiretamente, falando sobre família tenho que falar sobre controle porque a Igreja não quer que encha o mundo de filhos sem educação, criando-os como bichos, aí fica criando assassinos, ladrões, salteadores. Às vezes também pedem conselho por carta sobre esse problema, mas é mais comum na igreja. Abordamos o problema de controle quando da preparação do sacramento do batismo e curso de noivos; neste caso tem médicos que trata com todos os pormenores".

Vemos aí, mais uma vez, o ciclo se repetir: Igreja e médicos tomam conta do assunto.

AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Numa cidade como São José dos Campos que, segundo Fernando Henrique Cardoso, sofre um rápido mas incompleto processo de massificação, e tem uma classe dominante que aparece no cotidiano de forma delegada, o poder público e o peso da "burocracia modernizadora" que o expressa, constitui um agente intermediário de grande importância. (1).

A ação dessa burocracia modernizadora, fortemente influenciada pela organização militar do CIA (uma parte de seus quadros são recrutados entre os militares deste Centro) e das próprias indústrias - principalmente das maiores - que cada vez mais tendem a se organizar segundo uma estrutura autoritária que enfatiza aspectos de segurança, transpõe no próprio aspecto da cidade.

Diferentemente das outras cidades da região, o centro de São José dos Campos exala uma atmosfera de ordem e limpeza, que se faz sentir principalmente nas ruas bem varridas e nos jardins bem tratados onde um grupo enorme de garotos uniformizados - os famosos guardinhas da prefeitura - não deixam qualquer folha ou papel ociosos no chão; nas placas de sinalização - inúmeras - sempre com aspecto de repintadas e que obrigam o motorista respeitoso das regras do trânsito a dar mil voltas pela cidade ou - o que constitui a maior desgraça para esse tipo de transeunte - nos inúmeros parquímetros onde um atraso de 10 minutos no estacionamento é devidamente registrado e o motorista advertido, senão multado. O turista menos prevenido, visitando São José dos Campos, que não percorre os inúmeros bairros onde residem os operários e o imenso contingente de migrantes, ou que não lança um olhar aquém do horizonte roseo que se descortina do Banhado para notar a favela ali encrustada, sai de São José com a mesma impressão de quem passa por fora das fabulosas, limpas, silenciosas e ajardinadas plantas industriais: de uma tranquila atmosfera de ordem e progresso.

Essa idéia de ordem e progresso sem injustiças e problemas sociais parece constituir meta e ideologia da classe dirigente local,

(1) Consultar, F.H. Cardoso, op. cit.

ao menos para uso externo, como transparece nas palavras de uma informante de classe alta, estudante de arquitetura, já citada, cujo noivo e ela própria trabalham para a prefeitura:

Pergunta: E o operariado daqui, a classe média...?

Resposta: Eles são muitos felizes, acho realmente que eles devem ser muito felizes.

Pergunta: Por que?

Resposta: Porque o nosso digníssimo prefeito, ele faz coisas que essas pessoas, realmente, qualquer pessoa assim com um mínimo de nível cultural, passa na praça à noite e vê o cinema lá, sabe? Ele arma uma tela e passa cinema, filmes educativos ou não, faroestes e tal, e o pessoal fica todo na praça sentado vendo o cinema. Até bem pouco tempo a rua principal da cidade se fechava para eles ficarem fazendo "footing" e era muito importante para a vida deles; tanto que agora eles ficam se reunindo nessa praça que tem cada vinte dias exposição de arte, quem quiser expor vai, sabe? Você pinta na sua casa e vai lá, tem os cavaletes para você pendurar os seus quadros, tem cavaletes para as crianças pintar, eles dão tintas, eles dão... quer dizer: é um negócio que, pô, é raríssimo se ver em outra cidade, sabe?

Pergunta: É uma cidade violenta São José? Muito crime, muito assalto, roubo?

Resposta: Eu acho que deveria ter muito mais, sabe? porque pelas proporções que ela tem, ela poderia ser para o Vale do Paraíba um chamariz muito grande. Tem, acho que tem bastante, mas não tem o que poderia ter, em termos de chamariz. Uma cidade que você vê riqueza, sabe? É tudo limpo, o que tem de gari nessa cidade é uma coisa anormal. Eles trabalham para a prefeitura, sabe? eles têm uma assistência médica, assim, uma coisa incrível, sabe? então para eles é conveniente trabalhar para a prefeitura, as mães fazem força. Depois eles ganham uniformezinhos, tal. Então eu acho que esse pessoal deve viver muito bem. Por exemplo, inclusive as indústrias, por exigência da prefeitura, além da tendência natural dela, porque toda indústria americana, geralmente fornece um centro de lazer para os operários, eles tem campo de futebol nas indústrias, sabe? Toda aquela assistência neste aspecto e eles usam. (...) Meu pai agora está acabando de construir esta fábrica, é num bairro distante e eu vou lá às vezes no domingo para ver como é que está a fábrica, aqueles campos que tem lá, campo de futebol, piscina, cheio de gente. A pessoa usa mesmo. Inclusive agora está desenvolvendo na prefeitura para ser implantado dentro de poucos meses - até que eu que projetei, graças a Deus, o primeiro projeto da minha vida - postos maternais, sabe? são casinhas de tijolos aparentes, bem simples, onde será dada assistência médica. Olhe, que prefeitura que faz isso?

A classe média baixa tem uma visão semelhante da cidade e da atuação do prefeito: "aqui não trabalha quem não quer, é difícil só para homens que vêm de fora mas para mulheres tem emprego em fábricas, domésticas. Até crianças podem varrer ruas, guardas-mirim. Hoje em São José só não trabalha quem é preguiçoso ou porque não é criado para estudar. Hoje com as indústrias que tem e o prefeito apoiando" (esposa de um pequeno co-

A política municipal é dirigida no sentido de valorizar a industrialização e minimizar seus custos sociais. A integração com a indústria e uma imagem pública positiva do desenvolvimento, são metas explícitas da atual administração.

Um folheto, em posse do jornal Agora, publicava o seguinte pensamento do prefeito sobre a cultura: "Não queremos instalar aqui carreiras de formação humanista, ligada ao campo das ciências sociais em geral, das letras ou de certas profissões liberais. Queremos faculdades técnicas, as de produção de profissionais altamente especializados. A indústria vai precisar disso no futuro, mesmo porque estamos caminhando para a armação de uma verdadeira ponte entre a universidade e a indústria, sobretudo no campo do adestramento do estudante na fábrica, do professor na escola, além do intercâmbio mais estreito no setor de pesquisas científicas e tecnológicas." Repito: São José será a capital tecnológica do Brasil e a escola superior da cidade terá que responder a esse fascinante repto".

Um redator do mesmo jornal comenta: "Já fizemos diversas matérias sobre a situação do Banhado, problemas de habitação, procurando não ferir os brios da municipalidade, mas todas elas causaram grande irritação no prefeito. O jornal hoje vive momentos difíceis: a política tem sido não de omitir mas de abrandar a realidade".

Na mesma linha de "não omitir mais abrandar a realidade", vão as conclusões de um estudo intitulado "O Desenvolvimento de São José dos Campos e os Resultados Sociais" realizado, sob a orientação do Delegado da ADESGem São Paulo, por um grupo composto de profissionais liberais, representantes das principais indústrias, de alguns bancos e do comércio local, e apresentado como tese ao Centro Técnico Aeroespacial.

Este documento é interessante porque nos dá uma idéia de como a classe dirigente local vê os problemas sociais que acompanham o desenvolvimento e de como pretende, senão resolvê-los, pelo menos mantê-los dentro de limites suportáveis. Depois de fazer um balanço sobre o desenvolvimento industrial recente de São José e seus resultados sociais, este documento conclui que "de um modo geral, os resultados sociais positivos superam os negativos. Os resultados sociais negativos são a marginalidade social e a desintegração da família: "A família joseense passa por uma cri-

se relativa à sua posição na sociedade. Os padrões da sociedade exigem mudança e adaptação contínua da família, que se esforça por não se desagregar. A família tende por isso, a ser mais operativa e menos normativa. Em ocorrência, pode haver: enfraquecimento da estabilidade e dos vínculos; quebra da unidade familiar pela evasão prematura dos jovens e pelo conflito da disponibilidade econômica dos mesmos, como tentativas de liderar e impor suas normas no âmbito familiar; desorganização familiar nos grupos que tem dificuldade de se integrar, principalmente pelo êxodo rural e lentidão do ajustamento: habitação deficiente, bairros marginais, promiscuidade, vadiagem, prostituição, alcoolismo, mendicâncias, crimes etc."

"Há aspectos de marginalização social que estão a exigir ação conjunta de promoção social para o futuro. Esse fenômeno não tem em nossa cidade uma estatística, porém, é sentido e assinalado; são significativos os sub-empregados e desempregados com baixas rendas e os migrantes sem condições suficientes para habilitar-se aos empregos. A família nesses setores não cumpre sua finalidade de célula social básica pois não tem estabilidade, harmonia e força econômica mínima. É necessário combinar trabalhos de assistência e promoção social com programas específicos, exigindo uma abordagem global preventiva e capacitadora atuando sobre as causas, tais como: integração interna dos próprios indivíduos marginalizados; incorporação à sociedade; novas formas de integração da própria sociedade com participação de todos como sujeitos de desenvolvimento; conscientizar todos os cidadãos de sua tarefa social."

"No que se refere às famílias integradas no desenvolvimento, como as famílias dos operários e trabalhadores da indústria e a classe média e pequeno burguesa, observamos um arrefecimento, não pretendido, entre os membros e principalmente no relacionamento conjugal e paterno materno - filial. As solicitações do trabalho, a conquista de bens de consumo, as horas extras, os sub-empregos afastam os membros responsáveis pelo ganho da convivência familiar e estremecem o relacionamento entre eles. Nesse sentido, programas de lazer e organização de bairros para facilitar este encontro, são importantes. A cidade deverá oferecer parques e está em projeto grande área recreacional. Nos bairros devem ter centros culturais e programas recreativos em sociedade de bairros."

O documento atribui também enorme ênfase aos problemas de segurança:

"Em decorrência do surto desenvolvimentista, notamos que certos setores públicos estão em falência, de fachados. O mais notável é o setor Polícia. Parece que há falta de conhecimento das necessidades da cidade pelos escalões superiores, pois as solicitações ultrapassam o comum e o corriqueiro, dadas as perspectivas e o fato do desenvolvimento da cidade (...). É preciso quadruplicar o efetivo policial só para atender às exigências atuais e prover para o futuro próximo. É preciso reequipar o atual efetivo e equipar convenientemente os novos reforços a serem destinados. É preciso descentralizar a Delegacia, levando postos distritais aos bairros mais populosos e com maior índice de crescimento ao mesmo tempo que a central deve ser colocada em outro ponto fora do centro da cidade etc."

Além do ataque de tipo "recreativo-comunitário" e policial, é sabido que a prefeitura iniciou uma política de contenção da migração da qual faz parte o estímulo de focos industriais nas áreas de origem migratória, especialmente o Sul de Minas.

A ilação "desenvolvimento econômico - desintegração da família - marginalidade social" aparece nas entrevistas de quase todos os agentes das instituições políticas consultados. Em alguns casos ela é extrapolada para o número de filhos, especialmente com relação às famílias das classes baixas, e nestes casos, o controle da natalidade aparece como uma das soluções ao problema da marginalidade juntamente com a consciência de que a ação dos órgãos estatais é limitada, pois não pode interferir diretamente sobre o comportamento reprodutivo da população. A entrevista do Delegado Titular (substituto) de São José dos Campos ilustra esta situação:

"Os órgãos estatais têm uma influência direta e atuante sobre a família. Isto porque, conforme a atividade da polícia, se é mais eficiente ou não, propicia mais ou menos o crime e as pequenas infrações. Isto não quer dizer que acaba com os criminosos, porque estes, com qualquer atividade da polícia aguentam qualquer circunstância. Há um problema de educação que vem do berço. Na população, os chefes de família, por exemplo, se cometem infrações pequenas é porque sentem a polícia fraca (em trânsito, brigas com lesões leves etc.). E o cidadão sabe disso. Ele como

pai de família, transmite aos demais membros o respeito à polícia. Esta, faz apenas propagandas educativas, por exemplo, como prevenir o povo contra assaltos etc. Não interfere no número de filhos que as famílias possam ter. Claro que o número de filhos leva ao aumento da criminalidade nas classes baixas, porque a educação das crianças é dificultada, na medida que os problemas econômicos se agravam. O pessoal da classe média só tem dois ou três filhos, que é para educar melhor. A classe baixa não se preocupa com isso e nem com os problemas de criminalidade que possam vir a surgir. Na classe baixa, cinco filhos é um peso econômico muito grande, ... as crianças se transformam em pivetes, cometendo pequenos delitos e os adultos transformando-se em homicidas, ladrões, latrocinios. A polícia não pode fazer uma campanha pelo controle da natalidade e desta forma evitar a criminalidade. Isso é anticonstitucional. Cada um é livre de fazer o que quiser, ter quantos filhos quiser. A função da polícia é descobrir o criminoso e processá-lo e depois entregá-lo à justiça".

A idéia de que um comportamento reprodutivo desordenado, ou melhor, de que a não adequação do número de filhos ao status econômico-social da família, é causa de marginalidade social é muito difundida em São José dos Campos. Ela aparece no discurso de diferentes agentes institucionais e membros da população, como no desta operária: "eu acho que quando uma pessoa tá com pouco salário, por exemplo, deve pensar: 'não, eu vou controlar a situação para não aumentar muito', porque sabe como é, o negócio aumentou muito, pesa a barra, né? O salário não dá pra viver, tá tudo essas coisas, onde é que cresce, muitas vezes, pessoa desnutrida, como diz fraco, né? Doente, porque o dinheiro não dá para alimentar direito, sai essas crianças por aí, pedindo esmolas, às vezes, deixa de esmolas, dá até roubo, donde tem, como se diz, marginais: as pessoas que roubam e que matam por aí, né? Se tá muitas vezes desse caso. Caso de esse negócio de aumentar muito filho, essas coisas; eu acho que deve ser disso, né? É minha opinião sobre a situação (riso)". (Entrevista já transcrita anteriormente).

Os juizes entrevistados não fogem à tônica dos agentes das demais instituições políticas. Eles vêem como principal problema de São José dos Campos o elevado número de desquites e de menores abandonados, que eles localizam, na linha do documento mencionado atrás, no processo de evolução econômica do Município, associado à desagregação da estrutura familiar tradicional.

Como se pode observar no quadro que se segue, o número de desquites, tanto amigável quanto litigioso, é crescente. Os desquites litigiosos mais que triplicam nos últimos 10 anos e o de desquite amigável quintuplica. Este último em apenas um ano praticamente dobra (entre 1973 e 1974).

Relação de Desquites

ANOS	DESQUITE AMIGÁVEL	DESQUITE LITIGIOSO
1965	22	14
1966	17	14
1967	23	30
1968	26	28
1969	51	28
1970	51	46
1971	50	41
1972	61	32
1973	63	45
1974	113	51

FONTE: Cartório do Distribuidor, Contador, Partidor e Avaliador de São José dos Campos.

Segundo o Juiz da Terceira Vara (Família e Menores), os motivos de desquite mais frequentes são "sevícia" e "injúria grave" (bebedeira, adultério) e ocorre principalmente entre pessoas de nível de renda média e pessoas pobres. As separações pura e simples são mais comuns nesta última categoria onde predominam as "uniões livres". Com exceção da classe baixa, as uniões em São José são legalizadas pelo casamento civil e religioso.

Idêntica é a opinião do Juiz da Primeira Vara, para quem "não chega a existir a concubina como problema. Existem 'aventuras', casos pequenos. A sociedade não aprova. Cancela o novo casal e prestigia a mulher abandonada." Assim, "o reconhecimento de filhos 'adulterinos' não é comum. Quando acontece a sociedade não aprova". Em compensação, "o reconhecimento de filhos ilegítimos, filhos naturais, em São José dos Campos é

mais frequente do que em outras cidades que trabalhei, e é o maior que eu conheço em 12 anos de trabalho. É mais frequente acontecer com jovens, principalmente com estudantes de fora, como fruto de casamento experimental. Hoje as pessoas se casam muito cedo e se separam cedíssimo. São frequentes os casamentos de pessoas de menos de 20 anos. São muitas vezes estudantes, com empregos qualificados mas não suficientes para se manter e ter uma vida estável. Aí os problemas econômicos começam a aparecer, e vem a separação."

Segundo este entrevistado, a "falta de dinheiro" provoca separações e desquites em todos os níveis de renda. "Na classe alta, a família convive em um ambiente de padrão elevado e procura elevar sempre mais o seu padrão (principalmente a mulher). Acontece que o dinheiro não é suficiente, surgem os conflitos e o desquite. Nas famílias pobres, com a vida cara de São José dos Campos, todos trabalham. Diminui o tempo de convívio do casal. O casamento não é em geral muito pensado, a ligação afetiva é pequena. Assim, qualquer crise econômica é suficiente para provocar a separação ou desquite. É muito comum também em famílias de classe baixa e média baixa o marido abandonar a família e ir procurar emprego fora. É bastante frequente, e se percebe que está crescendo o número de separações desse tipo através do aumento das 'ações de alimentos' (1).

Na opinião do Juiz da Primeira Vara, o problema do menor "se manifesta através de pequenos furtos, brigas, arruaças e tóxicos (na classe alta). A origem desses problemas está exatamente no abandono dos filhos em casa desde as menores idades e a falta de vigilância dos pais. As instituições que se ocupam do menor são poucos. A primeira exigência dessas instituições é que o menor 'abandonado' não seja delinquente, não seja corrompido. Mas é esse exatamente o problema. Para o menor corrompido que precisa ser reeducado não existem instituições".

Para corrigir esse problema o Juiz de Menores (Terceira Vara) propõe a criação de um Centro de Orientação e Colo-

(1) "Ação de alimentos", segundo o entrevistado, é solicitada pela mulher quando abandonada pelo marido. É uma espécie de pensão que o marido deve mandar mensalmente. Em geral o marido só manda o dinheiro quando corre o risco de ser condenado.

cação do Menor "a ser organizado com fundos provenientes do serviço público ou, na sua ausência, com recursos particulares e sociais", e cujo objetivo seria - com a supervisão de orientadores e psicólogos - o de colocar o menor no mercado de trabalho e providenciar a complementação de sua educação em escolas comuns.

Os problemas da juventude - segundo o Juiz da Primeira Vara - "aparecem pouco na justiça, apesar de ocorrerem muitos. São em geral agravados pelas famílias. As estatísticas existentes não são reais. Hoje a situação já não é tão crítica, 1970/1971 foi a fase áurea dos 'play-boys'. Atualmente já não é assim, andou morrendo muita gente em acidentes. Acho que morreram alguns dos líderes. Além desse fato, é de grande importância a atuação da administração municipal, que exerce fiscalização maior e está desenvolvendo campanha de sentido educativo: a cidade vai crescer e precisa de ordem. Nesse sentido, a prefeitura criou emprego para universitários, como estagiários. Os estudantes passariam a trabalhar pela comunidade, isso serviu de exemplo para muitos que começaram a se interessar por trabalho."

Assim, no que diz respeito ao comportamento reprodutivo, as instituições políticas examinadas parecem não influir diretamente. O fazem indiretamente na medida em que endoçam a política de emprego das empresas, dirigindo sua ação num sentido "amenizador" de tipo comunitário, que não põe em xeque, mas ao contrário reforça a ação das grandes organizações.

Nesta ação comunitária dos agentes políticos contra os problemas da cidade, em especial contra a marginalidade social, como não poderia deixar de ser, a Igreja Católica também está presente. Segundo informação do Delegado de Polícia mencionado, "existe um movimento em São José, liderado por cursilhistas, pela recuperação dos presos. Cada casal adota um preso, ajuda o preso conversando com ele, aconselhando-o, levando-o para jantar em suas casas. O movimento chama APAC e é iniciativa de um Juiz de Direito cursilhista."

Como as demais instituições políticas, os sindicatos não interferem diretamente sobre o comportamento reprodutivo. É o que fica claro pela leitura das entrevistas realizadas com os presidentes dos dois maiores sindicatos de São José dos Campos: o Sindicato dos Metalúrgicos com

5 000 associados e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, o mais antigo da cidade, (fundado em 1946) com 4 000 sócios (dados de 1974).

Em ambos, os entrevistados não souberam sequer avaliar o tamanho médio da família de seus associados. O Sindicato de Fiação e Tecelagem segundo seu presidente tem o número de dependentes levantados, mas não soube informar nem fornecer dados a respeito, alegando que dependia de um trabalho prévio da secretaria.

No Sindicato dos Metalúrgicos: "sô agora estamos fazendo com o associado um trabalho para saber sobre seus dependentes. Essa nova preocupação é recente, de um ano para cá, por isso nossa condição de saber do crescimento do número de dependentes é limitada".

Segundo esse mesmo informante, "os tipos de problemas relacionados com a família que chegam ao nosso conhecimento é de alguns trabalhadores que querem se desquitare. E a mulher é sempre despedida quando se casa. Com as que são mães solteiras e se desvirtuam ocorre uma série de problemas. Tivemos um caso, por exemplo, de uma funcionária que faltou muito e veio aqui reclamar trazendo as receitas, dizendo que faltava porque estava doente. Pelas receitas ele (médico do sindicato) viu então que se tratava de remédios abortivos. (...) Quando os dois trabalham, marido e mulher, geralmente o marido tira a esposa do serviço quando casa. As empresas, principalmente a E. onde tem mais mulheres, dispensam logo quando casam, a fim de evitar de pagar as semanas depois do parto. De qualquer forma, não tenho sentido essa situação com bastante progressão. Aparece um caso ou outro".

O presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem - indústrias que geralmente empregam um elevado número de mulheres - também não sente a política de emprego das empresas, principalmente no que se refere ao trabalho da mulher, como interferindo no tamanho da família: "Há firmas que não admitem mulheres casadas e outras que demitem quando elas se casam, com exceção da P. A R. fez uma experiência de admitir mulheres casadas, mas fracassou. A M. também tem algumas mulheres casadas. A K. não admite e nem as mantém quando se casam. Acho que esse fato não chega a interferir no número de casamentos e de filhos".

A atuação do sindicato no que diz respeito ao trabalho da mulher tem sido no sentido de propugnar por leis protetoras que originam e reforçam a política das empresas: "Temos reivindicado a aposentadoria da mulher com 80% do salário e 25 anos de serviço, alegando que a mulher que trabalha o faz duas vezes: em casa e no serviço. Então, seu envelhecimento se dá mais cedo do que o do homem, diminuindo inclusive seu período de vida".

Para ambos os sindicatos, "os maiores problemas que surgem se referem às questões de dispensa, suspensão e segurança no trabalho. "O número de acidentes é elevado mas eles não são registrados pela empresa como acidentes, mas como se o empregado tivesse ficado doente. Estamos reivindicando, entre outras coisas por exemplo, melhores condições de ambiente e segurança no trabalho. O movimento sindical é uma vigília constante nas reivindicações junto às empresas".

Mas os sindicatos em geral estão sob controle do governo e sua ação, sem dúvida de defesa contra os desmandos das empresas, é ainda pouco eficaz ou ao menos não chega a colocar obstáculos sérios à política das grandes organizações. (As reivindicações dos sindicatos e a ação sindical em São José dos Campos, a partir das informações constantes nestas duas entrevistas se encontram no Anexo I).

Quanto ao problema de controle da natalidade, a opinião do presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem é a de que "o sindicato não interfere nesses assuntos mas sabemos que grande porcentagem dos operários, uns 60%, já usa o controle". E é via assistência médica que o sindicato pode e provavelmente interfere sobre o comportamento reprodutivo dos operários, estando, sob esse aspecto, na mesma posição que as empresas.

Segundo o médico do Sindicato dos Metalúrgicos "o pessoal de baixo nível tem falta de planejamento familiar, tem 8, 10 filhos". Mas (...) os metalúrgicos que são classe média baixa e tem um nível um pouco melhor, já tem uns 3 filhos só. (...) Não é que o pessoal mais pobre não saiba evitar, mas eles têm muitos tabus. (...) No começo eu tentava orientar a mulher, mesmo sem ser solicitado, mas agora não mais porque vi que não adianta. Eu dava pílula e conversava com elas mas em 90% das vezes a resposta era: 'eu não evito porque meu marido não quer', ou: 'remédio faz

mal'. Agora desisti. O pessoal de baixo nível mesmo nunca veio me perguntar nada".

Ainda como nas empresas, um outro ator com possibilidade de agir sobre o comportamento reprodutivo se infiltra também no sindicato: a assistente social. O Sindicato de Fiação e Tecelagem não tem assistente social, mas o Sindicato dos Metalúrgicos já foi devidamente atacado por essa praga: "Tivemos duas assistentes sociais que estavam estagiando. A assistente social mais ativa já foi para São Paulo. Ficou a japonezinha que não é muito ativa e tem muita dificuldade mas está efetivamente estática. Não está dando certo. Queríamos ter uma assistente social pra valer. Compramos até uma peruca, contratamos um motorista e a primeira infelizmente não ficou. A intenção dela era conhecer os problemas do operário em sua própria casa".

Mais uma vez fica ressaltada a importância da assistente social, como agente ideológico e de mediação entre as diversas instituições aqui consideradas, em especial entre a empresa, o sindicato e as instituições de saúde.

A UNIDADE DE PRODUÇÃO ECONÔMICA

Em princípio, mais bem situada no capítulo das "condições materiais de existência" e sendo objeto de estudo da equipe macro-econômica da pesquisa, a unidade de produção econômica figura na lista das instituições (1) por ter sido considerada como um possível agente ideológico, isto é, como uma organização que inclui um sub-setor especificamente ideológico, capaz de atuar diretamente sobre o comportamento reprodutivo da população.

(1) CAMARGO, C.P.F. de - Pesquisas Institucionais e de Política Populacional em Nível Local. Cebrap, 1974, pag. 1 (mimeo).

O material referente a esta instituição - no caso de São José, a grande empresa industrial - já foi brilhantemente explorado por Lamounier e caberia aqui apenas alguns comentários adicionais. (1).

Não me parece que a percepção da política de emprego das empresas antecipa-se, necessariamente, às racionalizações sobre a necessidade de controlar o tamanho da família (gerando-as, portanto) como quer Lamounier (2). Ao contrário, ela reforça uma predisposição já existente, frutp de uma inculcação difusa do modelo da família pequena e/ou que atende às aspirações de mobilidade dos migrantes. No nível da percepção individual, a política de emprego das empresas pode, em muitos casos senão na maioria, reforçar e dar concretitude às "racionalizações" (custo de vida, impossibilidade de educar mais de 2 ou 3 filhos) já incorporadas ou em vias de incorporação no universo sócio-psicológico de grande parte da população, em termos de efeito-demonstração (3) - que atinge os migrantes inclusive em

(1) Este autor conclui que a influência da empresa sobre o comportamento reprodutivo se dá de forma indireta e não ideológica, e se concretiza principalmente sob a forma de ajustamentos antecipados do comportamento individual, às sanções consubstanciadas na política de emprego - de admissão e demissão - das empresas. (...) A percepção destas sanções constitui um dos elementos fundamentais - e o mecanismo - do modelo elaborado por esse autor para explicar a mudança que se opera nos padrões de comportamento reprodutivo, em caráter de ajustamento antecipatório, da enorme massa de migrantes que compõe a população de São José dos Campos. (Lamounier, op. cit.).

(2) "A política de emprego das grandes empresas varia de um máximo de severidade - não admissão pura e simples de mulheres casadas, ou demissão ao casarem-se, ou ao terem filhos - a um mínimo de mantê-las desde que não diminuam sua produtividade ou 'não tragam problemas para a empresa'. Este fator parece mais importante do que qualquer eventual doutrinação das assistentes sociais, no sentido de que, ao tornar-se conhecido, ele cria uma 'learning situation' generalizada. O comportamento efetivo das mulheres vai-se ajustando, com ou sem adoção imediata de atitudes ou fórmulas ideológicas racionalizadoras. Estas viriam, ou seriam eventualmente reforçadas, pela tendência, aparentemente maior entre os homens, a raciocinar economicamente: o 'custo de vida', a 'impossibilidade de educar mais do que dois ou três filhos atualmente'." (Lamounier, B. op. cit., p. 40).

(3) Não há nenhuma pretensão em ressuscitar junto com o termo efeito-demonstração as implicações (justamente criticadas por Lamounier), contidas no paradigma da "modernização".

seu meio de origem (1); as mulheres me parecem tão sensíveis quanto os homens em relação a essas "racionalizações" e mesmo mais inclinadas a pô-las em prática, que, mais não seja, por serem elas que geralmente se obrigam a malabarismos impensáveis para manter, face ao custo de vida, o equilíbrio do geralmente escasso orçamento doméstico (2).

Um ponto de vista frequente nas entrevistas e que revela a existência de outro tipo de cálculo racional entre mulheres de classe média baixa e classe baixa, além de estratégias no sentido de burlar a política de emprego das empresas (tirando atestado de solteira, por exemplo) pode ser ilustrado pelo trecho de entrevista que se segue de uma ex-operária, ex-empregada doméstica, que vive em união consensual com um operário aposentado por motivos de saúde:

Pergunta: Mas a senhora acha que a mulher deve trabalhar fora?

Resposta: Depende, viu, porque na situação minha, por exemplo, que eu que não tenho ajuda de nenhum, né? Porque a senhora vê, agora fiquei com os três aí, o meu marido e os dois, né? os dois trabalha, ele não trabalha, ele é encostado, já falei para a senhora, né? Agora a senhora vê, já pensou? Agora, na situação que eu me encontro agora vou trabalhar fora? Porque em casa, o pouco que eu faço eu já fico cansada, agora a senhora já pensou eu trabalhar fora, canso lá pra fora, chego em casa e não tenho coragem de fazer mais nada. Chego em casa e ainda tenho que fazer tudo outra vez, é fogo. A não ser que a pessoa tenha, por exemplo, a pessoa tenha uma possibilidade de ganhar um bom salário, por exemplo, e pagar uma pessoa para fazer, pelo menos o serviço mais grosso, por exemplo, lavar uma roupa que é o principal e limpar uma casa, que às vezes pesa um pouco, certo?

Pergunta: De um modo geral, a senhora acha que a mulher deve trabalhar fora? Não contando com a senhora, o que a senhora acha que é melhor para a mulher?

(1) No diagrama de seu modelo Lampunier (op. cit., p. 39) prevê algumas mediações (Bloco I - variáveis antecedentes e Bloco II - variáveis objetivas atuais) que permitem inclusive incorporar o efeito-demonstração no lugar de origem (Bloco I). Mas o papel socializador por excelência continua cabendo à política de emprego das empresas. (Entre o Bloco correspondente a esta variável - Bloco III - e os demais blocos de variáveis - principalmente Blocos IV, conflitos de valores e Bloco V, exposição a agências ideológicas - não existem setas de retorno).

(2) As entrevistas mostram que as mulheres são mais dispostas que os homens ao uso de anticoncepcionais, principalmente aos mais eficazes.

Resposta: Bom, num certo ponto eu acho que a mulher... pode, eu tenho uma opinião comigo porque se a mulher tem um marido, por exemplo ..., porque às vezes os dois trabalhando não faz o futuro de um. Porque se a mulher for econômica; ela já está ajudando muito o marido agora se os dois trabalham, não procura ter nada, como tem muito caso assim, certo? (...) Tem muito isso assim, inclusive eu mesmo conheço muitas pessoas, mulheres mesmo que foi colega de serviço, tudo, casou, o marido trabalha fora e ela também, achou que não dava certo ficar em casa, tem dois filhos, paga empregada, trabalha em casa, certo? Mas paga Cr\$ 200,00 de empregada - o que que ela recebe?: Cr\$ 300,00 e pouco de salário, paga Cr\$.... Cr\$ 200,00 de empregada para tomar conta de dois filhos e da casa dela e o marido não sabe aproveitar e esbanja tudo e joga em bebida, em bar e com qualquer coisa. A senhora vê, não é vantagem que essa mulher vá trabalhar fora, a não ser que seja compreensível de ambas as partes, mas quando o homem acha que está sobrando um pouquinho, se ele não põe no seguro ele estraga também, porque ele não consegue segurança.

É interessante acrescentar que a entrevistada, que é a favor do controle da natalidade e da família pequena para poder "educar melhor os filhos", ficou grávida "sem querer" depois que deixou de trabalhar. A meu ver cabe perguntar se o discurso dessa mulher constitui uma resposta racionalizada à política de emprego das empresas (que despede mulheres casadas) ou significa já um movimento de volta, ou seja, a racionalização psicologicamente necessária para contrariar uma conduta de mobilidade, isto é, para sacrificar o consumo em proveito de um maior número de filhos (compatibilização dialética entre as exigências impostas pela nova situação - que inclui uma conduta de mobilidade - e aquelas impostas pela situação de origem e pela posição de classe). Uma adaptação desse tipo poderia conduzir a uma redução menos drástica no tamanho da família e, por que não dizer? - para algumas classes sociais, mesmo a uma estabilização ou acréscimo no número "urbanamente" esperado de filhos.

A FAMÍLIA

Acho difícil, no atual estágio da pesquisa, fazer qualquer prognóstico sobre a família em São José dos Campos. As informações de que dispomos são incompletas e a maior parte das mulheres entrevistadas não encerraram sua fertilidade, ainda.

Teoricamente podemos esperar variações, tanto no tamanho quanto na forma de organização da família, segundo a estrutura de classes e a política de emprego das empresas prevaletentes na cidade (talvez na linha das hipóteses de Aldunate, principalmente com referência ao tipo "proletário" (1)). Entretanto, conhecemos ainda relativamente pouco sobre essa estrutura e essa política (considerada num sentido amplo e não apenas na acepção mais restrita usada por Lamunier) para especular a respeito dos possíveis padrões de família que tenderiam a impor. E mesmo que não tivéssemos essa dificuldade esbarraríamos em outras, como aquela que a meu ver coloca sérias limitações à proposta de Aldunate: deduzir diretamente do nível econômico consequências que se situam no plano das relações sociais e do universo simbólico, desconsiderando portanto, a autonomia relativa desses níveis (uma cultura, por exemplo, se mantém - hábitos, valores, ideais - mesmo quando as condições que a geraram sofreram transformações ou mesmo desapareceram). Até termos condições de demonstrar empiricamente a dialética entre esses níveis, poderemos dizer, no máximo, o que já foi apontado diversas vezes neste trabalho: que, do ponto de vista ideológico, prevalece em São José dos Campos, de maneira generalizada, isto é, entre representantes de diferentes camadas sociais, o modelo da família pequena com reduzido número de filhos. Vejamos alguns exemplos:

"Eu acho que a família é como minha mãe sempre dizia: que o casal deve ter no máximo 3 filhos porque quem tem 2 tem 1, quem tem 1 não tem nenhum porque um pode morrer e fica o outro. Para mim o ideal é esse, e para os outros também para poder sustentar direito, tratar, educar, e alimentar" (esposa de um pequeno comerciante, 47 anos, com 3 filhos e 7 irmãos, toma pílula).

"Prá número de filhos acho bacana um casal ou então 2 meninas ou 2 meninos. Acho que um é pouco. Acho que rico é quem tem possibilidades de educar todos eles, dar estudo prá todos. Acho bacana família grande; a gente tendo dinheiro para tratar muito bem deles porque a gente por filho no mundo prá maltratar acho que é bobagem" (operária, 36 anos, tem uma filha e 7 irmãos, marido usa preservativo).

(1) Conforme Aldunate, op. cit.

"Se tiver condição, acho bacana ter bastante filhos: 6 a 8. Acho linda ter criança. Eu não quero mais porque me deram muito trabalho e minha condição não dá" (operária, 31 anos, 2 filhos, 7 irmãos, toma pílula).

"Acho que foi bom ter ficado 4 anos casado sem ter filho e acho que todo mundo devia fazer assim" (guincheiro da construção civil, 45 anos, 3 filhos, 6 irmãos, a esposa toma pílula).

"Eu acho que o ideal é de 2 a 3 filhos, devido às condições sócio-econômicas. Passado esse número já não há mais condições de boa educação. Seria um certo sacrifício para os pais além de um sacrifício para os próprios filhos que seriam os maiores prejudicados... mesmo os considerados ricos devem ter 2 a 3 filhos no máximo. A maioria dos meus colegas pensa assim" (dentista, 34 anos, 2 filhos, 6 irmãos, esposa já ligou trompas).

"Acho que o que tenho é bom (3 filhos). Sinceramente acho bonito família grande, numerosa; veja meu marido: tem 6 irmãos, acho bonito. Eu perdi um irmão com 24 anos num desastre e só sobrou um. Mas hoje depende muito das condições financeiras que são o que limita. A gente não pode criá-los" (assistente social, 26 anos, marido usa preventivo e coito interrompido).

"Dois filhos, no máximo 3, para poder educá-los" (esposa de médico, classe média alta, 27 anos, 2 irmãos, toma pílula).

Esses exemplos e muitos outros nos mostram que a família pequena (1) com 2 ou no máximo 3 filhos, embora nem sempre vista como a mais desejável é por todos considerada como a mais adequada às suas condi-

(1) Estou considerando aqui "família pequena" apenas como a família com poucos filhos. Tudo indica que em São José essa acepção envolva também a família conjugal com residência neolocal, mas as entrevistas não nos oferecem elementos suficientes para especular sobre isso.

ções sócio-econômicas. E há também indicações de que o número de filhos é calculado levando em conta a sobrevivência da prole, lactu-sensu, quer dizer, um dos elementos do cálculo parece ser a prevenção contra possíveis perdas: nenhum informante faz referência ao nº 1 como limite ideal da prole. Por outro lado o nº 3 é muito citado e constitui, se posso dizer assim, o número cabalístico da fertilidade em São José. Deixando de lado as consequências que uma análise estruturalista de tipo "levistraussiana" tiraria dessa "triade", para mim a frequência desse número tem a ver com a reelaboração do presente em função do passado, facilmente observável no discurso deste operário de 21 anos de idade, ainda solteiro (noivo), já mencionado em item anterior: *"Eu vou ter 4 ou 5 filhos. Isso vem de família, a família do pai e da mãe tem mais de 10 (11 filhos); a gente não vai exagerar que nem eles, mas uns 4 ou 5 eu acho que é um número bom"*.

Como sugere Arakcy Martins Rodrigues (1), o número três é o primeiro número múltiplo, a partir do qual se estende um infinito de possibilidades, ou, no dizer extremamente sábio de uma informante, "o início de uma sociedade". Uma família grande é "mais bacana" é "mais alegre" mas a vida nas grandes cidades exige a família pequena. Compatibilizar esses sentimentos "ilegítimos" com a "legitimidade urbana", eis o dilema com que se defronta cotidianamente em São José cada habitante com uma socialização "rural" ou "tradicional" envolvido num ciclo reprodutivo.

De todos os modos, em termos ideais, a "legitimidade urbana" prevalece e a lógica presente na maioria das respostas obtidas é a de que o número de filhos deve ser regulado segundo o status sócio-econômico de cada casal, cujo desdobramento é a idéia, muito comum, de que "as pessoas pobres devem ter menos filhos", não raro seguida da constatação de que é o inverso o que geralmente ocorre: "...mas os ricos que tem são um casal e para. Difícil a gente vê um rico que tem 5 filhos".

Esta constatação do senso comum já é suficiente para nos advertir de que a uma uniformidade ideológica não corresponde uma prá-

(1) RODRIGUES, Arakcy M., Estudo das mulheres que geraram um nascido vivo durante o levantamento prospectivo, Tese de Doutorado - USP, 1973, (mimeo).

tica social homogênea. E mesmo aquele nível é pleno de diferenciações: a lógica anteriormente apontada não se reveste do mesmo significado para todas as classes sociais. As necessidades de cada filho que um operário se coloca como tendo de satisfazer ao elaborar sua estratégia de reprodução não são as mesmas que um pequeno proprietário, um funcionário público ou um gerente industrial se colocariam na mesma situação.

Ainda no plano ideal e na linha da "legitimidade urbana", a leitura das entrevistas deixa a impressão de que, mesmo considerando que o número de filhos deva ser adequado ao status sócio-econômico do casal, a família pequena é vista pelos informantes em pauta como a mais ou a única compatível com as condições da vida moderna em geral, isto é, em acordo com a hipótese de Lamounier para todas as classes sociais (1). Nesta direção, parecem se encaminhar algumas reflexões ligadas ao bloco de raciocínio já exemplificado do tipo: *"os pobres devem ter pouco filhos porque não podem alimentá-los, os ricos porque deixam com as babás para ir pràs farras"*.

Repetindo o que já foi dito no início, a meu ver, este ideal de família pequena e/ou a predisposição que ela implica para controlar o número de filhos estão estreitamente associados, no nível sócio-psicológico (2) a uma conduta de mobilidade, a qual envolve a experiência e/ou o desejo de mobilidade latu sensu, isto é, tanto o deslocamento geográfico quanto o ocupacional (horizontal e/ou vertical), e inclui uma valorização do moderno, a legitimização do "urbano" identificado a este, e uma concepção "individualista" do mundo.

Mas, dizer que o modelo da família pequena está associado a uma conduta de mobilidade, constatar a generalidade desse modelo em

(1) Conforme Lamounier, op. cit.

(2) Do ângulo do sistema econômico, pode estar associada, na linha do modelo de Aldunate, a um tipo de industrialização que utilize tecnologia intensiva e mão-de-obra qualificada que exija portanto menor quantidade de força-de-trabalho e maiores investimentos em educação e/ou a uma industrialização - usando a terminologia desse autor - de tipo capitalismo concorrencial mas cujo suprimento de força de trabalho fosse feito via migração.

tre a população de São José dos Campos, assim como a presença maciça de migrantes na cidade, não implica em admitir a priori nenhuma generalidade diferenciada desta conduta. Ao contrário, como já afirmei mais de uma vez, ela é variável no tempo e no espaço, de acordo com a trajetória de cada indivíduo e da classe social a qual ele pertence, envolvendo a cada passo uma ressocialização, seja no sentido de compatibilizar o passado com o presente ou vice-versa.

Dá ser temerário supor que o modelo da família pequena em São José dos Campos se realize ou venha a se realizar sem diferenças substanciais entre as classes. A diferença entre 10 filhos na zona rural e 3 filhos na zona urbana é sem dúvida uma diferença substancial. Mas a diferença entre 1 e 3 filhos, por exemplo, na zona urbana (1) pode ser tão substancial quanto a diferença acima se levarmos em conta que a reprodução humana numa sociedade como a nossa é, antes de mais nada, reprodução de diferenças sociais, de força-de-trabalho e de classes sociais.

No estágio atual do nosso conhecimento sobre a cidade, eu arriscaria no máximo a hipótese de que as diferenças inter-classes - no que diz respeito à família - tenderiam a serem menos acentuadas com relação ao número de filhos e mais acentuadas no que tange à organização interna da família e ao relacionamento entre os sexos (constituição, distribuição da autoridade e das tarefas no grupo doméstico etc). E, que todas as classes sociais tenderiam a apresentar uma decalagem relativa entre essas duas dimensões da família ou, dizendo de outro modo, para todas as classes sociais as alterações no tamanho da família seriam mais rápidas que aquelas relativas à sua estrutura e organização interna.

Tais hipóteses são formuladas mais impressionisticamente, pois as entrevistas pouco nos informam sobre esta última dimensão. Entretanto elas nos permitem apontar certas tendências relativas a outros aspectos ligados à constituição da família.

(1) É claro que estou me expressando de maneira genérica, mais figurativa, pois nos dois exemplos, dependeria também dos tipos de zona urbana ou rural; o que em nada contraria, mas reforça minha afirmativa.

Uma delas - confirmando o que aparece nas entrevistas dos juizes - é a predominância do casamento civil e religioso como forma preferencial de união dos sexos. Eles são considerados desejáveis pelos entrevistados, de todas as camadas sociais de nossa amostra, porque conferem legitimidade social, garantem a estabilidade da união e proporcionam segurança econômica e afetiva para ambos os sexos. Embora a maioria aceite, ao menos teoricamente, a separação ou o desquite em caso de desentendimento entre os cônjuges, as uniões livres ou consensuais são encaradas com desconfiança ou de forma francamente negativa (1):

"Sinceramente, só para viver junto não aceitava. Isso é por causa da minha formação, meus princípios" (assistente social, casada, 26 anos).

"Sou contra amigar, casamento já é duro segurar o homem, imagine sem casar. A mulher foi feita para o casamento" (comerciante, casado, 28 anos).

"Tem muita gente que se junta sem se casar, mas é pessoa que é largada, que é criada assim... Os casamentos sempre duram muito, mas juntando nem sempre dura" (guarda noturno, casado, 45 anos).

"Sou separada. Não resolvi ter alguém para casar e nem posso porque seria amigar e tenho medo" (operária, 31 anos).

"Aqui no bairro é raro, um caso ou outro, de viver junto. O bairro comenta, nossa Senhora! Falam, depois que cansam param" (operária, casada, 33 anos).

Essas mesmas pessoas tem uma opinião, se posso me expressar assim, bastante "tradicional" no que diz respeito ao comportamento sexual fora do casamento:

(1) Estamos, mais uma vez, lidando com o lado idealmente genérico das opiniões. As mesmas ressalvas de cunho teórico feitas em relação à família se aplicam aos aspectos em pauta.

"Ter relações sexuais antes do casamento é errado porque acho bacana casamento limpo, vê, noiva. A gente casa uma vez só; seria bacana ter uma lembrança bonita". "Acho que podendo evitar, deve esperar. Não acho normal ter relações sexuais antes do casamento. Assim a noite de núpcias fica sem novidades..." (operárias, uma casada e outra separada, 33 e 31 anos).

"Antes do casamento não é normal ter relações sexuais. Se o homem tem vontade de casar, ele deve se preservar, pois pode até prejudicar o casamento, os filhos e a esposa". (economista e comerciante, 28 anos).

"Nunca tive relações com minha mulher antes do casamento. Esse negócio de experimentar para vê se dá certo eu não concordo não" (dentista, casado, 34 anos).

"nunca tive relações sexuais com as namoradas. Só com mulher mesmo" (operário, construção civil, casado).

"Acho que a moça, na minha opinião pode beijar, abraçar, mas nunca deixar se desonrar" (dona de casa, esposa de pequeno comerciante, casada, 47 anos).

Esses pontos de vista tendem a variar com a idade (relativamente pouco, se nos lembrarmos das opiniões dos jovens, examinadas no item sobre as instituições educacionais), mas essas variações são menos acentuadas na classe média e baixa do que nas classes alta e média alta.

Em suma, tudo indica que a imagem da mulher "esposa-ideal" com as implicações daí decorrentes (em termos de relação e não de de terminação) sobre o relacionamento entre os sexos e a organização interna da família, tende a se alterar mais lentamente que o comportamento reprodutivo stritu-sensu, quer dizer, o tamanho da família, mais especificamente o número de filhos (1).

(1). Embora as entrevistas não nos informem sobre a divisão sexual do trabalho no grupo doméstico, minha hipótese é a de que, no geral, ela não se afastará em demasia ao menos a curto prazo, do "modelo tradicional", isto é, os papéis e tarefas para ambos os sexos tenderão a permanecer diferenciados.

O material atualmente disponível não é suficiente para desenvolver a hipótese anteriormente citada. Entretanto gostaria de assinalar que estou cada vez mais convencida da necessidade de um estudo das representações sobre o sexo e os sexos, nas diferentes classes sociais, para a compreensão do que se tem chamado, um pouco vagamente e confusamente de comportamento reprodutivo.

Restaria dizer algumas palavras sobre o papel da família mesma enquanto agente institucional, isto é, como um condicionante capaz de influir sobre o comportamento reprodutivo. Tratarei deste assunto a seguir, juntamente com os grupos de referência.

OS GRUPOS DE REFERÊNCIA (1)

A identificação dos grupos de referência com as "instituições tradicionais" e com as comunidades rurais - na linha *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, tomadas empiricamente e não apenas analiticamente - tem contribuído para que um tipo de sociologia não comprometida com essa tradição relegue a segundo plano a importância destes grupos nas sociedades urbano-industriais modernas (2).

(1) O conceito de grupo de referência se originou formalmente no campo da psicologia social e foi introduzido na análise sociológica, também formalmente, por Robert Merton (Cf. *Social Theory and Social Structure* - Free Press of Glencoe, Illinois, 1957) que reconhece a impropriedade desse nome pelo fato de aplicar-se tanto a grupos, como a indivíduos e a categorias sociais. Estou utilizando o conceito aqui para designar os grupos aos quais os indivíduos, ao mesmo tempo que pertencem, tomam como referência, positiva ou negativamente, para sua ação. Estou, por outro lado, dentre as propriedades de um grupo de referência listadas por Merton, acentuando aquela que diz respeito ao caráter das relações sociais que predominam no grupo, mais precisamente o particularismo e a proximidade social. Me refiro, portanto, a grupos tais como o de parentesco, de vizinhança, de amigos etc. aos quais os indivíduos tomam, ou podem tomar, como referência ao elaborarem sua estratégia de reprodução.

(2) Um outro motivo é que justamente esses modelos, no mais comum marxistas, trabalham geralmente numa linha macro-sociológica onde há pouco ou nenhum espaço para os grupos de referência, tradicionalmente afetos à micro-sociologia.

Entretanto, mesmo nessas sociedades, eles constituem um elo importante na cadeia de mediações entre o "indivíduo e a sociedade" (1) e para o que nos interessa mais de perto, entre o indivíduo e as instituições, filtrando, reelaborando e retraduzindo para uma linguagem de senso comum - e portanto introduzindo e dando efetividade na vida cotidiana - as mensagens produzidas e emitidas pelas instituições. Voltando a Berger e Luckmann, a integração de uma ordem institucional só pode ser entendida em termos do "conhecimento" que seus membros tem dela e o conhecimento primário relativo a essa ordem (conjunto de máximas, princípios morais, crenças, frases proverbiais de sabedoria etc.) recobre a realidade "por excelência" da vida cotidiana. É no interior dos grupos primários que uma determinada realidade é progressivamente reafirmada e/ou modificada, pelo veículo da conversação (2).

Os grupos de referência não foram focalizados nesta primeira fase da pesquisa e por este motivo as entrevistas não nos permitem avançar muita coisa sobre eles nem levantar hipóteses mais audaciosas sobre sua influência no comportamento reprodutivo da população de São José dos Campos. Ao dedicar-lhes um item à parte neste trabalho, meu objetivo foi principalmente o de chamar a atenção sobre eles e, na medida do possível, tecer alguns comentários adicionais.

Ao leitor atencioso não deve ter escapado as numerosas alusões aos grupos de referência que aparecem aqui e ali nos trechos de entrevistas com membros da população, reproduzidas para ilustrar os itens precedentes. Elas são em geral de dois tipos: de um lado, acentuam a relação que o entrevistado mantém concretamente com estes grupos - próxima, distante, de ajuda mútua, de repúdio, etc.; de outro, o comportamento exemplar

- (1) Elizabeth Bott, em seu estudo sobre famílias urbanas na Inglaterra, nos mostra que "uma família não vive diretamente numa sociedade total ou mesmo, em muitos casos, em uma comunidade local. - O meio social efetivo de uma família é sua rede de amigos, vizinhos, parentes e instituições sociais particulares"-clínicas, igrejas, escolas, lojas etc. (BOTT, Family and Social Network, Free Press, N.Y., 1971, p. 159).
- (2) Segundo Berger e Luckmann, "pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade". (Op. cit., p.202)

de seus membros. É neste último caso que eles aparecem de fato como grupos de referência, isto é, como parâmetros para a ação.

Com relação ao primeiro caso, chama a atenção - se posso me expressar assim - o ressentimento de relações primárias que boa parte dos entrevistados manifestam:

"É bem difícil arrumar amizade com o pessoal daqui; não sei porque se é porque tem muita gente, conhece hoje não lembra amanhã; só se for colega de serviço e mesmo assim é difícil. Lá em Rezende não, a gente era amigo de todo mundo, aqui a amizade nossa é mais entre os irmãos, ir em casa de parente que também não é muito; nós temos poucos parentes aqui" (operário, 21 anos, solteiro, há 4 anos em São José).

"Tenho muitos conhecidos aqui, mas não amigos íntimos. Na terra natal (Calcável, no Ceará) a gente tem amigos que se conhece há muito tempo, mas não é diferente o relacionamento com os amigos de lá. Era mais próximo porque convivia mais" (operário, 23 anos, solteiro, há 2 anos em São José).

A anonimato social, típico dos grandes centros urbanos, fica mais acentuado numa "cidade sem raízes" como São José onde a maior parte da população é composta de migrantes. Como ilustram os exemplos acima, as pessoas tendem a avaliar o presente com os olhos no passado, o que torna mais agudo o sentimento de distância social que eles próprios atribuem ao desenvolvimento recente da cidade:

"Aqui, as pessoas são como em São Paulo, umas conversam, outras viram a cara. Se a pessoa é educada e tem amizade pelo próximo e procura ajuda, ajudam. Por exemplo, houve um incêndio na rua, a vizinha ao lado nem se preocupou, nem sequer saiu de casa. Isso sempre aconteceu, mas nem tanto, porque os vizinhos, compadres e comadres todos iam juntos na igreja, agora não. O ambiente em São José está mudando. De 10 anos para cá na rua 15 era o footing, todo mundo ia na rua 15 tomar sorvete, namorar. Com este prefeito acabou tudo, agora a gente não sai; só para ir na casa de parentes, ou nos peg-pags, ou às vezes tomar um sorvete na praça. Mas não é mais a mesma coisa. Eu, por exemplo, não vou na casa de ninguém, mas me

dou bem com todo mundo. (...) Aqui é comum se fazer amizade no comércio, no mercado, depende das pessoas, se for simpática, se dirige aos outros. Os amigos de São José como em toda a parte do mundo, como a vida é mais corre-corre que antigamente, todo mundo tem seus afazeres, a gente não se visita muito. Todo mundo vive numa época de correria, não dá para visitar tanto, um por causa das novelas que são no horário cedo; segundo, quase todo mundo estuda à noite. ... antigamente a gente ficava à noite sentada no portão, os amigos passavam, conversavam até meia-noite, agora não dá mais, novelas, pessoal estuda, não dá mais, também, ladrões; às vezes no verão a gente senta um pouco no portão".

A noção de que o desenraizamento social é a contrapartida e o preço do desenvolvimento é muito clara para os entrevistados e explica a ambiguidade com que eles se referem a São José. É aqui que a conduta da mobilidade com o sentido que lhe empresta Touraine (valorização da migração pela consciência de ascensão social) e sua afirmativa de que "é a perspectiva do futuro que permite aos trabalhadores suportar o presente" (1), assumem todo seu significado: os mesmos entrevistados que um pouco antes reclamavam da "frieza humana" da cidade, tem ao mesmo tempo a seguinte opinião sobre ela:

"Eu gosto, claro, muito de São José e pretendo ficar sempre aqui. Aqui tá crescendo muito, a gente sempre vai ter emprego e os meus filhos, eu tenho que pensar neles, e aqui é o ideal" (operário já citado, 21 anos, solteiro, há 4 anos em São José).

"Acho que São José vai sempre crescer cada vez mais. Isso é um assunto muito debatido pelas autoridades. Acho que isso vai me dar melhor oportunidade. O campo de serviço vai crescer muito, se ficar desempregado logo encontra serviço em outra fábrica. A vida para mim aqui é

(1) TOURAINE, op. cit., 1970

muito sacrificada como sempre. Tem muita gente que não pensa no futuro e eu penso muito. Quero fazer um curso técnico especializado, talvez contabilidade, e depois fazer jornalismo. Lá na minha terra (Calçavel, no Ceará) eu não podia estudar" (operário, também já mencionado, 23 anos, solteiro, há 2 anos em São José).

De um modo geral, os entrevistados tem uma visão positiva do desenvolvimento da cidade; avaliam seu presente e projetam seu futuro em função desse desenvolvimento:

"Quando vim para cá era tudo mato ainda e hoje cresceu muito, muitos hospitais. A vida é boa, tem serviço para todo mundo, para quem quer trabalhar. A minha vida mudou muito com os filhos, tenho minha casa, e mudou de pior para melhor; tenho filhos com saúde" (esposa de um carpinteiro do CTA, 35 anos, de origem rural, há 32 anos na cidade).

"Dos garotos, dois estão na escola. Eu não estudei, só aprendi em casa e a mulher até o 2º ano. O estudo me fez muita falta e por isso quero ver os filhos formados, estudando o mais que puder. Não pretendo sair de São José. Aqui é bom. Cidade tranquila, calma, o ar aqui é muito bom. Depois a cidade evoluiu muito, teve uma evolução muito grande mesmo. E depois eu já estou acostumado aqui. Sair dum lugar e chegar nou-
tro é sempre difícil, no começo a gente sempre dá umas cabeçadas, depois a cidade está muito evoluída, muito bem servida" (operário da construção civil, 34 anos, casado, mineiro de origem rural, há 15 anos na cidade).

Ao contrário do que possa parecer, à primeira vista, o sentimento de anonimato e distância social não é, entretanto, um sentimento generalizado. Ele aparece sobretudo nas entrevistas dos jovens solteiros recém-migrados e, mesmo nestes casos, pode ser encarado de forma positiva como acontece com o operário já mencionado, de 21 anos e há 4 anos em São José:

"Sim, tem muita diferença daqui e de Rezende. Lá tinha muito despeito que nem em Itumirim. Isso não tem aqui, parece que todo mundo é igual, ninguém repara o outro, cada um cuida de sua vida. Cidade pequena é aquele falatório, a moça que se perde lá, todo mundo recrimina, mas em cidade grande não, a moça faz o que quer, ninguém tá sabendo ou não tá nem aí".

Por outro lado, ele parece ser mais agudo entre os jovens migrantes das classes baixas, menos providas de recursos para estabelecer relações, que entre aqueles das classes médias e altas, como ilustra o exemplo que se segue:

"A vida em São José é muito dura, por ser uma cidade perto de São Paulo e é também interior. É uma cidade difícil para estranho viver qualquer que seja sua origem, porém para mim é melhor do que São Paulo, principalmente pelos amigos que são completamente diferentes dos amigos que antes tinha; a vida na república não deixa estar sem programa ou só, sempre se está acompanhado e existe uma divisão do trabalho onde sobra tempo para estudar, até o que não precisa, e isso é bom porque podemos desenvolver algumas de nossas idéias comuns. São José tem muita coisa que fazer (até o que não fazer) e tem muita gente boa pensando junto coisas semelhantes às nossas; por isso não penso em me mudar, não tenho nada definido. A insegurança que se fala pela cidade é so uma moda e tende a aumentar mas é um medo criado e de tudo que acontece em volta, porém isso é em todo lugar e em São Paulo é mais intenso" (estudante, classe média alta, 26 anos, solteiro, há 5 anos em São José).

A maior parte, ou melhor, todos os informantes casados e já fixados há mais tempo em São José não manifestam ressentimento de relações primárias:

"Não saio muito, nem sei o que mudou muito (em São José): as amigas vem me visitar e assim me contam as novidades (realmente, as duas vezes que lá estive apareceram de duas a três amigas-vizinhas para dar uma "proxinha"). Prefiro assim: só saio para ver as comades da vizinhança. Conversamos sobre a saúde dos filhos, amigos, problemas de casa etc., aquele trivial" (esposa de um carpinteiro do CIA, 35 anos, casada, há 23 anos em São José, casa própria).

"Eu não mudaria de São José para qualquer outro lugar, aqui eu conheço todo mundo, tenho muitos amigos" (operário de construção civil, 45 anos, casado, natural de São José, casa própria).

"Gostamos de receber amigos e eu me reúno muito com as amigas, principalmente as assistentes sociais: até animamos os maridos para conversar. Tenho amigos psicólogos e também os parentes de meu marido" (assistente social, 32 anos, casada, casa própria)

O que é mais comum, entre todas as categorias sociais são queixas contra a falta de divertimento na cidade. Para as classes baixas, segundo o depoimento de um operário, porque "o cara que vem pra São José tem que pensar em trabalhar. Se vem pensando encontrar diversão, está perdido, porque aqui não tem mesmo". Na classe alta, segundo o depoimento de uma cronista social, porque "É gente que veio do Rio, muita gente que veio de São Paulo e que ainda não suporta a calma de São José. Eles acham que tem muito pouco programa aqui, com duas boates e cinemas etc., eles acham pouco, por isso que eles se reúnem uns nas casas dos outros... ou vão para São Paulo".

Como vimos nos últimos exemplos mencionados, uma parte dos informantes possui casa própria (entre os operários esta situação pode corresponder ao tipo proletário de Aldunate) e, em consequência, uma fixação geográfica que pode propiciar contatos mais duráveis com grupos de vizinhos. E parece que existe em alguns bairros um certo tipo de vida comunitária, centralizada em torno da paróquia:

"As famílias mais perto das igrejas, tanto famílias ricas, pobres, de fora ou daqui, ajudam as igrejas nas festividades. Tem leilões, eu e meu marido gostamos muito de leilões, oferecemos prendas e procuramos comprar de volta. Ajudamos assinando listas, jogando vísperas. Todo mundo participa, o pessoal da igreja, as firmas da cidade, indústria e comércio oferecem as prendas. Isso acontece em todas as igrejas, também nos bairros mais pobres, Antigamente, também na Matriz, agora não tem mais, o prefeito não deixa".

Não obstante, é necessário ter presente que 48% da população da cidade é composta de migrantes chegados há menos de 5 anos. De todos os modos, a situação não é homogênea e deve variar segundo a trajetória de cada indivíduo e de sua classe social. Tais variações são difíceis de ser previstas, bem como a influência que poderiam ter sobre o comportamento reprodutivo da população. No caso dos jovens migrantes de classe baixa, uma das consequências poderia ser aquela apontada por Lamounier: desenraizamento social induziria ao casamento precoce.

De um modo geral - e na direção dos grandes centros urbanos-industriais - tudo indica que os contatos primários da população de

São José tendem, cada vez mais, a se limitar a um número restrito de pessoas. Tudo indica também que os grupos de amigos e vizinhos assumem uma importância crescente sobre os grupos de parentes. Mas todos desempenham ainda, e a meu ver continuarão a desempenhar, funções sociais importantes, com consequências não desprezíveis sobre o comportamento reprodutivo. Uma delas é a tradicional função de controle social:

"Aqui no bairro é raro um caso ou outro de viver junto. O bairro comenta, nossa Senhora, falam, falam, depois que cansa páramos. Eu, por mim, essas coisas não me importam, coisas da vida dos outros eu escuto mas não comento, porque sempre que comenta vira fofoca, eu quero sempre ter amizade, pra mim não estando fazendo errado na minha porta ou na minha casa, tanto faz. (...) Tem aqueles que são amigos e depois ficam falando por detrás da gente. Eles comentam tudo, até o modo de criar os filhos da gente. Porque, nessa outra casa que eu morei, tinha uma vizinha em frente, achava ela legal, o marido dela é muito severo com as filhas e na fábrica onde as filhas trabalham elas se sentem livres, então lá elas fazem uma farra com os colegas, o normal da moçada. Então elas passam por aqui e minha filha estava conversando com duas colegas na porta e a mulher viu e por isso começou a falar: 'imagina, deixar a menina no portão, conversando com dois rapazes'. Foi parar no ouvido da minha irmã, que mora lá em Caraguá."

Uma outra função desempenhada pelos grupos de referência, de especial interesse para a Pesquisa, é aquela da ajuda mútua em amplo sentido (na migração, para conseguir emprego, cuidar dos filhos etc.), ilustrada por numerosos exemplos:

"Nós viemos para cá em 1950; eu tinha 10 anos de idade. Veio a família toda. Os negócios lá não andavam bem para o meu pai, ele tinha uns parentes aqui e resolveu trabalhar com os parentes" (dentista, vindo de Agudos, interior de São Paulo).

"Primeiro vêm eu e fiquei morando num quarto alugado. Depois como eu arrumei emprego logo, veio vindo, um por um, todos os meus irmãos, só ficaram lá os vó e as duas mulheres que casaram por lá" (operário da construção civil, vindo da zona rural de Montes Claros, MG).

"Vim direto pra São José porque tinha uma irmã aqui. Ela era costureira e não ganhava bem lá. Ela morava na casa desta viúva que também estou morando. A viúva era funcionária do CTA. Depois de 15 dias em São José comecei no CTA, na oficina mecânica" (operário, vindo do interior do Ceará).

"Depois fui costurar na casa da dona Raquel e também (trabalhar) como doméstica. Os meus três filhos ficavam fechados em casa, o mais velho com 7 anos; os vizinhos e comadres olhavam eles." (dona de casa, classe média baixa, vinda de Portugal).

"Comecei a trabalhar de vendedora de fotografia e pinturas a óleo, e tinha que viajar. As crianças ficavam com uma amiga que mora comigo" (operária, vinda de São José do Rio Pardo, SP).

"Casei em 1961, tive só uma menina por causa desse negócio de trabalhar, não tem quem toma conta, essa menina mesmo, minha irmã olhou para mim porque minha mãe nunca teve saúde, então ela não tem paciência nem com a gente nem com a criança. Então, o que eu e o meu marido ganha ainda não dá para arrumar uma empregada, então nesse tempo que eu tive essa menina, minha irmã tomou conta até os 5 anos. Aí ficou nessa, não tem quem toma conta e fica por aí" (operária vinda da área rural de Bom Retiro).

Estes poucos exemplos, em especial o último, são indicadores bastante significativos de como a ajuda mútua proveniente desses grupos de amigos, parentes e vizinhos, é levada em conta pelos indivíduos ao elaborarem sua estratégia de reprodução. Mas para além do âmbito e da natureza das relações que envolvem os indivíduos considerados com seus grupos de referência, é como tal, isto é, como referenciais para a ação que eles atuam de maneira mais poderosa sobre o seu comportamento reprodutivo. Vejamos alguns dos incontáveis exemplos que aparecem nas entrevistas:

"Casei muito boba, não sabia de nada, como evitar. Depois do primeiro filho fiquei com medo e a madrinha me deu um livro que dizia como evitar. Assim, ficamos no coito interrompido e camisinha. Sim, conheço outras coisas; sei que tem mas não vi: aparelho ou moeda que coloca dentro e tira quando fica menstruada. Uma amiga usou e ficou grávida (teve gêmeos). Eu nunca me interessei porque ouvi que tira e cai" (dona de casa, classe média baixa).

"Minha irmã, que mora no Parque Industrial, tem 13 filhos porque o marido não gosta de evitar. Agora trabalha como escriturária do Sanatório e toma comprimido com seu dinheiro. Eu tomei pílula por minha conta e depois falei pra ele (marido)" (idem).

"Eu acho que o número ideal é dois ou três filhos, de acordo com as condições sócio-econômicas. Passado esse número, já não há mais condições de uma boa educação... A maioria dos meus colegas pensa assim" (dentista).

"Uma vizinha aqui teve 16 filhos, aí morreu o marido, não tinha capacidade para dar sustento para tudo e educar direito os filhos. Aí a maioria das filhas está tudo perdida e agora a mãe também".

"Tenho minha melhor amiga, a Célia, que trabalha comigo na mesma seção da fábrica. Conversamos de tudo e sobre os nossos receios" (operária).

"Existe bastante amizade (entre vizinhos) mas nem todas a gente pode confiar pra conversar assunto mais assim. Converso essas coisas (uso de anticoncepcionais) com a vizinha de cima e com a mãe desses dois rapazes, acho que essa lá debaixo é uma pessoa assim, 100%. Ela aconselha a gente que nem minha menina, que anda com problema de regra, então ela me aconselhou para eu levar a menina no médico" (operária).

É nos bate-papos informais, com os colegas de trabalho nas fábricas, com os amigos e vizinhos ao pé do portão que as conversas sobre "essas coisas da vida" vão sendo ventiladas bem como os tabus que as envolve:

"Eu tomava comprimido, tomei muito tempo, sabe? Controlei, mas depois, tem uma vizinha minha que morreu disso, deu aquele câncer, não sei o que no ovário da moça... Deu isso daí nela, ela foi pro médico e o médico disse que constou que era isso, então falou pra ela e pro marido dela que falasse pra as amigas dela, que não deixasse mais ninguém tomar comprimido" (ex-operária).

"Eu creio comigo que de certo ela toma comprimido (uma vizinha). Porque ela é tão magrinha, parece uma tábua. Isso daí quando dá pra engordar, engorda; quando dá pra secar, seca; eu fico nervosa. Nunca fiz, né?" (esposa de um servente de pedreiro).

As entrevistas indicam, por outro lado, que essas conversas são mais frequentes entre as mulheres que entre os homens e, devido ao moralismo sexual que como vimos ainda é bastante acentuado em certas camadas da classe média e baixa, entre amigas(os) que entre marido e mulher ou entre pais e filhos:

"Aí tá o negócio, o mesmo problema que eu tinha com minha mãe de não conversar com ela eu tenho com ele (marido). Eu não tenho coragem de conversar isso com ele. Eu tenho uma amiga que fala com o marido sobre essas coisas então ele dá dinheiro pra ela ir no médico. Eu já não tenho coragem de falar, tenho impressão que ele não vai entender" (operária, 33 anos).

"Fiquei moça há um mês e já sabia o que era. Foram as colegas que me contaram e não a mãe" (filha de um operário, 12 anos).

"Antes de casar não discutia com ninguém o negócio de filho. Meus pais foram muito severos e rígidos e fui criada muito fechada. Quando já estava esperando o primeiro discutia e falava sobre o nome e não sobre o número de filhos" (dona-de-casa, classe média baixa, 35 anos).

Este último exemplo ilustra muito bem a mudança, em relação ao comportamento reprodutivo, que ocorreu em São José: "agora se fala do número de filhos".

Mas seja sobre o nome ou sobre o número de filhos, o fato fundamental é que é no interior dos grupos de referência que essas conversas tem lugar. É aí que se forjam as racionalizações controlistas (e anticontrolistas); que o conhecimento dos métodos anticoncepcionais e o acesso a eles se propaga e se criam os tabus em torno deles. E aí, e através da conversa, que os novos modelos de conduta tomam corpo e são veiculados. É no interior desses grupos que as mensagens dos agentes institucionais são

confrontadas e adaptadas às condições objetivas e subjetivas de existência dos indivíduos e classes sociais e, pela dialética desse processo, retornam às instituições na forma de novas exigências, obrigando-as por sua vez a se redefinirem e a se ajustarem, elas próprias, a essas exigências.

ANEXO I

AÇÃO SINDICAL E REIVINDICAÇÕES SINDICAIS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Outras reivindicações que na época da entrevista os sindicatos estavam empenhados em conjunto - apesar das queixas do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos sobre falta de entrosamento sindical: "cada sindicato cresce isoladamente" - eram o pagamento das férias em dobro e uma reposição salarial para compensar a alta do custo de vida. Segundo esse informante, o trabalhador não goza férias, pois gozar férias é ir para a beira mar sem se preocupar. O sindicato pede 20 dias de remuneração a mais para poder viajar. Segundo os dados do DIESE, o custo de vida subiu de abril para cá, de 11% até agosto, mas a perda do poder aquisitivo foi de 50% até agosto em termos de salários reais. Domingo tivemos uma assembleia e ficou estabelecido pelos líderes sindicais que até o dia 12/9 deviam fazer assembleia em todo o Estado para solicitar a possibilidade dessa reposição. São José está pedindo 20% para essa reposição e São Bernardo 28%. A lei não permite que se dê antecipação de salário antes do fim do ano. Neste caso, em épocas propícias, as consequências seriam as greves, mas agora isso é impossível. Qualquer movimento é ilegal e quem paga caro é o trabalhador, principalmente os de mais tempo de casa. Então não temos condições legais de exigir mas o fazemos como um pedido, solicitando ao governo abrir perspectivas nesse sentido. O afrouxamento tem que vir do governo, pois empregador usa a lei para não dar aumento. Dados da Fundação sobre o custo de vida são falsos. É o movimento que estão fazendo agora juntos Santo André e São Paulo (Federação). Estão elaborando memorial para enviar ao governo para se entenderem com os empregadores (...). As empresas consentido o governo vão sentir que estão sendo mais realistas que o rei. Isso que é o certo: a livre concorrência. Estamos num país democrata cristão... É o fato social que muda as leis, não o contrário".

Esta reivindicação estava sendo feita num momento de carência de mão-de-obra, mesmo não qualificada em São José.

A indústria têxtil, por exemplo, segundo o presidente de seu sindicato, "tem encontrado muitas dificuldades no mercado de mão-de-obra. O qualificado é muito disputado e por isso tem sido favorecido, indo trabalhar para quem pagar mais. O sindicato considera que pedir a abolição da lei do salário é uma utopia. Por isso estamos tentando pequenas modificações. Essa lei é bastante prejudicial ao trabalhador. Mesmo essa lei

que impede o reajustamento, o sindicato já se compenetrou de que ela está correta pois o seu objetivo era tirar um dos motivos para o aumento dos preços. Não tendo esses aumentos salariais, os motivos da classe empresarial de aumentar os preços não existem mais, o que os força a pagar melhor os salários tendo menos lucro. Mas o que acontece é que não se tem uma política tão rigorosa no controle dos preços. Na indústria de um modo geral os preços são controlados pelo CIPE que não tem condição de controlar também o comércio; então a severidade que há na contenção salarial não existe na contenção do aumento do custo de vida".

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos "de 1964 para cá não aconteceu nada. O operário não está satisfeito com o trabalho nem com o salário. Acha que trabalha muito e ganha pouco". Mas, o "trabalhador é um injusto porque não se ajuda. Não poderíamos estar em condições melhores porque não se faz nada. Mas o trabalhador não faz nada para receber aquilo a que tem direito. É difícil aos companheiros entenderem essa situação e exigir o que tem condições de exigir. Infelizmente sem vontade não é possível. O trabalhador é um ingênuo e fica com medo do patrão. Por exemplo, o pessoal da G. trabalha 40 horas por semana e tem o sábado em disponibilidade. O sindicato entrou com ação para que recebesse o sábado. Apenas 40 tiveram coragem de reclamar; 40 iniciaram e só 3 continuaram e ganharam a ação. A empresa pressionou depois que soube que ia perder. O FGTS a GM recolhe 240 horas mensalmente, mas o trabalhador trabalha mais e a G. não recolhe. Os que foram mandados embora o sindicato reclamou e ganharam. O operário só aparece no sindicato quando está com a corda no pescoço. Por isso devia ter uma lei que obrigasse".

O sindicato dos Metalúrgicos tem mais ou menos 30% dos empregados da categoria (estimados entre 12 e 15 000) sindicalizados e seu presidente acha que campanhas de sindicalização "não tem razão de ser, pois entra muita gente mas não representa o que o sindicato deve representar: força, união. É como igreja: tá cheia de gente mas religioso mesmo tem pouco. Assembléia: 120 pessoas com 5.000 associados. De modo geral, sindicato não tem representado a realidade dos trabalhadores. Sindicato não é uma diretoria. O operário não vem à assembléia. Por isso a lei de greve funciona. (...) Aqui em São José houve certa vez um movimento isolado de ferramenteiros; eram 23 no início e continuaram até o fim, chegando a botar o chefe na rua. A empresa não quis tomar providências e eu abri os olhos deles para o caso em que chegassem a ser apenas 5 ou 6 nessa luta. Eles sentiram o pro-

blema e chegaram à conclusão de que deviam fazer o movimento e foram até o fim os 23, e conseguiram botar o chefe na rua. Quanto à E., há tanto abuso por parte da empresa e submissão por parte dos empregados que a empresa resolveu tirar o ônibus, a condução gratuita, dos empregados. Fez também um restaurante e passou a exigir que os empregados usassem o restaurante, sendo que não há lei que possa exigir isso dos trabalhadores. O restaurante era pago evidentemente e as arbitrariedades chegaram ao ponto de tirarem a marmita do pessoal..."

"A Delegacia Regional fica de olho. Qualquer assembleia tem que explicar. No congresso em 1966 dos metalúrgicos, investigadores fizeram parte da assembleia."

Perguntado sobre o relacionamento do sindicato com os órgãos oficiais do Município, o informante respondeu que não pede muita coisa à Prefeitura. Quando pediu colaboração para o congresso sindical, "eles pediram para fazer campanha para entrar para a Arena. Num sirvo pra partido político. Num sei sair por aí pedindo voto".

Já o presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem considera que "temos um bom relacionamento com as autoridades municipais, e um índice muito bom de sindicalização entre 85 e 90%. A categoria de fiação e tecelagem ficou no que era. Não tem se expandido. Existem essas 4 fábricas e a única que está ampliando é a K. A situação da indústria têxtil em São José, no entanto, é estável em relação ao que acontece com outras cidades. (...) O trabalhador não qualificado é o que mais procura o sindicato. A participação em assembleia é de 300 e poucas pessoas. São em geral bem concorridas e já obtivemos certa vez 1 500 assinaturas. Não houve nenhum movimento espontâneo dentro das empresas desde que assumi".

Ambos os presidentes estão de acordo quanto ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço: "no início, o movimento sindical foi contra porque a intenção era abolir a estabilidade, que era prejudicial. O movimento sindical deu então o grito geral e conseguiu a opção. Dos méritos do Fundo é íntegra a indenização por tempo de casa do trabalhador, como patrimônio dele; então a viúva e os dependentes poderão também receber o que vem corrigir uma grande injustiça na indenização. Mas o Fundo tem uma sê-

rie de conseqüências. Uma delas é permitir uma grande rotatividade de mão-de-obra, à medida em que facilita a dispensa e a admissão."

Quanto ao PIS: "se não for desviado vai favorecer. O dinheiro está sendo acumulado e se não desviarem (como no caso de Brasília que foi construída com o dinheiro do INPS) e for distribuído à classe trabalhadora então vai favorecer".

Vemos aí, não obstante as diferenças quanto ao número de associados e na atuação e opinião dos presidentes dos sindicatos investigados, que os sindicatos em geral estão sob controle do governo e que sua ação, sem dúvida de defesa contra os desmandos das empresas, é ainda pouco eficaz, ou ao menos não chega a colocar obstáculos sérios à política das grandes organizações. O mercado de trabalho parece ter, nesse sentido, uma eficácia muito maior que os sindicatos.

E como já é de praxe na história do sindicalismo brasileiro, nos momentos de pressão sindical, o sindicato se transforma num órgão meramente assistencial: "O sindicato investe muito em ensino: corte e costura, datilografia etc. Conseguimos 311 bolsas de estudo pelo PEB do Ministério do Trabalho de Cr\$ 300,00 anuais para dependentes de trabalhadores que estão no curso médio" (sindicato têxtil). E, "a causa pela qual mais se procura o sindicato é a parte de dentista, de farmácia (não é gratuita mas dá desconto de 10 a 15%), barbearia (gratuita para o sócio e dependente) e os médicos em geral. Ontem a ginecologia teve 6 casos, a pediatria 6 (tem um pediatra de manhã e outro à tarde). Nos casos em que são atendidos na fábrica depois eles vêm para cá com a receita para serem atendidos pelos nossos médicos, funcionando como uma espécie de medicina suplementar" (Sindicato dos Metalúrgicos).

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS
RELAÇÕES ENTRE INDUSTRIA-
LIZAÇÃO E REPRODUÇÃO DA PO-
PULAÇÃO

O CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAM-
POS

Adolfo Aldunate

1. 1978-1980
2. 1981-1982
3. 1983-1984
4. 1985-1986
5. 1987-1988
6. 1989-1990
7. 1991-1992
8. 1993-1994
9. 1995-1996
10. 1997-1998
11. 1999-2000
12. 2001-2002
13. 2003-2004
14. 2005-2006
15. 2007-2008
16. 2009-2010
17. 2011-2012
18. 2013-2014
19. 2015-2016
20. 2017-2018
21. 2019-2020
22. 2021-2022
23. 2023-2024
24. 2025-2026
25. 2027-2028
26. 2029-2030
27. 2031-2032
28. 2033-2034
29. 2035-2036
30. 2037-2038
31. 2039-2040
32. 2041-2042
33. 2043-2044
34. 2045-2046
35. 2047-2048
36. 2049-2050
37. 2051-2052
38. 2053-2054
39. 2055-2056
40. 2057-2058
41. 2059-2060
42. 2061-2062
43. 2063-2064
44. 2065-2066
45. 2067-2068
46. 2069-2070
47. 2071-2072
48. 2073-2074
49. 2075-2076
50. 2077-2078
51. 2079-2080
52. 2081-2082
53. 2083-2084
54. 2085-2086
55. 2087-2088
56. 2089-2090
57. 2091-2092
58. 2093-2094
59. 2095-2096
60. 2097-2098
61. 2099-2100
62. 2101-2102
63. 2103-2104
64. 2105-2106
65. 2107-2108
66. 2109-2110
67. 2111-2112
68. 2113-2114
69. 2115-2116
70. 2117-2118
71. 2119-2120
72. 2121-2122
73. 2123-2124
74. 2125-2126
75. 2127-2128
76. 2129-2130
77. 2131-2132
78. 2133-2134
79. 2135-2136
80. 2137-2138
81. 2139-2140
82. 2141-2142
83. 2143-2144
84. 2145-2146
85. 2147-2148
86. 2149-2150
87. 2151-2152
88. 2153-2154
89. 2155-2156
90. 2157-2158
91. 2159-2160
92. 2161-2162
93. 2163-2164
94. 2165-2166
95. 2167-2168
96. 2169-2170
97. 2171-2172
98. 2173-2174
99. 2175-2176
100. 2177-2178
101. 2179-2180
102. 2181-2182
103. 2183-2184
104. 2185-2186
105. 2187-2188
106. 2189-2190
107. 2191-2192
108. 2193-2194
109. 2195-2196
110. 2197-2198
111. 2199-2200
112. 2201-2202
113. 2203-2204
114. 2205-2206
115. 2207-2208
116. 2209-2210
117. 2211-2212
118. 2213-2214
119. 2215-2216
120. 2217-2218
121. 2219-2220
122. 2221-2222
123. 2223-2224
124. 2225-2226
125. 2227-2228
126. 2229-2230
127. 2231-2232
128. 2233-2234
129. 2235-2236
130. 2237-2238
131. 2239-2240
132. 2241-2242
133. 2243-2244
134. 2245-2246
135. 2247-2248
136. 2249-2250
137. 2251-2252
138. 2253-2254
139. 2255-2256
140. 2257-2258
141. 2259-2260
142. 2261-2262
143. 2263-2264
144. 2265-2266
145. 2267-2268
146. 2269-2270
147. 2271-2272
148. 2273-2274
149. 2275-2276
150. 2277-2278
151. 2279-2280
152. 2281-2282
153. 2283-2284
154. 2285-2286
155. 2287-2288
156. 2289-2290
157. 2291-2292
158. 2293-2294
159. 2295-2296
160. 2297-2298
161. 2299-2300
162. 2301-2302
163. 2303-2304
164. 2305-2306
165. 2307-2308
166. 2309-2310
167. 2311-2312
168. 2313-2314
169. 2315-2316
170. 2317-2318
171. 2319-2320
172. 2321-2322
173. 2323-2324
174. 2325-2326
175. 2327-2328
176. 2329-2330
177. 2331-2332
178. 2333-2334
179. 2335-2336
180. 2337-2338
181. 2339-2340
182. 2341-2342
183. 2343-2344
184. 2345-2346
185. 2347-2348
186. 2349-2350
187. 2351-2352
188. 2353-2354
189. 2355-2356
190. 2357-2358
191. 2359-2360
192. 2361-2362
193. 2363-2364
194. 2365-2366
195. 2367-2368
196. 2369-2370
197. 2371-2372
198. 2373-2374
199. 2375-2376
200. 2377-2378
201. 2379-2380
202. 2381-2382
203. 2383-2384
204. 2385-2386
205. 2387-2388
206. 2389-2390
207. 2391-2392
208. 2393-2394
209. 2395-2396
210. 2397-2398
211. 2399-2400
212. 2401-2402
213. 2403-2404
214. 2405-2406
215. 2407-2408
216. 2409-2410
217. 2411-2412
218. 2413-2414
219. 2415-2416
220. 2417-2418
221. 2419-2420
222. 2421-2422
223. 2423-2424
224. 2425-2426
225. 2427-2428
226. 2429-2430
227. 2431-2432
228. 2433-2434
229. 2435-2436
230. 2437-2438
231. 2439-2440
232. 2441-2442
233. 2443-2444
234. 2445-2446
235. 2447-2448
236. 2449-2450
237. 2451-2452
238. 2453-2454
239. 2455-2456
240. 2457-2458
241. 2459-2460
242. 2461-2462
243. 2463-2464
244. 2465-2466
245. 2467-2468
246. 2469-2470
247. 2471-2472
248. 2473-2474
249. 2475-2476
250. 2477-2478
251. 2479-2480
252. 2481-2482
253. 2483-2484
254. 2485-2486
255. 2487-2488
256. 2489-2490
257. 2491-2492
258. 2493-2494
259. 2495-2496
260. 2497-2498
261. 2499-2500
262. 2501-2502
263. 2503-2504
264. 2505-2506
265. 2507-2508
266. 2509-2510
267. 2511-2512
268. 2513-2514
269. 2515-2516
270. 2517-2518
271. 2519-2520
272. 2521-2522
273. 2523-2524
274. 2525-2526
275. 2527-2528
276. 2529-2530
277. 2531-2532
278. 2533-2534
279. 2535-2536
280. 2537-2538
281. 2539-2540
282. 2541-2542
283. 2543-2544
284. 2545-2546
285. 2547-2548
286. 2549-2550
287. 2551-2552
288. 2553-2554
289. 2555-2556
290. 2557-2558
291. 2559-2560
292. 2561-2562
293. 2563-2564
294. 2565-2566
295. 2567-2568
296. 2569-2570
297. 2571-2572
298. 2573-2574
299. 2575-2576
300. 2577-2578
301. 2579-2580
302. 2581-2582
303. 2583-2584
304. 2585-2586
305. 2587-2588
306. 2589-2590
307. 2591-2592
308. 2593-2594
309. 2595-2596
310. 2597-2598
311. 2599-2600
312. 2601-2602
313. 2603-2604
314. 2605-2606
315. 2607-2608
316. 2609-2610
317. 2611-2612
318. 2613-2614
319. 2615-2616
320. 2617-2618
321. 2619-2620
322. 2621-2622
323. 2623-2624
324. 2625-2626
325. 2627-2628
326. 2629-2630
327. 2631-2632
328. 2633-2634
329. 2635-2636
330. 2637-2638
331. 2639-2640
332. 2641-2642
333. 2643-2644
334. 2645-2646
335. 2647-2648
336. 2649-2650
337. 2651-2652
338. 2653-2654
339. 2655-2656
340. 2657-2658
341. 2659-2660
342. 2661-2662
343. 2663-2664
344. 2665-2666
345. 2667-2668
346. 2669-2670
347. 2671-2672
348. 2673-2674
349. 2675-2676
350. 2677-2678
351. 2679-2680
352. 2681-2682
353. 2683-2684
354. 2685-2686
355. 2687-2688
356. 2689-2690
357. 2691-2692
358. 2693-2694
359. 2695-2696
360. 2697-2698
361. 2699-2700
362. 2701-2702
363. 2703-2704
364. 2705-2706
365. 2707-2708
366. 2709-2710
367. 2711-2712
368. 2713-2714
369. 2715-2716
370. 2717-2718
371. 2719-2720
372. 2721-2722
373. 2723-2724
374. 2725-2726
375. 2727-2728
376. 2729-2730
377. 2731-2732
378. 2733-2734
379. 2735-2736
380. 2737-2738
381. 2739-2740
382. 2741-2742
383. 2743-2744
384. 2745-2746
385. 2747-2748
386. 2749-2750
387. 2751-2752
388. 2753-2754
389. 2755-2756
390. 2757-2758
391. 2759-2760
392. 2761-2762
393. 2763-2764
394. 2765-2766
395. 2767-2768
396. 2769-2770
397. 2771-2772
398. 2773-2774
399. 2775-2776
400. 2777-2778
401. 2779-2780
402. 2781-2782
403. 2783-2784
404. 2785-2786
405. 2787-2788
406. 2789-2790
407. 2791-2792
408. 2793-2794
409. 2795-2796
410. 2797-2798
411. 2799-2800
412. 2801-2802
413. 2803-2804
414. 2805-2806
415. 2807-2808
416. 2809-2810
417. 2811-2812
418. 2813-2814
419. 2815-2816
420. 2817-2818
421. 2819-2820
422. 2821-2822
423. 2823-2824
424. 2825-2826
425. 2827-2828
426. 2829-2830
427. 2831-2832
428. 2833-2834
429. 2835-2836
430. 2837-2838
431. 2839-2840
432. 2841-2842
433. 2843-2844
434. 2845-2846
435. 2847-2848
436. 2849-2850
437. 2851-2852
438. 2853-2854
439. 2855-2856
440. 2857-2858
441. 2859-2860
442. 2861-2862
443. 2863-2864
444. 2865-2866
445. 2867-2868
446. 2869-2870
447. 2871-2872
448. 2873-2874
449. 2875-2876
450. 2877-2878
451. 2879-2880
452. 2881-2882
453. 2883-2884
454. 2885-2886
455. 2887-2888
456. 2889-2890
457. 2891-2892
458. 2893-2894
459. 2895-2896
460. 2897-2898
461. 2899-2900
462. 2901-2902
463. 2903-2904
464. 2905-2906
465. 2907-2908
466. 2909-2910
467. 2911-2912
468. 2913-2914
469. 2915-2916
470. 2917-2918
471. 2919-2920
472. 2921-2922
473. 2923-2924
474. 2925-2926
475. 2927-2928
476. 2929-2930
477. 2931-2932
478. 2933-2934
479. 2935-2936
480. 2937-2938
481. 2939-2940
482. 2941-2942
483. 2943-2944
484. 2945-2946
485. 2947-2948
486. 2949-2950
487. 2951-2952
488. 2953-2954
489. 2955-2956
490. 2957-2958
491. 2959-2960
492. 2961-2962
493. 2963-2964
494. 2965-2966
495. 2967-2968
496. 2969-2970
497. 2971-2972
498. 2973-2974
499. 2975-2976
500. 2977-2978
501. 2979-2980
502. 2981-2982
503. 2983-2984
504. 2985-2986
505. 2987-2988
506. 2989-2990
507. 2991-2992
508. 2993-2994
509. 2995-2996
510. 2997-2998
511. 2999-3000
512. 3001-3002
513. 3003-3004
514. 3005-3006
515. 3007-3008
516. 3009-3010
517. 3011-3012
518. 3013-3014
519. 3015-3016
520. 3017-3018
521. 3019-3020
522. 3021-3022
523. 3023-3024
524. 3025-3026
525. 3027-3028
526. 3029-3030
527. 3031-3032
528. 3033-3034
529. 3035-3036
530. 3037-3038
531. 3039-3040
532. 3041-3042
533. 3043-3044
534. 3045-3046
535. 3047-3048
536. 3049-3050
537. 3051-3052
538. 3053-3054
539. 3055-3056
540. 3057-3058
541. 3059-3060
542. 3061-3062
543. 3063-3064
544. 3065-3066
545. 3067-3068
546. 3069-3070
547. 3071-3072
548. 3073-3074
549. 3075-3076
550. 3077-3078
551. 3079-3080
552. 3081-3082
553. 3083-3084
554. 3085-3086
555. 3087-3088
556. 3089-3090
557. 3091-3092
558. 3093-3094
559. 3095-3096
560. 3097-3098
561. 3099-3100
562. 3101-3102
563. 3103-3104
564. 3105-3106
565. 3107-3108
566. 3109-3110
567. 3111-3112
568. 3113-3114
569. 3115-3116
570. 3117-3118
571. 3119-3120
572. 3121-3122
573. 3123-3124
574. 3125-3126
575. 3127-3128
576. 3129-3130
577. 3131-3132
578. 3133-3134
579. 3135-3136
580. 3137-3138
581. 3139-3140
582. 3141-3142
583. 3143-3144
584. 3145-3146
585. 3147-3148
586. 3149-3150
587. 3151-3152
588. 3153-3154
589. 3155-3156
590. 3157-3158
591. 3159-3160
592. 3161-3162
593. 3163-3164
594. 3165-3166
595. 3167-3168
596. 3169-3170
597. 3171-3172
598. 3173-3174
599. 3175-3176
600. 3177-3178
601. 3179-3180
602. 3181-3182
603. 3183-3184
604. 3185-3186
605. 3187-3188
606. 3189-3190
607. 3191-3192
608. 3193-3194
609. 3195-3196
610. 3197-3198
611. 3199-3200
612. 3201-3202
613. 3203-3204
614. 3205-3206
615. 3207-3208
616. 3209-3210
617. 3211-3212
618. 3213-3214
619. 3215-3216
620. 3217-3218
621. 3219-3220
622. 3221-3222
623. 3223-3224
624. 3225-3226
625. 3227-3228
626. 3229-3230
627. 3231-3232
628. 3233-3234
629. 3235-3236
630. 3237-3238
631. 3239-3240
632. 3241-3242
633. 3243-3244
634. 3245-3246
635. 3247-3248
636. 3249-3250
637. 3251-3252
638. 3253-3254
639. 3255-3256
640. 3257-3258
641. 3259-3260
642. 3261-3262
643. 3263-3264
644. 3265-3266
645. 3267-3268
646. 3269-3270
647. 3271-3272
648. 3273-3274
649. 3275-3276
650. 3277-3278
651. 3279-3280
652. 3281-3282
653. 3283-3284
654. 3285-3286
655. 3287-3288
656. 3289-3290
657. 3291-3292
658. 3293-3294
659. 3295-3296
660. 3297-3298
661. 3299-3300
662. 3301-3302
663. 3303-3304
664. 3305-3306
665. 3307-3308
666. 3309-3310
667. 3311-3312
668. 3313-3314
669. 3315-3316
670. 3317-3318
671. 3319-3320
672. 3321-3322
673. 3323-3324
674. 3325-3326
675. 3327-3328
676. 3329-3330
677. 3331-3332
678. 3333-3334
679. 3335-3336
680. 3337-3338
681. 3339-3340
682. 3341-3342
683. 3343-3344
684. 3345-3346
685. 3347-3348
686. 3349-3350
687. 3351-3352
688. 3353-3354
689. 3355-3356
690. 3357-3358
691. 3359-3360
692. 3361-3362
693. 3363-3364
694. 3365-3366
695. 3367-3368
696. 3369-3370
697. 3371-3372
698. 3373-3374
699. 3375-3376
700. 3377-3378
701. 3379-3380
702. 3381-3382
703. 3383-3384
704. 3385-3386
705. 3387-3388
706. 3389-3390
707. 3391-3392
708. 3393-3394
709. 3395-3396
710. 3397-3398
711. 3399-3400
712. 3401-3402
713. 3403-3404
714. 3405-3406
715. 3407-3408
716. 3409-3410
717. 3411-3412
718. 3413-3414
719. 3415-3416
720. 3417-3418
721. 3419-3420
722. 3421-3422
723. 3423-3424
724. 3425-3426
725. 3427-3428
726. 3429-3430
727. 3431-3432
728. 3433-3434
729. 3435-3436
730. 3437-3438
731. 3439-3440
732. 3441-3442
733. 3443-3444
734. 3445-3446
735. 3447-3448
736. 3449-3450
737. 3451-3452
738. 3453-3454
739. 3455-3456
740. 3457-3458
741. 3459-3460
742. 3461-3462
743. 3463-3464
744. 3465-3466
745. 3467-3468
746. 3469-3470
747. 3471-3472
748. 3473-3474
749. 3475-3476
750. 3477-3478
751. 3479-3480
752. 3481-3482
753. 3483-3484
754. 3485-3486
755. 3487-3488
756. 3489-3490
757. 3491-3492
758. 3493-3494
759. 3495-3496
760. 3497-3498
761. 3499-3500
762. 3501-3502
763. 3503-3504
764. 3505-3506
765. 3507-3508
766. 3509-3510
767. 3511-3512
768. 3513-3514
769. 3515-3516
770. 3517-3518
771. 3519-3520
772. 3521-3522
773. 3523-3524
774. 3525-3526
775. 3527-3528
776. 3529-3530
777. 3531-3532
778. 3533-3534
779. 3535-3536

INTRODUÇÃO

O acelerado processo de industrialização e de crescimento da população que experimenta, na atualidade, São José dos Campos (SJ), nos dá a oportunidade de estudar quase como num laboratório, os efeitos sobre os processos reprodutivos da população que provoca o desenvolvimento industrial. Daí seu interesse para os cientistas sociais preocupados pelos fenômenos da população em sua relação com outros processos básicos da sociedade. As linhas que se seguem não são mais que um conjunto de reflexões e comentários surgidos de uma atenta leitura do material reunido no CEBRAP por ocasião da investigação sobre Reprodução da População que aí está se desenvolvendo. O material consiste fundamentalmente, em entrevistas, há também notas de investigação e alguns outros documentos. (Para um melhor aproveitamento das entrevistas enumerei-as e classifiquei-as de acordo com certos critérios cujo detalhe anexarei nestas páginas, Anexo 1.)

Nas sociedades predominantemente capitalistas, o desenvolvimento econômico parece o elemento mais dinâmico, já que é capaz, pelo seu dinamismo interno, de provocar profundas transformações sociais. SJ experimenta, na atualidade, um processo de transformação radical que abrange todas as dimensões de sua vida social como resultado do estabelecimento de um aglomerado industrial volumoso dentro do seu âmbito urbano. A mudança é tão profunda e radical que os antigos habitantes de SJ experimentam problemas de adaptação à "nova cidade" similares aos dos migrantes de outras zonas (com o agravante que aqueles podem estar menos dispostos a se adaptar, a aceitar caras novas, gente estranha que invade a cidade, a mudar o ritmo de vida, etc.). Qual é a origem de toda essa mudança?

Para SJ, a mudança se mostra como algo que veio de fora. Não poderia ser de outra maneira. O conjunto de decisões que se articularam para a transformação de SJ, de uma cidade média numa crescente cidade industrial, foram adotadas noutro lugar. Onde? É difícil dizer. Em relação a isto, são os economistas e talvez os cientistas políticos os que têm a palavra. São eles que teriam que mostrar como a dinâmica do atual desenvolvimento econômico do país, em junção com as tendências da economia internacional, chegou a traduzir-se em decisões nas instâncias de poder correspondentes. Na esfera desta análise, e, para os efeitos de continuar com estas reflexões,

consideraremos a industrialização como um determinante exógeno, isto é, como algo que atua externamente sobre o delimitado sistema que queremos estudar.

Qualquer que seja a caracterização do processo econômico em que se pode entender a súbita industrialização de SJ, um ponto sobre o qual - não obstante o anterior - quero chamar a atenção é que na escolha de SJ primaram critérios técnicos relacionados com a localização geográfica(1) em detrimento de outros que se referem à existência de mão de obra. Em SJ, não havia previamente uma população concentrada e disponível para ser atraída para a atividade industrial. Evidentemente, não há nisto um erro técnico. Os resultados são visíveis, a população apareceu quando solicitada. Há nisto uma suposição que opera eficientemente ao menos nesta sociedade. Qual é esta suposição? Vamos por aproximações sucessivas.

No Brasil, hoje, não há problemas de mão de obra. Ela é abundante e barata. Basta que ofereçam emprego num certo lugar, não importa qual, para que um fluxo de população se ponha em movimento até cobrir as necessidades e ainda mais. Pois bem, a hipótese não é a da mera existência de uma população abundante, mas sim, a da existência de uma grande parte desta que vive em condições tais que pode ser mobilizada pela simples expectativa de um emprego como operário industrial. O que a industrialização oferece em termos de emprego não é mais do que isso, mas isso basta. Isto nos leva a pensar que um outro elemento importante para entender a industrialização de SJ é a existência, no país, de um apreciável volume de população em condições que denominaremos sub-proletárias disposta a se mobilizar para se estabilizar como classe proletária.

Dois tipos de efeitos sociais, principais, podem resultar de um processo acelerado de industrialização como o que experimenta SJ. Um deles diz respeito às mudanças que experimenta a unidade social considerada como um todo, e cujo reflexo podemos descobrir no nível institucional. O outro

(1) A cidade de SJ está localizada na estrada que une São Paulo ao Rio de Janeiro. Possui água abundante e energia elétrica e tem fácil saída para o mar através do Porto de Santos.

tipo, estreitamente ligado com o anterior, tem relação com os fenômenos de decomposição e recomposição do sistema de classe social. Antes de nos centrarmos neste último ponto, convém que nos detenhamos um momento no primeiro deles.

I. MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

De acordo com o Censo de 1950, SJ era uma cidade de tamanho médio com 50 000 habitantes cuja atividade se distribuíra entre a agricultura, a indústria e os serviços numa proporção que não está longe do que é comum nas pequenas e médias cidades. Já na década de cinquenta, começaram a aparecer algumas modificações que ainda assim, são absorvidas pela cidade tradicional. Na década de sessenta o processo de industrialização começa a se fazer mais notório, e, até o final dela e no começo da seguinte a mudança já é total. Hoje em dia pode-se falar de uma crescente cidade industrial cuja população já se estima em 250 000 habitantes.

Os novos estabelecimentos industriais(2), formaram novas fontes de trabalho que ao superar os recursos locais de mão-de-obra tem dado origem a um crescente movimento de imigração.

A importância da migração é um indício de que o fenômeno chamado SJ transcende a SJ. É muito provável que as zonas vizinhas, tais como o sul de Minas, experimentem alguns efeitos colaterais como resultado do deslocamento de mão-de-obra. Ao considerar os fluxos migratórios é importante atender aos diversos tipos de força de trabalho que se mobilizam. A força de trabalho (F de T) não qualificada pode vir de zonas rurais, semi-rurais e urbanas vizinhas. A F de T qualificada, em compensação, pressupõe uma experiência prévia de trabalho industrial. Se existir um fluxo desta, é provável que seja pequeno e composto em grande parte por transferências no interior de uma mesma empresa. No caso de F de T muito qualificada, isto é, de

(2) No Anexo 2 apresenta-se uma lista das empresas com mais de 100 empregados em outubro de 1973.

técnicos e engenheiros; o recrutamento provavelmente se fará nos grandes centros urbanos nacionais. Supõe-se que não se eliminara a possibilidade de que as empresas multinacionais mobilizem também técnicos e executivos do exterior.

A simples mudança de tamanho da unidade social de referência, a cidade, implica num conjunto de consequências importantes a nível das relações sociais. A senhora acostumada a ir ao mercado encontra cada vez mais pessoas desconhecidas. O médico da cidade que sai à rua já não é saudado ao cruzar com os transeuntes. Torna-se cada vez mais desconhecido. Aumenta o anonimato e as formas de controle social mais tradicionais se debilitam. Um jornalista entrevistado sente falta "das famílias tradicionais que tomavam as decisões da cidade" (C.51.). Tais famílias certamente não eram mais que a cúpula de um sistema de controle social baseado em relações de parentesco. Além de um certo tamanho, tal sistema de controle simplesmente deixa de funcionar porque não há condições de exercê-lo. Os "controlados" escapam no anonimato e tornam-se "descontrolados". As regras que tradicionalmente regiam a constituição dos casais e seu comportamento até o matrimônio, por exemplo, deixam de existir porque já não podem ser controlados. "Hoje uma gravidez antes do casamento é encarada com naturalidade. Na minha geração isso era um escândalo" (C.32). Muitos dos entrevistados têm a impressão de que um dos resultados desta maior liberalidade da juventude é o matrimônio precoce. Muitos se casam pela gravidez da moça. Outros não se casam mas deixam muitas mães solteiras. Também atribuem ao matrimônio precoce o grande número de separações e desquites (C.32, C.30, A.6). Em relação ao matrimônio precoce alguns entrevistados coincidem em assinalar a imigração como uma de suas causas. É possível que os imigrantes procurem no matrimônio antecipado uma forma de suprir o apêio familiar que lhes falta, em todo caso trata-se de impressões que se deveriam confirmar com dados. Porém está por ser comprovado que o matrimônio antecipado é um dos fatores que mais incidem na reprodução da população.

É interessante notar como os juizes (C.29, e, particularmente, C.30), apontam como causa do aumento da delinquência juvenil e de outras situações irregulares, como as separações, os filhos naturais etc. a "desagregação do espírito familiar". Como juizes percebem que começa a recair sobre eles uma série de responsabilidades de controle social que antes cumpria a família patriarcal. Desaparecida a autoridade do chefe de família, os jo-

vens só têm como controle, o policial. Tudo isto parece reverter no desenvolvimento de uma figura de autoridade alternativa: o prefeito, os juizes, a polícia, o patrão etc. Segundo o juiz, a prefeitura se ocupa dos jovens, sobretudo dos "jovens estudantes aos quais sobra tempo para outras coisas". O prefeito os incentiva a trabalhar e a dar assim um sentido positivo ao seu tempo livre (descontrolados?). Os juizes assumem tarefas paternas: convencem aos jovens casais a não se separarem, conseguem trabalho para os jovens delinquentes em vez de detê-los etc...

De outro ângulo, volta a aparecer o tema da crise do sistema familiar de controle social. Um padre entrevistado (C.35), vincula a debilidade da Igreja à situação de crise da família tradicional. O padre supõe um estreito vínculo entre a Igreja tradicional e a família tradicional. Falhando esta última a primeira perde terreno, significação e eficácia. De maneira similar, sustenta que assim como a família perde o controle de seus filhos, a Igreja perde o controle do misticismo. A Igreja perde terreno mas a religião não se perde. Reaparece com força nos setores mais populares através do espiritismo, pentecostalismo etc... "Ao diminuir a força agregadora da família tradicional, a Igreja não tem condições para acompanhar a mudança social". (Os nomes de "pai de santo" e de "mãe de santo" com que se denomina as autoridades religiosas nos grupos espiritualistas, me fazem pensar numa refundição, em tais personagens, das figuras de autoridade familiar e religiosas; uma hipótese interessante para se estudar).

Nos assuntos relacionados com o controle de natalidade e a planificação familiar, as posições um tanto contraditórias da Igreja - que obriga a muitos sacerdotes e religiosas a contradizer em cada caso concreto o que a ortodoxia papal afirma em geral, utilizando a casuística de que "cada caso é um caso" - faz oscilar a legitimidade em matéria familiar do sacerdote ao médico, da Igreja à Medicina. Isto se pode apreciar muitas vezes nas entrevistas. Alguns sacerdotes (C.33, C.35) realizam este processo interligando problemas de saúde com o uso de pílula A.C. Se a pílula é receitada, é santa e boa. Se o médico opina, a Igreja cala e deixa de fazer. Um médico (C.13), aponta o fato de que as freiras do hospital "fecham os olhos" para deixar atuar com liberdade o médico. Uma enfermeira confirma "o próprio padre não contraria o médico" (C.15). A mesma assinala que as pessoas fazem muito mais caso ao médico que ao sacerdote em questões de família. Os próprios médicos se sentem com mais responsabilidade em orientar a

família. Formam grupos, ditam palestras e desenvolvem um conjunto de idéias em relação a isso. Particularmente significativa neste sentido é a entrevista a um psiquiatra (C.18), onde se transpõe toda uma ideologia muito elaborada e coerente em relação a família dentro de um discurso suavemente nacionalista(3). (Pergunto-me se esta corresponderia à ideologia oficial sobre esta assunto). O médico aceita, ao menos parcialmente, o novo papel de orientador em questões familiares que lhe cede o sacerdote.

No que se refere à influência da religião sobre o controle familiar, tem-se posições muito contraditórias por parte dos entrevistados. Uns dizem que influi e muito, outros pelo contrário, dizem que não tem a mínima influência. Creio que esta aparente contradição nas entrevistas se resolverá se considerarmos que:

- a) A religião enquanto voz oficial não tem muito efeito, já que se encontra muito debilitada por suas próprias contradições. Por exemplo, nas entrevistas feitas aos professores dos cursos pre-matrimoniais da Igreja, pode-se observar o seguinte: (C.31, C.32). Após dar uma visão cristã do matrimônio deixa-se o tema do uso dos meios A.C. ao critério de cada um. Não se dá nenhuma norma geral para que cada um resolva de acordo com sua consciência. Por sua parte os próprios professores reconhecem que recorrem aos métodos A.C. proibidos pelo Papa.
- b) A religião, enquanto sistema de crenças e temores que em grau maior ou menor pode circunscrever as ações mais pessoais dos indivíduos, tem algum efeito no sentido de dificultar a intervenção de métodos e técnicas, de algum modo profanas, no âmbito da origem da vida, de alguma maneira, sagrado. Esta resistência é a que os médicos classificam como tabus e temores (C.10, C.12, C.13 etc.). Uns dos temores mais generalizados é o que se refere às más consequências para a saúde. Acha-se, e isto é também compartilhado por certos médicos e padres, que o uso de A.C. pode provocar alterações físicas e psicológicas. Inclusive esta ameaça pode chegar a ser usada como argumento por alguns personagens religiosos. Isso se vê claro na entrevista de um dos padres (C.41), e

(3) Inclue-se como anexo 3.

e também nos Pais de Santo (C.36, C.37, C.39). Quando estes temores existem, não basta a intervenção do médico para eliminá-los. A raiz religiosa destes temores faz necessária a presença de um exorcista mais adequado. Daí que um dos médicos entrevistados (C.15), considere útil a intervenção da religião já que "muitas pessoas tem neurose de doença e necessitam de uma religião". Não deixa de ter razão, pois, se o sistema de crenças é muito forte e fechado, a simples transgressão pode provocar alterações psicológicas e físicas que se atribuiriam ao uso do A.C. Se faz necessário que uma autoridade religiosa expurge os temores e passe a questão à autoridade médica. Um fato interessante que convém ao menos mencionar, é que várias vezes nas entrevistas são os maridos que expressam maiores reticências ao uso do A.C. (C.4, C.10, C.20).

Outros dois aspectos que requerem uma atenção especial quando se analisa o nível institucional são: a educação e a saúde. Em relação a eles, por enquanto faremos somente alguns comentários.

As empresas produtivas que se instalaram em SJ parecem estar dispostas a atender as necessidades de saúde e educação dos trabalhadores e seus familiares. Há diversos estabelecimentos que se encarregam destes problemas e que estabelecem convênios de assistência com as empresas. As próprias empresas tomaram algumas iniciativas neste campo. Tudo isto merece uma atenção especial. Creio que a razão última deste preocupação por parte das empresas não está nem num certo humanitarismo do capital, nem numa certa concessão feita aos trabalhadores. Trata-se simplesmente de inversões rentáveis que se fazem na força de trabalho para aumentar sua produtividade. Mas isto não apenas deve ser enunciado como também demonstrado. Basta-nos, por enquanto, formular algumas hipóteses.

Se por um lado é verdade que a maior parte dos migrantes não possuem qualificação alguma, por outro lado, se faz imprescindível fazer algumas inversões na educação para responder a crescente demanda de F de T qualificada, que geram as modernas indústrias da grande capital nacional e internacional. Um certo nível de qualificação é necessário no trabalhador para que as empresas se decidam a por em suas mãos, as complexas (requerem uma certa especialização), delicadas (podem ser deterioradas por mãos inexperientes), e perigosas (podem provocar acidentes), máquinas industriais. É claro que a última especialização pode-lhes ser dada pela própria empresa,

mas esta instrução exige uma certa base que a indústria não poderia dar de forma eficiente. Requer-se, portanto, estabelecimentos adequados de ensino.

Quando o assalariado já tem uma qualificação, o custo de sua reprodução está incluído no salário e pode fazer com que seus filhos logrem uma certa qualificação(4) (5). Nesses casos, o problema da qualificação se resolve de forma privada.

O problema adquire caráter social quando se trata da qualificação de um contingente da F.de T não qualificada. Quem paga o custo? Ninguém o fará de forma espontânea. Portanto os custos se dividem entre diversos agentes sociais. Parte do custo é financiado pelas empresas, parte é pago pelo Estado, os trabalhadores e suas famílias também custeiam, por último outros setores sociais, como por exemplo os professores, contribuem com seus baixos salários para rebaixar tais custos.

Quanto aos investimentos na área da saúde, tem-se que assinalar que estas se fazem mais rentáveis quando o nível de qualificação e especialização dos trabalhadores é mais elevado. Quando a mão-de-obra é não-qualificada, um homem doente não é mais do que um homem doente perfeitamente substituível por outro. Ao passo que se for um trabalhador qualificado e especializado sua substituição não é tão fácil nem tão imediata e seu efeito sobre a produtividade é maior. A saúde desse trabalhador tem mais valor para a empresa. Situação similar apresenta-se com a saúde da família do trabalhador. A baixa no rendimento pessoal que resulta das preocupações pelas enfermidades e doenças dos familiares é mais significativa quanto maior for a produção normal associada a este trabalhador. Também é importante considerar as necessidades de saúde e bem estar da família do trabalhador.

A alta concentração industrial que já apresenta SJ, e que vai continuar aumentando por alguns anos mais, justifica, devido à sua ren-

(4) Sempre que funcione a lei do valor para a força de trabalho, isto é, que os salários igualem os custos de reprodução da dita F de T. (Ver Joaquín Leguina; Fuerza de Trabajo Excedente - Un Análisis Comparativo, mimeo, PROELCE).

(5) O qual condiciona também o número de filhos que se pode ter para permitir que se reproduzam ao nível de qualificação.

tabilidade, a presença de múltiplos institutos e estabelecimentos de educação e saúde na cidade. Seria importante poder seguir a evolução destas instituições e pô-las em relação com as políticas de emprego das empresas, mas para isso é necessário um estudo mais especializado.

II. MUDANÇAS NO SISTEMA DE CLASSES SOCIAIS

Um dos efeitos mais imediatos e radicais que pode provocar o desenvolvimento industrial é o de desajustar e reajustar o sistema de classes sociais. Junto com a industrialização inicia-se um processo de decomposição e recomposição das classes em presença que pode repercutir em todos os âmbitos da sociedade. Tais modificações regularmente são percebidas como mudanças econômicas, como aumentos ou diminuições no nível da vida, como variações na demanda de F de T, inclusive como simples aumento da população. Dificilmente se percebe o desenvolvimento ou o desaparecimento de uma ou mais classes sociais. Curiosamente um dos entrevistados (C.4) assinalou de passagem, que "a classe média está desaparecendo. A classe que antes era média e que agora é quase baixa..." Infelizmente, a alusão é tão rápida que não podemos saber o que é que o médico entende como classe média. Sua percepção pode responder bem à proletarianização de alguns setores sociais mais tradicionais. Quando Marx fala do desaparecimento da classe média, na Inglaterra, por efeito da industrialização, refere-se aos artesões e a suas corporações tradicionais que foram arrastadas pelo processo de proletarianização. Algo similar pode ter ocorrido em SJ.

Para analisar os efeitos da industrialização de SJ sobre o sistema de classes é fundamental caracterizar o tipo de classe proletária que aí está surgindo. Para fazê-lo, ou pelo menos tentar, proponho a utilização de dois "tipos ideais" como instrumentos de comparação. A um deles podemos chamar "proletário moderno" ou simplesmente proletário e ao outro, para distingui-lo, "sub-proletário". Em grandes traços as principais características de ambos "tipos puros" são as seguintes(6):

(6) As características que apresentamos a seguir, constituem conjuntos que tendem a convergir e a constituir unidades sindrômicas como resultado de uma dialética interna da própria classe proletária. Dialética que parece ser o reflexo de outra dialética, que se dá entre a produção e a presença abundante de mão-de-obra de baixo nível, o que gera uma heterogeneidade no interior da estrutura produtiva.

Tipo Proletário

a) Possui uma certa qualificação de sua capacidade de trabalho e ao ser contratado, normalmente se especializa em alguma das tarefas requeridas pela produção.

b) Seu emprego é estável. Apresenta uma baixa rotação que normalmente se concentra no começo de sua vida de trabalho. Quando está desocupado não aceita qualquer trabalho e espera até conseguir um que corresponda a sua qualificação.

c) Recebe uma renda de subsistência que lhe permite constituir um lar com uma divisão interna das tarefas. Uma pré-condição para isto, é a obtenção de uma habitação independente que lhe permita estabelecer as bases de uma economia doméstica. A mulher se dedica às tarefas do lar e os filhos podem estudar. A mulher não trabalha fora do lar e se o faz o esposo a retira do serviço pelo simples fato de ele poder arcar com as despesas familiares.

d) O vínculo matrimonial é mais tardio, estável e formalizado. A figura de autoridade indiscutível é o pai.

Tipo Sub-Proletário

a) Possui uma força de trabalho simples, sem nenhuma qualificação. Não possui qualificação nem especialização o que lhe permite optar por qualquer tipo de trabalho simples.

b) Seu emprego é instável, tem alta rotação e seu trabalho é facilmente substituído. Está sempre a procura de melhores condições de trabalho e é capaz de mudar por pequenas diferenças de salário ou condições de vida. Transita entre diversos setores da economia à procura de emprego. Com facilidade passa da indústria para os serviços e vice-versa.

c) Recebe uma renda de indigência que obriga a seus familiares, mulher e filhos, a procurar outras formas de incrementar o fundo familiar. As condições de habitação são muito precárias e tendem ao amontoamento e à promiscuidade. A economia doméstica é muito precária e fica normalmente em mãos dos menores. A mulher trabalha e às vezes representa a única renda estável do lar.

d) As uniões são feitas cedo e os vínculos são instáveis. Quase sempre não há união formalizada no casal de progenitores. A relação mais estável, é a que existe entre mãe e filhos pelo que a figura materna tende a predominar. Muitas vezes a figura paterna desaparece e se originam famílias incompletas.

Tipo Proletário

e) Os filhos podem permanecer no lar até conseguir certas condições mínimas que lhe permitam inaugurar um novo lar. Emprego estável, certas economias etc.

f) A economia doméstica é programada e os recursos são distribuídos de maneira tal a otimizar os rendimentos e a melhorar o consumo. A previsão e as economias acompanham a vida familiar. O controle da natalidade é introduzido como um elemento necessário para uma reprodução mais qualitativa da família.

g) A qualificação e o acesso às modernas técnicas, permitem ao trabalhador estabelecer uma ruptura no campo ideológico com as concepções mágicas e religiosas da existência e facilitam a introdução no âmbito do lar de técnicas modernas e elaboradas: o método, a clínica, os métodos A.C. etc.

Tipo Sub-Proletário

e) A precariedade nas condições de vida do lar, favorecem a saída antecipada dos filhos. Os próprios pais podem forçar esta decisão. Para os filhos, a saída do lar, pode ser vista como uma libertação e se sentem preparados para isso, pela sua participação desde cedo no trabalho e nas tarefas do lar.

f) Não há condições objetivas no lar que favoreçam os hábitos de programação, de economia e de distribuição racional dos recursos. Vive-se o dia. Também não há um controle efetivo da natalidade, ainda que não exista o desejo de ter muitos filhos e se utilizem de métodos tradicionais como "ejaculação exterior". A motivação para o controle pode ser pouca, já que os filhos desde cedo podem ajudar no lar.

g) Nem no trabalho, nem no lar, há condições objetivas que possibilitem ao sub-proletário superar as concepções mágico-religiosas, que lhe permitam ao menos um controle simbólico de suas relações sociais frente às quais, permanece como impotente e passivo.

Podemos supor que a maior ou menor presença de um ou de outro destes tipos de trabalhadores, está vinculada a um distinto tipo de produção. O sub-proletariado seria um expoente de uma força de trabalho que se desenvolve com a indústria de baixa tecnologia e abundante mão-de-obra, e portanto, de baixa produtividade. Ao passo que o proletário surgiria com o desenvolvimento da moderna empresa industrial, de alta composição orgânica e produtividade. Nos termos da história do capitalismo podemos vincular o sub-proletariado ao capitalismo competitivo e o proletariado, ao período do monopólio. Nos países onde a história do capitalismo tem-se desenvolvido, essas etapas se sucedem uma à outra. Tais países contam agora com um tipo bem definido de industrialização e seus efeitos sobre a força de trabalho tem sido tal, que já não existem grandes contingentes de mão-de-obra suscetíveis de ser mobilizados até os centros industriais. Ali o aumento da industrialização passa por uma estratégia de atração da migração internacional de força de trabalho. Em outras palavras, nesses países, já não há um contingente de sub-proletários que possam ser mobilizados pelo toque de uma sirene do emprego industrial. A dialética que aí se dá, tem lugar entre os diversos graus de classificação da força de trabalho assalariada. O excedente da força de trabalho, dá-se em limites mais qualitativos e provém de uma qualificação de mão-de-obra em relação à demanda(7).

Na América Latina o canto é outro. As etapas do desenvolvimento industrial, não se sucedem mas sim se sobrepõem e combinam dando origem a uma situação muito heterogênea. Há uma grande massa de sub-proletários que estão sempre atentos a responder aos menores estímulos do mercado de trabalho. Quando se mobilizam, não o fazem pelo ouro da Califórnia, e sim por um simples emprego industrial que lhes permita estabilizar-se como classe proletária. A situação portanto, é muito dinâmica. Na raiz dela encontramos a chamada heterogeneidade estrutural.

O fenômeno chamado São José dos Campos, é paradigmático. Num ponto do Brasil, é induzido um processo de industrialização pela mobilização de grandes capitais nacionais e internacionais. Grandes empresas multinacionais com capitais norte-americanos, japoneses, suecos etc., concorrem com seu investimento, o Estado faz outro tanto e a eles também se agregam alguns capitais privados nacionais. A concorrência do capital é imediatamente se-

(7) Ver Josquín Leguina, Ibid.

guida pela concorrência da força de trabalho. Após alguns avisos nos jornais e na televisão, uma forte corrente de imigração se dirige ao lugar citado: SJ. Resultado: do ponto de vista econômico, uma forte industrialização; do ponto de vista social, um rápido processo de proletarianização do sub-proletariado. Cria-se aí um "contexto de mudança" que impulsiona a transformação social. O "contexto de mudança" insere-se numa situação global, em que os mais diversos fatores se conjugam para favorecer a transformação: as diferenças de salário por qualificação, a valorização dos estudos como meio de qualificação, a valorização da poupança, a programação, a previsão, a correta utilização dos créditos, enfim, a transposição à economia doméstica e à vida familiar, das normas de racionalidade próprias das grandes empresas capitalistas, o que sem dúvida, insere, finalmente, sobre "a planificação familiar". Nem sequer precisamos falar dela, esta vem sozinha(8). Esta situação

(8) Nas entrevistas feitas com as assistentes sociais das empresas, pode-se observar que elas não costumam falar com os trabalhadores sobre o controle de natalidade e questões afins, e sim sobre a correta utilização dos abonos da organização, da economia familiar, da poupança e da programação e de outras questões relacionadas com a educação e a saúde.

É interessante analisar neste sentido, a entrevista das assistentes sociais da Ericson (A.6). Por exemplo, ao perguntar-lhes sobre a necessidade de dar informação sobre métodos anticoncepcionais, o diálogo foi o seguinte:

- P. "Entre os funcionários jovens, vocês acham que o conhecimento sobre métodos anticoncepcionais é comum?"
- R. "(Dada por M. Carmo) Na Johnson, o conhecimento sobre métodos não era tão grande assim como na Ericson. Mas a dúvida deles é mais do tipo ético - modelos de comportamento - pois sabem o suficiente, o bastante sobre sexo".
- P. "Você que conhece os funcionários da Johnson e da Ericson, qual era (na maioria) a natureza das orientações que você sentia necessidade de dar, sem ser solicitada? (M. do Carmo)"
- R. "Há diferença entre Johnson e Ericson. Na Ericson a orientação é mais no sentido de procurar fazer com que a pessoa viva com o que ganha. Na Johnson a orientação era sobre o relacionamento interno do pessoal. Na Ericson estou tentando tirar o que há de paternalista "ensina-se a pescar, e não a dar o peixe". A ideia é ensiná-los a planejar o orçamento familiar. Acabar com a história de empréstimo para qualquer compra. Na Ericson os operários já estão aceitando essa ideia, na Alpargatas ainda não."

As assistentes sentem mais necessidade de dar orientação sobre formas de "modernizar" a organização econômica das famílias - maior distribuição dos recursos, planificação, etc. - que ensiná-los como limitar a família.

É interessante também observar o maior e menor êxito alcançado nas diversas empresas por parte das assistentes. Diferenças, cujo sentido pode-se fazer mais claro, nas páginas seguintes.

de mudança, é aceita pela grande maioria das pessoas. Uma das constantes mais significativas que encontrei em muitas das entrevistas, é uma certa identificação, expressa de uma ou de outra forma, do destino pessoal e familiar com o da cidade. As pessoas insistem que o desenvolvimento vai abrir melhores possibilidades de existência, se não para eles, pelo menos para seus filhos. Por isso é importante permanecer ali e esperar o que vem, sem outros planos a não ser o de preparar-se para trabalhar melhor. "Ele não estudou. Só aprendeu em casa. A mulher estudou até o segundo ano. Acha que o estudo lhe faz muita falta e por isso quer ver os filhos formados, estudando o mais que puder. Não pretende sair de SJ. Aqui é bom. Cidade tranquila, calma, o ar é muito bom. Depois a cidade evoluiu muito, teve uma evolução muito grande mesmo. E depois eu já acostumei aqui. Pensa no futuro dos filhos aqui em São José mesmo". (Extraído da entrevista de José Benedito Pereira, um negro que trabalhava numa "fazenda" em Minas e que agora trabalha em SJ numa firma construtora, é "guincheiro") (D.2). Um funcionário da Kodak, pela sua parte, manifestou na entrevista (A.4) que existe uma verdadeira febre de cursos. "... o elemento masculino, com toda essa febre de cursos em São José, faz cursos de toda natureza, de seis meses, um ano, para ter uma especialização". Enfim, o contexto de mudança parece estar suficientemente atestado nas entrevistas. Haveria inúmeras citações para confirmá-lo, mas por ora deixemos este assunto até aqui.

Uma vez detectado este processo de proletarização do sub-proletariado, um problema que surge de imediato, é o dos limites deste processo. O que vale perguntar se o tipo de industrialização que está se desenvolvendo em SJ e, por conseguinte, o tipo de política de emprego de mão-de-obra, tenderam ou não a constituir um único tipo de proletariado. Sobre isto pode haver duas hipóteses alternativas. Uma delas se homogeneidade e a outra de heterogeneidade. Segundo a primeira, haveria uma tendência a homogeneizar o tipo de industrialização, tanto em termos de produtividade como no tipo de mão-de-obra utilizada. Essa homogeneização, seria o resultado da concentração espacial de um conjunto de empresas modernas que terminariam por impor suas modalidades de emprego ao conjunto. O processo de homogeneização, terminaria por desembocar no desaparecimento do sub-proletariado do âmbito da cidade. De acordo com a segunda hipótese os fatores de heterogeneidade seguiriam atuando inclusive em lugares como SJ que não podem isolar-se do resto do país. A presença atual e potencial de contingentes de sub-proletários dispostos a aceitar condições pioradas de trabalho, com a intensão de poder

substituir a expectativa de melhores condições de trabalho pode favorecer o desenvolvimento de outros tipos de atividades lucrativas como, por exemplo:

- Empresas construtoras ou outras que se dediquem a produzir bens de consumo local, tais como alimentos, móveis, vestuário, serviços etc. Tais empresas com relativamente pouco capital e exploração de mão-de-obra barata podem obter lucros suficientes para provocar seu desenvolvimento. Além disso o preço de tais produtos está em SJ suficientemente caro como para tentar o pequeno e médio capital(9).
- Grandes empresas que se adaptam de tal forma às alternativas que oferece o mercado de trabalho que podem utilizar produtivamente a força de trabalho não qualificada e de alta rotatividade (Alpargatas, por exemplo?). É possível que a presença destas empresas, possa chegar a ser benéfica para as outras mais modernas e com alto grau de tecnologia, já que podem servir como estação de chegada, de preparação e de seleção da força de trabalho(10).

(9) A dona de uma pequena fábrica de telhas, descreve muito bem a situação típica de uma família sub-proletária, ao dizer o seguinte de uma de suas operárias (B.4):

"Aquela mulher(a) que tá batendo tijolo(b) tem 9 filhos. Acabou de sair da dieta e já está batendo tijolo(c). O marido gosta de muito filho porque vai trabalhar na fábrica e ajuda ele com o salário(d). Aqui ninguém toma providência pra não ter filho(e). As crianças fica tudo jogada. A crianczinha dela é pequena e fica sozinha em casa(f). Ela só bate o tijolo e vai embora. São bem pobre(g).

- (a) Trata-se de uma mulher que trabalha como operária na fábrica. Na família sub-proletária, o trabalho da mulher é imprescindível para poder completar a renda que é necessária para esta subsistir.
 - (b) A exploração da mão-de-obra barata não qualificada e simples, é a que permite a existência de fábricas como estas que se mantêm apesar da industrialização.
 - (c) Não parece haver contradição entre o trabalho e a procriação para as mulheres deste tipo de família. Tem 9 filhos. Acaba de ter o último e já está trabalhando.
 - (d) Os filhos também contribuem para a subsistência familiar com o seu trabalho. Por esta razão, os pais valorizam uma prole numerosa.
 - (e) Não se vê vantagem em controlar a natalidade e as condições de vida são tais, que não há um sentido de previsão.
 - (f) As tarefas do lar e o cuidado dos pequenos, são tarefas assumidas pelos próprios filhos. Isto é, aqueles que não são suficientemente grandes para poder trabalhar fora do lar, nem tão pequenos que não possam cuidar-se a si mesmos.
 - (g) Como resumo, a entrevistada disse que "são bem pobres". Possivelmente esse é o termo que, no uso social, melhor descreve a situação do sub-proletário.
- (10) Um informante da firma construtora Hidrocon, que é empreiteira da Petrobras assinalou que "aqui a mão-de-obra é tão difícil que algumas firmas vêm pedir pra gente ceder alguns serventes"(A.15).

- As empresas modernas e com alto grau de tecnologia poder ter uma série de tarefas que não requerem maior qualificação: embalagem, carga e descarga, vigilância, etc. Tais tarefas podem ser realizadas em seções específicas de forma a minimizar os contactos entre os distintos extratos de assalariados. Pode haver uma divisão hierarquizada de seções, de maneira tal, que em algumas delas não importe nem a especialização nem a retenção da mão-de-obra. É possível, inclusive que menores sejam contratados para desenvolver tarefas mais simples(11).

A hipótese de heterogeneidade implica, por conseguinte, na manutenção de um certo setor de sub-proletariado, convivendo com um forte núcleo proletários. Em termos de comportamento reprodutivo, a adoção de uma ou outra das hipóteses pode ter importantes consequências. Nisto a evolução da industrialização dirá a última palavra. Última não quer dizer única, já que é possível que também seja decisiva a intervenção da instância política. A prefeitura pode desenvolver mecanismos para orientar a imigração num sentido ou noutro. A primeira hipótese requer para ser viável a intervenção de efetiva política imigratória que discrimine em função de uma certa concepção do futuro desenvolvimento da zona. Ao analisar as entrevistas das empresas nesta perspectiva de encontrar diferenças em suas políticas de emprego, fiquei com a impressão de que, ao menos por ora, subsistem algumas diferenças que poderiam confirmar as hipóteses de heterogeneidade. Antes de dar exemplos, quero fazer um comentário sobre estas entrevistas. Creio que as entrevistas das empresas, em geral, foram abordadas dum ângulo - no meu parecer - equívoco. Seguiu-se um modelo demasiado imediatista. Parece que o que interessava era saber se as empresas tinham alguma política definida em matéria de natalidade. Também insistiu-se bastante sobre o trabalho da mulher. É obvio que ambas as coisas são de interesse, mas creio que os principais efeitos que as empresas produzem no comportamento reprodutivo dos trabalhadores, são indiretos. O que me parece importante saber de parte das empresas, é se estas orientam-se para uma política de emprego "proletarizante" ou "sub-proletarizante" ou se combinam ambas (as terminações empregadas não são muito elegantes, mas me parecem claras). No que se diferencia uma poli-

(11) A situação aqui descrita parece ser bastante comum, apesar de que não a pareça suficientemente testemunhada nas entrevistas. Alguma coisa desta divisão interna parece ter sido captado pelas entrevistadoras, que visitaram a Indústria Matarazzo (A.10).

tica proletarizante de outra sub-proletarizante? Fundamentalmente, no seguinte: uma empresa que se preocupa em selecionar bem o seu pessoal, em exigir um grau mínimo de qualificação, de especializá-los em determinadas tarefas, de esforçar-se por reter a F de T mediante salários qualitativamente mais altos e outras garantias no plano de saúde e previdência social, está adotando uma política proletarizante no emprego. Pelo contrário, se em outra empresa percebemos que não se exige maior qualificação à maior parte do pessoal, que se admitem menores de idade, que se oferece um salário baixo, que não se preocupa em reter o pessoal, senão, que há um contínuo fluxo de entradas e saídas, então temos uma política sub-proletarizante do emprego da mão-de-obra. Como pode-se apreciar esta última política, pela baixa remuneração com que compra F de T, na prática multiplica a mão-de-obra disponível já que obriga a mulher e os filhos a trabalhar(12).

Os efeitos indiretos são muito eficazes e são os mais importantes em termos das tendências futuras. Já que esta afirmação não é fácil de aceitar, vale a ilustração de um ginecologista que assinalou ao ser entrevistado sobre as atuais tendências do tamanho da família em SJ (C.20). Depois de dizer que havia diferenças por classes sociais, afirmou que havia por firmas. "Na Alpargatas, com nível muito baixo, as famílias têm em geral mais ou menos oito filhos. Na Kodak os funcionários têm nível melhor e a família é menor como a dos clientes particulares".

Tal como foram feitas as entrevistas às empresas, não servem muito para descobrir e analisar diferenças estruturais como as que percebe o médico acima citado. Os poucos elementos que podemos extrair destas entrevistas, podem além disso, estar muito contaminados pelas apreciações subjetivas dos indivíduos entrevistados. Feitas estas considerações, vejamos o que podemos obter do material acumulado.

Segundo o entrevistado da Kodak, na empresa em que trabalha não há problemas de rotação da mão-de-obra. Os salários são mais altos que noutras partes e exige uma qualificação básica mínima de primário completo.

(12) Na entrevista feita na empresa Johnson & Johnson, uma das assistentes sociais disse: "Quanto aos homens, admitimos menores em grande escala, geralmente filhos de nossos funcionários. Isto porque o custo de vida em SJ é alto e o número de filhos também."

Por isso o padrão dos funcionários da Kodak é melhor que nas outras firmas. Na Alpargatas, pelo contrário, a política de emprego é diferente. Se admitem menores e mulheres. A maioria dos funcionários não têm qualificação, são jovens e provêm de Minas. É provável que haja muita rotação e paguem um salário relativamente mais baixo. Infelizmente estes elementos não aparecem nas entrevistas. Outros casos que podem ser melhor caracterizados pelo conteúdo das entrevistas, são os do Matarazzo e Johnson & Johnson. Matarazzo tem maiores exigências para seu pessoal e lhes paga um melhor salário: Cr\$600,00 iniciais, mais as promoções de aprendizagem. Dão treinamento na própria empresa. No parecer do entrevistado, supervisor do pessoal, o pessoal é muito bom. O sistema de promoção termina com a estabilização do trabalhador numa seção determinada. Não há problemas de rotação. (É uma fábrica muito automatizada e moderna.) Por outro lado, na Johnson exigem poucos requisitos ao pessoal. Admitem menores em grande escala, que geralmente são filhos dos funcionários. Há muita rotação de força de trabalho. Os operários são de baixa qualificação e se dá preferência aos mais jovens porque têm mais resistência. Não se menciona o salário na entrevista. O restante das grandes empresas, apresentam características menos claras, ao menos pelo julgamento das entrevistas (13).

-
- (13) À luz destas reflexões, torna-se interessante analisar alguns dos dados provenientes da pesquisa feita pela mesma prefeitura de SJ em dezembro de 1973. No anexo 3, pode-se encontrar uma distribuição da população maior de 14 anos que trabalha segundo a ocupação principal. Não sabemos quais são os critérios utilizados para definir a qualificação, a semi-qualificação e a não qualificação, mas, qualquer que tenha sido, é interessante notar a relevância dada a uma qualificação destes tipos pelos investigadores. Com relação ao mesmo, também é interessante observar a distribuição da renda (Anexo 4). Quase a metade recebe um salário menor de Cr\$601,00 mensais. Quase um terço, recebe menos de Cr\$451,00 e o 13% um salário menor que Cr\$301,00. Esta distribuição parece refletir uma certa heterogeneidade por parte da F de T empregada. Heterogeneidade que em grande parte deve-se às diferenças entre qualificados e não qualificados, às diferenças entre menores e adultos e, por último, às diferenças entre trabalho feminino e masculino. Seria interessante contar com um quadro em que se pudesse apreciar o efeito combinado destes fatores. No Anexo 4, há uma distribuição dos ativos por ramo de atividade. De acordo com este quadro, há 43,5% de emprego industrial. Se a este agregarmos a indústria de construção, chega-se aos 50%. de acordo com isto, mais da metade da população ativa vincula-se diretamente às atividades industriais. De resto, chama a atenção uns 11,8% dedicado a atividades autônomas, o que poderia estar revelando a subsistência de um certo tipo de atividades artesanais. Por último, no Anexo 5, há uma tabela com a distribuição dos inativos. Chama a atenção neste quadro, a quantidade de desempregados, desocupados e

Os efeitos da heterogeneidade projetam-se também em outras direções da sociedade. Verifica-se na mesma estrutura urbana. Há fortes diferenças por setores da cidade. Isto pode-se ver nas tabelas desagregadas por setores da investigação da prefeitura de SJ antes mencionada. O setor 10, tem 31% de operários não qualificados e o setor 19, mais de 48,5% pertencem à mesma categoria. A porcentagem correspondente ao capital dos setores de SJ é de 13,76%.

No sistema educacional, também verifica-se esta heterogeneidade. Assim, por exemplo, na U.I. de 1º grau GESC Francisco João Leme, de Alto da Ponte (C.41), pode-se observar o seguinte: total de alunos 1 500; número médio de irmãos 8,5. Os pais são operários sem qualificação e as mães são empregadas domésticas. De Minas provêm 40% dos alunos. "Os rapazes do noturno trabalham nas indústrias e comércio; os do diurno são guardas-mirins. As moças do noturno trabalham também na indústria e como domésticas". Os problemas que afetam o aprendizado dos alunos são de ordem econômica e familiar. Ex.: "mãe vai ter o 16º filho, pai fugiu, mãe foge com outro homem, os alunos que comem uma vez por dia, apenas".

Algo similar ocorre no Colégio Estadual Ana Cândida de Barros Molina, da Vila Industrial (C.42). Outros estabelecimentos, apresentam características menos puras, mas diferenciam-se fortemente dos outros, já mencionados, sem ser colégio de classe média. Assim, por exemplo, no Instituto de Educação João Cursino, do Jardim Maringá, podemos notar o seguinte: 2 500 alunos, filhos de operários especializados, e comerciantes. A média de irmãos é 4. Características similares com as do Instituto de Educação Sinésio Martins (C.46) que fica no centro. Quase todos os alunos são filhos de operários e apresentam características proletárias.

Continuação da Nota (13)

aposentados que pode ser um reflexo da alta rotatividade da mão-de-obra no mercado de trabalho de SJ.

A informação proveniente desta pesquisa, difere muito da que podemos obter por meio do Censo de 1970. É possível que o processo de mudança se tenha acelerado mais a partir da data do Censo, porque a informação proveniente desta fonte, pode ter ficado muito obsoleta. As diferenças são tanto de tamanho da população como de distribuições percentuais. Segundo o Censo, por exemplo, em 1970 havia só 21 093 trabalhadores em indústrias de transformação, representando só uns 21% da população ativa. De acordo com os dados entregues pela prefeitura, somente a GM tinha em outubro de 1973, 8 214 empregados. (A entrevista do CEBRAP feita ultimamente, arrola uma cifra de 9 400 empregados). Isto obriga a fazer uma avaliação das fontes de informação.

Os efeitos indiretos, combinam-se de múltiplas formas e podem produzir resultados aparentemente contraditórios. Isto pode-se apreciar claramente no caso do trabalho da mulher. De acordo com uma hipótese de efeito imediato, dever-se-ia esperar que as mulheres que trabalham tivessem menos filhos, já que se produzem algumas contradições entre a atividade de trabalho e as tarefas vinculadas à maternidade. A sociologia americana falaria aqui de incompatibilidade de papéis. As políticas de emprego feminino por parte das empresas, refletem estas dificuldades. Algumas delas fizeram experiências negativas de trabalho feminino e terminaram por contratar somente mulheres solteiras. A maioria das empresas que contratam mulheres as despedem, salvo exceções, quando se casam. Outras como a Kodak, não as despedem, mas são elas mesmas que tomam a decisão de sair no momento em que se casam. Algumas empresas como a Cerâmica Weiss, estão descobrindo que é possível contratar mulheres casadas sem maiores problemas, quando são de idade avançada e têm filhos de mais de dez anos. A incompatibilidade está bem atestada pelo lado da família, isto é, por parte do marido. Ao casar-se, normalmente tira a mulher do trabalho. Segundo o presidente do Sindicato de Metalúrgicos (C.1): "Quando os dois trabalham, marido e mulher, geralmente o marido tira a esposa do serviço quando casa". Por sua vez, o presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem (C.2) afirma que a mulher quer trabalhar, mas os filhos a impedem. Na Alpargatas, as mulheres dizem (A. 14): "Trabalhar e ter filhos não dá". Embora esta contradição suponha uma certa concepção muito especial do papel da mãe e esposa que não se aplica a todos os casos. Colocando em termos simples, para uma família proletária é a esposa/mãe a que deve encarregar-se dos filhos e da economia doméstica. Ali há, por conseguinte, incompatibilidade. Se a mulher se vê na obrigação de trabalhar, tem que buscar uma forma de suprir as tarefas que deixa no lar com algum parente ou empregada doméstica. A alternativa da doméstica em geral, está fora das possibilidades da família proletária, já que dificilmente chega a compensar o que se ganha em dinheiro e o que se perde em termos de economia doméstica. A mulher de um carpinteiro da CTA ilustra muito bem esta situação. "Nunca trabalhou fora e não trabalha porque o salário que ganharia iria para pagar a empregada que teria de contratar para ficar em casa e assim não compensa. O que o marido ganha dá para viver (D. 9)". A presença de um parente em casa, é, portanto, quase a única alternativa para que a mulher proletária possa trabalhar. Não acontece o mesmo na família sub-proletária. As condições reais de existência obrigam a definir de outra maneira a organização interna da família. A mulher deve trabalhar

e as responsabilidades da economia doméstica, reduzida a mínima expressão, e do cuidado dos filhos, passa às mãos dos filhos de uma certa idade. Nem muito pequenos, porque não poderiam fazê-lo, nem muito grandes porque então teriam que trabalhar fora do lar. A incompatibilidade dos papéis fica aqui comprovada por meio de uma distinta divisão de tarefas. Este fato obriga a considerar cuidadosamente as relações entre a fecundidade e o trabalho da mulher. Os distintos efeitos se misturam, e o mais provável é que tendam a compensar-se. Os efeitos diretos apontam uma relação negativa entre o trabalho da mulher e a fecundidade. Os efeitos indiretos, ao contrário, tendem a vincular uma melhor natalidade ao trabalho da mulher. Para isolar efeitos, seria necessário introduzir alguns controles cuidadosamente selecionados. Seria muito interessante aprofundar este ponto na pesquisa que o CEBRAP está pensando desenvolver.

Ainda sobre o trabalho da mulher vimos como no caso das famílias proletárias, o marido normalmente retira a mulher do trabalho, no momento em que se casam. É interessante observar, como este fato influi no sentido de um certo atraso no matrimônio. A razão disto está na maior quantidade de pré-requisitos que comporta a organização de uma família proletária em relação com a sub-proletária. É necessário contar com certa poupança que permitam fazer alterações básicas para que funcione a economia doméstica. Habitação, alguns móveis e uns utensílios domésticos. Para reunir tais poupanças, tanto a mulher como o homem podem colaborar por meio do trabalho, na medida que parte de seus consumos seguem sendo cobertos pelas respectivas famílias paternas. É particularmente ilustrativa, tanto em relação a este ponto, como de muitos outros a entrevista (D.8) de um jovem de Minas que se vai casar. Me parece que é uma das entrevistas mais significativas já realizadas até agora. Por esta razão, a incluímos como um documento anexo neste trabalho (Anexo 5). O jovem entrevistado, se situa justamente num momento de transição social. A família paterna apresenta muitas das características próprias do sub-proletariado. Ele, por sua vez, organiza sua vida em termos mais proletários. Sua noiva trabalha e está economizando para construir "uma casinha", mas tem bem claro que a mulher deve dedicar-se ao lar. "Eu já disse pra ela que ela vai trabalhar só nos primeiros tempos que a gente estiver casado, porque aí eu vou tar apertado com a construção da casa, mas depois eu não vou querer que ela trabalhe, porque senão quem vai cuidar da casa, da comida, da roupa? Ela está com 18 anos. Tem quatro anos que a gente tá namorando". Quatro de namoro e só agora pensa

em casar no ano entrante. Quanto esforço, quantos conflitos, quantas vacilações e angústias se deixam adivinhar por trás das linhas desta entrevista.

O atraso no matrimônio aparece bem testemunhado também em outras entrevistas. Para a assistente social da Rodhia (A.7), por exemplo, "os rapazes e as moças procuram se estabilizar primeiro pra depois casar. Não querem ter filhos porque primeiro querem se estabilizar economicamente". Além disso, afirma que há uma renovação dos valores e princípios pelos quais as mulheres retardam o matrimônio. Tudo isto parece contraditório como muitas outras entrevistas em que se sustenta que agora as pessoas estão se casando logo. Mas, há realmente contradição? Não creio, penso que há uma superposição de duas dinâmicas, uma das quais - a proletária - leva a um atraso no matrimônio e a outra - sub-proletária - conduz a um matrimônio precoce. Algo disto percebe a assistente social da Ericson (A.6) que afirma que na família em que a mulher trabalha, seu matrimônio se atrasa ficando entre os 20 e os 25 anos. Em compensação, em SJ, devido à imigração e à liberdade sem limite, a juventude casa-se muito cedo. Esta distinção é a única coisa que pode chegar a explicar o que outra assistente social (A.8) percebe que "a mulher que trabalha tem condições de casar mais cedo. Mais oportunidades de conhecer rapazes e de entrosamento entre moças e rapazes". A verdade é que parece haver trama dupla que se entrelaça e dá por resultado múltiplos arranjos entre a tendência a adiar o matrimônio para estabelecê-lo sobre melhores bases e a de adiantá-lo como recurso de sobrevivência. O sub-proletariado estará mais incluído nesta última e o proletariado na primeira.

Vejamos isto mais de perto. A postergação do matrimônio requer como contrapartida uma solução alternativa ao desenvolvimento da vida sexual que, à medida que há um desenvolvimento fisiológico normal, se impõe como uma exigência à vida social. O rapaz da entrevista anteriormente citada, que se prepara para casar no ano vindouro, soluciona seu problema com outras mulheres diferentes de sua namorada. Neste caso se dá uma visão muito idealizada do matrimônio, ideal que já vimos, é capaz de motivar e orientar seu trabalho e inquietudes, junto com uma posição muito realista frente aos imperativos sexuais que soluciona com outras mulheres. Estas outras mulheres, provavelmente, implicam um custo econômico, social e psicológico que ele enfrenta conscientemente. É também muito provável, que em sua concepção de mulher haja duas imagens sobrepostas. A da mulher "esposa ideal"

e a da mulher como "companheira sexual". Desdobramento que em distinto grau e com distinta modalidade parece ser bastante generalizada em nossas sociedades. Em outras palavras, não se trata de um feito extraordinário. Certamente, a um psicólogo que analisasse a entrevista mencionada, não escaparia a notável projeção da imagem materna na de sua futura esposa. "Não, minha mãe só trabalha em casa. Eu acho que esse que é o certo. A mulher tem que cuidar de casa e dos filhos. Minha noiva trabalha..." Provavelmente, esta projeção de imagem seja um antecedente importante para explicar o que vem adiante. "Sou contra as relações sexuais com a namorada antes do casamento. Com outras mulheres sim, é claro, mas não com a namorada, você está mais é louco. Os padres às vezes xingam a gente porque a gente mete com alguma mulher, 'você precisa evitar isso', mas evitar de que jeito? Quem é que aguenta?" Uma situação tão cristalizada como a desta entrevista pode não ser muito comum. Mas ainda que seja arriscado dizer, poder-se-ia supor que em termos do tipo ideal puro, é possível que elemento "mulher-esposa-ideal" seja um componente básico do que chamamos família proletária, mas que no caso da família sub-proletária se tenda a produzir um processo de rebaixamento da imagem da "mulher ideal" até fazê-la coincidir com a de "mulher-companheira-sexual". Algumas das entrevistas me levam a pensar assim. A assistente social da Johnson, por exemplo (A.5), sustenta que "...os rapazes, pelo menos os que eu tenho observado, têm muito medo de casar... Acho que é por causa da instabilidade dos empregos e também como muitos dizem: achar menina para casamento é difícil e quando acha é muito boa para ele... Têm grande preocupação em ter uma especialização em ramos técnicos". O mesmo tema com distintas variações, é assinalado também pela assistente social da Ericson (A.6): "Os rapazes na maioria têm uma interpretação errada sobre a falta de virgindade - 'para casar não' - 'porque se ela já foi minha poderá ser de outros'. Acho que, atualmente, os rapazes têm muito medo do casamento". Nesta última citação se vê claramente o conflito entre as duas imagens de mulher. Falta a figura da mulher ideal para casar-se. Na citação anterior se pode apreciar, de forma ainda mais clara, as dificuldades objetivas com que os jovens tropeçam para conseguir uma mulher que cumpra as condições da mulher ideal: "...quando acha é muito boa para eles". Em ambas as citações, o conflito é percebido pelas assistentes sociais como "muito medo do casamento".

Do ponto de vista da mulher também pode-se verificar o outro lado do conflito. O tema aqui é aceitar o papel da mulher-companheira-se

xual e não perder por isso o papel de mulher-esposa-ideal. Uma apreciação clara disto, encontramos na entrevista da assistente social da Rhodia(A.7): "Há muitas moças que me procuram com problemas de desequilíbrio: dormem com os namorados mas não aceitam os novos valores. Há um grande choque entre a satisfação delas e aquilo que a sociedade acha. Normalmente casam com os namorados. Tomam pílulas, todas elas". Deixa-se adivinhar através destas linhas, uma forte pressão por parte da mulher por querer casar-se com seu companheiro sexual. Um conflito muito profundo que pode ter as mais diversas alternativas. Em termos de tendências e probabilidades, é possível que na solução deste conflito haja fortes diferenças entre proletários e sub-proletários. Que os primeiros tenham melhores condições para conseguir uma mulher-esposa-ideal e que os segundos, portanto, simplesmente tendam a casar-se ou a unir-se com a mulher-companheira-sexual.

Até agora nos limitamos à analisar a dialética que se dá entre os polos que chamamos proletários-sub-proletários. Evidentemente, também se dão outras dialéticas, mas esta nos parece mais importante, tanto pelo seu volume como pelas alternativas qualitativas que pode provocar nas relações sociais e no âmbito dos fenômenos populacionais. (Recordemos que nesta dialética está a base de determinados movimentos migratórios e também através dela temos podido observar a forma com que as estruturas econômicas condicionam processos diferenciais de reprodução da população). Nas linhas a seguir, nos referiremos brevemente a outras relações dialéticas que são também relevantes para a análise de comportamento reprodutivo da população. Começaremos pelo grupo que denominaremos semi-proletário.

Semi-proletário, é um nome tão arbitrário como qualquer outro. Sua única justificativa, reside em conotar ao mesmo tempo uma relação com o proletário e uma descontinuidade com ele. Trata-se de outra dialética social, que também tem como ponto de referência o tipo que temos chamado proletário. Para caracterizar o semi-proletário, deveríamos dizer que se trata de um certo tipo de assalariado, cuja diferença fundamental com o proletário está num distinto tipo de qualificação de sua F de T que o faz apto para desempenhar tarefas que são consideradas como não manuais: escritórios, contabilidade, educação, saúde etc., mas cuja qualificação não é suficientemente alta para ser considerado um profissional e, portanto, ter um salário de acordo. Tem hábitos de consumo mais modernos e diversificados que o proletário, ainda que a diferença de renda entre ambos os grupos não seja

tão grande. A mulher normalmente também trabalha dentro de uma estratégia de aumentar as fontes de rendimentos para ter possibilidade de adquirir bens de consumo mais conspícuos. Dentro desta mesma estratégia, os filhos são reduzidos a um mínimo de um ou dois. Esta diferença é percebida muito bem por um médico (C.10) que ao ser entrevistado assinalou: "Acho que não está havendo uma preocupação geral em controlar a natalidade, só na classe média alta para cima. O motivo é estritamente econômico. E quanto mais filho tem a pessoa mais se prende. As pessoas querem aproveitar mais a vida, ter automóvel, casa, viajar etc. As pessoas de baixo nível não se preocupam com essas coisas, pois sabem que o negócio é ficar em casa, trabalhar, comer arroz com farinha e como não têm nada para fazer, eles têm filhos". A citação nos ilustra a respeito da existência de uma dinâmica reprodutiva que se diferencia tanto do proletariado como do sub-proletariado. Neste tipo de famílias, o argumento é profusamente utilizado para justificar uma restrição radical na natalidade. Sem dúvida que se trata de um argumento real. Pode parecer difícil de entender o que seja este setor social, e não são os mais despossuídos os que se utilizam com maior frequência do argumento econômico. Tudo depende do horizonte de consumo que se tenha como referência. Para o semi-proletário, a camisa e a gravata constituem consumos necessários para a vida cotidiana, a formalidade no vestir e outros consumos que a primeira vista podem parecer dispensáveis, constituem necessidades básicas de sua existência. Assim, pois, como no caso do sub-proletário, a mulher se vê forçada a trabalhar para alcançar um nível mínimo de subsistência para sua família, assim também no caso do semi-proletário a mulher se vê forçada a buscar emprego como fonte adicional de renda para ter acesso a um certo consumo mínimo de bens socialmente qualificados. O nível de rendimento, maior que o dos operários, e a estabilidade do mesmo, permite à família do semi-proletário ter um acesso parcial ao mercado dos bens de consumo suntuosos: melhoras na habitação e mobiliário, incorporação dos eletro-domésticos, contratação de serviço doméstico, melhor educação para os filhos, melhorias no vestuário, incorporação do turismo etc. Este semi-acesso ao mercado de bens de padrão elevado, põe em tensão o sistema familiar e pode chegar a afetá-lo profundamente. O semi-acesso é perturbador, já que dá origem a uma dinâmica de ampliação crescente que orienta o acesso a um determinado nível de vida e não só de alguns produtos isolados. O chefe da família é impelido a trabalhar horas extras, ou a complementar seu rendimento por meio de outras atividades. A mulher também é impelida a procurar emprego ou a desenvolver outras atividades remuneradas. A família ten

de a fazer sacrifícios nos consumos cotidianos e a recorrer abundantemente aos créditos e às compras à prazo. Neste contexto, a limitação do número de filhos surge como muito normal. Os esposos normalmente concordam em alcançar primeiros certos lucros econômicos antes de tê-los ou de aumentar seu número. Os meios mais modernos e eficazes de controlar a natalidade, são rapidamente incorporados. Este tipo de família conforma-se à cultura urbana como a seu ambiente natural. Absorve rapidamente as modas e usos mais modernos, e seus componentes se empenham por todos os meios a seu alcance em imitar as pausas de consumo que dão prestígio social.

Um pequeno setor diferente deste grupo de semi-proletários, é o dos profissionais e dirigentes. Quer seja um conhecimento especializado, sua capacidade empresarial ou por seus vínculos de poder, tem acesso a um alto nível de renda. Muitas vezes sua mulher também trabalha e obtém um rendimento que se pode considerar alto. Este tipo de família tem acesso efetivo ao mercado de bens de padrões elevados. A mulher pode trabalhar e buscar nele uma forma de realização pessoal. Por outro lado, o lar conta com comodidades e facilidades que podem reduzir ao mínimo as suas tarefas. Os serviços domésticos e o recurso a jardins de infância, tendem a substituir a mãe nas tarefas de socialização das crianças. O papel da mulher nestas famílias, tende a evoluir rapidamente. Em relação a isto, um dentista entrevistado (D.14) sustenta que "a pessoa deve casar com a sua situação mais ou menos garantida, pelo menos o homem. A Lúcia trabalha porque gosta, ela gosta muito da profissão dela, mas eu não acho imprescindível que a mulher trabalhe fora. Se ela quizer e gostar, eu acho importante para a realização pessoal dela".

Muitas das coisas que dissemos com referência aos semi-proletários, aplicam-se em maior grau no caso dos profissionais que exercem cargos de direção. Acesso à cultura urbana e internacional, aos meios de comunicação, aos bens de consumo de elite etc. Mas, é muito provável que este grupo seja o que introduz e difunde as pautas de comportamento e de consumo mais modernas. Quanto ao seu comportamento reprodutivo, dir-se-ia que tende a ser mais racional; incorpora a planificação familiar não obstante não ter a urgência de reduzir ao mínimo a natalidade que caracteriza os semi-proletários. A diminuição da fecundidade é aqui também uma condição para a reprodução da força de trabalho. Isto o percebe muito bem o Dr. Coimbra, ginecologista, que ao ser entrevistado sustentou que "... a classe média pro-

cura evitar filhos pois quer que eles também fiquem na classe média alta. Para isso é preciso fazer universidade. Se tivessem muitos filhos, seria difícil todos estudarem".

Por último, outro grupo, do qual nos devemos referir, apesar do pouco material reunido sobre ele, é o dos pequenos produtores de bens e serviços. É um grupo muito heterogêneo, mas sua presença social não é depreciável nem sequer em SJ. De acordo com os dados entregues pela prefeitura de SJ, há 24,5% de ativos maiores de 14 anos que trabalham no comércio e na prestação de serviços, e outros 11,80% desenvolvem uma atividade de autônomo. Evidentemente, nem todos os indivíduos compreendidos por estas percentagens são pequenos produtores. Estão incluídos também os grandes comerciantes, os empregados de comércio e serviços e os profissionais independentes. Embora seja muito provável que uma proporção maior que a metade, digamos uns 75% dos que têm uma atividade autônoma, estará constituído por pequenos produtores, isto é, uns 8,85%. A esta cifra podemos acrescentar um terço dos que trabalham no comércio e serviços, isto é, uns 8,15%. O que dá uma estimativa total de 17% de pequenos produtores.

O grupo dos pequenos produtores, tal como o definimos, é bastante heterogêneo. Uma primeira divisão, sugerida pelas entrevistas, é a de considerar separadamente aos produtores de bens e aos produtores de serviços. Os primeiros, quase sem exceção, tendem a constituir empresas familiares. Isto é, a organizar as tarefas vinculadas à pequena produção contando com os recursos familiares de força de trabalho. Há uma certa unidade entre o lar e o trabalho. Toda a família, de uma ou outra forma, participa das tarefas produtivas. Aparte a esposa e os filhos, também outros familiares podem ser incorporados ao trabalho, Irmãos e cunhados solteiros, pais, outros parentes e inclusive agregados podem orbitar em torno da empresa familiar. Com isto os laços familiares se vêm reforçados por um sentido econômico. Em certos casos, quando o tamanho da empresa permite, se contrata força de trabalho para realizar os trabalhos mais pesados e rotineiros, sem deixar por isto de ser uma empresa familiar. Para a família do pequeno produtor, sobretudo se conta com pouco capital e o fundamental da empresa é dado pelo trabalho, as condições objetivas não favorecem a limitação da natalidade, senão bem ao contrário; tende-se a valorizar uma prole numerosa. A citação que vem a seguir, foi extraída da entrevista do dono de uma fábrica de móveis (B.2). É muito ilustrativa da forma como os laços fami-

liares, particularmente o dos filhos, adquirem um sentido econômico:

"Os filhos trabalhavam comigo. Tenho 4 filhos que sabem trabalhar. Tenho ao todo 4 filhos da primeira mulher e 9 da segunda. A segunda só teve 9 porque enjoou e não quis mais adquirir, senão tinha mais 9. Acho muito bom família grande porque é mandamento do velho mais velho do mundo. Deus, pai eterno, pai de Jesus Cristo, pregador do evangelho. Quando ele pôs o primeiro homem na terra diz que ele deu o nome de Adão e depois deu uma companheira e disse crescei e multiplicai. Sou católico sim.

Nunca fiquei viúvo porque da primeira mulher fui anasiado porque ela era casada com outro. Da segunda eu sou casado até hoje. A primeira morreu.

Os filhos que trabalham comigo não são os mais velhos. Dos mais velhos trabalha 1 e dos outros trabalham 3. Os outros são todas mulheres casadas e trabalham em serviço doméstico. Não temos empregados, só os filhos que fazem o serviço.

Eu tenho um irmão que me ajuda a trabalhar e são as empregadas dele do sítio que trabalham, umas 10 mulheres".

Nas outras entrevistas de pequenos produtores, também se pode observar a participação de familiares no trabalho(14). Não acontece o mesmo com os pequenos produtores de serviços. Eles em geral contam com um certo capital que consiste num automóvel, num estabelecimento comercial, uma pensão ou outro que lhes permite vender serviços ao público. Neste tipo de empresas, a tônica tende a deslocar-se da mão-de-obra ao capital. Talvez por esta razão, não apresente a mesma capacidade de aglutinar a família em torno da empresa que podemos observar nos artesões. Em geral contratam F de T, senão que às vezes recorrem aos familiares ao menos de forma esporádica.

(14) Foram entrevistados os seguintes pequenos produtores:

Um proprietário de uma pequena fábrica de móveis.

Um proprietário de uma pequena fábrica de colchões.

Um fabricante de farinha de mandioca (farinheiro) e a dona de uma pequena fábrica de telhas (Olaria).

Estes entrevistados tem em média 7,5 filhos cada um e todos recorrem a seus familiares para colaborar nas tarefas produtivas.

Devido ao pequeno tamanho da empresa, os rendimentos que a família consegue obter, não são suficientemente altos para permitir um consumo folgado. Nisto, pode haver muitas diferenças que dependem do montante de capital vinculado à empresa e de sua produtividade. Embora, se possa dizer que, em geral, a necessidade de fazer novos investimentos para aumentar a produtividade da pequena empresa, entre em conflito com as necessidades de consumo da família. Este conflito permanente, tende a resolver-se pelo lado de uma redução dos consumos com flutuações que dependem das pressões internas da família. O pai normalmente se converte no porta-voz das exigências do capital e a mãe, entretanto, tende a representar e a reivindicar as necessidades familiares de consumo. O consumo conspícuo só é aceito parcialmente e sempre que possa ser revestido de um caráter de necessidade. A elegância, a moda, as joias ou qualquer refinamento no consumo, ficam proscritos da família, a não ser que a mulher contribua com outros rendimentos por seu trabalho.

Na mesma medida que os filhos começam a ser percebidos mais como uma fonte de gastos que como uma reserva de trabalho para a empresa familiar, a família entra numa dinâmica de limitação da natalidade. Esta percepção, pode estar induzida pela necessidade, maior ou menor, de educar os filhos. Os filhos que se educam demandam mais gastos, não só pelo fato de educarem-se, senão também, pelas maiores expectativas de consumo que se fazem em relação a outros rapazes da mesma idade. É altamente provável também, que os filhos que estudam tendam a afastar-se cada vez mais da empresa familiar, com a qual entram em conflito.

A citação seguinte de uma entrevista do senhor Arantes, dono de um negócio de compra-venda de móveis usados (Brecho Arantes, B.7) ilustra de uma certa maneira a forma em que as condições objetivas conduzem a uma prática de limitar a natalidade. A família já não é funcional para a pequena empresa, e os filhos, especificamente, tendem cada vez mais a pressionar a renda familiar no sentido de custear suas necessidades educacionais.

"Trabalho sozinho aqui no Brecho. Tenho 5 filhos, 4 moram aqui e o outro é farmacêutico em Mogi - tirou diploma em São Paulo. Um outro filho trabalha aqui na GM.

A mulher também não ajuda, trabalha em casa. Ela tem 62 anos

e eu 70. Tivemos 9 filhos e 4 morreram, então a mulher com 30 anos fez operação senão agora tinha 15 filhos".

O mesmo se pode apreciar na entrevista dos motoristas de taxi. Por exemplo na entrevista B.10 que diz o seguinte:

"O sr. Moacir tem 61 anos de idade, é casado e tem 2 filhos da primeira esposa e 2 da segunda, que tem 27 anos e é de Pinda onde se casaram. É a favor do controle da natalidade e contrário à família grande. Já era. Diz que não quer arranjar mais filhos porque já é velho (já é avô) e não tem possibilidades financeiras de criá-los. 'Depois que eu morrer a mulher pode casar com outro e não criar direito. Sou contrário a ter muitos filhos e não poder educar. Também não gostaria que a mulher trabalhasse fora porque os filhos têm que ser criados com a mãe'".

Destas observações, pode surgir a seguinte hipótese em relação ao comportamento reprodutivo dos pequenos produtores. Quando a pequena produção se baseia mais no capital que no trabalho, entra-se numa dinâmica de limitação da natalidade, já que as exigências de pequeno capital entram em conflito com as necessidades do consumo familiar. Em troca, quando o que predomina é o trabalho, então há uma menor motivação para limitar a natalidade, os filhos são incorporados à empresa e esta adquire um caráter familiar.

ANEXOS

ANEXO 1

LISTAGEM E CLASSIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

A. GRANDES E MÉDIAS EMPRESAS PRODUTIVAS

<u>Nº</u>	<u>Empresa ou Instituição</u>
A.1	GENERAL MOTORS
A.2	INDÚSTRIAS KANEBO
A.3	MATSUSHITA
A.4	KODAK
A.5	JOHNSON
A.6	ERICSON
A.7	RODHIA
A.8	EMBRAER
A.9	CERÂMICA WEISS
A.10	REUNIDAS F. MATARAZZO - FÁBRICA SANTO EDUARDO
A.11	PETROBRÁS
A.12	BUNDY
A.13	EATON
A.14	ALPARGATAS
A.15	EMPREITEIRA DA PETROBRÁS- HIDROCON
A.16	MÓVEIS HS
A.17	GRANJA
A.18	COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

B. PEQUENAS EMPRESAS DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

B.1	CASA DE MÓVEIS E COLCHÕES
B.2	FÁBRICA DE MÓVEIS
B.3	FARINHEIRO
B.4	OLARIA
B.5	EMPÓRIO
B.6	EMPÓRIO

B. PEQUENAS EMPRESAS DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

<u>Nº</u>	<u>Empresa ou Instituição</u>
B.7	BRECHO ARANTES
B.8	BAR
B.9	MOTORISTA DE TAXI
B.10	MOTORISTA DE TAXI
B.11	PENSÃO
B.12	PENSÃO
B.13	PROSTÍBULO
B.14	PROSTITUTAS

C. ENTREVISTAS A INFORMANTES CHAVES DE INSTITUIÇÕES

C.1	SINDICATO DOS METALÚRGICOS
C.2	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIA- ÇÃO E TECELAGEM
C.3	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
C.4	FAMME
C.5	FAMME
C.6	FAMME
C.7	PRONVAL
C.8	AMBULATÓRIO DA CERÂMICA WEISS
C.9	SESI
C.10	INPS
C.11	INPS
C.12	INPS
C.13	INPS
C.14	HOSPITAL PIO XII
C.15	AMIGO
C.16	CLÍNICA PARTICULAR
C.17	MÉDICO PARTICULAR
C.18	INSTITUTO DE PSIQUIATRIA
C.19	CLÍNICA PARTICULAR

C. ENTREVISTAS A INFORMANTES CHAVES DE INSTITUIÇÕES

<u>Nº</u>	<u>Empresa ou Instituição</u>
C.20	CLÍNICA PARTICULAR
C.21	CLÍNICA SÃO JOSÉ
C.22	CENTRO DE SAÚDE
C.23	HOSPITAL DA SANTA CASA
C.24	HOSPITAL DA SANTA CASA
C.25	POSTO DE SAÚDE
C.26	CENTRO DE SAÚDE
C.27	SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
C.28	DROGARIA
C.29	JUIZADO
C.30	JUIZADO
C.31	CURSILHOS MATRIMONIAIS
C.32	CURSOS DE NOIVOS
C.33	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.34	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.35	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.36	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.37	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.38	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.39	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.40	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
C.41	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.42	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.43	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.44	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.45	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.46	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.47	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.48	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.49	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
C.50	RÁDIO
C.51	JORNAL

D. ENTREVISTAS PESSOAIS

<u>Nº</u>	<u>Entrevistado</u>
D.1	Dona Aparecida
D.2	Negro que trabalhava numa plantação
D.3	José, guarda de obra
D.4	Operária da Tecelagem Parahyba e doméstica
D.5	Operária da Ericson
D.6	Operária da Ericson
D.7	Operária da Tecelagem Parahyba
D.8	Jovem que trabalha na Ericson e que vai casar
D.9	Dona de casa, casada com um carpinteiro do CTA
D.10	Menina de 12 anos
D.11	Operário mecânico, desempregado
D.12	Estudante de arquitetura
D.13	Proprietário de uma casa de lanches
D.14	Dentista de 34 anos
D.15	Assistente social
D.16	Dona Rosa
D.17	Dona Maria

ANEXO 2

EMPRESAS DE MAIS DE 100 EMPREGADOS EM OUTUBRO DE 1973,
COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INSTALAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Empresas	Nº de Empregados em Outubro, 1973	Data de Instalação em S.J.C.
General Motors	8 214	1959
Alpargatas	3 386	1960
Ericson	2 650	1954
Embraer	2 480	1952
Johnson	2 414	1952
Parahyba	1 959	1925
Rhodia	1 797	1946
Kanebo	948	1957
Fiel	870	1961
Matarazzo	677	1964
Granja Itambi	675	-
Eaton	630	1957
Bundy	612	1957
Kodak	433	1972
Weiss	419	1942
Neiva	360	1960
Laticínios Tecelagem	352	-
Matsushita	285	1970
Cooperativa de Laticínios	196	-
Aerotec	189	1963
Amplimato	115	1965

FONTE: Prefeitura de São José dos Campos.

ANEXO 3

- Psiquiatra

Entrevistador: Ana Maria Aratangy Pluciennik

Mais ou menos 35 anos, formado pela USP, veio para São José em 68 com mais 4 psiquiatras. Fizeram um estudo de mercado antes de virem a São José e se decidiram por ser uma cidade que estava crescendo muito e não tinha hospital psiquiátrico. Fatores emocionais também influenciaram a sua vinda. Em São Paulo, segundo ele, a instalação do hospital seria difícil e cara. É também professor de psicopatologia na Faculdade de Pedagogia em São José. É casado com uma psiquiatra do hospital.

"O Instituto de Psiquiatria tem 150 leitos. Tem convênio com INPS, IAMSPE, UNIMED, SASSI e atende particular. As internações são só para adultos. O ambulatório é para adultos e crianças. No ambulatório se fazem consultas, revisões de casos, psicoterapias individuais, de grupo e ludoterapia. O tratamento hospitalar é com medicamentos, psicoterapia e tratamento biológico (choques com insulina, cardiasol e eletrochoque). O número de pacientes é sempre maior do que a oferta. O hospital está sempre cheio. Vem gente de todo o Vale. Aqui há um outro hospital psiquiátrico - o Torrão de Ouro, com orientação espírita. E em Cruzeiro também há um hospital psiquiátrico. Esse hospital (o nosso) começou de maneira muito precária, numa casa que alugamos. Depois fomos aumentando e construímos esse novo. Em julho de 71 ficou pronto. Não recebemos nenhuma ajuda econômica. Procuramos sempre treinar pessoal aqui e a longo prazo pretendemos que tenha uma estrutura universitária. A estrutura do hospital não está preparada para atender indigentes mas uma vez ou outra nós atendemos".

Pergunta - sobre o tipo de patologia atendida no hospital.

"O hospital atende todo o tipo de patologia psiquiátrica. Há uma alta incidência de alcoolismo e outras toxicomanias. Isso principalmente no pessoal segurado do INPS (classe operária). O alcoolismo ocorre também nos ricos, só que na classe pobre fica mais patente pela desnutrição. A faixa etária mais frequente de alcoolatra é de 30 a 40 anos. O alcoolismo ocorre mais entre migrantes. Eles sofrem muito stress. Mas ocorre também

entre os moradores. É muito frequente o alcoolismo desencadear uma epilepsia potencial. Aqui vem muito migrante do Sul de Minas, pessoas com muitos filhos. O INPS deveria impedir a criação dessas pessoas para cá. São jovens capazes de aguentar o stress. Casos de deficiência mental em geral encaminhamos para a APAE. Só temos um em tratamento aqui".

Pergunta - sobre o tamanho da família em São José.

"A tendência que eu noto é reduzir cada vez mais a família. Ficar com 2 filhos, no máximo 3. O que as pessoas mais valorizam para essa conduta é o fator econômico. Eu não acho esse o fator mais importante. Também são considerados outros fatores: medo de filhos doentes, anormais. Acho que há um despreparo muito grande para se criar os filhos. Há também dificuldades econômico-sociais - dificuldade de escola e alimentação".

"Na classe pobre as famílias são bem mais numerosas. Eles não se preocupam com a limitação, ou melhor, muitas vezes se preocupam mas em geral não conhecem os métodos. Os que usam pílula é porque a comadre ou o farmacêutico indicou. Muitas entram em desequilíbrio emocional por causa da pílula.

Pergunta - sobre métodos anticoncepcionais.

Muitas pessoas dizem que começaram a ficar doentes após começaram a usar a pílula. O DIU é usado pela turma mais diferenciada pois a colocação e o controle ficam caros. Eu acho o DIU melhor pois a pílula muda o comportamento das pessoas; as mulheres ficam mais irritadas, agressivas, têm distúrbios de sono. É comum também a falha de ingestão. As vezes, quando toma muito tempo sem parar, pode criar problemas. A pílula é em geral tomada sem nenhuma orientação".

"O coito interrupto é também usado com frequência com consequências ruins".

"A tabela também é usada, mas é grande o número de mulheres que não é regular".

"Diafragma e lavagem não são muito usados".

Pergunta - sua opinião sobre controle de natalidade.

"Acho que o casal deve planejar a família, mas fazer um esforço para ter família numerosa. Só 1 ou 2 filhos criam muitos problemas. 4 ou 5 filhos é melhor de criar. Logo não vai ter mais problema de falta de escolas ou hospitais. Se o indivíduo disciplinar suas finanças, dando prioridades à alimentação e à educação, é melhor ter mais filhos. Faço às vezes reuniões com jovens e tenho bastante aceitação. Acho bom uma família numerosa. Acho que aqui no país não se deve bloquear a natalidade e sim forçar o governo a voltar a atenção para maternidade e creches. Deve-se ampliar a rede hospitalar, com assistência geral à população. Deve-se ter cuidado com a alimentação das crianças. As escolas deveriam fornecer lanche forte com bastante proteína que é um alimento caro. As crianças deveriam fazer hortas para ver como se planta e comer na escola ou em casa o que plantassem. Toda escola deveria ter um médico que a visitasse uma vez por semana. Não só um médico, mas um psicólogo, um engenheiro, um arquiteto etc. As próprias crianças, com as professoras, deveriam decidir as coisas na escola. Devemos pagar a quem pagou os nossos estudos - o povo. Os especialistas devem trabalhar em sua área restrita, mas em conjunto".

"São José é uma cidade rica. Muitos estudam aqui e o poder aquisitivo da classe operária está aumentando. Os operários estão muito bem. As mulheres também trabalham e ajudam o orçamento familiar. Existem muitos carros na cidade. Talvez aqui seja um dos lugares mais desenvolvidos do Brasil. Existem escolas. Boa parte da população tem condições de pagar assistência médica e muitos são segurados".

Pergunta - sobre a opinião dos médicos sobre controle de natalidade.

"Em geral os médicos são favoráveis ao controle da natalidade e contra o aborto. Em geral receitam pílula. Só as muito diferenciadas usam DIU pois só a colocação fica em Cr\$600,00".

Pergunta - sua opinião sobre o aborto. Se existe muito aqui em São José.

"Sou contra o aborto por motivos morais. Sou contra o aborto mesmo em mulheres psicóticas. Se for praticado cria um problema sério de precedente. Eu nunca indicaria um aborto, a não ser que participasse de uma comissão médica. Aí poderia estudar o caso e só permitiria em caso de

estrupe, de uma excepcional em último grau. Acho que a vida deve ser respeitada em toda a intensidade e deve ser intocável. Acho que não seria válido orientar as aborteiras profissionais porque levaria conhecimentos a pessoas que não têm condições de recebê-los. Praticar aborto é um ato criminoso e o responsável deve ser processado. Deve ser tratado humanamente, mas deve responder à lei. Tem muito aborto aqui. Acho que não se deve abrir precedente em relação a aborto porque isso minaria a formação moral do nosso povo. Devemos desenvolver a nossa maneira de ver as coisas. Para a Suécia e a França o aborto permitido talvez funcione, para nós não. Essa minha opinião em geral é aceita pelas pessoas com quem converso. Todas as cidades deveriam ter postos de assistência à população. Deveria se educar as moças numa série de setores, suscitar problemas sexuais, etc. Deveríamos levar os valores práticos da vida ao jovem. Quando uma moça solteira engravida ela já deveria estar sabendo sobre os problemas práticos que terá. A mãe solteira é um problema social e não individual. Deve haver um órgão da própria cidade que, sem paternalismo, cuide da mulher com todo o respeito e da criança que é um cidadão brasileiro como nossos filhos. Somos uma país em franco desenvolvimento e não podemos abrir precedente de ir contra os nossos princípios. Temos que nos pautar pelo que é bom para o nosso povo. Não devemos nos pautar só pelos dados técnicos, mas é claro que eles são importantes também. É que às vezes as coisas não são muito bem conduzidas. Há um despreparo das autoridades, apesar de serem pessoas muito boas que devem receber todo o nosso respeito como autoridades. No fundo, são problemas de ordem emocional que ausam todos esses problemas de aborto, atitudes incorretas. Não é tanto o problema econômico. As pessoas jovens que tenho visto têm sido muito equilibradas, preocupando-se com a saúde, a instrução e a alimentação. Os nossos funcionários são muito preocupados com isso e em geral eu os estímulo a estudar".

"Aqui em São José não tem muito aborto, mas tem. Não sei quem pratica. Não ouvi falar de médico que faça; eles são totalmente contrários. Em geral vão para São Paulo (as mulheres) para praticar aborto. Isso as mais diferenciadas.

Pergunta - sobre influência da religião.

"A religião infelizmente está perdendo terreno. A moral e o espírito do povo não está diminuindo, mas a religiosidade está se perdendo.

Aqui em São José não tem nenhuma força religiosa. Está aumentando muito o terreiro, a umbanda. As idéias de origem oriental também têm influência. A religião dita oficial, no Brasil, que é a católica se apegou a muitas coisas superficiais como vestimentas especiais de padres, etc. E as pessoas perderam um pouco o interesse. Mas o indivíduo tem necessidades místicas que precisam ser satisfeitas. Ele então cai dentro da superstição, mas isso deve ser combatido. Muitos pacientes se dizem católicos, mas não são. Está havendo uma sede muito grande de novos conhecimentos, novas emoções e muitas pessoas vão para o tóxico. Quando o indivíduo realmente participa de uma religião, ela tem muita força. De um modo geral as religiões são contrárias ao aborto; quanto ao controle de natalidade não sei. A opinião do médico tem muita força. Talvez seja o especialista que mais tenha força. O que a gente fala, mesmo informalmente, é muito pensado. Acho que em saúde não se deve fazer investimento, como fábrica. Prefiro pessoas que queiram se interessar pelas outras".

Pergunta - sobre curandeiros e farmacêuticos

"Nas vilas tem muitos farmacêuticos importantes. Muitas pessoas vão antes nos farmacêuticos e são medicadas por eles. Acho que essas pessoas (os farmacêuticos) deveriam ser orientadas. Há coisas que realmente não precisam de médico".

ANEXO 4

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MAIOR DE 14 ANOS
QUE TRABALHA SEGUNDO OCUPAÇÃO

Ocupações	Nº Absolutos	Porcentagem
Profissional liberal	43	0.68
Agropecuaria grande	8	0.13
Agropecuaria pequeno	31	0.49
Técnico nível superior	229	3.62
Técnico especializado	326	5.15
Técnico semi-especializado	116	1.83
Técnico não especializado	30	0.47
Militar nível alto	17	0.27
Militar nível médio	18	0.28
Militar nível baixo	31	0.49
Servidor Burocrático nível alto	85	1.34
Servidor Burocrático nível médio	465	7.35
Servidor Burocrático nível baixo	250	3.95
Operário qualificado	1 057	16.70
Operário semi-qualificado	1 726	27.27
Operário não qualificado	871	13.76
Comerciante médio	81	1.28
Comerciante pequeno	115	1.82
Comerciário nível médio	77	1.22
Comerciário nível alto	19	0.30
Comerciário nível baixo	140	2.21
Proprietário grande e médio	7	0.11
Pequeno proprietário	15	0.24
Ambulante	67	1.06
Subemprego	21	0.33
Volante	29	0.46
Serviço pessoal especializado	148	2.34
Serviço pessoal não especializado	267	4.22
Trabalhador braçal	41	0.65
Total	6 330	100.02

FONTE: Prefeitura de São José dos Campos, Pesquisa de Instrumentação do Plano Diretor, dezembro de 1973.

NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHA SEGUNDO A RENDA

Rendas	Nº Absolutos	Porcentagem
Até 300	821	12.98
de 301 a 450	1 228	32.38
de 451 a 600	942	47.26
de 601 a 900	1 194	66.12
de 901 a 1 300	803	78.81
de 1 300 a 2 000	595	88.21
de 2 001 a 3 000	344	93.64
de 3 001 a 5 000	230	97.27
Acima de 5 000	173	100.00
Total	6 330	100.00

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MAIOR DE 14 ANOS
QUE TRABALHA SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE

Atividades	Nº Absolutos	Porcentagem
Agropecuária	110	1.74
Indústria	2 753	43.50
Construção civil	459	7.25
Comércio e prestação de serviços	1 548	24.45
Poder público	692	10.93
Atividade autônoma	747	11.80
Outras	21	0.33
Total	6 330	99.99

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MAIOR DE 14 ANOS QUE NÃO TRABALHA

Não Trabalham	Nº Absolutos	Porcentagem
Estudante	904	15.15
Desocupado	191	3.20
Desempregado	436	7.31
Aposentado	438	7.34
Licença médica	251	4.20
Servindo Exército	39	0.65
Afazeres domésticos	3 529	59.13
Outros	180	3.02
Total	<u>5 968</u>	<u>100.00</u>

DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES SEGUNDO O CURSO FREQUENTADO

Grau de Instrução	Nº Absolutos	Porcentagem
Analfabeto	1 721	10.19
Primário incompleto	5 648	33.46
Primário completo	3 782	22.40
Secundário 1º Ciclo incompleto	3 022	17.90
Secundário 1º Ciclo completo	688	4.08
Secundário 2º Ciclo incompleto	636	3.77
Secundário 2º Ciclo completo	554	3.28
Superior incompleto	438	2.59
Superior completo	393	2.33
Total	<u>16 882</u>	<u>100.00</u>

ANEXO 5

ENTREVISTA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Entrevistador: Antonio Flávio Pierucci (semana de 13 a 19/10/74)

Entrevista 1

Eu tinha ido até essa Vila atrás de um irmão de um dos rapazes que trabalham no restaurante do Hotel. Esse rapaz tinha me dito que o irmão dele (João Dieudis) está noivo e vai se casar no mês que vem e que inclusive estaria em casa durante o dia por causa de um problema de saúde e seria fácil encontrá-lo. Fui lá e ele tinha ido ao INPS. Pedi então à senhora que me atendeu, Da. Maria de Lourdes, que me indicasse alguém que pudesse ser entrevistado àquela hora (14:30 hs de uma quarta-feira). E ela me mostrou uma casinha amarela de varanda verde. Fui até lá. As casas do bairro são de alvenaria, todas muito coloridas. As ruas não são asfaltadas e sem calçadas. Muita poeira e muito calor.

À entrada de casa, fui rodeado por um grupo de crianças, rindo porque eu fazia caretas e mostrava a língua. Eram crianças de 4 a 6 anos, duas meninas, quatro meninos; dos meninos, dois eram de cor. Bati palmas, atendeu-me a dona, expliquei-lhe o que tinha ido fazer ali, ela pediu para entrar e ficar à vontade, que o filho dela tinha acabado de chegar da fábrica e estava tomando banho. Entrei e a criança entrou comigo. Uma das meninas era a filha mais nova da mulher, Dona Maria Aparecida de Souza. Um detalhe: as crianças riram muito, envergonhadas, escondendo a cara, quando eu perguntei se ali "era tudo amigo". Perguntei por que riam e me disseram que "não era amigo, era tudo colega". Perguntei então o que é amigo? Riram muito e não quiseram responder.

A casa é bem simples: chão de cimento, um sofá e uma poltrona de napa vermelha, uma televisão e um móvel tipo cristaleira cheia de copos, enfeites, fotografias. Num dos cantos da sala (2m x 3m), um quadro pentecostal típico: "os dois caminhos". Pensei: "são crentes". Por uma porta bem larga e sem cortina, eu via uma cama de casal ainda por arrumar, num cômodo-passagem, onde mal cabia a cama. Soube de pois que a "casinha" tinha seis cômodos, todos pequenos. Com a criançada empoleirada no sofá, o ambiente era bem alegre.

Dai a alguns minutos chegou o entrevistando, ainda enxugando a cabeça (cabelos compridos) com uma toalha.

1 - Caracterização do grupo doméstico: pai, mãe e onze filhos.

Pai: João de Souza, 48 anos

Mãe: Maria Aparecida de Souza, 40 anos

Filhos: José Maria, 23 anos (sexo M)

Maria Helena, 22 anos (F)

Tadeu Antonio (ego), 21 anos (M)

Francisco de Assis, 20 anos (M)

Hernâni Sílvia, 19 anos (M)

Paulo Almir, 17 anos (M)

Elisa Maria, 16 anos (F)

Erli Fátima, 15 anos (F)

Carlos Antonio, 14 anos (M)

Ednéia, 12 anos (F)

Edméia, 4 anos (F)

2 - Características pessoais e da família

Tadeu nasceu em Itumirim, pequena cidade do Estado de Minas. Sua família é de lá, onde o pai tinha um bar.

Lá nós estava bem de vida, o pai tinha um bar, mas lugar pequeno é aquilo, tem muito despeito, muita inveja. O pai gostava de beber, sabe, aí tinha um cara lá que devia pra ele, estava devendo fazia tempo, mas um dia o pai encheu e tomou a radiola dele. Esse cara então foi na macumba e trouxe uma pinga de presente pro pai e o pai bebeu e desde esse dia começou a piorar de vida, e nós teve que mudar de lá pro Fome todo mundo pra Rezende (Estado do Rio). Em 1959. Lá em Rezende então ele começou a trabalhar de marteteiro numa companhia

de terraplenagem. Mas Rezende é um lugar muito ruim, nós já tinha crescido e não encontrava emprego que prestasse".

"Eu comecei a trabalhar com 11 anos numa mercearia e trabalhei lá até os 17 anos. Aí tava no tempo de servir o exército e nós viemos todo mundo prá cá. Em junho de 1970. Fiquei parado um tempo, esperando o exército, mas eu fui dispensado. Comecei a trabalhar de cobrador de ônibus, acho que fiquei um ano e pouco, nem isso, nesse emprego. Aí eu fui trabalhar na Ericson. Tem dois anos e dois meses que eu tou lá. Trabalho de auxiliar de carpintaria, na seção de embalagem. Gosto sim desse trabalho. Não ganho muito não, mas por enquanto tá dando. Ganho quase R\$4,00 por hora, R\$3,97. Dou um pouco aqui em casa (R\$200,00 por mês) e o resto eu vou juntando porque eu quero casar logo no ano que vem e aí vou ter que construir uma casinha prá mim aqui nesse terreno. É nosso sim, esse terreno é nosso. Meus outros irmãos também trabalha. Cada um dá em casa o que pode. Eu é que do menos, porque vou casar logo. Os outros dão R\$300,00, R\$400,00 por mês, porque o que eles ganha é só prá gastar, comprar roupa, gastar atoa, então eles tem que dar mais em casa. Não, minha mãe só trabalha em casa. Eu acho que esse que é o certo. A mulher tem que cuidar da casa e dos filhos. Minha noiva trabalha, quer dizer, agora ela está parada porque foi mandada embora da Johnson, mas ela tá procurando emprego. Eu já disse prá ela que ela vai trabalhar só nos primeiros tempos que a gente estiver casado, porque aí eu vou tar apertado com a construção da casa, mas depois eu não vou querer que ela trabalhe, porque senão quem vai cuidar da casa, da comida, da roupa? Ela tá com 18 anos. Tem quatro anos que a gente tá namorando. Claro que eu tive outras namoradas, você está louco? Mas essa foi a primeira namorada firme".

"Eu vou me matricular no SENAI e pretendo me formar. Fiz só até a 5ª em Rezende e parei de estudar porque aí eu fui trabalhar na mercearia, não dava, mas agora eu quero me formar no SENAI, o curso de mecânico me disseram que a gente faz em seis meses. Aí eu caso e fico morando aqui em

casar mesmo, até construir a minha casinha. Minha noiva também tem só o primário. Na Johnson ela trabalhava de auxiliar geral. Auxiliar geral faz todo serviço que precisa, ajuda em qualquer seção. Ela tem que arranjar um emprego antes da gente casar, porque tem muita fábrica que não aceita mulher casada. Se casou depois que tava trabalhando lá, aí eles deixam ficar, quer dizer, algumas fábricas só, porque na Johnson, casou, manda embora. Lá na Ericson, não. Lá tem muita mulher casada. Parece que a Alparagatas agora aceita mulher casada, mas antes não. Mas é vantagem a mulher casar e ser mandada embora. Se o chefe for chapa, é só conversar com ele, ele manda embora e a fábrica tem que pagar indenização, aí é vantagem. Eu acho que mulher casada não deve trabalhar, tem todo o serviço de casa prá fazer, aí começa chegar os filhos, quem é que vai cuidar das crianças? Mesmo se a vida ficar mais apertada prá mim, eu vou querer a minha mulher dentro de casa".

"Por que casar? A gente vai casar não é por necessidade, porque, graças a Deus, eu tenho pai e mãe, os irmãos todos unidos, não me aperto com nada. Eu vou casar acho que é porque a gente se gosta, também pelo tempo que a gente tá namorando, a gente fica sem jeito, agora eu não posso mais largar ela, agora prá mim não tem jeito mais, eu segurei ela até hoje, não é? Mas eu acho que sempre a intenção de todo mundo é casar, esse negócio de ficar solteiro toda a vida não dá não. Todo homem precisa ter a sua família".

"Sou contra as relações sexuais com a namorada antes do casamento. Com outras mulheres sim, é claro, mas não com a namorada, você está mais é louco. Os padres às vezes xingam a gente porque a gente meteu com alguma mulher, 'você precisa evitar isso!', mas evitar de que jeito? Quem é que aguenta? Depois eu acho isso uma coisa normal do homem. Religião: católico. Todo mundo é católico aqui em casa. Minha noiva também. Todos os domingos nós vamos na missa, quando não dá prá ir no domingo a gente vai no sábado, aqui na igreja

ja de Santa Terezinha. Todo mundo aqui de casa vai na missa. O vigário é padre Luis. Ele é cem por cento, ninguém tem nada contra ele. Ele fala muito sobre família. É, no sermão e também nos encontros de jovens, nos cursos de namoro e de preparação para o casamento. Além do curso de noivos, tem curso para meninas, sobre namoro. Minha irmã fez esse curso de namoro e gostou muito. O pessoal gosta destes cursos, dizem que é muito legal, entra tudo, desde a parte médica, religião, até filho. Eu vou fazer isso. Inclusive é dado por gente fina, gente que entende mesmo, médicos, advogados..."

"Número ideal de filhos: 4 ou 5. Eu vou ter 4 ou 5. Isso vem de família, a família do pai e da mãe tem mais de dez, a gente não vai exagerar que nem eles, mas uns 4 ou 5 eu acho que é um número bom. As pessoas que é pobre é que deve ter menos filhos, mas é os ricos que tem só um casal e para. Difícil a gente ver um rico que tem cinco filhos. Mas o pobre não tem muito o que fazer, é só trabalhar e dormir. Do jeito que a medicina está adiantada, difícil a moça que não sabe bem isso de pílula, todas elas conhecem. Minha noiva sabe. Não usa não, você está louco, a gente não tem relação. E nem vai usar, porque a melhor maneira é evitar sem pílula, esperar os dias certos, porque a pílula pode prejudicar por uma parte da saúde, eu acho que deve atrapalhar um pouco".

"Acho que a família sendo unida, que nem nós aqui em casa, é o que interessa. O que eu não quero é casar e separar por causas de briga, desentendimento, que nem muita gente por aí".

"Sim, tem muita diferença daqui e de Rezende. Aqui é bem melhor, tem emprego prá todo mundo, só fica parado quem quer, quem não quer trabalhar. É bem diferente daqui e de Rezende nesse ponto aí. Lá tinha muito despeito que nem em Itumirim. Se não fosse a inveja, o pai tava bem de vida até hoje. Isso não tem aqui, parece que todo mundo é igual, ninguém repara o outro, cada um cuida de sua vida. Cidade pe

quena é aquele falatório, a moça que se perde lá, todo mundo fala e recrimina, mas em cidade grande não, a moça faz o que quer, ninguém tá sabendo ou não tá nem aí. Cidade pequena nunca se vê uma coisa dessas. Eu gosto, claro gosto muito de São José e pretendo ficar sempre aqui. Aqui tá crescendo muito, a gente sempre vai ter emprego os meus filhos eu tenho que pensar neles e aqui é o ideal. A vida aqui é só trabalhar, não tem divertimento, não tem nada. Esporte às vezes tem um jogo por mês no estádio, tem esses campinhos aí de futebol operário, eu mesmo jogo todo domingo num time da Ericson, olha lá a minha fotografia (dentro da cristaleira tinha uma foto dele, colorida, em trajes de futebol). Cinema é só prá quem tem namorada, eu vou com a minha noiva só de vez em quando, baile só de vez em quando é que tem. Às vezes, quando eu não tou a fim de namorar, o jeito é ficar socado em casa vendo televisão. São José tem poucos clubes e quando tem não tem espaço de tanta gente. É, isso é, é bem difícil arrumar amizade com o pessoal daqui, não sei porque, se é porque tem muita gente, conhece hoje não lembra amanhã só se for colega de serviço e mesmo assim é difícil. Lá em Rezende não, a gente era amigo de todo mundo, aqui a amizade nossa é mais entre os irmãos, ir em casa de parente que também não é muito, nós temos poucos parentes aqui. Agora sair só para passear na rua é chato, sábado e domingo é os dias que eles tiram prá aprontar, prá bagunçar. Não é só os desempregados que aprontam não, tem operário, eu conheço muitos, que faz isso. Os bairros mais perigosos é a Vila Maria, o Jardim Paulista, lá tem assalto e morte quase todo dia, a Vila Guarani também, o Jardim da Granja, muito perigoso, tem sempre alguém esfaqueado lá. O pai contou que outro dia os próprios caras da companhia entraram de noite na galeria que eles tão fazendo e aprontaram, quebraram tudo e ameaçaram o vigia se ele entregasse eles, morria. Aqui nesse bairro mesmo outro dia assaltaram um cara, ele não tinha nada, levaram a roupa dele e largaram ele pelado todo ferido de faca".

A PESQUISA NACIONAL SOBRE RE-
PRODUÇÃO HUMANA

Elza Berquó

OF REPORT OF THE

ANNUAL REPORT

1900

Em um trabalho multidisciplinar de equipe aonde nem todas as idéias discutidas no dia a dia acabam materializadas em textos, a tarefa de síntese ora proposta pode levar a injustiças pela não citação explícita de seus autores.

Por outro lado, o manuseio de certos trabalhos elaborados dentro da Pesquisa podem nos levar a um tal grau de familiaridade com certas idéias e conceitos que acabamos por incorporá-los deixando, às vezes, sem a intensão de fazê-lo, de citar seus verdadeiros autores. Por tudo isso nos excusamos antecipadamente.

Consignamos, ainda, nossos agradecimentos a Paul Singer, Bolivar Lamounier, Juarez Brandão Lopes, Vilnar Faria e Cândido Procópio Ferreira de Camargo pela ajuda recebida ao elaborar estes capítulos.

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1 - APRESENTAÇÃO

Uma análise teórico-crítica das pesquisas de fecundidade conduzidas na América Latina (*) nas duas últimas décadas leva, sem dúvida, à convicção de que quase todas não conseguiram atingir um nível explicativo do comportamento reprodutivo dos grupos populacionais estudados. Esta limitação se deveu em grande parte ao fato de que ou as pesquisas não possuíam referenciais teóricos que as precederam, ou se assentaram em pressupostos teóricos que não foram capazes de dar conta dos resultados contraditórios surgidos em uma análise de fecundidade comparada.

A grande maioria das pesquisas partindo apenas de levantamentos por amostragem, com amostras de mulheres em idade reprodutiva, centraram a análise num plano de tipo diferencial sócio-econômico-cultural, e a dicotomia "tradicional-moderno" aparece como mola mestra para explicar os diferenciais encontrados nos níveis de fecundidade nas diversas regiões consideradas, sem um vínculo profundo entre os achados e o contexto histórico-estrutural em que os atores desempenham seus papéis.

Além disso, a metodologia de coleta de informações que caracteriza a quase totalidade desses estudos leva a um descompasso entre a conduta reprodutiva e os indicadores sócio-econômicos, uma vez que estes últimos se referem a um único momento na escala contínua do tempo - o momento da entrevista - enquanto que o comportamento reprodutivo se caracteriza como um processo que se realiza ao longo de toda a vida dos indivíduos.

A Pesquisa sobre Reprodução Humana no Brasil, cujo projeto é a resultante de um esforço teórico-crítico de toda uma equipe multiprofissional, pretende ser uma contribuição que busca superar várias das limitações contidas nas abordagens convencionais do problema, tentando situar a reprodução humana dentro de cada contexto concreto de nossa realidade. Ao fazê-lo certamente incorreremos em outras tantas limitações e imper

(*) Veja-se a respeito: Revisión Crítica de los Estudios de Fecundidad en América Latina. Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1974.

feições, inclusive de natureza metodológica, mas a tarefa é estimulante exatamente pela grande quantidade de problemas que desde logo se colocam.

Esta Pesquisa é conduzida sob a responsabilidade direta do CEBRAP, contando com a colaboração de alguns pesquisadores do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional da Universidade de São Paulo. O Projeto conta com o apoio financeiro do International Development Research Centre do Canadá, The Population Council dos Estados Unidos e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Brasil.

2 - OBJETIVOS

O grande número de trabalhos teóricos produzidos pela equipe da Pesquisa, já amplamente divulgados, dispensam, à nosso ver, que se retome neste momento todas as linhas de pensamento que nortearam de alguma maneira a definição do marco de referência da Pesquisa.

Em resumo, ela objetiva explorar as relações entre o comportamento reprodutivo e as diversas formas de organização da produção presentes no Brasil.

Para tanto, um conjunto de áreas brasileiras será estudado quanto à maneira como se estruturam as formas de organização da produção e, portanto, se constituem e se relacionam as classes sociais.

A Pesquisa não se limita apenas à reconstrução da história sócio-econômica, no sentido usual, e nem ao estudo de tipo survey, mas pretende também alcançar o papel das instituições sociais.

Estando as instituições sociais (igreja, escola, família, saúde etc.) historicamente ligadas à estrutura de classes no sentido de sua existência, forma e distribuição social e espacial, isto deve implicar em diferentes maneiras pelas quais as distintas classes recebem a influência das instituições sobre o comportamento reprodutivo.

3 - ESCOLHA DAS ÁREAS ESTUDADAS

Uma vez definidos os objetivos da pesquisa, a primeira etapa do trabalho foi a de escolher as regiões ou áreas que seriam pesquisadas. Procurou-se desenvolver uma tipologia de regiões que incluísse duas dimensões: a) as formas dominantes de organização da produção em cada região e b) as formas de inserção de cada região na divisão social do trabalho durante o processo de desenvolvimento.

Neste sentido, o primeiro passo consistiu em um estudo de regionalização que permitisse localizar no território nacional os diferentes tipos.

A parte rural esteve a cargo de Juarez Rubens Brandão Lopes (*) que para tanto lançou mão de um método que denominaremos de híbrido-recursivo ou de "feed-back" qualitativo-quantitativo, no sentido de que a partir de idéias teóricas o autor é levado a um tipo de classificação a ser confirmada por dados empíricos (de natureza estatística, monografias de geógrafos, de historiadores e toda e qualquer sorte de material de que pôde lançar mão); o ajuste nem sempre ocorria e os próprios materiais empíricos, por sua vez, determinavam a necessidade de fazer alguns ajustes nas idéias teóricas. O mesmo processo se repetiu inúmeras vezes e ao final Lopes apresenta sua classificação para as regiões brasileiras segundo as duas dimensões já mencionadas.

No que se refere à segunda dimensão distingue sete formas típicas relevantes de inserção de cada região na divisão social do trabalho. São elas:

1. Áreas mercantis: áreas hortigranjeiras
 áreas comerciais antigas
 áreas comerciais pioneiras
2. Áreas pouco mercantis: áreas de atividades antigas de subsistência,
 consorciadas a produto comercial.

(*) Ver: LOPES, Juarez Rubens Brandão - Tipos de Áreas Rurais do Brasil. São Paulo, CEBRAP, 1975. (mimeo).

áreas de atividades recentes de subsistência, consorciadas a produto comercial.

áreas de subsistência antigas

áreas de subsistência recentes.

Os três primeiros tipos de áreas nitidamente mercantis visam explicitar tipo e grau de divisão de trabalho entre o campo e a cidade, onde a recência ou não se refere ao momento em que ocorreu a mercantilização das atividades da área.

Quanto aos quatro últimos tipos de áreas pouco mercantis, o que distingue as consorciadas antigas das recentes, além da ocupação antiga ou recente da área, é o dinamismo menos ou mais acentuado da organização da produção. Para os dois últimos tipos do segundo grupo, a mesma distinção é feita, isto é, as de subsistência recente são áreas ocupadas há pouco tempo por pequenos proprietários do tipo posseiros, enquanto que as antigas se referem a ocupação havida há muito tempo, de terras marginalizadas no sentido das principais atividades agrárias para mercado.

A primeira dimensão da regionalização, isto é, a tipologia de formas de organização da produção agrária proposta por Lopes é uma classificação de unidades econômicas e não de áreas, como o foi a tipologia anterior. Estes tipos de unidades econômicas são quatro(*):

empresa agropecuária capitalista;

latifúndio;

unidade familiar produtora de mercadorias; e

unidade camponesa.

Considerou-se básica a tipologia de unidades econômicas, pois da prevalência de certas combinações típicas de tais tipos decorrem as modalidades diversas de inserção da área na divisão social do trabalho, sob a perspectiva territorial, do país. Assim, acrescia-se a cada uma daquelas modalidades características de relacionamento com o mercado, definindo uma estrutura agrária típica, a preponderância de certos tipos de unidades agrárias, com o que se pode montar o seguinte quadro:

(*) Para uma descrição detalhada dos diferentes tipos ver a obra já citada.

Áreas, segundo a inserção na divisão social do trabalho	Combinação característica de unidades agrárias(1)
1. Hortigranjeiras	EAC e UFPM
2. Comerciais Antigas	EAC, UFPM e L
3. Comerciais Pioneiras	L e C
4. Subsistência consorciadas antigas	L e C
5. Subsistência consorciadas recentes	L e C
6. Subsistência antigas	C
7. Subsistência recentes	C

(1) EAC: Empresa Agropecuária Capitalista; UFPM: Unidade Familiar Produtora de Mercadorias; L: Latifúndio; e C: Unidade Camponesa.

Note-se que a estrutura agrária de áreas típicas caracteriza-se, concomitantemente, pela preponderância de dados tipos de unidades agrárias e por certa forma de inserção no mercado, bem como processos, mais ou menos recentes, de povoamento, de vinculação da área ao mercado, ou de sua marginalização, com a decadência de produtos comerciais (geralmente de exportação).

O procedimento seguido, a partir da elaboração de tal concepção de estruturas agrárias típicas, foi classificar pequenas regiões, as 360 micro-regiões homogêneas(*) em que se divide todo o país, - segundo as formas de inserção na divisão social do trabalho e, depois, para certas regiões (Estados ou áreas menores) de relativa homogeneidade, no que dizia respeito a este primeiro critério, passou-se a analisar com outros dados, a combinação de tipos de unidades agrárias que as caracterizava. Comprovada dessa maneira a utilidade da metodologia, procurou-se pequenas áreas (municípios) que mais caracteristicamente exibissem os traços de cada um dos sete tipos de estrutura agrária definidos pela conjunção dos dois critérios usados, do relacionamento das áreas com o mercado e o das formas de unidades agrárias.

Chegou-se assim a uma lista de municípios que exemplificavam as sete áreas rurais típicas definidas (dois ou três municípios sendo determinados provisoriamente para cada tipo). (Deve-se assinalar que, embora modificada posteriormente a tipologia rural - ao combinar-se com a tipo

(*) O espaço homogêneo definido como "formas de organização em torno de produção" foi expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos, conforme IBGE - Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas, 1968. Rio de Janeiro, 1970.

logia urbana, numa única, mais simplificada, como explicado adiante - os pontos rurais finalmente escolhidos satisfazem ainda os principais tipos originalmente propostos.)

A tipologia urbana foi elaborada por Vilmar Faria(*) baseada inicialmente em três dimensões:

- 1 - posição da cidade no sistema urbano;
- 2 - especialização funcional da cidade em sentido amplo;
- 3 - características da dinâmica demográfica da cidade.

A hierarquia urbana foi definida a partir de um marco teórico de fundo neo-clássico, segundo o autor. Com esta visão é introduzida na análise uma variável que mede o grau de diferenciação do equipamento urbano, definido como o conjunto de bens oferecidos por um aglomerado urbano, estando implícito o conceito de "amplitude de um bem" que pode ser medida pela distância que um consumidor está disposto a viajar para consegui-lo.

No que tange à segunda dimensão, a base teórica se situa naqueles tipos de abordagens de natureza histórico-estrutural. Diz Faria: "o ponto de partida está nas discussões a respeito da coexistência articulada, numa mesma unidade político-territorial (formação econômico-social) de diferentes 'modos de produção'".

Com muita cautela e ressalvas que vão desde considerações teóricas sobre "modos de produção" versus "formas de organizar a produção" até colocações sobre as limitações na eleição de indicadores, dada a escassez de dados disponíveis, e esclarecendo que a discussão que oferece é "esquemática e os procedimentos empíricos são indiretos e aproximados", o autor propõe uma classificação de três tipos de organização da produção, em termos de capacidade de emprego. São eles:

- a) a organização capitalista;
- b) a produção simples de mercadorias ou onde predominam os trabalhadores autônomos;
- c) produção para o auto-consumo ou "economia doméstica".

A simplificação introduzida não resolve de todo o problema que ainda permanece expresso na dificuldade em definir indicadores que reflitam teoricamente o que deles se espera, e ainda mesmo quando este é o caso subsiste o entrave de encontrar um indicador, ou os ingredientes que o compõem, publicado e disponível, em nível de desagregação desejável, isto é, municipal.

(*) Ver: FARIA, Vilmar - Uma Tipologia Empírica das Cidades Brasileiras -(uma análise preliminar). São Paulo, CEBRAP, 1975. (mimeo).

Com tudo isso em mente, Faria propõe, para caracterizar o predomínio das relações capitalistas de produção, os indicadores: consumo de energia elétrica e o emprego na indústria de transformação. Quanto ao setor de produção simples de mercadorias, propõe os indicadores: proporção no total de indústrias que empregam menos de 5 pessoas e o volume de pessoas dependentes da prestação de serviços e do comércio de mercadorias sobre o total da população do município. A fim de tentar contornar a sobreestimação desses indicadores, introduz indicadores de índole sócio-econômico tais como nível de escolaridade, número de leitos hospitalares por habitante, número médio de habitantes por cômodo etc.

Não introduz nenhum indicador que dimensione diretamente o setor de produção para o autoconsumo pela grande dificuldade encontrada em explicitá-lo.

Estes indicadores conjuntamente com os já mencionados para dimensionar o posicionamento da cidade no sistema urbano, acrescidos daqueles natureza mais propriamente demográfica, constituem o conjunto das 29 variáveis com que trabalhou o autor a fim de cobrir as três dimensões consideradas inicialmente.

Tomando como unidades de análise, municípios brasileiros que, de acordo com o Censo de 1970 tinham, à época, uma população de pelo menos 30 000 pessoas(*); e utilizando de uma análise fatorial consegue identificar oito fatores que explicam aproximadamente 73% da variação total contida no conjunto das variáveis. Esses fatores permitiram identificar as seguintes dimensões:

FATORES	DIMENSÃO	% EXPLICADA DA VARIAÇÃO TOTAL
I, III, V e VIII	Sócio-Econômica nível de desenvolvimento da cidade tipo de emprego predominante especialização funcional	40%
II, IV e VI	Demográfica: crescimento vegetativo migração	29%
VII	Difícil de especificar	4%

A seguir, classifica os 229 municípios brasileiros segundo a dimensão sócio-econômica, uma vez que a demográfica seria o próprio objeto de estudo das cidades após a tipificação e não deveria ser, portanto, utilizada a priori. Com isto consegue 8 tipos, se levados em conta apenas os fatores I, III e V, ou 16 tipos quando incorporado o fator VIII. Um resumo da caracterização desses 16 tipos encontra-se no quadro seguinte.

(*) Os 229 municípios satisfazendo esta condição representam 60% da população urbana do país.

TABELA 1 - Tipologia das Cidades Brasileiras

TIPOS	SINAL DAS NOTAS OBTIDAS PELOS MUNICÍPIOS QUANDO OS FATORES FORAM DICOTOMIZADOS NA NOTA ZERO COMO ORIGEM			CARACTERÍSTICAS DAS CIDADES DE CADA TIPO	SUBDIVISÃO DE ACORDO COM O FATOR VIII IMPORTÂNCIA DA POPULAÇÃO VIVENDO NA ÁREA RURAL	CARACTERÍSTICAS ALÉM DAS ANTERIORES	EXEMPLOS TÍPICOS
	FATOR I Status sócio-econômico	FATOR V Prestação de serviços	FATOR III Administração				
Tipo A	+	+	+	Cidades funcionalmente diferenciadas e de status alto com administração pública desenvolvida	Tipo A1	Cidades que se encontram em municípios com base agrícola importante	Santa Maria (RS) Guaratinguetá (SP)
					Tipo A2	Municípios das capitais estaduais que possuem base industrial ou mais antiga ou em desenvolvimento na década dos 60	Recife (PE) Rio de Janeiro (GB) Belo Horizonte (MG)
Tipo B	+	+	-	Cidades funcionalmente diferenciadas e de status alto com setor administrativo público relativamente atrofado	Tipo B1	Cidades cujos municípios tem base agrícola importante e que tem uma indústria em processo de expansão	Uberaba (MG) Barretos (SP) Erechim (RS)
					Tipo B2	Cidades que constituem pólo de desenvolvimento industrial e financeiro	Campinas (SP) São Paulo (SP)
Tipo C	+	-	+	Cidades desenvolvidas apresentando um setor de prestação de serviços atrofado (em geral porque foram absorvidos por centros dos tipos A2 e B2) e com administração pública desenvolvida	Tipo C1	Cidades com base agrícola importante do tipo "entroncamento ferroviário"	Conselheiro Lafaiete (MG) Três Rios (RJ) Cruzeiro (SP)
					Tipo C2	Cidades industriais próximas de centros dos tipos A2 e B2 mas que não tiveram suas funções de administração pública absorvidas	São Bernardo do Campo (SP) São Leopoldo (RS) São João do Meriti (RJ) São José dos Campos (SP)

continua...

continuação da Tabela 1

Tipo D	+	-	-	Cidades desenvolvidas e funcionalmente especializadas	Tipo D1	Na produção agrícola e agroindustrial	Piracicaba (SP) Santa Cruz do Sul (RS)
					Tipo D2	Na produção industrial	Osasco (SP) Novo Hamburgo (RS)
Tipo E	-	+	+	Cidades mal equipadas com uma estrutura industrial incipiente ou inexistente com um setor terciário "inchado" tanto na prestação de serviços quanto ao emprego nas funções de administração pública	Tipo E1	São cidades que servem de <u>hinterland</u> rural na prestação de serviços	Cuiabá (MT) Governador Valadares (MG) Juazeiro (BA) Campina Grande (PB)
					Tipo E2	Estão em municípios já quase totalmente urbanizados	Fortaleza (CE); Salvador (BA); Manaus (AM); Belém (PA)
Tipo F	-	+	-	Cidades mal equipadas e apresentando especialização na prestação de serviços sem contar com o setor de administração pública	Tipo F1		Vitória da Conquista (BA) Montes Claros (MG) Londrina (PR); Sobral (CE) Guaranhuss (PE) Parnaíba (PI)
					Tipo F2	As cidades deste grupo não diferem muito do Tipo F1	Feira de Santana (BA) Juazeiro do Norte (CE) Santarém (PE)
Tipo G	-	-	+	Cidades mal equipadas com a função de prestação de serviços atrofiada ou absorvida por centros próximos, porém com administração pública desenvolvida	Tipo G1	Cidades que parecem possuir indústria extrativa, uma agroindústria ou indústria siderúrgica de tipo tradicional	Paranaguá (PR) Tubarão (SC) João Monlevade (MG) Campos (RJ)
					Tipo G2	Estas cidades parecem constituir o grupo das cidades da periferia industrial	Contagem (MG) Barueri (SP) Nova Iguaçu (RJ) Cidades periferias que formam a área metropolitana de Recife

continua...

conclusão Tabela 1

Tipo H	-	-	-	As cidades mais pobres do sistema urbano. São ou cidades dormitório ou centros urbanos dos tipos A2, B2 e C2 ou cidades que servem no vas fronteiras agrícolas ou cidades em regiões que estão recuperando seu dinamismo agrícola há pouco tempo	Tipo H1	Cidades ligadas a municípios com importante população agrícola	Cascavel (PR) Dourados (MT) Alagoinhas (BA) Cachoeiro do Itapemirim (ES) Palmares (PE)
					Tipo H2	Cidades-dormitório e cidades que servem à fronteira agrícola mais recente	Alvorada (RS) Mauá (SP) Igaratu (CE) Imperatriz (MA)

Ao final dos estudos de Lopes e Faria acabamos com um total de 30 tipos de áreas: 14 rurais e 16 urbanas. Levando-se em conta que os recursos que se delineavam no horizonte de nossas possibilidades, a curto e a médio prazos, não nos permitiam ir além da consideração de 8 ou 9 áreas, procedeu-se a um reestudo no sentido de, aproveitando as pesquisas supra-mencionadas, conseguir um menor número de tipos. Singer que havia elaborado, no início da Pesquisa, um breve esboço de tipos e a partir do qual surgiram os trabalhos de Lopes e Faria, retomou a tarefa e apresentou uma tipologia simplificada à base das duas já propostas. Como não podia deixar de ser, dados os objetivos da Pesquisa, manteve como uma das dimensões aquela que esteve presente em ambas as tipologias rural e urbana, isto é, as formas dominantes de organização da produção em cada região, acrescida de sua localização urbana ou rural. Com isto, as formas predominantes seriam as seguintes, embora quase sempre na prática, numa dada região elas apareçam combinadas:

capitalista monopolista
capitalista concorrencial
produção simples de mercadorias, urbana
produção simples de mercadorias, rural
servidão rural.

A segunda dimensão para Singer (*), "parte da constatação de que o desenvolvimento tende de um lado a concentrar atividades econômicas (e população) em certas áreas, que chamamos "de concentração" e do outro a dispersar certas atividades (em geral extrativas ou agrícolas, com a formação de "Fronteiras", na medida em que se expande o sistema de transporte) que determina o surgimento do que chamamos de áreas "de dispersão". Finalmente, há áreas que ficam nos interstícios entre as dos primeiros dois tipos, que tendem a perder atividades (e população). As áreas de concentração são praticamente sempre polos urbanos de desenvolvimento, ao passo que as áreas de dispersão são quase sempre rurais. As áreas intersticiais tanto podem ser urbanas como rurais".

A consideração conjunta das duas dimensões nos levaria não a 15 possibilidades de tipos mas apenas a 11, uma vez que quatro

(*) Documento interno da Pesquisa.

das situações - área capitalista monopolista e intersticial, área de produção simples de mercadorias de localização urbana e dispersão, área de produção simples de mercadorias de localização rural de concentração e área do tipo servidão rural e concentração - como é óbvio, não teriam sentido. Por outro lado, como a situação - área capitalista monopolista em processo de dispersão - em estado puro seria muito rara no Brasil e, dentro de um certo gradiente, poderia aparecer também em algumas regiões classificadas como capitalistas - concorrenciais em forma dispersa, deixou-se de lado esta combinação. Finalmente, a situação - servidão rural em forma intersticial - também ficou de lado uma vez que, até certo ponto, esta combinação poderia ser encontrada pelo menos em parte, em regiões de produção simples de mercadorias de localização rural e forma intersticial.

Armado o esqueleto da tabela de dupla entrada, o preenchimento de suas caselas com regiões concretas do território brasileiro, foi um trabalho de equipe da Pesquisa, principalmente de Singer, Lopes e Faria. Respeitada a classificação dupla, sempre que possível, procurou-se distribuir as regiões também espacialmente. O resultado é a Tabela 2 que contém as nove áreas que constituem o que chamamos de pontos da Pesquisa.

TABELA 2 - Tipologia das Áreas (Pontos) Escolhidas para a Pesquisa

MODOS DE PRODUÇÃO		INSERÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO		
		Concentração	Dispersão	Intersticial
Capitalista	Monopolista	São José dos Campos (SP)	-	X
	Concorrencial	Recife (PE)	Sertãozinho (SP)	Cachoeiro do Iapemirim (ES)
Produção Simples de Mercadorias	Urbano	Santa Cruz do Sul (RS)	X	Parnaíba (PI)
	Rural	X	Santa Cruz do Sul (RS)	Parnaíba (PI)
Servidão Rural		X	Conceição do Araguaia (PA)	-

X De ocorrência impossível

4 - OS DOIS TIPOS DE ESTUDOS DESENVOLVIDOS EM CADA ÁREA

Para cada uma das nove áreas ou pontos escolhidos, com base na tipologia proposta, dois são os tipos de estudos visualizados; estudo macro-estrutural de toda a área e estudo de uma amostra tomada na área.

4.1 - ESTUDO MACRO-ESTRUTURAL DA ÁREA

Tomada a área como unidade de análise, este estudo visa o conhecimento tão amplo e detalhado quanto possível de sua história econômica e social, da dinâmica demográfica de sua população e da função que as diversas instituições(*) possam ter nos processos de decisão relativos à reprodução humana.

Para efeito da Pesquisa, considerou-se que este estudo deveria, sempre que possível, ser realizado em três níveis de análise:

- a) análise de reconstituição histórica - abrangendo os acontecimentos do período que vai desde a fundação da área até os anos 20;
- b) análise retrospectiva ou diacrônica, que cobre os fatos ocorridos nos últimos 50 anos, isto é, vai desde 1920 e até 1970;

- c) análise transversal ou do presente, que se refere às ocorrências de 1970 em diante.

(*) Na Pesquisa a expressão "instituição" refere-se a organizações sociais duradouras, dotadas de especificidade de objetivos e, geralmente, de sistemas de decisão pelo menos particularmente burocráticos.

Conforme CAMARGO, Candido Procópio. Pesquisas Institucionais e de Política Populacional em Nível Local. CEBRAP, São Paulo, 1974. (mimeo).

4.1.1 - Estudo da Dinâmica Populacional da Área

Tem como finalidade descrever e explicar, em termos demográficos, o ritmo de crescimento de uma área e o papel atribuível a cada um dos componentes da dinâmica observada, isto é, a relevância relativa da mortalidade, da natalidade e das migrações. Isto é conseguido pela consideração de séries temporais de taxas de crescimento da população, de taxas de mortalidade, de taxas de natalidade e de saldos migratórios conjuntamente com a análise diacrônica das pirâmides etárias, da composição urbano-rural do município, da razão de masculinidade e da razão de dependência.

Os recenseamentos do Brasil foram realizados em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970. A data da elevação à categoria de município de cada área é o ponto de partida para a utilização dos censos demográficos, quando aquela data é posterior a 1872. No caso de municípios fundados anteriormente, como é o caso, por exemplo, do Parnaíba (Estado do Piauí), cujo primeiro recenseamento da província foi feito em 1762, se tentará recorrer, sempre que possível e necessário, à demografia histórica. Entretanto, fato comum no contexto brasileiro, é a alteração de um município ou por perdas ou por aquisições territoriais. Por exemplo, o município de Sertãozinho (Estado de São Paulo), um dos pontos da Pesquisa, sofreu desde sua fundação em 1896, sete alterações em seu território até 1953, mantendo-se somente a partir de então inalterado. Como nem sempre é possível a desagregação ou agregação, em termos de população, isto impõe ou que se trabalhe, para efeitos comparativos, com dados agregados ou que se reduza a duração da série temporal para cada um dos parâmetros demográficos já mencionados.

Outro problema a enfrentar neste tipo de estudo é a inexistência ou precariedade de estatísticas vitais, isto é, de nascimentos e de óbitos para anos muito distantes. Quando os dados estão disponíveis, a construção de tábuas de sobrevivência nos permitem fazer projeções populacionais e, portanto, estimar os saldos migratórios, completando o quadro da dinâmica populacional.

4.1.2 - Estudo Sócio-Econômico da Área (*)

O levantamento sócio-econômico objetiva a caracterização geral da área, o conhecimento da evolução sócio-econômica ocorrida na região e a identificação das relações de produção.

O conjunto mínimo de informações necessárias para cumprir os objetivos desse tipo de estudo, é o seguinte:

- Composição setorial do produto da área em estudo.
- Tipos de atividades predominantes na área.
- Estrutura fundiária incluindo: sistema de posse da terra, distribuição das propriedades por tamanho e grau de utilização da terra.
- Pessoal ocupado: número de pessoas e caracterização das ocupações, ocupação atual e anterior, tipo e nível da remuneração do trabalho, tipos de contratos (direitos e obrigações), estrutura ocupacional por idade e sexo e participação do trabalho da mulher nos diversos tipos de atividade.
- Conhecimento da recência e forma de ocupação da área.
- Estudo dos fluxos migratórios.
- Valores da produção e formas de apropriação do excedente.
- Existência de produção artesanal, produção para autoconsumo e grau e extensão da ligação com o mercado regional e nacional.
- Técnicas de produção: verificação dos diferenciais técnicos entre diferentes tipos de atividades (e culturas) e tamanho de estabelecimento.

As informações para o estudo sócio-econômico serão obtidas através de:

a) Fontes Secundárias:

... censos demográfico, industrial e agrícola;

(*) Baseado em documento interno da Pesquisa, elaborado pelos integrantes da Unidade de Estudos Sócio-Econômicos.

- publicações especializadas em estatísticas sociais e econômicas;
- literatura disponível (textos de historiadores, geógrafos etc.)
- trabalhos publicados de pesquisas realizadas na região.

b) Observação Direta:

Com informantes qualificados como empresários, fazendeiros, agrônomos, agente local do IBGE, etc., conhecedores dos problemas da área.

c) Entrevistas Focalizadas:

Com moradores antigos na região e pessoas proeminentes na sociedade local.

d) Entrevistas em Profundidade:

Com pessoas de ambos os sexos, nas várias faixas etárias, com o fim de tentar compreender a relação existente entre o modo como o indivíduo se insere em uma determinada forma de organização da produção, o modo como ele percebe essa inserção e a maneira pela qual, partindo dessa percepção são geradas as perspectivas e organizadas as estratégias de reprodução.

4.1.3 - Estudo das Instituições (*)

Como já foi mencionado páginas atrás, o foco deste estudo está no conhecimento da função que as instituições possam ter no processo de decisão das pessoas quanto à estratégia de reprodução. Operacionalmente isto significa observar, por exemplo, que mensagens ou recomendações são emitidas pelos representantes das instituições? Por que são emitidas por determinado agente? Como são recebidas? São observadas? Se não, por que não? As instituições a serem estudadas na Pesquisa são:

(*) Baseados em documentos internos da Pesquisa de LAMOUNIER, Bolívar. Unidade "Instituições". CEBRAP, 1974, e o de CAMARGO, Candido Procopio. Pesquisas Institucionais e de Política Populacional em Nível Local. CEBRAP. São Paulo, 1974. (mimeo).

- unidade de produção econômica;
- família;
- instituições e agentes de atendimento de saúde;
- instituições e agentes educacionais;
- instituições religiosas;
- instituições políticas;
- papel dos meios de comunicação.

Na unidade de produção econômica interessa saber se as empresas têm alguma política definida ou subjacente que possa influenciar os padrões reprodutivos da população, tais como, não empregar mulheres, ou mulheres casadas, ou mulheres com filhos. Tentar pesquisar ainda se através de serviços especiais, como o de assistência social possuem, ainda que de maneira velada, o planejamento familiar.

A família entendida em um sentido mais amplo que será definido no item 4.2, importa conhecer a distribuição de seus tipos nas classes sociais e seu relacionamento com a organização do sistema produtivo: seus graus de capacidade de legitimação em nível local, considerando diversidades de classe; suas estruturas, em termos de número e composição.

Quanto às instituições religiosas, interessa considerar: - quais as existentes na comunidade e como se distribuem entre as distintas classes da população; - sua estrutura, seu entrosamento com as estruturas nacionais e internacionais e seu relacionamento com a comunidade local. Conhecer suas funções terapêuticas, especialmente em relação a aspectos significativos para a reprodução humana e analisar suas funções educacionais, especialmente em relação ao comportamento reprodutivo.

Para as instituições e agentes de escolaridade cabe considerar as estruturas locais, seu relacionamento com as estruturas municipais, estaduais e nacionais; suas relações com a comunidade; os agentes individuais e suas conexões com a comunidade ou externas; a distribuição de instituições e agentes entre as camadas da população; os graus de escolaridade atingido e seu relacionamento com oportunidades de emprego, conforme um horizonte prático (não ideal e absoluto) na consciência dos educadores e dos que tomam decisões por estes últimos.

As instituições e agentes de atendimento de saúde, serão estudados com o fim de saber quais as instituições e agentes existentes e sua distribuição entre as classes sociais; se há um ordenamento no caso da sucessão de diversos tipos de terapêutica. Verificar especialmente este ordenamento em relação aos problemas que possam afetar a reprodução humana; o grau de institucionalização de cada tipo de terapia, sua estrutura, suas conexões externas (estaduais, nacionais e internacionais) e seu relacionamento com a comunidade local.

No que tange às instituições políticas interessa conhecer a influência de qualquer dos poderes do Estado nas outras instituições, especialmente as relativas à saúde e educação; as funções de natureza policial e as influências judiciárias na determinação do casamento e suas formas; o direito positivo, a rede hierárquica judiciária e policial e suas relações com a comunidade local; as formas de coação das estruturas policiais e judiciárias e as suas mensagens significativas para a reprodução humana; as funções dos órgãos securitários e assistenciais, inclusive as cooperativas. Seu relacionamento com instâncias burocráticas superiores e com as classes sociais na comunidade; as maneiras de percepção da ação política, entre as diversas classes da população.

A consideração do papel dos meios de comunicação abrange sua variedade, sua origem, sua distribuição por geração e sexo. No caso de meios originados de fontes diversas da comunidade, analisar se teriam funções de legitimar tendências e mudanças que foram condicionadas por processos internos à vida comunitária.

As informações para este tipo de estudo serão coletadas através de:

a) Fontes Secundárias

- censos demográfico, industrial e agrícola para o cadastramento e estrutura das diversas instituições locais, no presente e no passado;
- jornais, revistas, folhetos etc;
- trabalhos de pesquisa já realizados na região;
- literatura disponível sobre a área;
- Etc.

b) Observação Direta

Com dirigentes de instituições tais como: empresa, escola, serviço médico-hospitalar, instituições religiosas, associações de classe etc.

c) Entrevistas em Profundidade

Com moradores da região de ambos os sexos, nas várias faixas etárias e categorias sociais para tentar captar a prática social real com relação às mensagens recebidas das diversas instituições.

Em cada área, as unidades concretas de uma instituição serão escolhidas obedecendo pelo menos em parte a sua diversidade. Por exemplo, escolas de diferentes graus, públicas e privadas, localizadas em diferentes bairros e dentro de cada uma dessas situações levar em conta professores de diferentes gerações. Dependendo do tamanho da região, medido em termos de sua população atual, a cobertura será exaustiva. Para a observação direta junto aos representantes das várias instituições será elaborado um roteiro sujeito a adaptações locais.

O estudo das instituições transcende o nível local e por isso material histórico e diacrônico será também levantado para o país como um todo a fim de se conhecer o surgimento, a formulação e a aplicação das políticas de população e o papel das várias instituições na determinação dessas políticas.

4.2 - ESTUDO AMOSTRAL DE UMA ÁREA (SURVEY)

O estudo de uma área por amostragem deveria ser precedido pela realização do levantamento macro-estrutural pela simples razão de que esse apontaria elementos fundamentais não só para o delineamento da amostra como para a elaboração dos instrumentos de coleta das informações. De fato, o conhecimento das relações de produção predominantes na área, a identificação de um proletariado rural e sua distribuição espacial tanto no meio rural como na periferia urbana de um município, os diferentes anos agrícolas para os mais variados e importantes produtos de uma região, acoplados com as estações das chuvas e das secas, a sazonalidade das safras produzindo os safristas, são apenas exemplos de informações valiosas para saber onde, como e quando encontrar os indivíduos para a amostra. Da mesma forma, as entrevistas em profundidade deveriam trazer subsídios valiosos para a construção dos instrumentos de coleta das informações; no nível do survey, desde perguntas a serem acrescentadas à lista já previamente elaborada, de acordo com os

objetivos gerais da Pesquisa, mas principalmente sobre a melhor maneira de formulá-las, no sentido do universo de referência dos sujeitos.

4.2.1 - Unidade de Informação

Para efeito do survey ficou definida como unidade de informação um adulto, isto é, um indivíduo, homem ou mulher, com 18 anos ou mais de idade e com qualquer estado civil. Apenas no caso do indivíduo já ter tido algum tipo de união conjugal, ele será considerado, para efeito desta Pesquisa, como adulto, ainda mesmo que tenha menos de 18 anos.

A justificativa dessa escolha para a unidade de informação se prende a diversas considerações.

Em primeiro lugar, a grande maioria dos estudos empíricos de fecundidade consideram como unidade de informação a mulher com algum tipo de união conjugal, isto é, não-solteira, e no período fértil. A adjetivação não-solteira, em geral, significa algum tipo de união pelo menos estável (de definição difícil, por ser muito subjetiva).

A necessidade ou a vantagem da inclusão também do elemento masculino nos estudos empíricos de fecundidade tem sido apontada com certa frequência, embora, na prática, poucas vezes isto tenha sido feito. A razão que esses estudos dão para tal inclusão decorre da idéia de que os processos de decisão internos à vida familiar, a posição do marido quanto a uso de meios anticoncepcionais, ajustamento sexual etc., são importantes na determinação de padrões de comportamento reprodutivo e na realização de um determinado tamanho planejado ou não de família(*).

Em nosso projeto, tal inclusão se justifica não apenas pelas razões acima citadas, mas por outras, decorrentes do enfoque teórico por nós adotado. De fato, desde que a Pesquisa pretenda vincular as formas de organização da produção a modos de reprodução das populações, "ao nível do indivíduo, é o agente vinculado ao processo de produção que poderá

(*) Ver documento interno da Pesquisa.

PATARRA, Neide Lopes. Algumas considerações sobre critérios de escolha da unidade amostral. São Paulo, 1973. (mimeo).

verbalizar a sua inserção nesse processo produtivo, e a partir de sua inserção, informar as condições de existência por ele vivida" (*).

A inclusão também dos solteiros (em geral jovens) é para permitir uma melhor compreensão dos possíveis e distintos processos de mudanças em curso nas diferentes áreas, quanto a concepções de mundo, projeto ou ausência de projetos de vida que de alguma forma irão determinar uma estratégia de reprodução.

Finalmente, alguns esclarecimentos sobre os limites de idade. Em quase todos os estudos empíricos de reprodução humana, a idade da mulher está definida em um dos conjuntos de idades 15 a 49, 15 a 50, 14 a 49, ou 14 a 50 anos completos.

A consideração destas faixas etárias é uma tentativa de exprimir o período fértil da mulher, isto é, traduzir o intervalo de natureza biológica a idade média na menarca até a idade média na menopausa a partir de cujo extremo inferior a chance de uma concepção é maior do que zero, anulando-se do extremo superior em diante. Quando se pensa na estimação dos extremos do intervalo acima, que nada mais são do que parâmetros biológicos, os estimadores, além da variação biológica a que estão sujeitos, sofrem a influência de outras fontes de variação, tais como etnia, condições sócio-econômicas, culturais e psíquicas.

Com relação à menarca, alguns estudos feitos no Brasil (**) mostram que a idade de 14 ou 15 anos para estimar a idade média na menarca é insatisfatória, pois mais de 50% das adolescentes estudadas, já haviam menstruado com 12 anos de idade.

Quanto ao extremo superior do intervalo, conquanto ele possa satisfazer de forma relativa, do ponto-de-vista biológico, deixa

(*) Idem nota anterior.

(**) Ver documento interno da Pesquisa.

BERQUÓ, Elza. Algumas Considerações sobre a Variável Idade das Mulheres nos Estudos de Fecundidade. CEBRAP, São Paulo, 1973.

de ser adequado quando o estudo visa uma análise comparativa do comportamento reprodutivo em épocas distintas e também da reprodução já encerrada. Nestes casos, é evidente a necessidade de ir além dos 50 anos. De fato, para uma investigação realizada em, digamos, 1970, abrangendo mulheres de no máximo 50 anos, isto nos levaria segundo uma trajetória retrospectiva, somente até 1940. Além disso, ainda mesmo que seja notoriamente conhecido que a chance de uma concepção do ponto-de-vista biológico diminua com a idade mais avançada da mulher, isto não significa que a vida reprodutiva esteja certamente encerrada. Isto nos levou a não colocar um limite superior de idade. Portanto, até agora teríamos para as mulheres, quanto à idade, um intervalo fechado à esquerda e aberto à direita, cujo limite inferior seria a idade na menarca. Entretanto, considerando que uma menina de 12 anos pode ser adulta biologicamente, mas que por ser socialmente ainda menor em nossa cultura deveria apresentar sérias dificuldades no enfrentamento de uma entrevista, optou-se por deslocar este limite inferior de idade para os 18 anos, quando de acordo com a legislação vigente, ela se torna adulta socialmente falando, e captar durante a entrevista, como se verá mais tarde, quando se tratar dos instrumentos de coleta de informações, os dados sobre a idade na menarca (que marca o início biológico da vida reprodutiva para as mulheres) e no início das relações sexuais.

Para os homens usou-se o mesmo intervalo etário, aberto à direita e começando aos 18 anos. Acontece que para o elemento masculino, tanto o início como o término biológico da vida reprodutiva, é de mais difícil identificação. De fato, as primeiras ejaculações não significam necessariamente a presença de espermatozóides no sêmen e mesmo estes podem estar presentes mas serem ainda imaturos, incapazes, portanto, de fertilizarem um óvulo. Por outro lado, não há limites biológicos bem definidos para definir o climatério masculino ou andropausa, onde o fator psíquico desempenha papel muito importante.

4.2.2 - A Unidade de Análise

A unidade de análise poderá ser a própria unidade de informação, a família ou o grupo doméstico.

Entende-se aqui por grupo doméstico o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, afinidade ou vínculo econômico,

que vivem sob o mesmo teto. Em um grupo doméstico podem ser encontradas uma ou mais famílias.

Família é entendida aqui sob o critério de unidade de consumo, isto é, o subconjunto de elementos do grupo doméstico que efetivamente integram e desfrutam de um mesmo orçamento familiar.

4.2.3 - Seleção da Amostra

O procedimento de amostragem proposto é equiprobabilístico com três etapas, isto é, tomando-se como unidade primária de amostragem um setor censitário (*), como unidade secundária um quarteirão (**) e como unidade de terceira etapa um domicílio (***), ele garante que cada domicílio de uma área terá a mesma chance de pertencer à amostra. Esta probabilidade é a fração de amostragem (****) cujo valor depende do dimensionamento global da amostra e também em cada uma das etapas.

(*) Setor censitário: "área básica de coleta; para efeito da coleta das informações do Censo, os Municípios foram divididos em setores censitários. O setor censitário - unidade básica de coleta - constitui-se de área territorial contínua, situada num só Quadro (urbano, suburbano ou rural), definido por Lei Municipal, do mesmo distrito administrativo".

(**) Quarteirão: área da zona urbana ou suburbana, limitada por três ou mais vias públicas.

Setores especiais: atendendo aos propósitos de utilização posterior dos setores censitários para realização de levantamentos por amostragem, foram instituídos setores especiais, que corresponderam aos domicílios coletivos (hotéis, hospitais, asilos, quartéis etc.) com capacidade de alojamento para mais de 50 pessoas e aos aglomerados urbanos excepcionais - geralmente conhecidos como Favelas, Mocambos, Alagados e áreas assemelháveis. Com a mesma facilidade, foram adotadas normas que permitiram restringir a variação do número de domicílios em cada setor e facilitar o reconhecimento de seus limites em época posterior à coleta censitária.

(***) Domicílio: local de moradia estruturalmente independente, formado por um ou mais cômodos, com entrada privativa.

Por extensão, foram considerados também como domicílios, prédios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estejam sendo utilizados para moradia. Censo 1970.

(****) Para maiores detalhes da metodologia de amostragem empregada, ver BERQUÓ, Elza. Plano de Amostragem para o Município de São José dos Campos. CEBRAP, 1974, São Paulo.

Vale a pena esclarecer que, como acontece em todo trabalho de amostragem, as informações censitárias básicas precisam ser atualizadas a partir do último censo, 1970, para cada área antes dos sorteios propriamente ditos. Os setores censitários, em número sofrem pouca alteração a não ser em casos especiais, de grande mudança recente na fisionomia de certas áreas urbanas; já o número de domicílios por quarteirão está muito sujeito a alterações por demolições e novas construções. Por isso, via-de-regra, o sistema de contagem rápida de domicílios por quarteirões, deve preceder à segunda etapa no procedimento aqui adotado.

Selecionada a amostra de domicílios pelo processo acima descrito, a escolha da unidade de informação, isto é, de um adulto para cada domicílio sorteado, será feita usando-se o método proposto por Marques e Berquó (*) a partir do grupo doméstico. No caso de existir mais de um grupo doméstico, aplica-se o método para selecionar um dos grupos e depois novamente para selecionar um adulto dentro do grupo sorteado.

O procedimento de amostragem descrito pode ser aplicado sem maiores problemas a áreas urbanas ou algumas situações rurais onde, por força da forma como a produção está organizada, as propriedades rurais e as populações tenham, nos últimos anos, se mantido, mais ou menos estáveis, como é o caso da área rural de Santa Cruz do Sul, situada no Estado do Rio Grande do Sul. De fato, Santa Cruz do Sul é constituída por pequenas propriedades de plantadores de fumo, produto principal da região, secundado pela soja, todos camponeses de origem alemã arraigados na região há muitos anos. Com isso, quase não houve problemas em atualizar para 1975 os mapas dos setores censitários de 1970, antes de se proceder ao levantamento por amostragem da área.

Este, entretanto, não é o panorama de Sertãozinho, município situado no Estado de São Paulo, cuja área rural caracterizada por

(*) MARQUES, Rubens Murillo e BERQUÓ, Elza, Selección de Unidades de Información en Encuestas Demográficas: Un Método para Construir Tablas de Sorteo. Notas de Población, Vol. 8, Ano III, 1975.

uma agroindústria açucareira de tipo moderno, com um contingente de operários trabalhando uma parte na usina e outra parte nos canaviais, no plantio, carpa e corte da cana. Uma característica importante é o fato de a maioria dos operários da usina residirem com suas famílias nas terras dos usineiros enquanto que os trabalhadores dos canaviais são obrigados a morar fora, na maioria dos casos, na periferia da cidade de Sertãozinho. Este exemplo salienta bem uma situação em que o contorno do universo de estudo está construído de uma parte que se situa na área rural e de outra que está na cidade. Em um caso como este, será necessário a utilização de um cadastro dos trabalhadores da cana, fornecido pelos usineiros, contendo os domicílios de cada um dos empregados; só a partir daí é que se poderá localizar a parte do universo que está, fisicamente, fora do contorno rural e aí então selecionar os domicílios, e consequentemente um adulto.

Um caso ainda mais complexo do ponto de vista do delineamento da amostra é o de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará. Trata-se de um território de ocupação antiga, cuja população há um século em pequena e localizava-se às margens do rio Araguaia. Nos últimos dez anos transformou-se em frente pioneira através da aquisição por parte de empresários principalmente do sul e sudeste do país, apoiados por incentivos fiscais, de grandes glebas de terras, de 100 a 200 mil hectares no Estado do Pará. Os projetos agrícolas desses empresários consistem na derrubada de parte das matas para plantar capim e criar gado, inclusive para exportação, dada a proximidade dessas terras da estrada Belém-Brasília (distância de 100 a 300 quilômetros). Os trabalhadores para a derrubada das matas são originários de Goiás, Piauí, e Maranhão, trazidos pelo "gato" (*), na maioria homens que vêm sem famílias, permanecendo nas fazendas alguns meses para cortar e queimar o mato, limpar o terreno e semear o capim e, findo este trabalho, são, via-de-regra, levados de volta, pois a chuva se encarrega de fazer o capim pegar e crescer. Há outras fazendas que já tem um pasto bem formado e que mantêm pequenas populações estáveis de famílias de trabalhadores cujo chefe é o boiadeiro que cuida tanto do pasto como do gado.

(*) Empreiteiro de turma; (denominação variável conforme a região).

Conceição do Araguaia é constituída por um centro urbano com funções de serviços como hospitais, igrejas, cartórios, escolas e alguma produção extrativa de madeira, e além deste centro estão os núcleos agrários, já referidos, muito distantes uns dos outros e do centro urbano razão porque a comunicação só se faz ou por avião ou por pequenos rios navegáveis, confluente do Araguaia. Outros núcleos surgiram com o fenômeno da derrubada dessas grandes matas, como é o caso de Redenção e Rio Maria. Do exposto fica claro que o universo de estudo é constituído por um conjunto de pessoas espalhadas por vários núcleos e certamente a amostragem será feita pinçando sub-amostras em cada um deles.

4.2.4 - Instrumentos de Coleta

Como já foi referido na seção anterior, a penúltima etapa da amostragem é a seleção de uma família, que pode se confundir com o grupo doméstico, no caso de haver naquele domicílio apenas uma unidade de consumo. Em havendo mais de uma, já foi também dito, que uma delas seria a selecionada. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que as pessoas que, embora participando de um mesmo grupo doméstico, possuam total independência orçamentária da família do chefe do grupo - aqui denominada família principal - constituem outras unidades de consumo. Portanto, pensionistas e empregados domésticos residentes formam tantas unidades de consumo quantos forem os seus orçamentos independentes(*) e foram denominadas de famílias secundárias.

Para a família selecionada, uma série de informações é coletada via um formulário especial, chamado na Pesquisa de "Grupo Doméstico". Este instrumento visa listar todos os componentes da família, identificando-os através da relação com o chefe do grupo, idade, sexo, situação conjugal e ocupação; além disso coleta dados sobre rendimento mensal, consu

(*) Ver: Manual de Instrução para o Entrevistador. CEBRAP. São Paulo, 1975.

mo, ajuda dada e recebida pelo grupo a outros membros da família que não residam no mesmo domicílio e a divisão do trabalho no domicílio. Estas informações do grupo doméstico podem ser fornecidas ao entrevistador por qualquer membro do grupo que se sinta qualificado para tanto.

A partir da família, é selecionado o adulto(*) que será a unidade de informação para a aplicação dos instrumentos de coleta: História de Vida e Formulário.

A história de vida do ego segue o padrão já amplamente conhecido que começa com o nascimento, chegando até o presente, contendo as informações usuais sobre migração, instrução e a reconstituição da composição e as mudanças havidas no grupo familiar do ego desde que ele nasceu até que se casou ou saiu da casa paterna. Além disso contém toda a sua história reprodutiva desde a menarca (para a mulher) ou início de relações sexuais (para o homem) até a menopausa ou andropausa, respectivamente.

No caso do ego ter ou ter tido uma união conjugal, o instrumento coleta, a partir de informações prestadas pelo ego, capta a história de vida do cônjuge, tão detalhada quanto a daquele e a partir do início de sua união com o ego. Reconstrói, com menos detalhe, também com informações prestadas pelo ego, a história de vida do cônjuge em três momentos de sua vida: anterior à união, ou seja, no nascimento, aos 10 anos (ou quando foi à escola pela primeira vez) e aos 18 anos.

Finalmente, o Formulário visa obter material transversal para explicar ao nível do agente, isto é, da prática real, o funcionamento das instituições no que diz respeito ao comportamento reprodutivo; a existência de planos ou estratégias definidas quanto à reprodução, quanto a dar e receber ajuda dos filhos etc. (**).

(*) Pelo método de seleção de Marques e Berquó, já citado.

(**) Ver formulário em anexo.

